

BOLETIM GEOGRÁFICO

ANO XIV

NOVEMBRO-DEZEMBRO DE 1956

N.º 135

Sumário

EDITORIAL: Substituição Inesperada — VIRGÍLIO CORREIA FÍLHO (p. 443)

TRANSCRIÇÕES: Antecedentes Econômico-Políticos da Fundação dos Povos (p. 445) —
Contribuição ao Estudo das Estruturas Urbanas — J. TRICARL (p. 473)

CONTRIBUIÇÃO A CIÊNCIA GEOGRÁFICA: Considerações a Cêrca de Sesmarias — VIRGÍLIO
CORREIA FÍLHO (p. 482) — Limitação do Conceito de "Ciclo Geomórfico" — CARLOS
NICHOLSON (p. 497)

CONTRIBUIÇÃO A GEOPOLÍTICA: Bolívia, País do Atlântico — GEN. IGNACIO JOSÉ VE-
RÍSSIMO (p. 499) — A questão da Antártica — DELEGADO DE CARVALHO e TERESINHA DE
CASTRO (p. 502).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: Geografia do Brasil — ALFREDO J. PORTO DOMINGUES
(p. 507) — A Propósito do Ensino e Programa de Geografia no Curso de Jornalismo —
MARIA MAGDALENA VIEIRA PINTO (p. 514).

NOTICIÁRIO — Capital Federal — Presidência da República (p. 523) — Instituto Brasileiro
de geografia e Estatística (p. 524) — conselho Nacional de Geografia (p. 524) —
Instituto Nacional de Imigração e Colonização (p. 531) — Ministério da Viação e Obras
Públicas (p. 531) — Certames — Ecos do Congresso de Geografia (p. 532) — Unidades Fe-
deradas — Minas Gerais (p. 534) — São Paulo (p. 536) — Exterior — Nova Iorque (p. 536)
Notícias diversas (p. 536).

RELATÓRIOS DE INSTITUIÇÕES DE GEOGRAFIA E CIÊNCIAS AFINS — Informe sôbre as
atividades Geográficas no Brasil (p. 540) — Relatórios de Representantes Estaduais à XV
Sessão Ordinária da Assembléa-Geral do C. N. G. — Pará (p. 552) — Paraná (p. 553) —
Pernambuco (p. 554).

BIBLIOGRAFIA E REVISTA DE REVISTAS: Registos e Comentários Bibliográficos — Livros
(p. 556) — Índice, por autor dos trabalhos publicados no "Boletim Geográfico", do número
124 ao 129 (janeiro-fevereiro a novembro-dezembro de 1955) (p. 560) — Apontamento Bio-
Bibliográficos (p. 563).

LEIS E RESOLUÇÕES: Legislação Federal — Íntegra da legislação de Interesse geográfico —
Decretos Executivos (p. 567) — Resoluções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatís-
tica — Conselho Nacional de Geografia — Assembléa-Geral — XV Sessão Ordinária — 1955
Íntegra das resoluções ns. 462 a 472 (p. 569).

Editorial

Substituição Inesperada

Antes que findasse o mês de novembro, assinalou-se imprevista ocorrência, quando o professor Fábio de Macedo Soares Guimarães apresentou o pedido de exoneração do cargo de secretário-geral.

Lamentando-lhe a decisão, o presidente do Instituto, professor Jurandir Pires Ferreira, não conseguiu evitar-lhe o afastamento, e em consequência determinou ao diretor da Divisão Cultural que assumisse a chefia vaga. E, no dia 23, perante os funcionários reunidos para assistirem à posse do dirigente nomeado, o seu antecessor agradeceu a cooperação, que lhe prestou o funcionalismo, e terminou por expressar a sua satisfação pelo acerto da escolha presidencial.

Confessou-se o novo secretário-geral reconhecido às preferências demonstradas pelo presidente do Instituto, que lhe venceram as objeções com que se escusou, de princípio, ao convite para assumir um posto alheio às suas previsões.

Acentuou, todavia, que não pretendia ocupá-lo por longo prazo, e, por isso, não formulava programa algum de trabalho.

"Nenhum traçarei, acrescentou, contentando-me em seguir as diretrizes expressas pelo senhor presidente, interpretadas de acôrdo com o meu procedimento nos cargos anteriormente exercidos".

"Quando outros atributos não possua, dois pelo menos, conferem-me obsequiosos amigos, causando-me justa ufania. Homem de trabalho, qualificaram-me certa feita. Regozijei-me com a classificação, que desejo merecer.

"Em verdade, não considero o trabalho um castigo, mas estimulante dádiva divina. Além de construir, diverte, quando considerado pelo lado bom".

"Também me reputam compreensivo, e muito me orgulharia se fôsse de todo verdadeiro o julgamento. Esforço-me, realmente, por aceitar as pessoas, como realmente são, mais pelas qualidades boas que revelam, do que pelos defeitos, inevitáveis nas contingências humanas. E por entendê-las, acostumei-me, neste longo jornadaear pela vida, a realçar-lhes os índices positivos e atenuar os negativos, de sorte que a soma final lhes seja favorável ao conceito.

"Afigura-se-me que tódas podem ser aproveitadas convenientemente e, por isso, não pretendo empreender modificações dispensáveis, cumprindo, aliás, recomendação expressa do eminente amigo, engenheiro Jurandir Pires Ferreira".

Aliás, solidário com a anterior administração, de que participara, em cargo de confiança, certo, não iria hostilizá-la. Entretanto, a substituição, a pedido, do diretor da Divisão de Geografia, causadora da renúncia do secretário-geral, conforme este declarou em carta publicada no B.S. 229, provocou pedidos de demissão, também em caráter irrevogável, de vários chefes de Secção.

Assim foi que se alterou, por iniciativa dos demissionários, a chefia da Divisão de Geografia, sem que se fizesse mister convocar colaboradores estranhos ao quadro efetivo do Conselho.

As recomendações reiteradas pelo senhor presidente do Instituto, que, ao findar a cerimônia da posse, acentuou os méritos do secretário-geral, que se despedia, e as esperanças depositadas em seu sucessor, tenderam a pugnar pela intensificação dos trabalhos atribuídos ao CNG, em ambiente de harmonia.

Só dessa forma, pela produção volumosa de obra duradoura, frisou, conseguirá a instituição recomendar-se ao governo e às entidades culturais do país, como organismo capaz de contribuir sobremaneira para o seu engrandecimento, cultural e material.

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Secretário-Geral do CNG



Antecedentes Econômico-Políticos da Fundação dos Povos

AURÉLIO PÓRTO

1. — *Fatores econômicos do povoamento do extremo sul.* 2. — *O ciclo do gado vicentino.* 3. — *Fundação da pecuária paraguáia.* 4. — *Introdução do gado nas reduções.* 5. — *Gado bovino.* 6. — *Gado eqüino.* 7. — *Origens do gado menor.* 8. — *Vacarias.* 9. — *Estâncias dos Povos.* 10. — *Os ervais das Missões.*

CAPÍTULO I

ORIGEM DA ECONOMIA DAS MISSÕES

1 — *Fatores econômicos do povoamento do extremo-sul.*

A história das Missões, em sua segunda fase, é uma decorrência natural de sua geografia econômica. Dois fatores principais contribuem para valorizar a terra, nela fixando novamente núcleos de povoamento jesuítico que o temor das arremetidas bandeirantes expulsara dali, meio século antes. Desde o Alto-Uruguai, ao norte, até a serra do Erval, no sul, onde vem morrer a sua diagonal, os ricos ervais nativos, sem cujo produto "os índios não poderiam subsistir", tentavam arriscadas incursões no território abandonado às feras e aos infieis. E ao sul, descobertas as vacarias do mar, que corriam do Camaquã-do-Sul até o litoral, entestando com o Prata, abriam-se possibilidades inimagináveis à geografia econômica das Missões. E sobre estes fatores precípuos de sua riqueza em elementos de subsistência humana que se reatam os fatos da história da civilização jesuítica das Missões, dentro da vasta região que o Prata e o Uruguai abraçam.

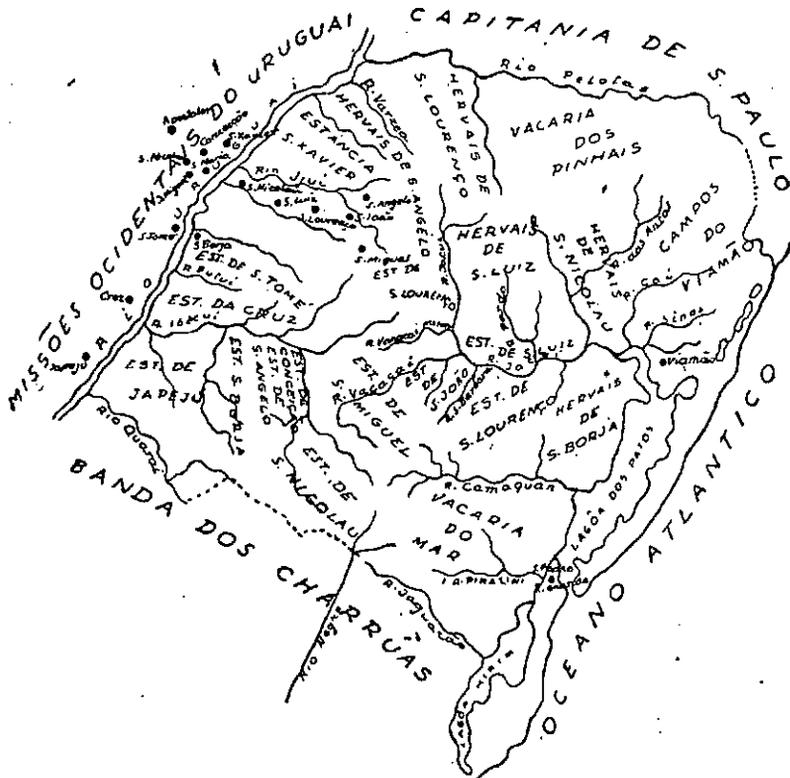
Duas fases distintas presidem à civilização inaciana. A primeira, já estudada, pode-se sintetizar no anseio espiritual que dominava a alma puríssima desses heróicos evangelizadores que levando unicamente a Cruz como símbolo da vontade divina, perlustravam os mais recônditos rincões para agremiar cristandades novas.

Votados ao martírio, fazendo das próprias vidas o holocausto de sua fé imensa, torturados por tôdas as aflições, os jesuitas, tendo unicamente em mira a propagação de seu alto ideal cristão, congregam as hordas selvagens, incutindo em seus ânimos, com o exemplo de sua bondade e com a tenacidade de seu esforço sobre-humano, os princípios religiosos que fundamentam a catequese. É a fase dos santos e dos heróis obscuros, capazes de realizar milagres, e abalar as montanhas da insensibilidade espiritual dos índios, procurando tocá-la com a foice germinadora de uma fé sem limites. Roque Gonzalez, Cristóvão de Mendoza, Diego de Boroa e todos os santos e todos os mártires dessa fase inicial ficam no agiologío jesuítico como símbolos do desprendimento admirável desses homens que só viam na própria ação redentora o alargamento das searas de Deus, sem outros objetivos de qualquer ordem que não fossem cristianizar essas almas selvagens para que servissem ao Senhor no acrescentamento de sua glória eterna.

Decorrem dessa vontade as realizações de ordem temporal com que alicerçam a vida dos silvícolas. São os marcos incipientes de uma civilização rudimentária. Necessidades alimentares que surgem com a fixação de núcleos de povoamento induzem-nos a fundar lavouras e sistematizar o plantio de raízes e grãos, evitando assim que a dispersão dos índios, para procurar alimentos na caça e na pesca, leve-os novamente ao nomadismo e à selvajaria antiga. E quando as pragas, as intempéries e as pestes assolam suas reduções, e a fome quase as destrói, introduzem gados de toda a espécie que constituem os cascos iniciais da pecuária

ESBOÇO DE GEOGRAFIA ECONÔMICA DAS MISSÕES ORIENTAIS 1637-1737

Organizado por Aurelio Porto



do extremo-sul. Melhoram assim as condições de vida de seus catecúmenos, impondo-lhes costumes novos que modificarão essencialmente as suas tendências nativas. E dão à terra, inaproveitada e deserta, uma nova função econômica que será a base estrutural de sua futura grandeza e da própria feição humana de seus advinícolas atraídos pela opulência da riqueza com que a fecundaram.

A segunda fase da civilização jesuítica, ao oriente do Uruguai, que se pode datar da descoberta das vacarias do mar, despe-se de sua simbólica beleza espiritual, porque reside no puro utilitarismo econômico. Além disto há razões de ordem política orientando a ação dos jesuítas que perdem o caráter universalista dos primeiros tempos, servindo aos interesses espanhóis nas lutas pela posse da terra ante a ameaça da expansão portuguesa no Prata.

O gado, que ali se multiplicara assombrosamente, vai exercer a sua função civilizadora. Em torno dele, pela posse da terra que valorizara, girará o largo processo histórico de que decorrem as origens do povoamento e diferenciação étnica dos povos que serão os detentores desse largo território e da secular contenda em que se debaterão portugueses e espanhóis.

A geografia do gado imporá ao homem, imperativamente, em função do meio, novas condições modificadoras de sua vida material e moral, em suas

modalidades topográficas, econômicas e sociais. Os índios que se tornaram cavaleiros e os brancos que se integram, por um abaixamento de nível de civilização, às toldarias volantes daqueles, a que se associam nas fainas das vacarias e no nomadismo da vida livre da Pampa, constituirão, então, esse tipo primitivo, semi-bárbaro, que foi o gaudério, o gaúcho do campo, com seu linguajar estranho, costumes rurais, altivez e bravura, e cuja influência predominará na formação das populações campesinas da bacia do Uruguai.

Na amplidão da terra, vencendo distâncias, tangendo rebanhos, ou terçando a lança e arremessando as boleadoras; avançando indomável em suas cargas de cavalaria, nos entrechoques guerreiros, o homem se identifica com o cavalo de que faz o companheiro inseparável de tôdas as horas boas ou más de sua vida agitada e heróica. É uma espécie de centauro lendário. Homem e cavalo se completam, se integram. Nas arrancadas gloriosas das pugnas guerreiras, resfolegando ao sôpro dos combates; ou nas horas de emoções sentimentais, à viola, nas canções nostálgicas da Pampa, imensa e deserta, evocadora de saudades e sonhos, de idílios heróicos, vividos em disparadas loucas, ou sob o morno aconchego dos capões, ilhas de verdura perdidas no descampado das planícies extensas; ou nos trabalhos campeiros, em desperdícios de energias e bravuras ignoradas, o gaúcho, singularizando-se pelos seus costumes, indumentária, linguajar e caráter altivo, é um produto desse meio em que o gado exerceu decisiva influência sócio-geográfica. Trabalhado pelos imperativos indeclináveis de uma vida livre, não perde, porém, as tendências de um nobre regionalismo construtor, pois que, embora oriundo de um mesmo *habitat* primitivo, onde recebeu os influxos de usos e costumes comuns a homens de origens diversas, traz como sentimento arraigado o amor da terra, cujas fronteiras giza com o próprio sangue, alargando-as e integrando-as à pátria indivisível e única, de que procedem os seus maiores.

A história do gado vai ser, de hora em diante, nesse meio em que se debatem dois povos por antagonismos político-econômicos, a própria história do homem e da terra. No ápice surgirá a figura apostolar do jesuíta. É o criador da riqueza, o desbravador da terra, o catequista primitivo e o fundador de uma civilização que deixará traços precisos e fortes a vinculá-lo, por todos os tempos, à justa consagração da posteridade.

Diz-se, sem aprofundar as raízes históricas em que se alicerça a civilização jesuítica, na terra rio-grandense, que ela nada influiu ou construiu no caráter ou na vida social do extremo-sul do Brasil. Segrega-se, mesmo, a ação da Companhia de Jesus, dentro do território rio-grandense, que forma assim como que uma ilha histórica separada pelas correntes nacionais que, no entanto, se desdobram até a Colônia do Sacramento. E se remete para a história da civilização espanhola, no Prata, essa fase admirável de atuação inaciana aquém-Uruguai.

Profundamente injusto esse conceito quando perquirimos a encruzilhada em que se tocam e confundem as linhas da história social e econômica desse período da nossa formação.

Não se pode negar que exista uma interdependência entre a civilização jesuítica das Missões e a formação do Estado brasileiro que será, no extremo-sul, o marco meridional das possessões portuguesas que se estendem até o Prata e que se fixa, definitivamente, realizada a conquista das Missões, nas linhas atuais de suas fronteiras geográficas.

Muito embora coubesse aos portugueses a prioridade na descoberta e exploração do Prata, é indiscutível que a linha de Todesilhas, no sul, vinha morrer à altura da Laguna, não obstante a larga controvérsia histórico-geográfica que a fazia oscilar à feição dos interesses postos em causa pelas duas monarquias peninsulares. Como veremos, mais detidamente, a disputa em tórno do Prata surge aos albores da descoberta do maravilhoso estuário envolto em lendárias promessas de fabulosas riquezas.

Mas, realizada a viagem de reconhecimento de Martim Afonso de Sousa que, possivelmente, teria verificado a improcedência das pretensões portuguesas de estender até all os seus limites, há uma como tácita anuência de Portugal à fixação de um núcleo colonial espanhol no Prata, que coincide com a delimitação da mais meridional das donatarias portuguesas, nos confins de 28° 1/3. Observa Capistrano de Abreu que "no plano primitivo a demarcação devia ir de Pernam-

bucu ao Rio da Prata, meta de que afinal ficou cêrca de 12 graus afastada" e acrescenta que "só por considerações internacionais se poderia explicar a fixação tácita dos limites do Brasil em 28° 1/3".

Durante 150 anos o território ao sul dêsse meridiano não suscitou novas controvérsias oficiais. Até, pelo contrário, foi essa linha rompida pelos castelhanos que tentaram se estender, pelo norte, até São Francisco, interposto necessário às expedições que, por terra, se dirigiam à governação do Paraguai.

Quebrando êsse secular interregno avançaram até as reduções do Tape as bandeiras de Piratininga. Perlustraram durante largos anos todos os recantos da terra, mas sem nela se fixarem porque tècnicamente os movia o objetivo da caça ao índio, e não a terra longínqua quase inacessível pelo mar e sem interesse nenhum de ordem econômica.

Inconscientemente, porém, exercem as bandeiras uma função histórica de decisiva importância na fundação da economia da terra a que levam as suas devastadoras razias. Quatro anos antes haviam os jesuítas introduzido os primeiros rebanhos em suas reduções. Premidos pela investida das bandeiras, salvando a custo o seu material humano, semente preciosa da catequese, inicial abandonam no entanto, o gado com que acudiam às necessidades alimentares dos índios reduzidos em suas aldeias. E é ainda o recelo de novas incursões bandeirantes a causa principal do trasmalhamento e difusão geográfica dêsses rebanhos que se multiplicam assombrosamente pelas campanhas e pastçais do sul, dando margem à fabulosa riqueza pecuária das vacarias.

O gado vai ser a origem precípua da expansão civilizadora no extremo-sul. Modifica a *facies* econômico-geográfica da terra, criando utilidades que possibilitam meios compensadores de vida. Atrai ambições que se entrecrocão. Dá ao homem uma feição nova, revestindo-o de um fundo de heróicidade, meio selvagem, que se vai refletir, através dos tempos, nas gerações vindouras. Cria uma etnia, à parte, trabalhada pelos usos e costumes que impõe, por um vocabulário opulento, amálgama de línguas diversas fundidas no cadinho do meio, e dá ao homem, pela função imperativa do desdobramento de atividade de sua própria iniciativa, um caráter forte, livre, generoso, hospitaleiro e heróico.

Bastaria êsse aspecto de ordem puramente econômica, a introdução do gado, para justificar a influência que sôbre a formação dos povos do extremo-sul exerceu a civilização jesuítica, se outros mais diretos não pudessem ser levados a seu crédito.

A história da civilização rio-grandense precede, assim, a do povoamento de seu território, fixando-se as suas origens mais remotas na revelação da incalculável riqueza econômica das vacarias que orienta para o Prata as correntes expansionistas de colonização portuguesa.

Aos espanhóis jamais interessou êsse trato de terra que, circulado pelo Prata e Urugual, ia morrer nas linhas indecisas do meridiano de Tordesilhas. E o mesmo sucedera aos portugueses que, embora percorrendo-o ainda com as entradas paulistas, que vão até a década de 60, só procuravam maloquear, levando para Piratininga chusmas incontáveis de índios infiéis que arrancavam de suas aldeias. Durante 30 anos em que cruzaram êsse território, porque não oferecia condições econômicas de vida, não deixaram nêle um pósto sequer de ocupação definitiva, um núcleo inicial de fixação e povoamento. E os próprios jesuítas, cujos catecúmenos tapes alegam direitos à posse da terra que fôra de seus antepassados, e de que se retiraram pela invasão das bandeiras paulistas, não mais voltam a seus rincões, porque, destruídas as aldeias, sem interesse de ordem material que aí os prenda, nada mais os vincula a ela.

Descobertas as vacarias, célere corre a notícia dessa fantástica riqueza que valoriza a terra. Em tóda parte, a geografia do gado que fixa, com a localização dos currais, os esteios da civilização, é traçada pelo homem que, à frente das boiadas, fecunda os desertos.

"A avançada" para os sertões brasileiros, observa o erudito Eugênio de Castro, "se de vários pontos se deu pela necessidade de guerra aos índios, para cativá-los ou afugentá-los de vez — o que teve o socorro dos paulistas, vindo pelo vale do São Francisco, numa e noutra das margens, foi substituída pela marcha regular

¹ Capistrano de Abreu. *Cop. de Hist. Colonial*. 44.

da expansão e fixação do gado em pequenos sítios e fazendas, obedeceu a uma jornada pastoril, lenta e segura, de que foi figura primacial, nos sertões balanços, o vaqueiro.

Estabelecida uma fazenda, ou curral, o vaqueiro só passou a ter a quarta parte dos gados que criava, depois de decorridos cinco anos de seu emprêgo. Por sua vez era o vanguardeiro de outros sítios, futuras fazendas povoadas e vilas. Esse processo foi alargando o panorama pastoril, sem deixar em decadência o que era lavoura ou criação, nos afazendados de origem”².

Nessa penetração, o vaqueiro não conhece distâncias. À frente do gado, aboiaando as tropas, cruza os piques invios das matarias fechadas; tendo, à cabeça, enfiada, a caveira de um boi de aspas longas e recurvas, abre o nado das tropas, vadeando rios correntosos e profundos; e, de um ponto para outro, na sua sucessão quase interminável, vai plantar nos lindes extremos da terra os marcos de fronteiras de cuja inviolabilidade se torna sentinela atenta e defensor heróico.

Mas, não será unicamente o gaul e o fixador em novos currais e estâncias dos rebanhos que conduz e pastorea. É o criador de um mundo novo que traça geograficamente e o diferenciador de novas etnias. As injunções do meio, trabalhos e provações; o apuramento de predicados excepcionais de resistência e bravura; usos e costumes, e a cópia de verbalismos novos com que enriquece o seu vocabulário, modificam-lhe, essencialmente, o tipo primitivo. A miscigenação imposta pelo sangue das raças, que aí se chocam e se misturam, completa essa modificação. Forma, assim, a geografia do gado, um tipo de exceção, completamente diferente do outro, que conserva os seus traços de origem, perlongando o litoral de que se não afasta, entregue aos amanhos incipientes da terra. É ela que realiza a unidade nacional. Os currais e as estâncias são os elos dessa corrente destrutível que vai prendendo, rincão a rincão, toda a vasta extensão territorial do Brasil³.

Em suas linhas de dispersão geográfica que ligam o núcleo inicial da pecuária brasileira no centro-sul aos sertões longínquos de oeste, dando origem à riqueza pastoril do Prata, que decorre da introdução do gado em Assunção do Paraguai, com as “sete vacas” lendárias de Gaete, verifica-se, ainda, o mesmo processo de difusão bovina. A frente dos povoadores das novas cidades, na sua missão histórico-social de fecundador de desertos e condutor da civilização, era sempre o gado o fixador do homem à terra e o curral o ponto de convergência de populações adventícias.

Diverso, porém, em suas próprias origens, o panorama geográfico da dispersão e multiplicação dos rebanhos que opulentam os campos cisplatinos. Abandonado a sua mesma sorte, entre as bacias do Ibicuí e do Jacuí, sem custeio nem cuidados de vaqueiro, o gado segue para o sul, onde magníficas pastagens e perenes aguadas facilitam, em largas décadas, sua assombrosa multiplicação e aprimoram uma raça de seleção, que foi o *gado crioulo*.

Por muito tempo desconhecido, circunscrito à campanha que se estende até o mar, criou reservas inexauríveis que deveriam açular as mais fundas ambições pela posse da terra que valorizara economicamente e pela exploração intensiva das fontes de riqueza que constituía. Não obstante a prioridade dos jesuítas em seu lançamento, pelo abandono em que jazia e pelo próprio processo de sua multiplicação, esse gado era considerado *chimarrão*, isto é, selvagem, o que excluía direitos de propriedade particular.

Reivindicavam os tapes, oriundos dos índios que haviam sido primitivos donos da terra, e a quem pertenceram os primeiros rebanhos nela introduzidos, o direito de extração dos gados das vacarias, contestando os espanhóis, em longos pleitos judiciais, que somente a eles pertencia essa riqueza, fazendo-a proceder de cascos vacuns aí lançados por Hernandarias e outros.

Antes, porém, que essas disputas ocorressem, conhecida a riqueza pastoril da terra completamente abandonada, dirigem os portugueses para ela as suas atenções, avocando a si o direito de posse pela prioridade lusa na descoberta do Rio da Prata.

Intentam-se expedições para efetivar essa posse. Ao princípio timidamente esboçadas pelo receio de um choque com os castelhanos. Concedem-se, reatando

² Eugênio de Castro, *Geografia lingüística e cultural brasileira*, Rio de Janeiro — 1937, p. 37.

³ Aurélio Porto, *Função sócio-geográfica do gado brasileiro*. Jornal. Rio, 30-IV-1939.

o fio da política de colonização primitiva, largas donatarias que vão até Maldonado, mas que esbarram, na fixação geográfica de seus lindes, com os mesmos receios de prováveis antagonismos internacionais. A expedição de reconhecimento de Jorge Soares Macedo ruma, finalmente, para o sul. Tem, porém, o epílogo desastroso de um naufrágio e o encontro com a tropa missioneira dos jesuítas que, sabida a incursão, fica de alcatéia na praia deserta em que surge o explorador. É quando, remontando às alturas de São Gabriel, com o aparelhamento necessário à fixação de uma colônia militar, que será o núcleo do expansionismo português no Prata, funda D. Manuel Lôbo, ali, a cidadela de Nova Lusitânia, depois Colônia do Santíssimo Sacramento. Ao norte, no litoral, coincidindo com essa penetração para o extremo-sul, o capitão-mor Domingos de Brito Peixoto e seus filhos fundam Laguna, cuja influência no povoamento do território rio-grandense será de decisiva importância. Caberá aos lagunistas, atraídos pelo gado chimarrão das Pampas, de que desde a primeira hora fazem grandes arreadas, a verdadeira fundação do Rio Grande do Sul, que percorrem em tôdas as direções e em que fixam depois, nas alturas de Viamão, os seus primitivos currais.

Estabelecidos êsses dois núcleos de povoamento — Colônia e Laguna — que são os marcos avançados de penetração portuguesa no Prata, compreendem os jesuítas que um sério perigo ameaça destruir a riqueza que dera à terra dos tapes um alto valor econômico. Outro fator que val exercer decisiva influência nos destinos da terra surge no índio campeiro, minuano e afins, inimigo tradicional dos catecúmenos jesuítas, com os quais muitas vêzes travaram sangrentas contendas. Conseguem os portugueses cativá-los com suas dádivas e por seu intermédio extrair das vacarias inúmeráveis tropas de gado, que suprem às necessidades da Colônia ou sobem para Laguna, onde se estabelecem as primeiras charqueadas do sul e se inicia larga exportação de efeitos vacuns.

Aos portugueses e índios vem-se ajuntar um elemento novo — o gaudério. Egressos da civilização, "sem lei, sem rei, sem Deus" surgem de tôdas as partes. São, inicialmente, moços santafecinos, "crioulos, jovens e inquietos, que encontraram nelas (vacarias) uma distração, primeiro, e uma ocupação, em seguida, muito de acôrdo com o espírito de aventura que corria em suas veias". As expedições às vacarias, em que tomavam parte principal, foram alheando-os das cidades "até romper por completo os frágeis laços que os ligavam ao lar paterno, onde a vida lhes decorria difícil". Foram os primeiros "paisanos" que, ao se isolarem dessa forma, rompiam, não só com seus pais como também com a sociedade de seus semelhantes para fundar uma sociabilidade regressiva que nosso grande Sarmiento chamou com justiça "a civilização do couro". Aparecem "nos primeiros anos do século XVIII. Primeiramente na Banda Oriental, onde as expedições santafecinas vão deixando peões que fazem vida selvagem, dedicando-se à extração de couros para o Assento, ou para os portugueses da Colônia do Sacramento. Citada fica a opinião do comissionado da referida Banda que em 1721 diz que aquelas campanhas estão cheias de peões vagabundos que vivem a seu arbítrio, sem Deus, sem rei e sem lei. Essas referências pintam perfeitamente o gaúcho nômade"⁴. A êstes vão-se juntar portugueses, brancos, mestiços e pretos, oriundos de tôda parte, que são atraídos pela vida livre e aventureira das vacarias, ou pelas facções guerreiras de que vão ser cenários as campanhas infundáveis da Pampa, para o entrelaço das duas raças em formação que disputam a posse desse patrimônio econômico que as opulenta.

Com as incursões que haviam feito, à frente das hostes armadas de seus catecúmenos, recrutados nas doutrinas da margem ocidental do Uruguai, a fim de obstar o avanço português para o Prata, conhecem os jesuítas o volume surpreendente da riqueza pecuária das vacarias. Perdem também com essa penetração o temor que os inibia, até então, de uma assistência efetiva a êsse território, cuja valorização econômica, com a difusão do gado, tornara a meta ambicionada de portugueses e espanhóis. Fatores dessa riqueza, sentiram-se espoliados no direito natural que lhes assistia em sua lucrativa exploração. Urgia estabelecer fortes núcleos de população, vadeando o Uruguai, para preservá-la da destruição eminente já prevista com o avanço dos elementos alienígenas que tentavam se fixar ao sul e ao norte. Portugueses, espanhóis, gaudérios e índios

⁴ Emilio A. Coni, *História de las vaquerías de Rio de la Plata*. Madrid. Tipografía de Archivos. Olozaga, 1, 1930.

campeiros, iniciavam êsse largo processo histórico do povoamento do sul, sôbre as bases fundamentais da geografia do gado que lhes impunha os imperativos de uma civilização incipiente.

Colônias de índios cristãos a que cabem resguardar êsse patrimônio jesuítico de inapreciável valor, deslocam-se das terras a que a ação bandeirante obrigara transmigrar seus antepassados e fundam, no vale do Uruguai, em sua banda oriental, os povos de Missões. Ao princípio, temerosos ainda, se bem que fortes pela férrea disciplina da educação jesuítica, localizam-se uns próximos aos outros, para eventual socorro e assistência de defesa. Mais tarde, na preservação de sua própria economia rural, estendem as suas estâncias por todo o território rio-grandense, enchendo-o de magníficos rebanhos de gado de tôda espécie, que são a origem da penetração e fixação dos elementos brasileiros que fundam aí os esteios avançados da nacionalidade. A geografia jesuítica do gado, atraindo o lagunista, cria o tropeiro que marca com seus currais primitivos, na terra rio-grandense, o fogão das estâncias, em tórno do qual o gaudério primitivo dos campos irá emergindo da semi-barbaria em que se afundou, para a civilização a que retorna.

Para se contrapor, pelas armas, à expansão portuguesa, e à exploração das ricas campanhas do Prata, allam-se os jesuítas e os espanhóis de Santa Fé e de Buenos Aires que levam vários assédios à nova fundação lusitana. Trava-se, então, essa luta formidável que deverá durar um século e delinear fronteiras que oscilam ao sabor dos tratados ou do entrecchoque sangrento dos contendores. Conseguem, entretanto, os portugueses a aliança dos índios cavaleiros que dominam as campanhas da Banda Oriental e que, numa poderosa confederação, hostilizam, principalmente as Missões uruguayas. E quando compreendem os platinos a necessidade de estabelecer à margem setentrional do grande estuário um pósto estável de população branca, para se contrapor ao avanço português. Surge daí a cidade de Montevldéu e com ela as origens de uma nacionalidade, cujos usos e costumes, oriundos na mesma fonte original, são idênticos aos das campanhas do estado mais meridional do Brasil, e cujas fronteiras geográficas, imprecisas e incertas, sômente se identificam pelos idiomas que, no entanto, quase se confundem, na comunidade dos verbalismos novos com que a civilização do gado os opulentou.

Quando, em 1737, o brigadeiro José da Silva Pais, entrando à barra do Rio Grande, funda o primeiro estabelecimento oficial de posse portuguesa que se ergue no litoral, já, penetrando até as alturas do Viamão, os pioneiros do povoamento rio-grandense, dominando campos de sesmarias extensas, recolhem das campanhas longínquas tropas inumeráveis de gados missioneiros. Em tórno da estância que se ergue, na sua predestinação social, congregam-se elementos de tôda espécie, que serão os fautores da cidade futura. Lagunistas, colonistas, gaúchos e índios, portugueses e espanhóis, missioneiros e miruanos, aí se fundem numa miscigenação primitiva. São as origens étnicas das principais gerações rio-grandenses. E nessa fase de formação não é de desprezar a contribuição de índio das Missões jesuíticas, como se depreende da porcentual com que concorre nos assentos batismaes de Viamão e do Presídio do Rio Grande. E, mais tarde, coincidindo com a entrada inicial dos casais aóritas que formam o fundo da população branca do continente, na Guerra de Demarcação, o general Gomes Freire de Andrada promove a entrada no território rio-grandense de algumas centenas de famílias missioneiras, que fundam as aldeias de São Nicolau do Jacuí, São Nicolau do Rio Pardo e a Aldeia dos Anjos, junto a Viamão. Confundidos com a população de origem lusa, porque se lhes impõe a adoção de nomes portugueses, entram largamente na formação das nossas populações rurais, numa alta mestiçagem de impossível identificação genealógica.

Nossas lendas campeiras, nossa música e cânticos folclóricos, o fatalismo característico do nosso povo, a displicência das nossas ações, e o religiosismo das velhas gerações campeiras, refletem um pouco a civilização decadente das Missões. Com a idade do couro, que é um dos mais interessantes períodos da história do extremo-sul, fundam as Missões Indústrias incipientes que criam raízes fundas em nossas populações rurais. Sob todos os aspectos, apreciados em detalhe, encontraríamos, fundamentando a asserção, uma influência mediata da civilização missioneira na formação primitiva do Rio Grande do Sul.

Com a conquista dos Sete Povos e integração de suas populações, já decadentes, à comunhão brasileira, recebemos um acervo histórico que se torna um patrimônio nacional.

Não há negar que a civilização missioneira, universalista em suas origens, que mesmo mais tarde se segregava da influência castelhana, porque a presidia o isolacionismo jesuítico, atuou na formação das nossas populações rurais, pela geografia do gado, pela contribuição étnica do tape e pelas características que lhe são peculiares.

A história do gado, que é a história econômica do Rio Grande do Sul, por si só integraria as Missões Orientais do Uruguai ao panorama histórico da civilização brasileira.

2 — O ciclo do gado vicentino.

O gado que os jesuítas introduzem, em 1634, no território que se estende a oriente do rio Uruguai, e que vai constituir o casco da pecuária sul-rio-grandense e uruguiaia, procede, em suas origens primitivas, dos rebanhos brasileiros de São Vicente, aí introduzidos um século precisamente antes, por ordem do donatário dessa capitania Martim Afonso de Sousa.

Embora recebesse uma pequena porcentagem de sangue do gado espanhol, que baixa do Peru, em quantidade mínima que pouco influi sobre os seus característicos raciais, o "gado crioulo" que readquire, no estado selvagem a que retorna pelo largo abandono de quase meio século nas campanhas platinas, as suas preciosas qualidades primitivas, constitui pela sua rusticidade e valor econômico uma raça à parte, distinta da brasileira, paraguaia e correntina, das quais procede, por descendência secular direta.

Dava-se-lhe também originariamente a designação de gado "colonão", julgando proceder da Colônia do Sacramento, de onde os portugueses recebem as primeiras notícias de sua existência.

A história do gado crioulo é, em síntese, a história da civilização jesuítica, origem precípua das correntes de povoamento portuguesas e espanholas que se entrecrocaram no território uruguiaio, cenário admirável em que se formam dois povos quase semelhantes por usos e costumes, mas separados por antagonismos iniciais de sua própria economia, pela língua de matizes diferentes, que mais tarde quase se confunde nos fogões rurais, por modalismos verbais comuns oriundos da mesma atividade do mesmo *habitat* de que eles surgem.

É ainda a expansão geográfica do gado brasileiro, em sua penetração para oeste, depois de um século, retomando sua marcha de retorno, que vai incorporar ao patrimônio territorial do país regiões que serão reservas formidáveis da economia nacional.

Foi Martim Afonso de Sousa o fundador da pecuária brasileira.

Estava ainda em São Vicente quando ali chegou, em 1523, uma carta d'el-rei, que trazia João de Sousa, comunicando-lhe o vasto plano de divisão do Brasil em capitâncias hereditárias, cabendo-lhe, nessa partilha a de São Vicente. E, antes de voltar ao reino, o que realizou na monção do ano seguinte, lançou os fundamentos da vila. "Para matriz erigiu uma igreja com o título de N.S. de Assunção; fêz cadeia, Casa de Conselho, e tôdas as mais obras públicas necessária; foi, porém, muito breve a duração de seus edifícios, porque tudo levou o mar"⁵.

Em João Ramalho, o patriarca da terra que ali estava desde 1511 ou 1513, encontrou o donatário um precioso elemento par ao êxito de sua empresa. E com ele sobe ao planalto de Piratininga, que se estende, até morrer, às "bordas do campo". O capitão-mor se deixa impressionar "pela bondade" dessas terras, pela aptidão que lhes descobre para "criarem gado vacum, cavalari e o ovelhum".

Resolve, então, quando voltar ao reino, dar providências imediatas para a remessa de exemplares de gado que são os sementais de que "saíram desta (capitania) de São Vicente, as éguas, vacas e ovelhas, que propagarão em tôdas as mais"⁶.

⁵ Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a Hist. da Capit. de São Vicente*. 3.^a ed. São Paulo, 1920, 141.

⁶ *Idem* — 169.

Muitos fidalgos que trouxera na armada ficam povoando a terra. Os casais vêm depois, como se depreende da declaração de João Gonçalves que, segundo frei Gaspar, em petição de 4 de abril de 1538, diz, ser "casado com mulher e filhos em a dita terra, passa de um ano, e ser o primeiro homem que à dita Capitania veio com mulher, casado, etc". No planalto João Ramalho fundara Santo André da Borda do Campo que, mais tarde, se fundiria com Piratininga, aldeia que o grande Manuel da Nóbrega visita, pela primeira vez, em 30 de agosto de 1553⁷.

Martim Afonso, escreve Pêro Lopes, no *Diário*, "repartiu a gente nessas duas vilas e fêz nelas oficiais e pôs tudo em boa ordem de justiça, de que a gente tomou muita consolação, com verem povoar vilas e ter leis e sacrificios e celebrar matrimônios e viverem em comunicação das artes e ser cada um senhor do seu e vestir as injúrias particulares e ter todos os outros bens da vida segura e conversável"⁸.

Na ausência do capitão-mor que, em princípios de 1533, segue para o reino fica governando São Vicente, no nível, o padre Gonçalves Monteiro, vigário da nova igreja a quem cabia prover ofícios e conceder sesmarias. O governo das Armas tocou a Pêro de Góls e Rui Pinto.

Martim Afonso chegou a Lisboa em maio de 1533, sendo nomeado capitão-mor da Índia, para onde partiu com cinco velas a 12 de março de 1534. "Enquanto não partiu para o novo destino ocupou-se da sua capitania, enviando-lhe casais, plantas e sementes — incluindo cana-de-açúcar; e celebrando contratos para a fatura dêste"⁹.

O Dr. Urbino Viana, que assina interessante trabalho sobre o assunto, coloca a introdução do gado, em São Vicente, entre aquelas duas datas, acrescentando que foi mandado por D. Ana Pimentel, mulher de Martim Afonso e sua procuradora nos negócios atinentes à capitania¹⁰. Essa procuração está datada de 3 e 6 de março de 1534¹¹.

Não se pode, ainda, de sã consciência, determinar uma data precisa para a introdução do gado no Brasil. É possível que nos arquivos portugueses se encontrem indicações não reveladas até hoje. Nas feitorias que se estabeleceram ao norte, antes da fundação de São Vicente, é provável, mesmo, que portugueses ou franceses houvessem introduzido algumas cabeças de gado, mas em número tão resumido que não se destinariam senão exclusivamente para o consumo.

Martim Afonso em sua armada da Índia, segundo Jabotão, "levava religiosos menores e tornou de arribada ao porto da Bahia"¹². Em seguida, destinando-se à Índia, e no mesmo ano, sabe-se que Pêro Lopes, em uma caravela e Firmino Sodré, em outra, saíram de Lisboa. No ano seguinte, em setembro, saiu uma armada de que fazia parte a nau "Galega", capitaneada por Tomé de Sousa.

Não é fora de propósito supor que o próprio Martim Afonso tivesse trazido em sua armada o primeiro gado introduzido em São Vicente transbordado na Bahia para o sul. C. Malheiro Dias informa que "os navios, que de Portugal vinham anualmente ao Brasil, faziam a cabotagem desde Pernambuco a São Vicente, trazendo-lhe novos colonos, gados, panos e ferramentas, e transportando para a metrópole as caixas de açúcar produzido nos canaviais florescentes da Colônia"¹³.

Segundo Gandavo o primeiro gado introduzido no Brasil teria vindo de Cabo Verde, onde as armadas que demandavam o Novo Mundo se abasteciam e informou que nesta parte poderia alcançar, começaram-lhe a levar da ilha de Cabo Verde cavalos e éguas, de que agora há já grande criação em todas as capitanias desta que, "depois que a terra foi conhecida e vieram a entender o proveito da criação província. E assim há também grande cópia de gado, que da mesma ilha foi levado a estas partes; principalmente de vacum há muita abundância, o qual, pelos pastos serem muitos, vai sempre em grande crescimento"¹⁴.

⁷ Padre Serafim Leite, *Páginas de História do Brasil*, p. 92, notas 5.

⁸ Eugênio de Castro, *Diário de Pêro Lopes*.

⁹ F.A. de Varnhagen, *Biog. Martim Afonso*. Rev. Inst. Hist. Bras. V-235.

¹⁰ Urbino Viana, *Sobre o gado curraleiro* — Rio, 1927.

¹¹ Carlos Malheiro Dias, *Hist. da Colon. Portuguesa no Brasil*, 1.º, 109.

¹² Jabotão, *Nova Orbe Seráfico*.

¹³ *Hist. Colon. Port.* cit. III, 230.

¹⁴ Pêro de Magalhães Gandavo — *Tratado da Terra e Gente do Brasil*. Ed. 1924, Rio, 102.

Os mais antigos cronistas são contestes em afirmar a precedência de São Vicente em criação de gados, assinalando o padre Simão de Vasconcelos que "esta vila de São Vicente foi a primeira em que se fez açúcar na costa do Brasil e donde as outras capitanias se provisionaram de cana para a planta e de vacas para a criação"¹⁶. E frei Gaspar citando o padre Simão de Vasconcelos acrescenta que "saíram desta de São Vicente as éguas, vacas e ovelhas que propagaram em tôdas as demais".

Pêro Lopes, em seu *Diário*, nos dá as primeiras notícias sôbre distribuição de terras em São Vicente. "A todos nós pareceu tão bem esta terra, que o capitão I determinou de a povoar e deu a todos os homens terras para fazerem fazendas".

Entre os primeiros que recebem sesmarias de terras, em São Vicente, figura o fidalgo Brás Cubas que veio na armada de Martim Afonso, e que mais tarde é o fundador de Santos. Data a concessão de 10 de outubro de 1532 a que, em 1536, agrega as terras de Jerebatiba¹⁷.

Sua fazenda demarcada em 1567, ficava junto à aldeia do Paqueri e nela tinha uma capela dedicada a Santo Antônio, coberta de telha e casas fortes, além de muito gado, assim vacum, como suino. É um dos primeiros que iniciam a criação de gados, cujo casco foi grandemente aumentado com a vinda de seu pai, que chegou a São Vicente em 1537, trazendo "muita fazenda"¹⁸.

Além dos engenhos de açúcar que se fundam e que recebem algumas cabeças de gado vacum para suas próprias necessidades e força motriz, os proprietários de terra, quer em São Vicente, quer no planalto "onde melhor se poderia desenvolver a cultura de cereais e a criação de gados", vão povoando os seus campos, onde os animais se multiplicam, constituindo os núcleos iniciais da pecuária vicentina e, principalmente, piratiningana.

A Pedro de Góis, na mesma data, concede o capitão-mor uma sesmaria, junto ao Engaguaçu, onde estabelece o engenho da "Madre de Deus". Depois de povoados, tendo de se retirar para tomar conta da capitania que lhe foi doada, entrega esses campos a seu irmão Luis de Góis, cujos filhos, mais tarde, como veremos, levando gado dessas fazendas, são os fundadores da pecuária do Paraguaí.

A Rui Pinto concede o capitão-mor, em 10 de fevereiro de 1533, uma sesmaria nas terras de "Pôrto das Almadias", onde se estabelece, também, seu irmão Francisco Pinto.

Além dessas concessões aos povoadores que ficam em São Vicente e, mais tarde, sobem para o planalto, e aos que ali encontrara, faz o capitão-mor doação de extensas sesmarias. Entre, estas interessa-nos a do mestre Cosme, mais tarde requerida por Pêro Correia, grande senhor em posses, terrível preador de índios, que a povoou de farta quantidade de cabeças de gado. Movido pela catequese dos jesuítas, Pêro Correia entra para a Companhia, em que depois, por amor dos índios, se torna mártir, regando com seu sangue a fronteira entre Carijós e Ibiraiaras. As sesmarias e os gados de Pêro Correia são doados à Companhia, em 1533, a fim de constituírem um fundo para manter os meninos do Colégio de Piratininga.

Mas, é no planalto, onde João Ramalho funda Santo André da Borda do Campo e os jesuítas, mais tarde, Piratininga, que se desenvolve a criação de gados pela excelência dos campos que ali se encontram.

Fundado o colégio, que dá origem a São Paulo, quando o padre Nóbrega aí vem compreende que ele não poderá se manter e sustentar suas terras e gados que suprem às necessidades de alimentação e indústria dos irmãos, e, "se não foram as terras e vacas que o padre Nóbrega com tanta caridade foi granjeando e que é a melhor sustentação que agora tem com que se criou tantos irmãos", informa Anchieta, não poderia subsistir o Colégio¹⁹.

Foram em número de 12 as primeiras vacas que entraram para o campo do Colégio, segundo informa o padre Nóbrega, "também tomei 12 vaquinhas para criação e para os meninos terem leite, que é grande mantimento, e foram com-

¹⁶ Padre Simão de Vasconcelos — *Crônica da Comp. de Jesus, no Estado do Brasil* — 1.^a ed. Liv. I, 40. L L L L L L L L L L

¹⁷ *Hist. Col. Port.* III, 232.

¹⁸ *Rev. Inst. Hist. São Paulo*, IV, 294.

¹⁹ Padre Joseph Anchieta — *Cartas Jesuíticas* — III, 1933, Rio, 476.

pradas por pouco mais de 30\$0²⁰. As vacas, aduz em outra carta, foram adquiridas para os meninos, "como as terras e são suas", e o mesmo sucedeu, com as do irmão Pêro Correia: "que são dos meninos". Com seu espírito de previdência, Nóbrega, segundo Anchieta, embora ao princípio em Piratininga se padecesse muita fome, "mui raramente mandava matar alguma rês, enquanto eram poucas as vacas, para que se multiplicassem para os vindouros"²¹.

E assim sucedeu, pois, em pouco tempo, a casa dos jesuítas podia contar com um rebanho já bastante desenvolvido, até para suprimento de outros colégios, como o do Rio de Janeiro, que dali recebeu os seus primeiros sementais.

Em 1554, quando da fundação de São Paulo pelos padres, já se contavam quatro aldeias vicentinas: São Vicente, Santos, Santo André, Itanhaém. Com exceção de Piratininga e de Santo André, "tôdas estas três vilas são pobres, de poucos mantimentos, e gado, porém abundantes em açúcar". Mas, Piratininga "é terra de grandes campos, fertilíssima em muitos pastos e gados de bois, porcos, cavalos, etc. e abastece de muitos mantimentos", "os nossos comem de ordinário vaca, que é terra e sadia, ainda que não muito gorda" informa Anchieta.

Só 30 anos depois da introdução do gado, mercê de magníficas publicações de documentos paulistas, pode-se acompanhar com mais minúcia e evolução da pecuária vicentina.

Em 1564 determina a Câmara que se levante uma estatística dos gados de São Paulo, que deveriam pagar o devido tributo, notificando os proprietários dêles ao ouvidor geral a respectiva quantidade. Em vereança de 29 de abril pelo "procurador do ano passado foi dito e requerido haos officiais (da Câmara) q eles soubessem hos bois q avia nesta dita villa dos moradores dela q os mandassem todos per hirem a pagamto, hao Sor houvitor geral"²².

Apesar de sacrificios impostos aos criadores pela guerra contra os índios e fornecimento às armadas reais, os gados se multiplicavam assombrosamente nos campos piratininganos para onde também acorriam vicentistas e paulistas que, no planalto, tinham também as suas criações. E para evitar pleitos constantes, determinou a Câmara o registo dos primeiros sinais, marcas ou ferros de gado. A ata de 27-V-1576 traz os nomes dêsses fundadores da pecuária nacional: Afonso Sardinha, cujo sinal era "orelha espontada, e depois de espontada é fendida e aareguarda da orelha somente"; Brás Cubas, que já regista marca de fogo: "um C fero da marje hatraz q he hũa B e a rez te a orelha fendida"; Joane Anes, I, Carina Gonçalves, S. Francisco Pires, F; Gaspar Rodrigues, M; Antonio Preto, R; Baltazar Gonçalves, B e Lourenço Vaz, L".

Em atas subseqüentes encontram-se largas nominatas de criadores que têm fazendas povoadas de gado. Estas se estendem da banda do caminho do "hipirangua", que é o "caminho do mar"; da banda da Ponte Grande: em Virapoheira; caminho dos Pinheiros e outros. Cabem a êsses criadores o ônus da conserva dos caminhos e são para isto citados nominalmente pela Câmara.

A pelagem do gado, de que nos dão notícias *Inventários e Testamentos* de fins de século XVI, acusa as origens ibéricas dos sementais primitivos. Predominavam os pêlos pintados, barroso, vermelho, alvasã e fusco. Estão avallados: vacas paridas em 3 cruzados cada uma, vacas sôltas em 1\$0; novilhos a \$640; boi capado, em 2\$0; éguas a 1\$0; éguas com cria a 2\$0; cavalos a 4\$0 cada um. Os preços de compra e venda eram, naturalmente, superiores. As 12 vaquinhas, vendidas por caridade ao padre Nóbrega, para os meninos, custaram, em média 2\$5 cada uma, pois o preço real era de 5\$0, atingindo na Bahia, em 1549, os bois a 6\$5 e os novilhos a 5\$0. Mais estimado do que os outros pela pelagem, o boi vermelho alcança melhores preços. Era, como o fusco, a pelagem predominante nos rebanhos piratininganos, como depois vai sê-lo também nos rebanhos crioulos do Rio Grande do Sul, que daí trazem suas origens mais remotas²³.

¹⁹ Padre Manuel da Nóbrega — *Cartas Jesuíticas* — I, Rio, 1931, 130.

²⁰ Anchieta — *Cartas* cit. 475.

²¹ *Atas da Câmara da Vila de São Paulo* — São Paulo, 1914, vol. I, 39.

²² Aurélio Fôrto. *Apud.* — *História do gado no Brasil* — Em preparo.

3 — *Fundação da pecuária paraguaia.*

Procede de São Vicente o casco inicial do gado vacum que dá origem à pecuária do Paraguai, em meados do séculos XVI.

Em substituição a Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, governador do Prata, que fôra prêso e deportado de Assunção, escolhe el-rei, em competição com outro candidato a êsse cargo, a Juan de Senábria, homem nobre e rico, que apresta logo uma expedição para se transportar à sua governança. Aparelhada já estava a frota que a devia transportar quando faleceu o capitão Juan de Senábria, que nesses preparativos empregara todos os bens que possuía. Substituiu-o seu filho Diego de Senábria. Compunha-se a expedição de uma nau e duas caravelas, e nela vinham a viúva de Juan de Senábria, D. Mência Calderon e duas filhas, D. Maria e D. Mência. Partiu a frota de São Lucar, no ano de 1552. Como cabo da gente dela regressava ao Paraguai o capitão Juan de Salazar de Espinosa, que fôra deportado de Assunção e seguira para a Espanha na mesma caravela que conduzira o governador Cabeza de Vaca. Vinham, na mesma expedição, vários fidalgos e povoadores, entre os quais se destacavam Cristóvão de Saavedra, filho do correio-mor Hernando de Trejo e o capitão Becerra que trazia mulher e filhos, em nau de sua propriedade.

Depois de longa viagem, aportou a esquadra ao Brasil e na Laguna, à entrada da barra, perdeu-se o navio de Becerra com tudo quanto trazia, salvando-se unicamente a gente que pôde chegar à terra.

Desavieram-se aí o piloto-mor e o capitão Salazar, e sendo eleito Hernando de Trejo chefe da expedição, retiraram-se para São Vicente vários componentes da armada. Trejo, compreendendo a necessidade que se fazia sentir de uma povoação que fôsse escala, na costa do Brasil, para atingir Assunção, indo ao pórtio de São Francisco ali lançou, em 1553, os fundamentos de uma cidade. Estabelecendo-se aí, casou com D. Maria de Senábria, viúva de Juan de Senábria, nascendo em território brasileiro, dêsse matrimônio, frei D. Hernando de Trejo, que foi bispo de Tucumã e fundador da sua Universidade.

Não faltaram trabalhos e misérias naquela incipiente fundação e Trejo, atendendo rogos insistentes de sua mulher, resolveu abandonar a povoação, seguindo, por terra, para o Paraguai. Depois de trabalhos sem conta e duros meses de largas provações, em que morreram de fome 32 soldados que se perderam, chegou Hernando de Trejo a Assunção, onde o general Domingos de Irala, nomeado governador do Rio da Prata, o conservou prêso por largo tempo, por ter abandonado o pórtio de São Francisco, que fundara, e que tão necessário se tornava para as entradas, por terra no Paraguai.

O capitão Juan de Salazar, que fôra para São Vicente, havia casado com D. Elvira de Contreras, filha do capitão Becerra, e aí se encontrou com o capitão Juan Diaz de Melgarejo, com quem concertou voltar a Assunção.

Fizera Salazar, na villa de Martim Afonso, boas relações de amizade com os moradores, insinuando a muitos dêles as vantagens que teriam passando com famílias e bens à cidade de Assunção. E tal foi a propaganda e a retirada de povoadores para o Paraguai que o padre Manuel da Nóbrega, temendo o despovoamento da capitania de São Vicente "pela pouca conta e cuidado que el-rei e Martim Afonso de Sousa têm, e se vão lá passando ao Paraguai pouco a pouco", diz que "seria bom ter a Companhia lá um ninho onde se recolhesse quando de todo São Vicente se despovoasse". Além disto, "estando lá os da Companhia se apagariam alguns escândalos que os castelhanos têm dos portugueses, e a meu parecer com muita razão, porque usaram mal mal com uns que vieram a São Vicente, que se perderam de uma armada do Rio da Prata"²³.

Entre as pessoas que se ligam a Salazar contam-se os irmãos Cipião²⁴ e Vicente de Góis, oriundos de troncos ilustres de povoadores vicentinos, filhos de Luís de Góis, fidalgo da Casa Real, irmão de Pedro de Góis, que foi donatário da capitania de São Thomé e capitão-mor de uma armada que, em fevereiro de 1553, estava surta no pórtio de Santos.

Segundo refere frei Gaspar da Madre de Deus residiu Luís de Góis alguns anos em São Vicente, dali saindo com sua mulher D. Catarina de Andrade e

²³ Padre Manuel da Nóbrega, *Cartas do Brasil*, Rio, 1931, p. 175.

²⁴ Ciprião de Góis, diz o capitão Salazar em carta de 20 de março de 1556.

Agullar, quando seu irmão, Pedro de Góis, os transportou para a capitania que ia fundar, no ano acima referido. Anteriormente Pedro de Góis doara-lhe o engenho da Madre de Deus, que ficava em terras fronteiras ao de Engagaçu²⁶.

Era Cipião de Góis filho primogênito dêsse casal e veio de Portugal com seus pais, tomando conta do engenho da Madre de Deus, onde havia já grande cópia de animais vacuns.

Havia muito que Salazar, pretendendo reŕornar a Assunção, solicitara para isto a permissão devida, pois ordens terminantes do governador-geral da Bahia proibiam a saída, das povoações portuguesas, de quaisquer estrangeiros que a ela aportassem o que só se daria mediante expressa determinação real, que deveria vir da Córte. É o próprio Juan de Salazar quem informa: "Visto que de Portugal no venia el despacho para nos dejar ir al Paraguay, y tan malas esperanzas de nuestro remedio, y la necesidad de cada dia mayor y muchas molestias que no se podian sufrir, trate con Ciprian de Goes, hijo de Luiz de Goes, que habia poco era venido de Portugal, a estar en un engenio del padre, que nos viniesemos al Paraguay, porque del entendí tener voluntad de hacer"²⁷.

Muito teriam influído sôbre a resolução dos irmãos Góis, segundo parece, as insinuações e promessas que lhes teria feito Juan Diaz Melgarejo, capitão paraguaio, partidário de Cabeza de Vaca, e foragido nessa capitania, onde chegara, procedente de Guaira. Há, sôbre sua atuação em São Vicente, entre as acusações que lhe são feitas por Gregório de Acosta, referência ao caso dos irmãos Góis, que "enganara com palavras e promettimentos" e maltratara, tirando-lhes "fazendas" quando chegou ao povo de Piquiri, em Guaira. Acosta acusa Melgarejo de ter "tirado a mulher a um dèles" (Cipião), não obstante ser ela sua comadre.

Diz Gregório de Acosta que Melgarejo "quando estêve em São Vicente, onde se casou com sua mulher, despojou um engenho de açúcar e deitou a perder um cavaleiro português, que se chamava Luís de Góis, e enganou a seus dois filhos que eram mancebos, com palavras e promettimentos, de maneira que Luís de Góis, pai dos moços e sua mulher morreram de pesar, e os moços que levou consigo, depois que chegaram ao povo de Piquiri, os tratou muito mal e lhes tirou as fazendas e a um dèles sua mulher e infamou-o com ela sendo sua comadre"²⁸.

Urgindo, porém, o regresso ao Paraguai, conseguio Salazar com a participação de Góis e outros portugueses, aprestar os preparativos para a fuga, que teve lugar no último quartel do ano de 1555. Grande era a comitiva que se compunha de dez soldados espanhóis, seis portugueses, além de Cipião de Góis e sua mulher, Juan Diaz Melgarejo, Vicente de Góis, capitão Juan de Salazar e D. Isabel de Contreras, "con quien me casé, y dos hijas suyas, y otras tres mujeres casadas", diz Salazar em sua carta citada.

Tendo conhecimento da fuga dos espanhóis procuraram as autoridades de São Vicente impedir levassem-na a efeito, empregando para isto, se necessário, meios violentos. Passariam os fugitivos por uma aldeia de tupis, que ficava 12 léguas adiante do povoado português, aos quais foi ordenado obstassem a passagem da expedição, prendendo os fugitivos que, se resistissem, deveriam ser sacrificados. Teve o padre Manuel da Nóbrega, que estava em São Vicente, notícia certa dessa determinação e se deu pressa de ir até a aldeia convencer os tupis de que praticariam um ato reprovável, mal visto por Deus e pelo próprio rei.

E assim pôde a comitiva passar incólume, embrenhado-se logo no sertão, rumando para oeste. Cinco meses levou a expedição para atingir Guaira, e daí Assunção, onde, depois de penosos trabalhos, chegou em outubro de 1555²⁹.

É nessa ocasião que os irmãos Góis introduzem no Paraguai o primeiro gado vacum que vai fundar a pecuária assucenha e que procede do engenho de Madre Deus, de que estavam encarregados. São as célebres "sete vacas de Gaete", de que Rui Diaz de Guzman nos transmite a tradição. "Estos fueron los primeros

²⁶ Frei Gaspar da Madre de Deus — *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, 3.^a ed., São Paulo 1920, 149.

²⁷ Carta de Juan Salazar. *Cartas de Indias*, 579.

²⁸ Blas Garay — "Colección de documentos relativos à la história de América y particularmente à la história del Paraguay". *Rev. Inst. Hist. del Paraguay*, Assunção, 1899. Talleres nacionales de H. Kraus. V. *Relación breve del Río de la Plata*, do Gregório de Acosta, 1545, data evidentemente errada porque os fatos referidos são posteriores ao ano de 1555.

²⁹ Carta de Juan de Salazar. *Cartas de Indias*, 579.

que trajeron vacas a esta provincia, haciendolas caminar muchas leguas por tierra, y despues por el rio em balsas, eram siete vacas y un toro a cargo de un fulano Gaete, que llevo con ellas a la Assuncion con gran trabajo y dificultad solo por el interes de una vaca que se le señalo por salario, de donde quedo en aquella tierra un proverbio que dice: "son mas caras que las vacas de Gaete"²⁹.

É interessante notar que só existe d'este fato, que é transcendental para a história da pecuária, no Rio da Prata, essa simples citação do autor da Argentina que a recebeu, naturalmente, por tradição oral. As cartas de Juan de Salazar, que descrevem a viagem e os accidentes dela, as dos jesuitas, que a isto fazem referência, absolutamente não dizem uma palavra sobre o transporte d'esse gado que deveria constituir acontecimento notável na época. A própria quantidade "sete vacas e um touro", pelo seu simbolismo, encorpora-se à legenda das coisas miraculosas.

Entretanto, sabe-se, conforme carta de Juan de Salazar, escrita da costa do Brasil, de Todos os Santos, a 20 de julho de 1553, ao Conselho de Indias, que haviam chegado a Santos, por aquela época, vindos de Assunção, alguns castelhanos com o propósito de comprar gado vacum e ferro, trazendo peças de prata e ouro lavrado, do Peru. Fazia Salazar junto ao governador-geral as negociações necessárias para isto, nada conseguindo, pois "que vacas no se pueden sacar sin licencia del Rey"³⁰.

E daí a insinuação aos irmãos Góis para que transportassem um pequeno lote de gado de seu próprio engenho, o que se realiza dois anos depois.

Seria mais interessante não desfazer a lenda das "sete vacas de Gaete", aceita por todos os historiadores que se têm referido à fundação da pecuária no Paraguai e no Prata. . . Mas, a crítica histórica, que repousa sobre fatos concretos, a ela se contrapõe, se quisermos determinar com relativa aproximação o coeficiente de sangue vicentino que constitui a base dos rebanhos do Prata. Só 15 anos depois da introdução dessas "sete vacas" recebe Assunção novos lotes de gado, procedentes do Peru, trazidos pelo general Filipe de Cáceres. E nesses três lustros a produção de casco vicentino excede a todas as possibilidades da exigua produção das "vacas de Gaete".

Operoso fazendeiro rio-grandense e cultor da nossa história, o general Ptolomeu de Assis Brasil, dias antes de seu prematuro falecimento, houve por bem nos dar um cálculo dessa produção. Baseando-se nas probabilidades da quebra natural chegou à conclusão de que a quantidade máxima de gado produzido por aquêle casco, em 15 anos, teria sido de 450 cabeças, entre touros e vacas, o que não condiz com a existência de grandes rebanhos assinalados no Paraguai, antes do reforço do gado peruano.

É o seguinte o cálculo referido:

ANOS	Casco	Vacas	PRODUÇÃO		Total
			Fêmeas	Machos	
1555.....	7'	7	3	3	13
1556.....	7	7	3	2	18
1557.....	18	7	3	3	24
1558.....	24	10	4	4	32
1559.....	32	13	5	5	42
1560.....	42	16	6	6	54
1561.....	54	20	8	8	70
1562.....	70	24	10	10	90
1563.....	90	30	12	12	114
1564.....	114	38	15	15	144
1565.....	144	48	20	20	184
1566.....	184	53	24	24	232
1567.....	232	73	28	28	288
1568.....	288	90	36	36	360
1569.....	360	114	45	45	450

²⁹ Ruy Diaz de Gusman — Argentina, 107.

³⁰ Correspondência de Juan Salazar — Archivo de Indias.

Dois anos depois da introdução desse gado, no Paraguai, em 1557, quando não ultrapassaria de 24 cabeças a população bovina de Assunção, tomando como provável a quantidade inicial de Ruy Diaz, já o general Nufrio de Chaves, que dali partira em agôsto, deixava, aos cuidados dos Jarais, em cujas terras se internara, navios, canoas 'con cantidad de ganados mayores"', que faz supor também alguns vacuns.

A 3 de outubro do mesmo ano de 1557, faleceu em Assunção, com testamento, o governador do Paraguai Domingos Martinez de Irala que, no arrolamento dos bens que deixa, "en esta ciudad y dios me diere en esta Prov, assi de oro y plata perlas y piedras e otros bienes qualesquier cavallos y eguas esclavos y esclavas heredades casas y ganados y otras grangerias dñdas e açiones q'me petenezcan p'tenecer puedan em qualq. er forma y manera los hayan e hereden los dhos. . ."²² O provento D. Felix de Azara, em cópia manuscrita de um trabalho existente na Biblioteca Nacional²³, detalha esse ganado referido por Irala em seu testamento. "Quando morreu, diz, deixou em sua chácara, que estava onde se encontra o presidio de São Miguel, 24 cavessas de ganado Bacuno, y otras tantas de cabalar". E note-se que a produção das "Sete vacas de Gaete", deveria corresponder às 24 cabeças de gado bovino que Irala deixava a seus herdeiros. Mas, conhece-se a existência de outros pequenos lotes de gado, de propriedade particular, existentes em Assunção antes da introdução do rebanho peruano que Filipe de Cáceres e o bispo trazem em 1569. Em uma carta a el-rei, Pedro Dorantes, em 1573, diz que antes da chegada daquele gado um Cristóvão Pinto e um Pedro de Espinar, que haviam falecido, deixaram a seus herdeiros "roças e vacas"²⁴. Na carta citada de 20 de março de 1556, Juan de Salazar, sugerindo a necessidade de impor dízimos à produção de Assunção, relaciona o gado entre as coisas que devem ser taxadas.

Interessante o informe do general D. Juan de Garay que diz: "Oy día en la ciudad de Assuncion ay tanto ganado, que no vale una vaca un peso y medio arriba de la moneda de la tierra y quando mucho dos, y en el tiempo que este testigo vino a Assuncion (1568, um ano antes da introdução do gado peruano) desta própria moneda vallan tresientos y mas pesos, y esto testigo compro una junta de bueyes en ciento y diez pesos, y agora allaron la mejor que ay en la tierra por viente o viente y cinco pesos"²⁵.

O gado vicentino, que constituía o casco da pecuária assucenha, havia proliferado de forma assombrosa. Documento oficial nos informa que "las Bacas que el año 1554 (sic) habia metido en aquella ciudad Cipion e Vicente de Góis se havian procreado la cantidad suficiente a mantener con abundancia la ciudad de la Assuncion y las provincias del Paraguay con los anexos de su distrito y fundados en su território"²⁶.

Pode-se pois afirmar, sem temor de êrro, que as "sete vacas de Gaete" representariam algumas dezenas de cabeças de gado vacum, procedentes de São Vicente e trazidas não só pelos irmãos Góis, como possivelmente por outros castelhanos que os acompanhassem, como fazem supor as referências que nesse sentido atrás se registam.

Só em 1569 entra em Assunção o primeiro rebanho de gado procedente do Peru, trazido pelos espanhóis que acompanham de volta daquele reino o general Filipe de Cáceres, preposto do *adelantado* Juan Ortiz de Zárate²⁷. Saindo de la Plata em companhia do bispo frei Pedro de la Torre e vários moradores do Peru, "llevando cantidad de ganado vacum e ovejas", Filipe de Cáceres chegou a

²² Guzman-Argentina, 118. Documento assinado por vários conquistadores, residentes em Assunção — Groussac — *Mendoza y Garay*, 279, historiando essa entrada diz que uma parte destes conduzindo cento e tantos cavalos havia de se dirigir até Itatines; os mais, com os índios de serviço, o armamento, as provisões, gados e plantas, e sementes, iriam embarcados".

²³ R. Lafuente Machain — *El gobernador Domingo Martínez de Irala* — B. Aires, 1939, pp. 561-562. Testamento de Irala.

²⁴ Felix de Azara — *Descripcion historica e geográfica del Paraguay* — Cod. Nss. Colc. d'Angelis — B.N. I, 16, 2, 6.

²⁵ Blas Garay — *Doc. cit.*, 138.

²⁶ *Anales de la Biblioteca*. B. Aires, vol. X, 176.

²⁷ *Acuerdos del Cabildo de B. Aires* — B.N. Cod. mss. I, 16, 1, 16.

²⁸ Nomeado por Juan Ortiz de Zárate, la Filipe de Cáceres para "llevar la gente a las provincias del Paraguay y ir por capitán dellas y mandallas y governalas, como yo mismo". *Anales X*, 13. Governou o Paraguai três anos (1569-1572).

Santa Cruz de la Sierra, recém-fundada por Nufrio de Chaves e dali rumou para Assunção. Enquanto a comitiva embarcada em uma flotilha fundeava em Assunção em 11 de dezembro de 1568, o gado era transportado por terra.

Poucas não teriam sido as dificuldades opostas a essa longa travessia.

Separando-se da comitiva que custodiava, Nufrio de Chaves embrenhou-se pelo sertão, sendo morto pelos índios sublevados, que procuraram acometer a gente de Cáceres. Ao chegarem a um rio acossados pelos paiaaguás, resolveu o general Cáceres passar a outra banda, onde 20 arcabuzeiros protegeram o trem, cavalos, vacas e éguas, que assim puderam ser salvos. Em outras ocasiões também estiveram a ponto de perder tudo quanto traziam⁶⁰.

Em outros documentos encontram-se mais referências a essa expedição, Pedro Dorantes, em sua carta citada, nos diz que o gado trazido por Filipe de Cáceres, antes de chegar a Santa Cruz de la Sierra, já havia sido desfalcado de mais de 600 vacas. Ao chegar ao rio Paraguai foram extraviadas mais 130 vacas, havendo proprietários de mais de 50 cabeças que só receberam cinco⁶¹.

Como se deduz destas notas rápidas não seria muito grande o coeficiente de sangue peruano recebido pelos rebanhos já importantes do Paraguai, de origem vicentina.

Documentos oficiais e historiadores platinos referem como sendo de importância vital para a pecuária do Rio da Prata a introdução de gado bovino aí feita pelo general Juan de Garay, de acordo com a capitulação de Juan Ortiz de Zárate, governador do Paraguai⁶². Em *Acuerdos del Cabildo*, citado, se diz que Juan de Garay, lugar tenente de Ortiz de Zárate, por ordem deste, "vencendo muitos impossíveis que há desde a cidade do Prata (Peru) até Assunção introduziu por ela e pôs nessa governação todos os gados da capitulação do dito Juan Ortiz de Zárate". E mais que "repartiu as 4 000 vacas que vieram de Charcas entre os conquistadores e povoadores desta cidade (Buenos Aires), da de Santa Fé, que estava fundada já e da de San Juan de Vera de las Siete Corrientes, que se fundou no ano de 1588, dando aos conquistadores de Buenos Aires a maior porção, porque, estando fundada já Santa Fé que recebeu grande quantidade de vacas trazidas pelos irmãos Góis e não estando ainda fundada Corrientes, coube assim a maior parte a Buenos Aires"⁶³.

Realmente, um dos itens da capitulação de Juan Ortiz de Zárate, que toma posse da governação em 15 de fevereiro de 1575, reza que deverá "meter en la dicha governacion del rio de la Plata dentro de dos ó tres años despues que dios fuere servido que llegues a la dicha governacion quatro mil cavezas de vacas de castilla y hasta quinientas cabras y mas trescientas yeguas y cavallos para la conquista, poblacion y defensa de la tierra conquistadores y pobladores della y que se pudierdes meter los dichos ganados antes deste tiempo travajareis de los meter porque los terneis junto de buesta crianza en la provincia de los charcas y vale de tarifa", etc⁶⁴.

Zárate encarregara de cumprir esse item de sua capitulação ao general Juan de Garay, seu preposto na governação do Prata. Mas, segundo se evidencia pela própria documentação, não houve oportunidade de introduzir essas 4 000 cabeças de vacas no Paraguai.

Em um pleito de Juan de Torres de Vera y Aragon com o fiscal de S.M. servindo de testemunha, em Santa Fé, a 1.º de fevereiro de 1583, três anos, portanto, depois da fundação de Buenos Aires, fez o general Juan de Garay interessantes declarações que esclarecem perfeitamente esse assunto e invalidam a informação oficial, fonte de tôdas as afirmações constantes de copiosa literatura histórica do Prata.

A uma das perguntas feitas responde Juan de Garay que é verdade que o adelantado Juan Ortiz de Zárate remeteu de Assunção para Santa Fé, onde ele testemunha residia, ordem para que fôsse comprar os gados referidos na pergunta.

⁶⁰ Ruy Diaz de Gusman — *Argentina*, 142.

⁶¹ Carta de Pedro Dorantes — Garay, *Doc.* 136-138.

⁶² *Acuerdos del Cabildo* — V. tambm Dr. Prudencio de la C. Mendoza — *Historia de la ganaderia argentina* — Buenos Aires, 1928-27.

⁶³ *Acuerdos del Cabildo*. Cod. mss. cit. Publicado in *Acuerdos del Extinguido Cabildo de Buenos Aires*, 1704.

⁶⁴ Arquivo de Indias — *Anales de La Biblioteca* X, p. 69.

Quando se preparava para executar essa determinação soube da morte de Zárate⁴² e do mandato que lhe outorgou Diego de Mendieta, determinando-lhe fôsse ao reino do Peru a tratar certas coisas com dona Juana de Zárate, herdeira da governação de seu pai. Outras preocupações encheram largos meses obstando realzar êsse intento. E a respeito dos gados "dixo que se remite al poder que para ello otorga el adelantado Juan ortiz de çarate el qual dexo en poder del licenciado Juan de torres de vera despues de haber contraydo matrimonio con la dicha doña juana de çarate; y assim mismo se remite en lo que toca a la compra del dicho ganado el poder y orden que me dio el licenciado Juan de torres de vera para que lo pudiese comprar en las provincias de tucuman y meterlo en esta governacion y por ver este testigo que no le davan lugar y lo perturbaban la entrada en la governacion al dicho adelantado Juan de torres de vera y aragon, y por aver andado ocupado este testigo en apasiguar muchos de los naturales que estaban Revelados contra el servicio de su magestad y en la poblacion y sustento de ciudad de la trinidad puerto de buenos ayres no a puesto en execucion lo contenido en el poder del dicho licenciado Juan de torres de vera y aragon, y esto es lo que sabe desta pregunta"⁴³.

Pouco mais de um mês depois de prestar essa declaração o general D. Juan de Garay é morto pelos índios ribeirinhos do Uruguaí. Fica assim restabelecida a verdade histórica com os elementos de que é possível dispor e provado que os gados conduzidos para Buenos Aires, Corrientes, etc., não provêm das "4000" cabeças da capitulação de Juan Ortiz de Zárate. Coube a Juan de Garay ação preponderante na expansão povoadora do Prata. A 15 de novembro de 1573, depois de alguns meses de organização, funda Santa Fé, entreposto necessário a facilitar as comunicações com o Peru.

Compreendendo, perfeitamente, que a fixação definitiva ao território só era possível com a introdução do gado, na sua função econômico-social, êsse previdente fundador de cidades fazia preceder ao estabelecimento das povoações a remessa dos semoventes preciosos que seriam os fecundadores da terra, mesmo como base para as incipientes lavouras que dentro em pouco, as opulentariam de grãos.

Trazia a experiência de prática salutar. Fundador, com Nufrio de Chaves de Santa Cruz de la Sierra, "fué el primer que metio ganado bacuno en la dicha provincia"⁴⁴.

Saindo de Assunção com um bergantim e barcos, havia Garay mandado por terra os que "levavam os cavalos, éguas e vacas, com que se ia iniciar a vida pastoril na nova povoação de Santa Fé". Depois o fundador repartiu entre os povoadores "chácaras e estâncias" adjudicando a si próprio vários lotes delas que, mais tarde, cabem por herança a seu genro Hernandarias de Saavedra. Insignificante era o valor venal dessas propriedades como as dos gados que em seus campos se multiplicavam. Nos primeiros meses recebia a nova povoação seu reabastecimento de Assunção mas, "a multiplicação dos gados e logo as colheitas de cereais junto a outros produtos da terra facilitaram a vida material"⁴⁵.

Em 1578, nomeado pelo governador Torres de Vera, o general Juan de Garay assume o cargo de capitão-general do Rio da Prata. Sempre com a preocupação de alargar o âmbito de criação no Prata, Garay muda para local mais apropriado a cidade de Ontiveros onde há terras melhores "para crianzas y labranzas, pois, para ali se havia levado "vacas, cavalos y yeguas y bueyes para arar"⁴⁶.

Em 11 de junho de 1580, levando gente para a repovoar, funda o general Juan de Garay a segunda Buenos Aires. Aos repovoadores era concedida a mercê de se apropriarem das éguas e cavalos chimarrões que enchiam a Pampa, oriundos dos que trouxera o primeiro fundador da cidade, D. Pedro de Mendoza. Os novos habitantes deveriam levar "armas, cavalos e gados" que foram transportados por terra.

Diz Hernandarias em sua fôlha de serviços que Garay, voltando à cidade de Assunção "público luego la poblacion del puerto de Buenos Ayres por ser cosa

⁴² Zárate faleceu em Assunção a 26 de janeiro de 1576.

⁴³ *Anales de la Biblioteca*, X, p. 176

⁴⁴ Azarola Gil — *Los Origenes de Montevideo*. Ed. Facultad — Buenos Aires, 1933.

⁴⁵ Paul Grossac. *Mendoza y Garay* — Buenos Aires, p. 359.

⁴⁶ *Anales de la Biblioteca*, X, p. 172.

que V.M.lo deseaba por ser tan importante a todos aquellos Reynos, para lo qual hizo navios grandes y pequenos, junto setenta soldados y mil caballos y trecientas vacas, y mucho ganado”⁴⁸.

Secundando a ação expansionista do general Juan de Garay, seu genro Hernandarias de Saavedra funda outras povoações e é o dissiminator da pecuária no Prata. Sobre a fundação de Corrientes, que interessa particularmente à introdução do gado no Rio Grande do Sul, diz Hernandarias: “...fué a la Poblacion de las Corrientes para la qual movio e llevo muchos soldados a su costa proveyendolos de todo lo necessario y llevo por tierra para la dicha poblacion muchos petrechos de guerra, caballos yeguas y bacas que fue de mucha importancia en lo quel y en abrir el camino se ocupo tres meses passando grandissimos trabajos y asistio un año en la dicha poblacion entradas y descubrimientos que se ofrecieron com grandissimos y excessivos gastos y peligros por ser dos naturales della gente mas belicosa que ay en dichas provincias”⁴⁹.

Relación Histórica, de autor desconhecido, precioso código da Coleção de Angelis⁵⁰, diz que foi trabalho insano a conservação dos animais de serviço como bois, cavalos e éguas, em Corrientes, e cuja guarda era confiada a pessoas de imediata confiança dos fundadores para sua segurança contra os ataques dos índios e dispersão provável de tão preciosos elementos para a defesa e conquista das regiões circunvizinhas.

E a mesma coisa se dava com a pequena ponta de gado destinado ao sustento da população e à propagação da pecuária. Ficara ela também confiada a pessoas de responsabilidade, sob a direção das quais se fez um repartimento de índios para custodiá-la. E tal era a importância que se dava a esse primeiro gado que povoou os campos de Corrientes que, quando foi necessário extrair couros para prover às necessidades de guerra, lançou-se mão de gados alçados já existentes então no outro lado do rio Paraná.

“Usavam os espanhóis, diz a *Relación Histórica*, de armas à usança antiga, como viseiras, cotas de malha, quilotes para precaver suas pessoas e cavalos, de flechas, dardos e outras armas próprias a seus inimigos, e para os cavalos usavam selas cobertas e guarneçadas de ferro, armas e esporas do mesmo. Para reparar a deterioração de umas e prover em parte aos que não tinham se valerem de couros de gado vacum, para o que acordaram despachar a outra banda dèste rio, terra dos Matarás, aonde tinham noticia haver já gado chimarrão, a matar 300 reses para esse efeito, ficando encarregados um regeedor e o escrivão e alguns soldados de tomar as marcas para que, sabido o dono, se satisfizesse o seu valor oportunamente”. Constava essa resolução do Ato Capitular de 17 de março de 1593⁵¹.

Outros interessantes informes da *Relación* sobre o gado de Corrientes: “O gado vacum da fundação foi sem dúvida de propriedade do *adelantado* ou de seu immediato sucessor, segundo se deduz do repartimento de índios para custodiá-lo. Ignora-se a quantidade, mas o gado multiplicou-se nesses campos de tal modo tornando-se chimarrão, por se ter proibido rigorosamente por muitos anos tôda sorte de povoamento de estâncias para que essa fazenda propagasse. Com o tempo tiraram-se para a Província do Paraguaí e Missões tropas numerosas”⁵².

O primeiro e universal *accionero* de todo o gado chimarrão (alçado), existente entre os rios Paraná e Uruguaí, foi Hernando Arias de Saavedra, direito que confirma terem sido de sua propriedade os gados aí introduzidos, muito embora a ação se estendesse sobre outros, de propriedade particular, que entre estes houvessem.

Chamavam-se *accioneros* os indivíduos que obtinham licença para “vaquear” nos campos realengos em que o gado se multiplicara e convertera-se também em propriedade pública. Não obstante se assinalarem as divisas em que esse direito ou licença (*acción*) se poderia exercer o terreno não se tornava propriedade privada, continuando sempre no domínio público. Entretanto, essa concessão deu origem a vários pleitos, como base primacial da propriedade territorial pri-

⁴⁸ Azarola Gil — *Los orígenes* cit., pp. 201-207.

⁴⁹ Idem, Idem.

⁵⁰ Cod. mss. B.N.

⁵¹ Idem, Idem.

⁵² Trelles — *Rev. de la Biblioteca*. B. Aires, I, 22 e seguintes.

vada. As autoridades comunais arrecadavam o quinto dos gados extraídos pelos *accioneros* podendo estes transacionar o todo ou parte dêsse direito que se estendia hereditariamente aos seus sucessores⁵³. Nos principios do século XVII, quando os jesuitas introduzem nas reduções do Uruguai os primeiros rebanhos que constituem o casco do gado rio-grandense, era *accionero* do gado correntino o português Manuel Cabral de Alpoim, cujo nome está ligado à história das missões jesuíticas neste território.

E o gado vicentino, que recebera pequena mescla de sangue peruano, um século precisamente (1534-1634) depois de entrar em São Vicente, atravessa o Uruguai e, mais tarde, fechando o périplo secular de sua marcha civilizadora, encontra-se com seus irmãos de origem e sobe novamente o planalto levado pelos paulistas até as feiras tradicionais de Sorocaba.

4 — Introdução do gado nas reduções.

Por falta de conhecimento do copioso material inédito que nos revela a preciosa Coleção de Angellis, quase virgem de sistemática pesquisa, há larga controvérsia histórica em tôrno da introdução do gado no Uruguai, principalmente entre os autores platinos que têm perquerido esse setor da história econômica sul-americana⁵⁴. Só agora a divulgação documental que se vai fazendo dessas achegas imprime novas diretrizes ao debatido assunto.

Toda a documentação jesuítica, oportunamente referida, exclui completamente a hipótese, esposada pelos historiadores platinos, de lançamento de quaisquer quantidades de gado bovino no território hoje ocupado pelo Estado Oriental do Uruguai e pelo Rio Grande do Sul, antes da introdução feita pelos padres da Companhia.

Diz o Dr. E. A. Coni que o "gado existente nesta Banda (Oriental) provém das introduções feitas pelos jesuitas, em suas Missões do Alto Uruguai, nos anos de 1620 e seguintes, e de outras duas introduções feitas em 1611 e 1617 pelo governador Hernandarias, uma na ilha do Viscaíno, no Uruguai, e a outra em terra firme, em frente a São Gabriel, no Rio da Prata". E em nota aduz provir a documentação quanto a segunda parte de "Información levantada en Buenos Ayres a 12 de julio de 1628. Traslado en el pleito entre Fernando Arlas Cabrera con el Cabildo de Buenos Aires y la Companhia de Jesus. Buenos Ayres 1729-1735. Archivo General de la Nación — Sección Tribunales. Leg. A 3".

Consta dêsse traslado uma declaração do próprio governador Hernandarias, em petição de 12 de julho de 1628, em que diz ter há 17 anos recebido mercê das ilhas no rio Uruguai em frente ao rio Negro e acima de São Salvador, e que "al mismo tiempo heche en una isla dellas cantidad de ganado vacuno y abrá diez años heche otras cinquenta cabezas mas hembras y cantidad de cabras que traxe de Córdoba de Tucumán..." "y en este mismo tiempo heche en la tierra firme de la Isla de San Gabriel en este Rio otras cinquenta vacas con quatro toros, etc." Confirmam a declaração várias testemunhas entre as quais o capitão Pedro Gutierrez que precisa ter Hernandarias mandado umas terneiras em barca às ditas ilhas em 1611 e mais em 1617, sendo governador, outras 50 mais, e também o mesmo número à terra firme de São Gabriel⁵⁵.

Alguns historiadores fazem proceder dessas 100 vacas lançadas por Hernandarias, todo o gado que mais tarde se encontra na Banda Oriental do Uruguai. Entre estes, Ordoñana, cit. por Caviglia⁵⁶, sustenta que "nuestros ganados se

⁵³ Trelles — *Rev. de la Biblioteca*. B. Aires I, 22 e seguintes.

⁵⁴ Entre as melhores contribuições para a história da introdução do gado no Uruguai (Rio Grande inclusive) destacam-se os trabalhos dos Drs. Buenaventura Caviglia (filho), do Uruguai e Emilio A. Coni, da Argentina. O Dr. Caviglia assina: *Sobre el origen y la difusión del bovino en nuestro Uruguai*. Morales Hnos — Impresores — Cerrito 564 (Montevideu), 1935, e dá a honra ao autor destas notas de dedicar-lhe êsse interessante livro "en confraternidad sud-americana". O Dr. Emilio A. Coni tem já uma vasta bibliografia sobre o assunto, não só em trabalhos esparsos, como "La introducción del ganado vacuno en el Uruguai", *Boletim de la Junta de História y Numismática*, 1929. Buenos Aires, um magnífico opúsculo: *Historia de las Vaquerías de Rio de la Plata (1555-1750)*, Madrid. Tipografía de Archivos. Olazaga, 1, 1930. Publicou também interessante achega a "Las siete vacas de Gaete", *La Nación*, 8-XI-925. B.A.

⁵⁵ Emilio A. Coni — "La introducción del ganado bovino en el Uruguay", etc. *Boletim de la Junta de História y Numismática Americana*. Vol. VI. 1929. B. Aires, pp. 39 a 41.

⁵⁶ B. Caviglia. *Sobre el origen etc.*, 118.

derivam de los *cien animales vacunos* que traidos por Hernandarias y desembarcados en el, desde entonces por esse motivo, *Arroya de las Vacas*"⁸⁷.

Os jesuítas não aceitam a tese. Negam mesmo houvesse Hernandarias introduzido gados na Banda Oriental, ou dos Charruas. Em um *Pleito sobre Vacarias*, em contenda com os vizinhos de Buenos Aires, que procuravam vaquear naquela Banda, encontram-se interessantíssimos informes sôbre o assunto, focando-se mesmo o lançamento de gados feitos por Hernandarias. "O padre Jacinto Marques passou destas Missões a visitar as Vacarias, por ordem dos superiores no ano de 1670, mais ou menos e chegando a elas disse aos índios de sua comitiva — "Estas vacas que vedes não foram postas aqui por Hernandarias, que, embora as pusesse nesta banda do Paraná, foi em Entrerrios que pôs vacas, cavalos e éguas, e aqui não vêdes mais do que vacas, que foram deixadas pelos padres da Companhia". E, erguendo uma cruz ali, voltou às Missões, a fim de dar conta do que vira. Essa cruz se conservava ainda ali no ano de 1680, sendo vista pelos primeiros índios que foram vaquear e pelos que foram ao assédio de São Gabriel. Estenderam-se estas vacarias dos padres por tôdas as partes e encheram a terra não obstante alguns dizerem que para os lados de São Gabriel foram as vacas levadas por D. Antônio de Vera. O senhor governador D. Antônio de Vera veio com soldados espanhóis da cidade de Santa Fé ao assédio de São Gabriel e trouxe três carretões, boiada e vacas até o Uruguai; no Uruguai ou se acabaram as vacas dos espanhóis ou diminuíram, pois foram supridos com as vacas dos padres. Pela outra banda do Uruguai vinha o padre Solinas com seus terços de índios e muito gado vacum; também do Japeju entrou outra quantidade de gado pedida pelo governador D. Antônio de Vera e a tanto chegou a necessidade dos espanhóis que um dêles quebrou a cabeça de um índio que não quis lhe dar uma vaca. Com as vacas dos padres foi-se mantendo o têrço espanhol até chegar a São Gabriel, onde elas se acabaram. Por isto o padre Jacinto Marques, com 62 vaqueiros japejuanos, seguiu para vaquear nas vacarias dos padres, porque naquelas partes não havia mais outras vacas, pois então ainda as vacas das vacarias dos padres estavam nas cabecelras do rio Santa Luzia e levou de 8 000 a 9 000 vacas para os terços espanhóis e tapes, muitas das quais ficaram por aquelas partes"⁸⁸.

Voltaremos, ao tratar das vacarias, ao interessante pleito que nos dá um punhado de notícias inéditas e defaz muita lenda sôbre a introdução do gado no Uruguai.

Em uma carta do governador Francisco Naper de Lancaster, datada da Colônia, 6 de dezembro de 1691, encontra-se outra origem para os gados do Uruguai. Diz êste "que ao gado (da Colônia) tínhamos mais domínio que êles (castelhanos) por proceder êste de umas vacas que o general Salvador Correia de Sá mandara lançar nas terras que V.M. lhe fêz mercê entre o cabo de Santa Maria e Maldonado"⁸⁹.

Plenamente de acôrdo com as razões expostas por B. Caviglia⁹⁰, pois tôda a pesquisa não autoriza ratificar a asserção do governador da Colônia do Sacramento⁹¹, somos de parecer que Salvador Correia de Sá não lançou gado nenhum nessas terras de que nem sequer tomou posse material, por si ou por seus neto e filho visconde de Asseca e João Correia de Sá.

Pode-se excluir também do caso inicial do gado uruguaio, como melhor se dirá no desdobraimento destas notas, a pequena quantidade de cabeças deixadas por Hernandarias nas ilhas e terra firme. No pleito sôbre *Vacarias* citado, diz em seu depoimento o padre Juan de Yegros que "el derecho q'alegan los españoles contra los indios es que Hernando Arias puso vacas por aquellas partes, solamente

⁸⁷ Inaceitável a origem do topônimo. Há, no Rio Grande, como no Uruguai, inúmeros acidentes hidrográficos cuja deturpação toponímica leva ao étimo *vaca*, sendo no entanto anteriores à introdução do gado. *Vacacuan*, *Vacacua*, *Vacacai*, *Vacas* e muitos. Mas convém ter em vista que *vaca*, *vaca*, *yuaca*, *yuaca*, são formas dialetais de línguas do tronco *guaicuru*, significando *água*, *arroyo*, *corrente*. E eram de origem gualcuru, os índios que primitivamente povoaram as campanhas cisplatinas, como charruas, minuanos, yaros, mboanes e guencos.

⁸⁸ B.N. Col. Angells. Mss. inédito, I, 29, 4, 10.

⁸⁹ Castro e Almeida — Invent. B.N., tomo XXXIX, 1921, verb., 1826.

⁹⁰ B. Caviglia — *Sobre el origen cit.*, pp. 37 a 48.

⁹¹ Aurélio Pôrto — "Terra Farroupilha" — *A donatária dos Assecas*, I, 103.

las Missones nuebas de los padres vendose tan faltas de vacas fue poniendo sobre las primeras mucha cantidad de vacas compradas llenandose com las agencias de los padres de vacas aquellas tierras".⁶²

Isto pôsto, lícito é afirmar que a origem de tôda riqueza pecuária do Estado Oriental do Uruguai e do Rio Grande do Sul encontra-se no gado que os jesuítas introduziram nas reduções. São êles os fundadores da nossa economia rural.

5 — Gado bovino.

O provincial Francisco Vasquez Trujillo fêz em 1628-1629 uma visita às reduções recém-fundadas ao oriente do rio Uruguai. Depois de ter percorrido a região de São Nicolau e ido até Caró, onde ainda soavam os ecos do martírio do padre Roque Gonzalez e cujos moradores pediam novamente padres para restaurar a sua redução, foi pelos índios levado à aldela de Tacan, à margem direita dêsse rio. Encontrou aí o povo magnificamente disposto para receber o evangelho e erigiu uma cruz demarcando a redução a que deu por invocação o nome de São Francisco Xavier, confiando-a aos cuidados do padre José Ordoñez.

Para solenizar essa fundação mandou o provincial Vasquez Trujillo buscar, em 1629, de uma das missões do Paraná, uma dúzia de "Vaquinhas para matar e dar-lhes carne, coisa que estimam sobremaneira". É êste o primeiro gado que se aproxima do grande rio, de que se tem notícia. Em sua ánuua, datada de Itapua, 30 de outubro de 1629, consta o fato que registramos, com a tradução do tópico referente:

"Havia mandado trazer uma dúzia de vaquinhas para matar e dar-lhes alguma carne, coisa que estimam sobremaneira e era de ver o espanto e admiração que tinham ao vê-las, e embora estando encerradas não se atreviam a chegar ao curral, e quando as tiravam ou levavam para encerrar subiam (os índios) sôbre as casas não só por temor, como para vê-las melhor. E não era menor o espanto que mostravam em ver os cavalos, como sucedeu em Caró, pois só em ouvir relinchar o cavalo em que ia se escondiam as meninas espantadas de ver coisa que jamais haviam visto".⁶³

Com estas vaquinhas destinadas ao corte é possível que outras, transposto o Uruguai, hajam entrado no território rio-grandense com o mesmo fim. Quando o padre Cataldino, a 5 de agosto de 1633, chega ao local em que fundou a redução de São José, aí já encontrou, feito pelos índios, um pequeno curral para as vacas que esperavam.⁶⁴

Mas, as primeiras referências das ánuuas a uma ou outra cabeça de gado bovino existente nas reduções datam de 1633. Não passam de uma vaca leiteira, para suprimento dos padres, de uma junta de bois e pouco mais. O gado que vai constituir o núcleo inicial dos rebanhos infindáveis da pecuária missioneira só entra em princípios do ano de 1634.

Conhecem-se de referências anteriores, na redução de São Thomé, em fins de 33, uma vaca que acometeu um índio velho, "que tinha escondido cinco mancebas". "Una noche al salir de casa, por divina trasa, le estaba aguardando una vaca, la qual le maltrató muy bien e le dejó por muerto en el suelo". Morreu poucos dias depois, arrependido da vida má que levava, aproveitando os padres a ocasião de mostrar os "secretos juizos de Deus, que castiga, nesta vida ainda, os maus e rebeldes".⁶⁵ Embora nada mais se possa acrescentar, por falta de indicação, é bem provável que nas reduções velhas, como São Nicolau, Candelária e outras, houvesse já número diminuto de vacas, sabendo-se que, consoante informação do padre Nicolas Duran, Encarnacion de Itapua supria "as outras reduções com algumas vacas".⁶⁶

Em princípios de 1634, depois de ter socorrido os índios que baixavam de Iguazu, levando-lhes por duas vezes o gado necessário para atenuar a fome que assolava os retirantes, o padre Cristóvão de Arenas foi mandado pelo superior para as novas reduções que se erguiam no Tape. Chegou o padre a Jesus Maria, que foi fundada em novembro de 1633, "trazendo algumas reses" "para ajuda

⁶² Fielto sôbre vacarias com as cidades de Santa Fé e Buenos Aires Mss. B.N. I, 29, 4, 40.

⁶³ Pastells cit., I, 450.

⁶⁴ B.N. I, 29, 7, 25.

⁶⁵ B.N. Mss. Anua do padre Romero de 16 de maio de 1634, I, 29, 7, 23.

⁶⁶ B.N. Anua cit., I, 29, 7, 19.

de custo dos padres destas reduções novas", que conduziu "com grandíssimos trabalhos, que só o padre era capaz disto, porque nem come, nem dorme, nem cuida de sua comodidade, ou distração, como se não fôsse desta vida".⁶⁷

Coincide, mais ou menos, com a entrada dessas "vaquinhas" do padre Arenas, a primeira introdução em maior escala, de gados transportados de Corrientes que, por ordem do superior das reduções padre Pedro Romero, faz no mesmo ano, o padre Cristóvão de Mendoza. Esse gado deveria se achar em São Miguel, de onde seria distribuído para as outras reduções em lotes iguais, como se depreende da declaração do padre Romero: "Como esta Red.^{oa} (Apóstolos) a aprobado tan mal el ganado bacuno pase agora dos años en San Miguel p.^a esta Red.^{oa} 99 cabeças q' só las q' cupieró a cada Red.^{oa} de um golpe de ganado q' yo y el p.^o Xpoal de Mendoza passamos el año de 1634 agora parece q' en S. Carlos se halla bien el ganado, y en los Apóstoles también parece q' sea allado aproposito lugar p.^a ellos a petició de los p.^{os} dixé q' el P.^o Crespo o el P.^o Filipe^{oo} fuese a S. Miguel a 20 de H.^o q' auia de estar allí; y así le di al P.^o Felipe q' fue por el 140 cabeças, ganado escogido, que se mire por el y se absticó por dos o tres años de matar hebras tendrá despues para matar lo necess.^o" A data de 20 de janeiro refere-se ao ano de 1635.

A quantidade desse primeiro lote de gado correntino, como se verifica da própria declaração do padre Romero, deveria orçar por 1 500 cabeças, tocando 99 a cada uma das reduções do Uruguai e do Tape. Mas, como depois se verá, houve reduções que receberam maiores quantidades, não só por terem melhores campos de pastagem como para constituírem reservas de onde as outras oportunamente se iriam prover. Documento de outra origem eleva o número inicial da compra feita pelo padre Romero em Corrientes a 3 000 cabeças mais ou menos. Para a aquisição desse corte de gado "empenharam os padres os próprios livros e outras coisas, alfaias que tinham os povos, e conseguido isto meteram esse número de cabeças de gado vacum naquelas campanhas tocando aos ditos povos centenas de cabeças, em igualdade, para fundar as suas estâncias".⁶⁸

Além do gado que o padre Cristóvão de Mendoza conduziu para São Miguel, a fim de ser distribuído pelas reduções em que houvessem campos com as condições exigidas para seu aumento, haviam sido pelo superior das reduções, marcados novos lotes, em N.S. de los Reyes, especialmente para São Xavier e Assunção, onde não se encontravam ainda postos de criação. Em Apóstolos, o padre Bosquier pretendia fazer uma estância e foi mesmo, para estabelecê-la, buscar algum gado, em Itapua, mas, sobrevindo a peste de 1635, adoeceram os vaqueiros e não pôde, no momento, introduzir o gado que pagara adiantadamente. O mesmo sucedeu ao padre Domenech, de Candelária, que foi a Conceição buscar 200 cabeças e, chamado com urgência, só pôde trazer uma tropa de 90 reses, porque "a peste estorvou tudo".

Em sua preciosa ánuca de 3 de abril de 1636, datada de Santa Maria, o padre Pedro Romero nos dá elementos magníficos e completamente inéditos sobre a introdução do gado, no Rio Grande do Sul.⁶⁹ Depois da compra feita em Corrientes, que foi o casco inicial da pecuária da região missioneira, começaram os padres a "vaquear" o gado chimarrão da mesopotâmia parano-uruguiaia, até que os *accioneros* daquela parte lhes intentaram alguns pleitos. Recomenda a todo o momento o superior se tenha maior cuidado com as vacas, a fim de evitar desperdício que pode importar na extinção dos rebanhos. "É tempo que se olhe pelo gado, para que se aumente, porque andar em continuas vacarias é um trabalho e gasto muito grandes". E logo depois, referindo-se ao gado de São Carlos, nos informa "que está muito bem e que agora deu ao padre outras 140 vacas que se as conservam começará a aumentar porque do contrário será um nunca acabar isto de vaquear e meter gado nas reduções, e que será conveniente tomar o provincial providências enérgicas nesse sentido". Falando sobre

⁶⁷ B.N. Anua cit. Jesus Maria, 29, 7, 25.

⁶⁸ Padre Filipe de Viveros, cura de São Carlos, padre Adriano Crespo.

⁶⁹ Anua do padre Romero, Mss. B.N. I, 29, 7, 31.

⁷⁰ Pleito sobre vacarias, cit. Depoimento do padre Diego Haze.

⁷¹ Anua do padre Romero, citada I, 29, 7, 31. Escrita de próprio punho do superior e inédita, de caligrafia quase indecifrável, é um dos documentos mais informativos sobre a introdução do gado que se encontram na Coleção de Angelis. Ressalta dele a importância que o grande jesuíta dava aos estabelecimentos da pecuária missioneira, como base de toda economia rural e prosperidade material e espiritual das reduções.

o gado que mandou ficasse de reserva em Natividade, diz que "é necessário que V. R.^a (prov. Boroa) encarregue ao padre Paulo (Benavides) que olhe por êle e que não se chegue a êle senão por ordem do superior ou de V. R.^a principalmente agora em que já não há esperança de vaquear mais na vacaria de Japeju, devido à desgraza presente, como também pelos barulhos e pleitos, como se vê na vacaria de Corrientes. Podia V. R.^a escrever recomendando que olhassem pelo gado e que as reduções que não tivessem de 200 cabeças de "bacas hebras arriba", que não matassem fêmea nenhuma "q' es cierto q' si los pes. có el ganado q' agora tiene los sabe cõserbar, q' dentro de tres años puede matar qto, quisiere pero si matã como hasta aqui es nunca acabar".

O exemplo de Guaira autorizava a prever dias bem dolorosos para as reduções. Já em fins de 34 o provincial Boroa recomendava ao padre Romero mantivesse algumas reservas de vacuns para suprimento dos que acudissem em defesa das reduções "em caso que los portugueses vinessem a dar sobre ellas". Resolveu o superior que êsse gado fõsse pôsto em Natividade, "por ser lugar a propósito e cómodo". Para isto mandou por ali "um golpe de ganado", 300 cabeças que "ficavam unicamente à disposição do superior para o dito fim", e "fique V. R.^a certo de que se dentro de três a quatro anos não puserem mãos nelas, haverá muito gado para acudir a qualquer necessidade".

Entretamente com severas ordens aos padres sôbre a conservação e fiscalização do gado que lhes ia entregando para as suas reduções, o padre Romero distribuía por tôdas não só as 99 cabeças do corte inicial, como outras quantidades que eram introduzidas. Ainda em fins do mesmo ano de 1634 deu ordem ao irmão Antonio Bernal "que me viesse alcançar em São Miguel para que dali levasse 120 cabeças do gado que está ali de Jesus Maria, São Cristóvão e São Joaquim, o que foi difficil e vindo caiu doente de um resfriado, em Natividade, mas já estava melhor. O irmão já estava velho" e como o principal fim de sua vinda é para a defesa das reduções, é mister saber levá-lo e conservá-lo".⁷³

Destinadas às três reduções de Santa Teresa, Visitação e Caaycõ" pôs o padre Romero em Santana e São Cristóvão mais 200 cabeças que foram mais tarde levadas para a primeira dessas reduções, constituindo em parte, a origem da atual Vacaria.

Informa-nos o superior em sua preciosa carta ánuã: "La estancia desta Red.^õ, es tã buena como qualquiera de las de la Sierra y el ganado esta muchas vezes bueno y se haber hallado este puesto se debe a los baqros, los quales sentian tãto el q' les llebasse las bacas de su tierra porq' se morrian de flacas q' anduhieron cõ ellas probando bentura, hasta q' Nro. Sr. se la dió topãdo cõ el puesto q' tiene q' estava no mas q' una legua de la Red.^õ, y allí tiene tambien los puercos y tendrã tãbien 30 cabeças de cabras q' estabã en San Miguel y a los pes. les era pesado cuydar dellas, y el Pe. Ximenes me las pedio y assi se las embie a los Apostoles pa. q' de allí se as lleve. Al Pe. Ximenes lleve cõmigo ala cierra pa. q' ya q' tenia tã buena estan.^a trasesse 200 cabeças de bacas q' haula puesto en deposito en Sta. Ana y S. Christ. y assi las llevo, y sõ rata por cantidad pa. las 3 Red.es de Sta. Teresa, visitacion y el caaycõ pa. qdo. hubiere pes. que esso tiene de princ.^õ q' no es poco"⁷⁴

Além da quantidade de reses que tocara a São Carlos do Caapi, na primeira distribuição, diz o padre Romero que foi até ali em inspeção, tê-lo encontrado tão bem que resolveu dar ao padre mais 140 cabeças, o que constituía já um excelente princípio para a estância daquele povo.

Em São Joaquim, porém, em plena Serra, não se encontrou lugar apropriado para fazer campo de criação. Era a única redução das da Serra onde não havia lugar que prestasse nem sequer para chácaras, sendo o seu gado levado para Jesus Maria, onde havia excelentes campos de pastagem que rivalizavam com os de Santa Teresa.

Japeju, N.S. dos Reis Magos, fundada a 4 de fevereiro de 1627 pelo padre Romero, foi pela sua situação geográfica "de máxima importância para os

⁷³ O irmão Bernal tinha mais de 60 anos e fõra em companhia do irmão João de Cárdenas levado pelo padre Romero para a defesa de Jesus Maria.

⁷⁴ Ánuã cit.

⁷⁵ Visitação e Caaycõ não chegaram a ser fundadas.

⁷⁶ Ánuã cit. I, 29, 7, 31.

trabalhos da Companhia de Jesus", "porque garantia a conversão de toda essa província e dos do rio Ibicuiti, que também faz parte dela, e nos fazíamos senhores do passo para subir e descer a Buenos Aires, coisa de suma importância para o governo e proveito destas reduções, pela brevidade do caminho comparado com o que se andava antes de abrir este". Assim justifica a sua fundação o padre Mastrilli Duran em sua ánuia citada.⁷⁶

Na economia rural do Urugual e do Rio Grande do Sul, na parte referente à fundação de sua pecuária, exerceu influência decisiva esse interposto que se abria, transposto o grande rio para as vastas campanhas do sul. Não só os jesuítas canalizaram por ali as primeiras entradas de gados de toda espécie que dão origem à nossa riqueza pastoril, como os iaros, charruas e outros, vadeando os seus passos com tropas inumeráveis de animais cavallares, enchem os pampas do sul de magníficos sementais de que procedem os nossos rebanhos equinos.

Mas, tudo isto importou em grandes sacrificios até da própria vida dos índios designados para levar às doutrinas o gado procedente das extensas vacarias daquela região.

É do primeiro encontro sangrento entre os japejuanos que vão às vacarias e os iaros que estão passando os seus cavalos, no Uruguai, para bater os charruas, de quem são acérrimos inimigos, e dos quais mataram dois filhos de um cacique e outros índios, que nos dá minuciosa notícia a célebre ánuia do padre Romero, largamente respigada.

São as primeiras vítimas da introdução do gado que, em parte, se destinava a suprir as estâncias recém-fundadas na margem oriental do Uruguai.

"No segundo dia de páscoa do Natal (26 de dezembro de 1635) saíram de Japeju 190 pessoas com cavalos para trazer algum gado, destinado a essa redução. Estiveram um mês (nesse trabalho) e voltavam a 26 de janeiro com o que haviam arrebanhado que "era un buen golpe". Surprenderam-nos os iaros e perguntando-lhes os nossos se vinham resgatar, que estariam prontos para resgate. Mas eles responderam que não vinham resgatar senão vingar a morte de seus avós e de seus pais, que os índios lhes haviam morto em tempos passados. Em vista disto, consultaram entre si os de Japeju sobre que fariam, e o que ia por cabo lhes disse que o padre lhes aconselhara que, em caso de perigo deixassem as vacas e tornassem sem nada. Nhandaricá, Hernández, Ygua e a gente de responsabilidade que ia com eles disseram que se tentassem fugir pareceriam culpados e os inimigos que eram muitos os cercariam e matariam a todos, e visto que iam com eles todos os cantores e muitos rapazes, seria melhor fazer-lhes frente e brigando (morressem os que morressem) dariam oportunidade a que escapassem os cantores, rapazes e os que não levavam armas. Resolvido isto determinaram investir corajosamente e os primeiros que tombaram na luta foram Nhandaricá e um cacique de Mboyy chamado Arapae. Generalizou-se a peleja e os iaros com suas pedras e flechas derrubaram 40 dos nossos que venderam bem caro suas vidas, porque suas flechas e facas mataram outros tantos iaros, entre os quais o seu cacique principal, por cuja morte se retiraram para chorar. A gente miúda (cantores, rapazes) durante a refrega se havia metido em um pântano coberto de pastilha e os iaros, enraivecidos e encarniçados, a fim de que não escapasse nenhum, puseram fogo ao pastilha cercando o pântano e dizer os que conseguiram fugir que eram três iaros para cada um deles.

Mostrou N. Sor. sua paternal providência a estes pobres, mandando uma terrível tempestade de água que apagou o incêndio que durou até a noite, com que puderam escapar-se e chegar com estas tristes notícias a seu povo. V. R.^a poderá imaginar a dor, sentimento, tristeza e prantos que causaríamos tanto aos seus como aos padres a falta dos meliores e mais esforçados índios de uma redução que tem tão pouca gente como Los Reyes".⁷⁷

O successo causou forte impressão em todas as reduções de uma e outra margem do Urugual. Dizia-se, mesmo, que os iaros se haviam confederado com os charruas, mbguas e guairamas a fim de assolar as aldeias cristãs. Acudiu logo o padre Romero a Japeju, organizando a defesa a que correram índios de toda parte, sendo o capitão Neenguru mandado a Buenos Aires, em busca do

⁷⁶ B. N. I, 29, 7, 19, em original autógrafa. Trad. padre Rançonner em latim. Doc. para la História Argentina, XX, 367 e seguintes. Blanco, 625. Jaeger, *Os Heróis*, 185.

⁷⁷ Ánuia cit. B. N. Mss. I, 29, 7, 31.

auxílio dos espanhóis. Não se confirmaram, porém, essas notícias, pois os iaros passaram os seus cavalos para a banda de Japeju para cair sobre os charruas com os quais estavam em guerra.

Mas, como veremos, se, em parte, esses acontecimentos restringiram a introdução do gado bovino nas reduções do Uruguai, nesse ano, serviram, entretanto, para grande aumento dos rebanhos eqüinos nos pampas do sul, com a passagem das cavahadas dos iaros empenhados em guerra contra os charruas, que demoravam na parte meridional do Ibicuí. São esses encontros de índios, já tornados cavaleiros, no território cisplatino, que dão origem aos grandes rebanhos de cavalos que enchem os campos uruguaios e rio-grandenses.

O temor de novas refregas com os índios cavaleiros que cruzavam as vacarias parano-uruguai, os pleitos que *accioneros* do gado da mesopotâmia intentavam contra os padres, e os insistentes apelos do superior, levaram os curas das reduções a cuidar com o maior carinho os rebanhos de suas incipientes estâncias.

Tôdas as ânuas registam boas notícias dos gados que lhes foram confiados. Só mesmo em casos de imperiosa necessidade, alimentação dos pestosos, etc., concedem os padres permissão de abater uma ou outra rês cuja carne é parcimoniosamente distribuída pelos índios.

Entre as reduções em que o gado mais prosperou conta-se a de Jesus Maria, a cargo do padre Pedro Mola. Em sua carta-ânuua de 22 de outubro de 1635 informa este jesuíta que "los ganados de Bacas y puercos estan muy gordos y se ban muy bien aumentando, el qual guardan y encierran todos los dias sin q' ala faltado cabeças q' separamos".⁷⁶ Nesse mesmo ano, designado para superintender as reduções, ante a ameaça iminente dos feiticeiros que mataram o padre Cristóvão e os indícios da aproximação dos bandeirantes, chega a Jesus Maria o venerável padre Francisco Diaz Taño. Trazia consigo algum gado que passara com grande dificuldade para fundar novas estâncias. Mas, tal era a fome que assolava as aldeias que o padre, para alívio dos famintos foi sacrificando as "suas vaquinhas". Na célebre carta referida, parte cancelada pelo provincial, refere-se o padre Taño a essa provisão com que intentava aumentar os rebanhos das missões, cujo sacrifício causou reparos ao provincial.

Desejaria, diz, que o padre provincial viesse até ali e visse "por seus próprios olhos a urgente necessidade dos enfermos para os quais se mataram essas vacas e que se não fôsse um pouco de carne teriam morrido muitos, e direi que morrem de fome porque a fome é cruel e os índios, indias e crianças não parecem senão esqueletos mortos, porque como os padres de tôda esta Serra resolveram destruir suas pequenas aldeias até arrancar o milho que nelas tinham semeado, e na chácara nova tudo secou, nada têm êles para comer, devido à imprevidência de querer reduzi-los, antes que tivessem as suas chácaras".⁷⁷

Não obstante a imperiosa necessidade de socorrer os famintos e pestosos, nesses anos de calamidade, o gado que constituiu o casco inicial dos rebanhos de Jesus Maria havia multiplicado grandemente. Além da quantidade extraída para suprimento dos retirantes, por ocasião da invasão das bandeiras, ainda ficam pelas matas algumas dezenas de cabeças de gado bovino, muito mais tarde ainda assinaladas nas margens do Jacuí e do rio Pardo.

Em fins de 1636, quando o capitão Antônio Rapôso Tavares à frente da primeira bandeira investe contra as aldeias dos padres da Companhia e destrói Jesus Maria e outras, já havia nas campanhas missioneiras a oriente do Uruguai número superior a 5 000 cabeças de gado bovino. Em depoimento prestado no pleito já referido, o padre Diego Lezana, S. J. diz ter visto documentos jesuítcos que estavam em Japeju, referindo "que os padres, antes dos mamelucos entraram nos povos, compraram 5 000 vacas com dinheiro da comunidade dos P. P. sem outro motivo senão conservar os índios em cristandade naquelas reduções".⁷⁸

O imprevisto da agressão dos bandeirantes e a fuga desordenada dos catecúmenos não permitiram aos retirantes levarem o gado que nucleava as primitivas estâncias das reduções. Respigam-se das ânuas notícias de uma ou outra pequena quantidade de cabeças abatidas para suprir às necessidades alimentares dos índios, nessa ocasião, como também de uma diminuta porção sacrificada pelos bandeirantes.

⁷⁶ B. N. Mss. I, 29, 7, 28.

⁷⁷ B. N. Mss. I, 29, 1, 53.

⁷⁸ Pleito cit., I, 29, 4, 10.

Não consta que houvessem estes encontrado gado em Jesus Maria, o que se explica pelo cuidado que os padres teriam em encerrar em lugar seguro o pequeno rebanho que ali tinham, e que mais tarde se dispersou pelas matas e campanhas circunjacentes. Mas, quando chegaram a São Joaquim de onde saíra o padre Contreras para acudir aos de Jesus Maria, os bandeirantes se espalharam pelas roças e chácaras fazendo grande provisão de comidas e "matando unas vaquillas que tenia".⁸¹

Não deveriam ser muitas porque o gado dessa redução fôra em parte levado pelos índios que, juntamente com outros de Jesus Maria, manifestaram vontade de se retirar para Candelária. Atendendo à solicitação determinou o padre Boroa que o padre Juan Agustin de Contreras e o irmão Bartolomeu Cardenosa fôsem acompanhar essa gente, "e fizessem levar algum gado vacum para que não lhes faltasse comida pelo caminho, como sucedeu, caminhando o gado ao passo da gente e parando quando ela parava, e se iam matando todos os dias as cabeças que eram necessárias para a gente e chusma que ia caminhando".⁸² Mas, antes que chegassem o Caró, acabaram-se as vacas,⁸³ que não passariam de uma centena de cabeças.

Declararam os padres Francisco Ximenes e Juan de Salas que ao abandonarem Santa Teresa, aldeia destruída por André Fernandes, ali deixaram quantidade superior a 500 cabeças de gado vacum. É com este núcleo mais tarde reforçado, como se dirá, que se estabelece a Vacaria da Serra.

Feita a transmigração para a banda ocidental do Uruguai, em 1638, procuraram os jesuítas suprir às necessidades imperiosas determinadas pela mudança para outros postos onde os índios não encontravam lavouras para sua alimentação. Resolveram os padres comprar a Domingos Barbosa, grande *accionero* de Corrientes, 6 000 ou 7 000 cabeças de gado, o que não foi suficiente por ser de 15 a 20 000 o número dos que se mudavam. Para essa compra deram os padres "o pano de algodão, alfaias que tinham as reduções". Terminado o suprimento determinou o superior fôse "vaquear" um padre e um irmão, acompanhados de grande número de vaqueiros, mas sabendo disto, o capitão Manuel Cabral de Alpoim, que arrogava a si o direito de *accion* nas vacarias de Corrientes, saiu com gente e tirou as cabeças de gado que já estavam em poder do padre. Apelaram os jesuítas para o governador D. Mendo de la Cueba, expondo as razões que tinham para "vaquear" naqueles campos, por opção do antigo *adelantado* D. Juan Alonso de Vera, fundador de Corrientes. A 3 de agosto de 1638, o governador despachava a petição do procurador-geral padre Tomás de Ureña, permitindo: "que os índios podessem vaquear o gado chimarrão que está entre as reduções do Paraná e Corrientes, para seu sustento por não ter outro, visto terem deixado suas terras, trabalhos e lavouras, vindo às terras destas provincias, fugindo dos portugueses..." Quanto ao gado pertencente aos *accioneros* deveriam os padres indenizar as quantidades de que lançassem mão, "pelo direito que cada parte tem e assim o provejo atento ser obra tão pia, para que não perea tal quantidade de almas".⁸⁴

Com essa resolução ficava a Companhia com o direito de se suprir de grandes quantidades de gados chimarrões com que iria estabelecer as suas vastas estâncias e lançar milhares de cabeças de gado vacum nos campos das taperas que ficavam na banda oriental do Uruguai, constituindo assim apreciáveis reservas para futura exploração pecuária.

Todos os documentos são contestes em afirmar a importância com que os provinciais, superiores e curas das reduções transmigradas para a margem direita do Uruguai, viam as reservas econômicas que se multiplicavam indefinidamente nesses campos desertos e que seriam, 40 anos mais tarde, a razão principal da nova ocupação da terra com os Sete Povos de Missões.

Por várias vezes foram lançadas outras quantidades de gado nas taperas missionneiras. Em 1644 o provincial padre João Batista Ferrufino mandou se introduzissem aí mais alguns milhares de cabeças de gado escolhido, proibindo terminantemente entrassem os índios a vaquear na margem esquerda do Uruguai.

⁸¹ Carta ánuva original e autógrafa do padre Diego de Boroa, B. N. Mss. I, 29, 1, 69.

⁸² Retirada do inimigo, crueldades etc., Mss. B. N. I, 29, 7, 29 (12).

⁸³ Pastells II. 14. No documento citado se diz que até seu estabelecimento nas reduções novas mataram os retirantes 500 cabeças de gado vacum, à razão de seis por dia para alimentação dos índios.

⁸⁴ B.N. Mandado de D. Mendo de la Cueba. Original. B.N. Mss. I, 29, 1, 90.

De um depoimento do padre Juan de Yegros consta que por ordem dos padres provinciais foram levadas muitas vacas para as taperas dos antigos povos, e que "segundo alguns chegaram a 15 000 vacas as que foram introduzidas". Em todo este tempo, foram prohibidos os indios de entrar nas vacarias", "para que o gado se multiplicasse para bem destas Missões."

Em auto de perguntas sobre vacarias, lavrado em Candelária, a 1 de julho de 1716, referente ao pleito intentado contra os moradores de Buenos Aires, informa o irmão Joaquim de Zubeldia, da Companhia, "que ouviu muitas vezes dizer os padres antigos que em uma das reduções do Tape, chamada Santana, tinham os indios tapes de 5 000 a 6 000 vacas, e no povo situado na mesma Serra do Tape, chamado Apóstolos, tinham 4 000 vacas, e no dito chamado Santa Teresa tinham 400 cabeças de gado vacum, quantidades que deixaram nas ditas reduções por não poderem transportá-las quando perseguidos pelos mamelucos e fugindo de suas contínuas invasões, roubos e hostilidades, se viram obrigados a desamparar seus sítios para salvar suas próprias vidas, as de suas mulheres e filhos".*

Em seu depoimento no Pleito sobre vacarias, o padre Policarpo Dufo, religioso da Companhia, informa que "há muitos anos "antes de 1686" referiu-lhe um tenente de cavalos que havia saído da cidade de Buenos Aires a uma correria pelas campanhas (do Rio Grande) por ordem do Sr. general D. José de Herrera, que no tempo do Sr. D. José Martínez de Salazar" presidente que foi da Real Audiência de Buenos Aires saiu também a outra correria e que chegando ao Rio Grande chamado Ayui ou Yeyul (Igai, Jacui) que desemboca no mar, descobriu por aquelas campanhas grande multidão de vacas chimarronas, tôdas de côr, e que vinham outras muitas baixando pela costa do dito rio e que tendo o dito tenente de cavalos dado essa noticia ao dito Sr. D. José Martínez de Salazar foi este falar ao padre Cristóvão de Altamirano, que ia embarcar como procurador-geral dos primitivos padres fundadores das doutrinas consultando a matéria disse que essas vacas haviam sido procriadas de "quatrocentas vacas leiteiras" que deixaram os padres quando se retiraram por ocasião da invasão dos portugueses mamelucos de São Paulo, desde cujo tempo se multiplicou em grande número de procriações, até esse tempo"...⁸⁶ Eram provavelmente oriundas dos currais de Jesus Maria e principalmente dos campos de São Miguel, dispersadas mais tarde com as incursões dos bandeirantes. E às mesmas ainda estes se referem quando, em 1559, informam indios das missões que fugiram de São Paulo, que os ouviram dizer que viriam pela Laguna até o Igai, "como camino mas breve e menos embaraçoso, y del dicho rio venirse em breve a estas doutrinas sin necesidad de matalotage, por las muchas bacas que dicen ay"⁸⁷

Uma indicação interessante resalta de quase todos os depoimentos e informações sobre o gado missioneiro, para melhor identificação de sua origem, é a côr de sua pelagem. Tôdas as referências são uniformes. O padre Dufo, como vimos, diz que tôdas as vacas "eram de côr". De "color escura", acrescentam os mais. O padre Juan de Yegros nota que "naquelas partes do mar somente se viam essas vacas de côr". Refere o padre Domingo Calvo que D. José de Garro mandou uns espanhóis vigiar a outra banda e voltaram dizendo "que aulan vlsto Bacas en dichas campañas y muchas de color", informando o padre Cristóvão Altamirano que procediam das que os padres curas das reduções haviam deixado quando fugiram às invasões bandeirantes. Quando da expedição que funda a Colônia de Sacramento, no Prata, D. Manuel Lôbo, em carta que dirige ao rei, datada da cidadela de Sacramento, a 12 de março de 1680, diz que se deteve "na ilha de Maldonado, situada na embocadura deste rio, 23 dias", em cujo tempo pôs "alguma gente em terra para especular o que nos fôsse possível naquele território no qual vimos uma quantidade de gado vacum "todo de côr escura", e de corpo grande, pelo que se viu em dois ou três touros que se mataram, não podendo ser por então mais porque a terra é toda descoberta e difíceis as incur-

* Pleito sobre vacarias cit.

⁸⁶ Informação sobre as vacarias do mar. B.N. Mss. I, 29, 3, 103.

⁸⁷ D. José Martínez de Salazar governou de 28-VII-1663 até 1674. D. José de Herrera Sotomayor governou o Rio da Prata desde 11-VI-1682 até 1691.

⁸⁸ Pleito sobre Vacarias cit.

⁸⁹ Tradução de la declaración de los indios que vinieron de S. Pablo etc. B.N. Mss. I, 29, 2, 53.

sões". Era um gado bravo que fugia de muito longe e que continuava como se viu de uma embarcação que se adiantou chegando pela parte de norte até junto a Montevideu".⁹⁰

Dênuncia essa pelagem predominante, de côr escura, o gado fusco,⁹¹ piratiniano que, com o vermelho teriam tido origem, com a introdução das "sete vacas de Gaete", dos rebanhos assuencos.

Em magnífico trabalho o Dr. Prudencio de la C. Mendoza⁹² diz que os bovinos da expedição de Salazar de Espinoza, isto é, o gado dos irmãos Góis, procedente de São Vicente, e que constituíram o casco fundamental da pecuária do Paraguai e do Prata, pertenciam à raça andaluza e ibérica de Sanson. Tem por caracteres zootécnicos grande corpulência, boa alçada, sistema ósseo grandemente desenvolvido, cabeça volumosa, aspás bastante grandes e se singulariza pela grande sobriedade na alimentação. Sua pelagem é muito variada: vermelho claro, tostado e escuro, pouco leiteiro, mas bom para a produção de carne. E agrega: "Desta raça se deriva o vacum crioulo ou raça primitiva indígena que adquiriu condições superiores em seus caracteres zootécnicos, conformação e aptidões à andaluza. As condições mesológicas favoreceram a formação de variedades da raça bovina crioula nos territórios rio-platenses, podendo-se dizer que constituem raças aperfeiçoadas com relação à sua primitiva origem".

Zootécnicos nacionais confirmam êsses caracteres do *gado crioulo* do Rio Grande, idêntico ao do Uruguai. Silva Neves, dando-lhe o nome de *colônia* ou *colonão*, cujo "nome evoca uma colônia, porventura a do Sacramento", diz que é "a raça de ouro dos nacionais, considerada a primeira do mundo". "Filha-se por cruzamento às raças introduzidas pelos colonizadores, do tronco aquitânico, do ibérico, do batávio, do atlântico e indubitavelmente do jurássico (*Bos braquicefalus* e *Bos frontosus*), predominando o primeiro e quiçá o último". Caracteriza-se êsse gado pela corpulência acima da mediana, cabeça comprida e estreita, cornos de grande desenvolvimento, de comprimento excessivo na variedade alentejana, pelame flavo. Raça dolicocefala segundo o método de Sanson, eumétrica, de perfil convexo, longelínea, pelo método de M. Baron. Gado laranja, segundo a classificação popular. Conhecido pelo nome genérico de "franqueira", tem em Goiás e Mato Grosso o de "pedreira" e "crioulo" no Rio Grande do Sul.⁹³

⁹⁰ B.N. Col. Angéls, I, 31, 12. Traduzida para o espanhol e retraduzida pelo autor. Publicada pela primeira vez pelo coronel Jônatas Rêgo Monteiro em sua *Colônia do Sacramento*. Doc. n. 2, II vol.

⁹¹ Fusco, adj.: escuro, tirante a negro. Antônio de Moraes Silva. Dic. da Língua Portuguesa. 1.ª edição. Lisboa, 1813. Como vimos, juntamente com o vermelho era o fusco um dos pêlos mais apreciados nos rebanhos piratinianos. Havia mais o pintado, o barroso e alvasô "Alvasô: Alvado, tirante a branco. Boi alvaço dizemos cada dia. — Moraes. Dic. cit.

⁹² Dr. Prudencio de la C. Mendoza. *História de la Ganadería Argentina*. Buenos Aires. Talleres gráficos argentinos — L.J. Rosso. Sarmiento 779, 1928, p. 28.

⁹³ Antônio da Silva Neves — *Origem provável das diversas raças que povoaram o território pátrio*. São Paulo — 1918.

Contribuição ao Estudo das Estruturas Urbanas*

J. TRICART

Revue de Géographie de Lyon, vol. XXV — 1950, n.º 3, pp. 145-156. Lyon, Imprimeries de M. Audin, 1950.

Freqüentemente os estudos de geografia urbana consistem apenas em um histórico minucioso da cidade e na análise de suas funções atuais, comerciais ou industriais. Pouca coisa eles apresentam sobre a paisagem urbana propriamente dita e mesmo assim, quase sempre, incidentalmente¹. Todavia, a geografia é, em grande parte "ciência da paisagem" e, em vista disso, a geografia urbana deveria dar mais importância à análise dos tipos de habitação urbana, à disposição dos edifícios na parte central das cidades, bem como à repartição dos diferentes elementos da população no interior das aglomerações.

É nossa intenção dar aqui, inicialmente, algumas indicações gerais, destinadas a orientar as pesquisas nesse sentido e, depois, algumas sugestões práticas.

I — O estudo da estrutura fundiária

A estrutura fundiária dos espaços compreendidos pela aglomeração urbana, isto é, suas dimensões e disposição assim como a categoria dos proprietários a que pertencem, constitui um primeiro elemento importante. Dela depende, em grande parte, a geografia dos espaços construídos. Um dos principais obstáculos à construção de imóveis modernos nos velhos núcleos urbanos é a exiguidade das parcelas, pois correspondem às concepções da arquitetura de séculos atrás. Outrora as casas eram menores do que aquelas para as quais se orienta a técnica atual, de modo que a modernização dos velhos núcleos urbanos pressupõe um reagrupamento de vários terrenos. Reagrupamento fundiário e reconstrução são ligados e interdependentes em nossos velhos núcleos urbanos destruídos. Como no caso da estrutura agrária, a exiguidade das parcelas, herança de concepções tecnicamente antiquadas, retarda a evolução e desempenha o papel de elemento

* Tradução de LYSIA M. C. BERNARDES.

¹ Essas interessantes sugestões merecem toda a atenção do leitor e elas inspirarão os futuros autores de monografias urbanas. O professor Tricart nos autoriza, no entanto, a lembrar que elas já têm sido mais ou menos seguidas, talvez desde há quarenta anos, em diversos trabalhos sobre esse assunto. Sem falar nas monografias sobre Ruão, Damasco, Cairo, Argel e Orã, para nos limitarmos a uma exemplificação com o que surgiu em nossas províncias, desde o estudo de Grenoble de Raoul Blanchard publicado pelo primeira vez em 1911, mencionaremos, na *Revue de Géographie Alpine* seu Annacy (1916) seu Quebec (1934) seu Montreal (1947). O curso "Berriat, estudo de rua", por Ch.-A. Roux (1913) foi seguido por cerca de uma dúzia de monografias urbanas que se continuaram até 1949 dentro de um espírito semelhante ao que é aqui recomendado. Por sua vez, a região do Ródano sobre a qual apareceram o estudo de Marselha de G. Rambert (1934) e o de Santo Estêvão de M. Perrin (1937), forneceu à revista *Les Études Rhodaniennes* os artigos sobre: Trevoux de Janigot (1931), Fôro-São Luís do Ródano de Louis François (1931), Bourg-en-Bresse de J. Cler-Garçon (1933), Aix-les-Bains de Armand Perrin (1934), Cluny de Paul De-gueurce (1935), Vienne en Dauphiné de G. Revol (1945), Tournous de Cr. Sardy (1935), Ville-iranche de H. Velu (1938), Evreux de Jean Villadenc e Tulle de Chaulanges (no livro do jubileu do professor Zimmermann 1949). Ainda sobre essa região deve-se citar os estudos e discussões de Ch. Fourniau (1944) e Pierre Bonnoure (1945) sobre "Cité et centre d'activité", o trabalho deste sobre a evolução geográfica de Paris (1944), as duas teses de Félix Rivat sobre os bairros de Perrache e Grolée em Lião, divulgadas em resumo (1946, 1947 e 1949 no livro do jubileu do professor Zimmermann), antes de editadas, bem como a tese em preparo de Edmond Berthaud sobre os subúrbios de Lião, antecipada por uma nota parcial (1946). Isto, sem contar com mais de uma análise ou descrição de bairros, a propósito de tal ou qual feira, mercado, ou forma de atividade ou de povoamento, de tal arrabalde leitore ou hortícola; em Chalons, Tournon ou mesmo Lião. O presente fascículo (n.º 3-vol. XXV dedicado à geografia urbana) traz ainda mais ou menos, nos artigos que o compõem a persistência desse estado de espírito. (Nota da Redação da *Rev. de Geogr. de Lyon*).

conservador; esse papel é mais importante quando se trata de geografia urbana, em vista da maior duração das construções. Assim se explica a permanência de velhas ruelas estreitas e sinuosas na zona central da maioria de nossas grandes cidades. Para seu desaparecimento, é preciso recorrer a uma política onerosa de grandes obras, baseada em desapropriações e demolições que requerem despesas de vulto. (Exemplos: as grandes vias abertas em Paris por Haussmann, boulevard Saint-Michel, boulevard Saint-Germain; rua 22 de Novembro em Estrasburgo). A não ser nesse caso, isto só ocorre quando uma calamidade importante destrói quarteirões inteiros — incêndios ou guerras — de que não nos faltam exemplos na França de hoje. Assim se explica a permanência do plano antigo de tantas cidades, muitas vezes assinalado pelos autores.

A estrutura urbana, no entanto, não limita sua influência a uma ação conservadora dos núcleos construídos. Ela comanda também o desenvolvimento das aglomerações. A estrutura pré-urbana, que corresponde de fato à estrutura agrária da zona da periferia urbana, dirige o crescimento da cidade e muitas vezes imprime aos novos bairros um caráter próprio. Como no *habitat rural*, nota-se a oposição entre dois grandes tipos de "colonização": a "colonização" individual e a "colonização" organizada. A primeira deixa campo aberto à iniciativa individual. Uma pessoa compra um lote de terreno de uma chácara e aí constrói uma casa, casinhola ou mesmo um casebre. Os velhos caminhos vicinais pouco a pouco se tornam ruelas, ladeadas por montes de detritos, depois se transformam em ruas da cidade. A construção se faz sem nenhum plano de conjunto, como o aproveitamento das regiões de *habitat rural* disperso. Na primeira fase aparecem construções disparatadas, distribuídas desordenadamente embora sempre guiadas pelo velho caminho rural. Aqui uma casinhola com jardim, depois terrenos ainda aproveitados agricolamente, mais adiante uma casa bem cuidada ou um casebre de madeira, apenas superior às *bidonvilles* tristemente célebres das cidades africanas.¹ Aquí a construção à margem do caminho, ali, bem no fundo do lote. Nenhum alinhamento, nenhuma homogeneidade social: num lote um trapelero noutro um empregado de escritório, mais adiante um operário. Dos trabalhadores de colarinho ao vagabundo sedentarizado, toda a escala social é representada. Com o tempo, pouco a pouco esse aspecto pioneiro se modifica. As construções tornam-se mais numerosas e acabam formando uma rua onde, por muito tempo, persistem parcelas refratárias, ocupadas por jardins, pomares, ou mesmo grandes culturas, propriedades de agricultores que não se apressam em vendê-las, contando com a valorização crescente. Os moradores obtêm que a municipalidade mande ensalbrar sua "rua", "avenida" ou mesmo "boulevard", nomes pomposos que fazem violento contraste com a triste realidade, mas, por isso mesmo, são frequentes. O melo-flo é colocado ainda por entre o capim, depois vêm a eletricidade, o gás, a água. Assim se atinge a maturidade. O preço dos lotes e das casas aumenta, quase tudo já está construído, o nível de vida se eleva: vagabundos e trapeleros emigram pouco a pouco para as novas frentes pioneiras onde encontraram parcelas a preço acessível para seus casebres; a população passa a ser de suburbanos remediados*: empregados de escritórios, operários parcimoniosos, pequenos funcionários.

Surge o comércio, a princípio nas simples casas de residência, depois em lojas frequentemente com sobrados formando apartamentos. Daí em diante, as casinholas tipicamente pioneiras recuam e os imóveis maiores aparecem: uma nova etapa é ultrapassada.

Um fato essencial caracteriza essa "colonização" individual: ela conserva, estereotipada, a estrutura agrária pré-urbana. As ruas são antigos caminhos rurais e guardam muitas vezes durante algum tempo os velhos nomes do campo: rue des Vignes, rue de la Fontaine Renée, sente des Haras, rue du Clos Notre Dame e tantas outras designações tomadas nos subúrbios de Paris e que poderíamos facilmente multiplicar. O traçado dos lotes primitivos se mantém no seu conjunto: os mais exíguos persistem tal qual, outros são divididos em dois ou três. As maiores parcelas escapam a esse tipo de colonização individual.

* Esses bairros, conhecidos em francês como *bidonvilles* correspondem às nossas também tristemente célebres favelas (N. T.)

¹ Na falta de uma expressão exata para traduzir *banlieu* e *banlieusard*, usou-se sempre subúrbio e suburbano. (N. T.)

² Rua das Vinhas, rua da Fonte Renée, vereda da Candelária, rua do Cercado de Nossa Senhora. (N. T.)

Tôdas as estruturas agrárias não são, todavia, igualmente favoráveis a êsse tipo de metamorfismo urbano. Os campos alongados das comunas da Alsácia ou da Lorena, são muitas vêzes excessivamente estreitos para permitirem a construção de moradias. É preciso, então, reagrupar duas ou três parcelas contíguas antes de construir, o que é demorado e difícil para um simples particular. Muitas vêzes, nesse caso, domina a "colonização coletiva". Em outras áreas no entanto, as propriedades são muito vastas e acima das posses do comprador isolado. Em geral 1 000 m², isto é, 10 ares, é o máximo para um particular. Acima disso é preciso recorrer à técnica do loteamento, isto é, à "colonização organizada". As estruturas agrárias as mais favoráveis para a "colonização" individual são, pois, aquelas em que as parcelas possuem de 5 a 10 ares e não são muito alongadas. É o caso dos vinhedos dos arredores de Paris e isso explica que, sobretudo antes de 1914, os subúrbios se tenham desenvolvido nas encostas das pequenas *cuestas*. Eram antigos vinhedos que apresentavam condições favoráveis em vista do desenho das parcelas. A crise vitícola do começo do século XX também contribuiu para essa expansão urbana na referida área, pois conduziu muitos vinhateiros, em dificuldades, a vender suas terras por preços acessíveis. Além disso, escapando às obrigações coletivas os vinhedos eram atravessados por uma densa rede de caminhos servindo diretamente a cada lote, ou quase. O rápido e precoce crescimento da área suburbana no vale do Sena a jusante de Paris, no vale de Montmorency e na *cuesta* de Hurepoix, ao sul de Paris, se explica em grande parte pela adaptação secular da estrutura agrária à cultura da vinha e dos legumes.

Uma estrutura social de pequenos e médios camponeses também é favorável à "colonização" individual. Dispondo de recursos reduzidos, deixam-se eles tentar pelo êxodo rural ou pela alta dos preços das terras, que passam a se destinar às construções antes de atingir seu valor máximo, o que contribui para tornar mais fácil sua venda. Os raros recalcitrantes conservam sua parcela de terras, apesar de tudo, encravada no meio das construções novas. A aglomeração em expansão apresenta nesse caso certa homogeneidade. Ao contrário, os grandes proprietários constituem geralmente um obstáculo, mesmo quando sua terras não são reagrupadas em conjuntos por demais vastos, de um só senhor. Dispõem eles de meios e podem esperar o momento favorável à transação com suas terras e, em vista disso, dificultam o desenvolvimento da aglomeração.

A "colonização" organizada baseia-se na técnica do loteamento, cuja expansão data, sobretudo, do período entre as duas guerras, tendo sido sentida, então, a necessidade de regulamentá-la. Nesse caso, não há continuidade entre a estrutura agrária e a estrutura urbana que dela deriva. Esta última é estabelecida à base de uma nova planta, mais ou menos diferente da antiga estrutura agrária. O traçado das ruas e a distribuição dos lotes são realizados tendo em vista as construções urbanas e, na maioria dos casos, têm como um de seus objetivos permitir a construção de um máximo de habitações na área loteada. Cada terreno tem acesso a uma rua.

Resulta, naturalmente, dêsse planejamento uma planta que pode ser reconhecida com facilidade na paisagem, muitas vêzes com seu traçado em tabuleiro de xadrez, sobretudo nos países anglo-saxões, e, mais recentemente, com as vias de circulação se desenvolvendo por vêzes em arabescos sinuosos, num esforço contra a uniformidade. Na França os loteamentos imediatamente anteriores à lei de 1925, não estavam sujeitos pelo governo a nenhuma regulamentação, de modo que os especuladores se aproveitaram ao máximo do espaço disponível, reduzindo a largura das ruas, de modo a vender maior área sob a forma de lotes. As ruas são, então, estreitas, muitas vêzes sem comodidade, ou mesmo, sem saída. Desde então há preceitos rígidos, exigindo largura mínima, praças nas extremidades sem saída, calçadas ao longo do meio fio etc. Somente a regularidade do traçado permite distinguir, na planta, as ruas dêsses loteamentos das outras artérias urbanas.

No caso dos loteamentos importantes, os organizadores previram muitas vêzes a localização dos estabelecimentos comerciais e também das escolas e igrejas. O caso é freqüente nas grandes vilas operárias, mas também pode ser observado nos subúrbios de Paris (Goussainville, Gonesse, Fundação Blumenthal em Epinay-sur-Seine). O novo bairro é então moldado em um quadro do qual dificilmente poderá escapar.

A estrutura social do povoamento é geralmente diferente da que resulta da "colonização" individual. Os lotes, vendidos pela empresa a um preço uniforme, são mais ou menos caros, em vista dos trabalhos preparatórios do loteamento. A especulação, aliás, não está excluída da transação. Isso é suficiente para afastar uma certa clientela, impossibilitada de pagar preços elevados. Operários remediados, empregados, artesãos e funcionários, formam um meio bastante homogêneo, o do "francês médio" proprietário de uma pequena casa, graças às vantagens dos empréstimos autorizados após a primeira Grande Guerra pelas leis Ribaux e, posteriormente, Loncher.

Algumas condições peculiares da estrutura agrária pré-urbana favorecem a "colonização" por loteamentos. É o que ocorre, tôdas as vezes que as propriedades são por demais exiguas ou vastas, êsse sendo o caso mais freqüente. Ao longo da linha Paris-Survilliers, na Plaine de France, as aglomerações que cercam cada estação são posteriores a 1914-18 e devem sua origem a grandes loteamentos realizados nas enormes parcelas de grandes herdades, das quais algumas persistem de permeio com as casinholas, como é o caso de Grange-des-Noues. Em Houlgate (Calvados) a estação balneária se constituiu por "colonização" individual de parcelas pouco extensas de *bocage*, a não ser nos arredores da igreja, onde se processou um loteamento de um terreno grande, de 4 ha 30.

A "colonização" organizada é também uma regra no caso das vilas operárias construídas pelas sociedades industriais para moradia do seu pessoal. Muitas vezes, nesse caso, o loteamento só foi possível depois de um reagrupamento de diversas propriedades agrícolas, como ocorre em um grande número de centros metalúrgicos da Lorena, reagrupamento êsse que é facilitado quando se encontram na área de interesse várias parcelas bastante grandes.

O sítio de vilas operárias e mesmo de estabelecimentos industriais, foi muitas vezes determinado pelas facilidades oferecidas pela existência de grandes propriedades fundiárias, formadas por parcelas vastas e próximas entre si. A fábrica e a vila operária de U. C. P. M. I. (antiga Thyssen) em Hagondange, podem servir de exemplo.

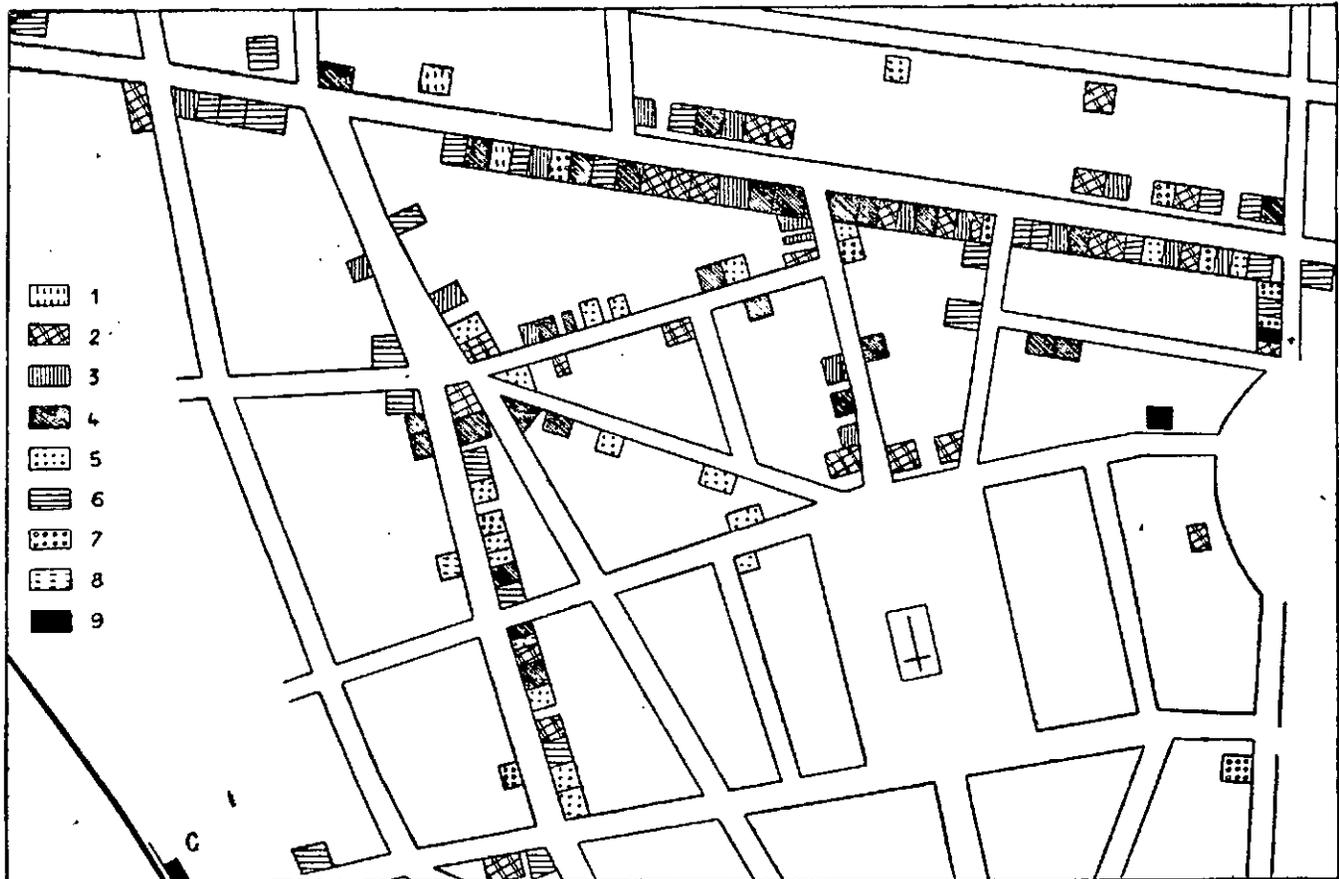
II — A paisagem urbana

A análise da paisagem urbana constitui um outro elemento propriamente geográfico no estudo das cidades. Existem tipos de casas urbanas como existem tipos de habitações rurais. Apesar da imaginação dos arquitetos, realidades profundas persistem, decorrentes do determinismo geográfico. Como no que se refere ao *habitat* rural, três fatos que influem na paisagem urbana podem ser anotados:

A influência das condições naturais, o clima e a natureza do solo da região circundante constituem o primeiro fator. Tôdas as nossas cidades não são ainda formadas por arranha-céus de cimento e de metal e a estandardização industrial nelas influiu apenas um pouco mais que em nossas zonas rurais: Tolosa continua a ser uma cidade de tijolos, em oposição a Bordéus, cidade de pedra. O calcário grosseiro ainda é característico em Paris e o arenito dos Vosges em Estrasburgo. Os tetos de Angers são de ardósia, os de Briançon em fôlhas zincadas.

A influência da estrutura fundiária possui também papel considerável, muitas vezes maior ainda, pois as dimensões e a forma dos terrenos comandam as das casas. As inconcebíveis áreas internas do Quartier du Temple em Paris são uma consequência do espaçamento excessivo das ruas, cuja origem está ligada provavelmente, à estrutura pré-urbana. A área das antigas fortificações de Honfleur, loteada em estreitas parcelas alongadas explica o pitoresco alinhamento das pequenas fachadas, grudadas umas às outras, a tôda volta do velho pórtio.

A influência da estrutura social, enfim, também desempenha o seu papel. Basta comparar as velhas residências de fidalgos do Quartier du Marais e os imóveis para renda contemporâneos, situados entre os *cals* e o boulevard Saint-Germain, para perceber que os contrastes gritantes da sociedade são encontrados tanto no *habitat* urbano quanto no *habitat* rural, um pouco mais, mesmo, pois em nenhum lugar a zona rural nos mostra oposição, tão violenta, como a que existe entre as residências particulares dos arredores do Parc Monceau ou do Bois de Boulogne e os inumeráveis casebres da zona de Saint-Ouen.



Distribuição do comércio e dos artesãos em Houlgate (Calvados)

1. Indústrias — 2. Artigos para turistas — 3. Comércio de vestuário e tecidos — 4. Comércio de alimentação — 5. Artesãos — 6. Hotéis, restaurantes, pensões — 7. Comércio de luxo (bijuteia, modas) — 8. Horticultores e jardineiros — 9. Profissões liberais — Estação da estrada de ferro. O mar acha-se situado um pouco além do limite superior da planta, paralelamente à rua ligeiramente oblíqua a esse limite, a rue des Bains. A Estrada Nacional é a outra grande rua perpendicular à rue des Bains e mais ou menos paralela à via férrea.

Localizam-se os comerciantes, no lado sul da rue des Bains, com vista para o mar, e leste da Estrada Nacional. Os artesãos dispõem-se nas ruas secundárias. Na rue des Bains agrupam-se também a maioria dos hotéis, do comércio de alimentação de luxo (4 confeitarias, 3 casas de chá), as lojas de artigos para turistas (artigos de fotografia e de praia). O comércio de luxo é atraído para a parte leste da rua des Bains (proximidade do Casino e do bairro da Côte) onde predominam as residências ricas.

A permanência das construções contribui, por sua vez, para atenuar a influência desses fatores. Muitos imóveis já possuem alguns séculos e sua fachada testemunha velhas técnicas de construção, como acontece com as velhas casas de enxamel dos cais de Ill em Estrasburgo ou, já desaparecidas, as dos arredores do Vieux Marché em Ruão. O tipo de morador dos imóveis antigos passa, também, por uma evolução, demonstrada em apenas alguns poucos estudos. Uma lenta deterioração acompanha o envelhecimento dos imóveis. Tal residência burguesa do século XVIII foi ocupada mais tarde, no século XIX, por representantes da classe média e atualmente, dividida em exíguos e incômodos apartamentos, abriga humildes famílias operárias.

É preciso levar em consideração, também, os costumes locais, geralmente engastados em um complexo de condições sociais e comodidades técnicas. Esses costumes peculiares têm como efeito, também engendrar tipos de habitações originais, por vezes característicos de certas cidades, como as *echoppes* de Bordeaux⁵, os magníficos sótãos de Besançon ou os tetos pontiagudos de vários andares da velha Estrasburgo, em torno da Catedral.

Tão variada como a habitação rural, a habitação urbana terá recebido dos geógrafos a mesma atenção?

III — As estruturas sociais

O estudo das estruturas sociais constitui um elemento importante da geografia do *habitat* urbano. Procura esclarecer como se distribuem, no interior da cidade, os homens que a habitam e cujo trabalho permite sua existência. Esse problema apresenta interesse idêntico ao da concentração ou dispersão do *habitat* rural, mas tem sido muito menos estudado. O bairro negro do Harlem em Nova York, não é uma consequência geográfica, impressa na paisagem, do racismo americano? A concentração de norte-africanos em áreas insalubres de Paris não é o símbolo da situação miserável, ou mesmo da desgraça desses infelizes transplantados, que nossas cidades industriais não assimilam? O *forte*, bairro comercial das cidades da Ásia das Monções, outrora reduto de defesa, não constitui uma herança direta do passado colonial? A curiosa segregação dos diversos elementos da população das cidades asiáticas em bairros distintos, cercados por muralhas ou mesmo ligeiramente distanciados uns dos outros, que nos foi mostrada por Chesneaux, não é o reflexo das próprias concepções de vida da civilização oriental?

Sem ir mais longe, basta atentar para as cidades francesas que mostram muitas vezes uma especialização de diversos bairros, embora as condições particulares da moradia em nosso país não sejam favoráveis a uma grande nitidez dos fatos. A localização das indústrias e do comércio mais importante acusa, em geral, a influência de fatores ligados às próprias funções da cidade. Muitas pequenas cidades industriais se desenvolveram ao lado das fábricas, bem como muitos vilarejos se concentram em torno de um local de feiras. Nas cidades turísticas, os bairros relacionam-se, estreitamente, com o sítio explorado. Assim, em Houlgate, as residências mais suntuosas agrupam-se em dois locais: na encosta de um prolongamento do relêvo que se termina à beira do oceano, onde a vista é ampla, e, ao longo da praia, em frente ao mar. As construções mais recentes e mais modestas acham-se mais recuadas.

Nas cidades importantes, a composição social da população não é a mesma nos diferentes bairros, às vezes, mesmo, em ruas contíguas. Assim, o boulevard Saint-Germain em Paris, aberto por Haussman a leste do Boulevard Saint-Michel e ladeado por imóveis opulentos é a residência de pessoas abastadas, comerciantes, advogados, industriais, professores, e mesmo gente rica. Esse boulevard, no entanto, não é mais do que uma fachada que esconde um outro mundo, o dos pardieiros e das casas de cômodos da rua Bièvres onde se acumulam norte-africanos e trapeiros. É um contraste particularmente nítido, mas não é o único. O cais na altura do Instituto é um outro exemplo, como também a rua Rivoli no trecho do Hôtel de Ville ou a rua des Archives. As mesmas oposições são encontradas em escala maior nas conurbações. Saint-Denis abriga essencialmente operários, Saint-Cloud ou Montmorency quase unicamente pessoas da classe média ou burgueses ricos.

⁵ *Echoppe* (neologismo francês do velho holandês *schoppe*, pequena loja de madeira). N. T.

A estrutura social da população de um bairro evolui com o tempo. Assim, em Estrasburgo, Neudorf foi até o começo do século XIX uma zona mal afamada, onde se abrigavam vagabundos e trapeiros. Atualmente, bem servido pelas linhas de bondes e próximo do centro da cidade, é um bairro de residência de pessoas abastadas onde se alternam edifícios modernos e prédios com duas ou três moradias.

IV — Indicações práticas

Quais são os meios de que dispõe o geógrafo para estudar as estruturas urbanas cujo interesse acabamos de assinalar rapidamente?*

Conta-se, inicialmente, com o inquérito direto, pois a geografia é uma ciência viva, mas esse sistema serve apenas para focalizar os problemas. Quando se trata de reunir uma documentação completa e complexa, base para qualquer tentativa cartográfica, o inquérito é insuficiente.

Diversos documentos fornecem elementos para esse fim: o cadastro, o registro das propriedades imobiliárias, os recenseamentos das habitações de 1943, e os censos da população.

O cadastro nos informa, inicialmente, sobre a estrutura fundiária. A planta fornece a forma dos terrenos construídos e, pela comparação da situação atual e do velho cadastro, do começo do século XIX, pode-se confrontar a estrutura agrária pré-urbana e a estrutura fundiária dos espaços construídos desde há um século.

Também pelo cadastro pode-se seguir as etapas do desenvolvimento da cidade. A rubrica "aumentos e diminuições", disposta no início do registro assinala, ano por ano, as construções de casas novas, as demolições "diminuições" e as modificações, pois todos esses fatos provocam mudança na taxação dos impostos. Diversas colunas indicam a especificação do imposto, o nome do proprietário e o número do terreno. Não é pois, difícil, traçar uma curva do ritmo de crescimento da cidade, toda ela, ou apenas de um ou outro bairro.

Os registros de imóveis contêm informações sobre as mudanças de proprietários e a maneira pela qual se processou o desenvolvimento da cidade.

O sistema de pesquisa mais simples consiste em acompanhar o caso de um terreno, atualmente construído e que não o era ainda quando do primeiro cadastro. Partindo do nome do proprietário atual, verifica-se se foi ele quem construiu o imóvel ou se já o adquiriu no seu estado atual. No primeiro caso, por ocasião da construção, o registro do lote que anteriormente indicava "terreno", "jardins", "vinha", deve ter sido eliminado, instituindo-se novo controle sob a indicação "casa". Para saber o nome do proprietário anterior verifica-se a referência na coluna "saído de..." referente à transação com o terreno em questão. Pode-se continuar assim a filiação até o proprietário que o possuía por ocasião do primeiro cadastro. No segundo caso, isto é, se a construção já existia quando da aquisição do lote pelo atual proprietário, faz-se a mesma pesquisa para estabelecer a filiação do lote chegando-se, fatalmente, à data em que foi efetuada a construção.

No caso dos loteamentos, encontra-se antes da venda dos terrenos loteados um proprietário comum para uma série de terrenos contíguos, seja ele uma sociedade imobiliária, um particular, uma firma industrial, etc... Também por filiação pode-se identificar os predecessores, seja um senhor de grandes extensões de terra, seja uma multidão de pequenos camponeses cujas glebas foram reagrupadas pelo organizador do loteamento. A origem das estruturas urbanas fica, assim, facilmente, esclarecida. Vê-se, com nitidez, a gênese dos novos bairros e o estabelecimento progressivo de uma forma primária de *habitat*, fenômeno que só excepcionalmente pode ser observado no mundo rural contemporâneo.

A pesquisa dos arquivos municipais e dos documentos dos serviços de controle das prefeituras permitem igualmente a obtenção de dados precisos sobre os loteamentos (data da autorização para o loteamento, composição da sociedade imobiliária que realizou o serviço, condição de venda dos terrenos, organização dos arruamentos, etc...).

* Embora nesse capítulo o autor se refira às pesquisas que podem ser realizadas com os cadastros e outros documentos existentes na França, julgamos interessante reproduzi-lo, pois pode conter sugestões úteis. (N. T.)

O registro dos imóveis construídos teve início no fim do século XIX. Estabelecido de acôrdo com um princípio semelhante ao dos registros comuns, êle compreende uma pasta para cada proprietário de imóveis, onde estão indicados: seu nome, profissão, domicílio e a lista das diversas propriedades construídas que êle possui, sendo indicada sua natureza (fábrica, residência, garage, etc...) e, para cada uma, a base para o lançamento do impôsto e do aluguel previsto, aproximadamente proporcional ao valor do imóvel.

Com o auxilio dêste material não é, pois, difícil, estudar a estrutura social da propriedade construída, anotando-se as pessoas que possuem diversas casas e percebem renda de seu aluguel. Isso permitirá identificar quais são as classes sociais que têm em suas mãos a propriedade urbana, se comerciantes, pessoas que vivem de rendas, industriais, ou sociedades imobiliárias, companhias de seguros, etc. . . Quando se trata de imóveis de construção recente, isso completará o estudo dos registros comuns, pois precisará quais as categorias sociais que são responsáveis pelo desenvolvimento urbano: se pequenos proprietários tendo cada um construído sua própria casa, escritórios imobiliários, industriais responsáveis pelas vilas operárias para o seu pessoal etc. . . É interessante também fazer uma pesquisa estatística da quota total de cada proprietário, correspondendo à soma dos aluguéis autorizados para seus diversos imóveis. Esse exame pode ser completado por meio de um quadro em duas dimensões, figurando, juntamente com os dados acima, a categoria social dos proprietários. Naturalmente, uma representação cartográfica dêste trabalho não deixa de ser interessante, pois pode pôr em evidência diferenças entre os bairros da cidade. Um dêles, por exemplo, pode ser propriedade de uma companhia de moradias a preços módicos, ou de um industrial ou um construtor, o que pode ser suficiente para dar à paisagem urbana um aspecto particular.

Com a ajuda dêstes dados, pode-se também cartografar, de modo aceitável, os diversos prédios da cidade segundo seu valor, sem incorrer em erro, como seria o caso se fôsse usada apenas uma apreciação subjetiva. Os diversos prédios de Houlgate figuram por símbolos que correspondem ao valor previsto para o aluguel. Observa-se nitidamente que as casas mais ricas estão dispostas na encosta a leste da cidade e ao longo da praia. Um problema subsiste, no entanto, pois um prédio de impôsto elevado, pode ser uma bela casa de residência ou um imóvel de aluguéis medíocres. Outros documentos permitem resolver essa dificuldade.

Os diversos registros permitem, portanto, que se acompanhe passo a passo os progressos da construção da cidade e se analise o mecanismo íntimo da constituição dos bairros novos. Basta fazer as plantas dos bairros, onde as casas sejam indicadas com símbolos diferentes de acôrdo com a data de sua construção.

Os recenseamentos de população e dos imóveis, vêm completar os documentos cadastrais, permitindo o confronto entre a propriedade dos imóveis e sua ocupação.

Os levantamentos de população realizados regularmente cada cinco anos, desde 1831, a não ser em anos catastróficos, agrupam os habitantes por casa, rua e bairro. Cada imóvel é indicado por apenas um número, de modo que se pode averiguar o número de famílias que êle abriga, distinguindo, pois, se se trata de habitação individual ou coletiva. Quando o levantamento foi bem executado, consta o número da casa e a indicação da rua, de modo que se torna fácil a cartografia e o confronto com os documentos cadastrais. Todavia, nem sempre isso ocorre e os números dados aos imóveis não coincidem por vêzes com a realidade. Como a profissão de cada indivíduo, sua nacionalidade, e seu lugar de nascimento são indicados, é fácil cartografar também a repartição da população em função de suas ocupações ou de seu lugar de origem. Aparece desse modo, a estrutura social dos diferentes bairros e também das ruas. Da mesma maneira comprovam-se as concentrações de estrangeiros nas zonas industriais ou de provincianas em Paris e certas grandes cidades.

O recenseamento de imóveis de 1943 fornece-nos indicações complementares. De cada ficha constam o número de peças, o número de andares, o conforto disponível (garage, banheiros, etc...), o número de apartamentos. Consta também o nome e o endereço do proprietário e a lista dos inquilinos, o que vem completar os elementos fornecidos pelos censos de população. Esse recenseamento

permite, pois, uma verdadeira cartografia da paisagem urbana, distinguindo as pequenas casas individuais, os imóveis médios, os grandes prédios de apartamentos, as residências confortáveis etc...

O estudo das estruturas urbanas, como o que tem por objeto as estruturas rurais (estruturas agrárias e sociais e estrutura do *habitat*), permite pois, um conhecimento racional da paisagem urbana. Por intermédio desse estudo é que a geografia urbana se tornará mais autônoma em relação às ciências afins, com as quais ela se tem confundido mais ou menos até o presente. Quantos estudos de cidades, considerados geográficos, não são, na verdade, senão a juxtaposição de capítulos históricos, recordando a história secular e de capítulos de economia política, analisando, ou nem sequer isso, enumerando listas de estabelecimentos industriais ou comerciais? O pequeno livro de Chabot, aliás excelente, não escapa completamente a essa crítica, pois se pode procurar, em vão, em seus capítulos, na verdade muito interessantes, um estudo das estruturas urbanas.

Todavia, é esse último elemento que dará à geografia urbana sua autonomia e lhe permitirá recuperar o atraso em que se encontra em relação à geografia rural.

Contribuição à Ciência Geográfica

Considerações a Cêrca de Sesmarias

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia

Ao tempo da expedição manuelina de Pedro Alvares Cabral, o território de que se apossou, em nome do rei de Pôrtoغال, achava-se habitado por silvicolas de várias tribos.

As mais importantes constituíam o grupo dos tupis, "que se estendiam ao chegarem os portugueses, desde o Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul", ensina Rodolfo Garcia, ao considerar a faixa mais freqüentada, além da qual ainda eram encontradas várias das suas ramificações.

Tembé e pacajá do Pará, guajajara do Maranhão, potiguar do Nordeste, tabajara e caeté da costa pernambucana, tupinal de Sergipe, tupinambá de Paraguaçu, tupiniquim de Pôrto Seguro, tamoi de Cabo Frio e Ubatuba, carijó de Cananéia, todos se entendiam na mesma linguagem mais ou menos alterada, embora nem sempre vissem de harmonia. Ao contrário, guerreavam-se amiúde, ao menor pretexto.

Não se agremiavam em massas contínuas, ao longo do litoral, onde se intercalavam, a espaços, os tapuias, ora estremes de mestiçagem, ora já aparentados com os vizinhos. Os nhengaiba de Mara'ó, os timbira do Maranhão, os tremembé, das praias cearenses, os cariri espalhados em vasta área, do Paraguaçu ao Mea-rim, os almoré, dos sertões de Todos os Santos ao Rio de Janeiro, e quantos se deparassem aos desbravadores nos séculos seguintes, atuariam à maneira de cunhas étnicas, entre os vários agrupamentos de origem tupi.

Estes viviam, de preferência, em aldeias fortificadas, mas facilmente se deslocavam, em migrações espontâneas, ou forçados por inimigos poderosos. Mais ansejos seriam aqueles, que nem ao menos cuidavam de rudimentar agricultura, em que o fogo era o agente principal nas derrubadas, completando a faina árdua dos machados de pedra.

"Viviam em pequenas comunidades, sintetizou Capistrano de Abreu. Pouco trabalho dava fincar uns paus e estender fôlhas por cima, carregar algumas cabaças e panelas; por isso andavam em continuas mudancas, já necessitados pela escassez dos animais próprios à alimentação. De rixas minúsculas surgiam separações definitivas; grassava uma físsiparidade constante".¹

Destarte, não teriam permanente apêgo ao chão de suas atividades temporárias. Assenhoreavam-se das terras, que lhes pudessem proporcionar caça, pesca e frutos silvestres, enquanto não fôsem desalojados, por mais fortes concorrentes, ou não sentissem a carência de elementos nutritivos.

O nomadismo harmonizava-se com a concepção de domínio territorial, subordinada à conveniência de aprovisionamento de viveres. Não se regiam por organizações comparáveis às dos asteca ou aimará, que dispunham do solo, consoante regras indicativas de mais complexa estruturação social.

Em 1500, não havia, pois, o direito de propriedade duradoura, de que se pudesse beneficiar algum individuo, nas terras conquistadas por Alvares Cabral. Quando muito, era coletiva a posse, permanecendo em condominio vasta área dentro da qual viviam alguns agrupamento, cujas divisas os vizinhos não ultrapassavam, em suas excursões venatórias. Não se deparou aos lusitanos obstáculo de maior monta, que lhes impedisse a transplantação, para a imensa colônia, ainda em grande parte desconhecida, das normas jurídicas a que se achavam acostumados.

¹ Abreu (J. Capistrano de) *Capítulos de História Colonial* — (1500-1800) — 3.ª edição — Edição da Sociedade Capistrano de Abreu — F. Briguet & Cia. — 1934 —

Em Portugal, vigorava, então, o Instituto das sesmarias, desde a era fernandina, ao passo que nos Açores e Madeira foi ensalado, com êxito, o das donatárias. Ambos seriam experimentados no Brasil, onde se adaptaram às peculiaridades regionais.

SESMARIAS

Segundo a noção das Ordenações do Reino (Man. liv. IV 67, Fil. IV-43) lembrou Paulo Merea, "eram as dadas de terras maninhas ou que os seus donos conservassem desaproveitadas".

"A palavra *sesmaria*, como *sesmar* e *sesmetro*, deriva de *sesmo* (sexmo, seis-mo), vocábulo que, equivalendo primitivamente a sexto, (de *seximum*), vem mais tarde, por uma evolução pouco clara, a empregar-se no sentido de courela, e também no de termo ou limite. Sesmeiros ou courelheiros eram nos antigos tempos da nossa monarquia os oficiais a quem incumbia a missão de distribuição dos terrenos sem dono ou que os seus proprietários não cultivavam por si nem por outrem.

No reinado de D. Fernando promulgou-se a célebre *lei das sesmarias*, destinada a conseguir que tôdas as terras fôsem lavradas e aproveitadas, para o que entre outras coisas se ordenava que fôsem tiradas as terras aos proprietários que dentro de certo prazo as não aproveitassem e distribuídas a quem as lavrassem.

Foi a substância dessa lei, primeiro inserta nas Ord. Afonsinas (IV, 18), que passou com alterações para as Ord. Manuelinas, às quais aludem as doações e forais das capitâneas brasileiras, quando tratam da distribuição das terras em sesmarias¹. Viterbo, depois de longamente explicar o regime instituído para fomentar a agricultura em Portugal, explicou: sesmo — sexto — fóro de seis².

Como fôsse julgado eficiente, perdurou durante o domínio espanhol, e ainda em 1824 as Ordenações e Leis de Reino de Portugal, que orientavam os estudos jurídicos dos universitários de Coimbra, dispunham a propósito "as sesmarias são as dadas de terras, casais ou pardieiros, que foram ou são de alguns senhorios e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas, e agora o não são. As quais terras e os bens assim danificados e destruídos podem e devem ser dados de sesmarias pelos sesmeiros, que para isto forem ordenados. "E se as pessoas, a que foram doadas as sesmarias, as não aproveitaram ao tempo que lhes fôr assinalado, ou no tempo, que nesta Ordenação lhes assinamos (cinco anos), quando expressamente lhes não fôr assinado, façam logo os sesmeiros executar as penas, que lhes forem postas, e dêem as terras, que não estiverem aproveitadas, a outros, que as aproveitarão, assinando-lhes tempo, e pondo-lhes a dita pena. "

Requisito essencial para que perdurasse a doação, frisava o dispositivo legal, a gleba devia ser cultivada pelo seu proprietário, sob pena de caducidade.

O pagamento da sexta parte da produção, porém, a que outrora estavam sujeitos os contemplados pelas mercês régias, já não se usaria no Brasil, onde Martim Afonso de Sousa, ao fundar a vila de São Vicente, firmou os mais remotos documentos de que há memória, no tocante ao assunto, devidamente autorizado por alvará de 20 de novembro de 1530, que prescreveu:

¹ Merea, Paulo — "A solução tradicional da colonização do Brasil" — in *História da Colonização Portuguesa do Brasil* — Litografia Nacional — Porto — MCMXXIV, vol. III, p. 182.

² Contra semelhante asserção, objectou Lobão, que as "Ordenações" não impõem às sesmarias o pagamento dessa fração, mas só o do fóro costumelro... tendo êle visto forais em que se aforam as terras incultas, não pelo fóro do sesmo, mas pelo geral do conselho". O desembargador Vieira Ferreira, ao examinar-lhe o comentário em *As sesmarias*, (Jornal do Comércio, de 29 de julho de 1947) acrescentou: "nos forais, por exemplo, no dado por D. Manuel, em 1514, à Vila Nova de Monsarros, a quota dos frutos variava, não só pela diversa natureza dêles, como pela diferente qualidade do solo. No exemplificado o fóro do pão e do vinho é numa área de um sexto e na outra de um oitavo e até de um nono". E concluiu: "o fóro das terras férteis assim dadas aos requerentes, por terem sido deixadas em abandono, sendo em geral a sexta parte dos frutos, o mesmo, explica-se que o verbo exprimissem a concessão das terras sujeitas a pagamento dessa quota, formando-se como substantivo verbal a palavra *sesmaria*".

³ *Ordenações e Leis do Reino de Portugal*, recompiladas por mandado d'El-Rei D. Filipe o Primeiro. — Nova edição feita sobre a primeira de Coimbra, de 1789, confrontada e expurgada pelo original de 1603. Coimbra na Real Imprensa da Universidade 1824 — Com Privilégio Real — Vol. III.

"D. João III... A quantos esta minha carta virem faço saber que as terras que Martim Afonso de Sousa do meu conselho achar ou descobrir na terra do Brasil onde o envio por meu capitão-mor que se possam aproveitar ou por esta minha carta lhe dou poder para êle dito Martim Afonso possa dar às pessoas que consigo levar as que na dita terra quiserem viver e povoar aquela parte das terras que assim achar e descobrir que lhe bem parecer e segundo o merecerem as ditas pessoas por seus serviços e qualidades para as aproveitarem e as terras que assim der será somente nas vidas daqueles a que as der e mais não, e as terras que lhe parecer bem poderá para si tomar porém tanto até mo fazer saber e aproveitar e granjear ou melhor modo que êle puder e vir que é necessário para bem das ditas terras e das que assim der as ditas pessoas lhes passarã suas cartas declarando nelas como lhes dá em suas vidas somente e que de dentro em seis anos do dia da dita dada cada um aproveite a sua e se no dito tempo assim o não fizer as poderá tornar a dar com as mesmas condições a outras pessoas que as aproveitem e nas ditas cartas que lhes assim der irá traladada esta minha carta de poder para se saber a todo tempo como o fêz por meu mandado e lhe ser inteiramente guardada a quem a tiver e o dito Martim Afonso me fará saber as terras que achou para serem aproveitadas e a quem as deu e quanta quantidade a cada um e as que tomou para si e a disposição delas para o eu ver e mandar nisso o que me bem parecer e porque assim me praz lhe mandei dar esta minha carta por mim assinada e selada com o meu solo pendente. Dada em a Vila de Castro Verde, a XX dias do mês de novembro Fernam da Costa a fêz, ano de nascimento de Ser. J. ha no X.^o de mil bcXXX anos. ⁶

Delegado do monarca, em têrmos tais, o "governador das terras do Brasil" concedeu, em data de 10 de outubro de 1952, a Pêro de Góis, "fidalgo da casa d'El Rei Nosso Senhor", a sesmaria Tecuapara, definida por linhas naturais, sem estimativa de área, com "declaração que êle as aproveite nestes dois anos seguintes e não o fazendo, as suas ditas terras ficarão devolutas para delas fazer aquilo que me bem parecer e as ditas terras serão fôrras e isentas, sem pagarem nem uns direitos, somente dizimo a Deus, e por isto mando que logo seja metido de posse das ditas terras". ⁶

Em normas semelhantes, seriam multiplicadas as primeiras aplicações do regime de sesmarias, distribuídas, a título de prêmio, aos homens de prol, capazes de fecundá-las pelo trabalho, beneficiados pela isenção de tributos, exceto o dizimo. A doação era temporária, prescrevia a ordem régia, e pessoal, além de exigir a utilização pela agricultura.

Ao aclimar-se no Brasil, todavia, sofreu profunda modificação, que a tornou duradoura, além de permitir a transferência para outros proprietários. Fenômeno expressivo ocorreu com esta mesma sesmaria de Pêro de Góis, um de cujos sucessores obteve, a 11 de agosto de 1549, do tabellão Tristão Mendes, a transcrição, em livro especial, "bem e verdadeiramente, ainda que em algumas partes não se podia ler de mal escritos", dos documentos apresentados. Não faltou sequer a colaboração dos escrivães da Fazenda, um dos quais, João Antônio Málio, ao repetir a cópia, afirmou.

"Aqui trasladei de *verbo ad verbum* de livro I de registos e traslados de cartas de sesmarias que serve neste feitoria, bem e fielmente, sem causa que dúvida faça e corri e concertei o dito traslado, com o que está no dito livro com o escrivão comigo, abaixo assinado".

Mais tarde, por volta de 1874, o padre Lourenço Craveiro, em nome da Companhia de Jesus, requereu "cópia autêntica de uns papéis que apresenta", nos quais constavam tôdas as sucessivas transcrições a que fôra submetida a carta primitiva, já destoante das restrições régias. Onde o monarca ordenara: "as terras que assim der será somente nas vidas daqueles a que as der e mais não", por isso as cartas respectivas deveriam esclarecer, "como lhas dá em suas vidas somente", os copiadores, acabaram por ampliar os poderes atribuídos a Martim Afonso.

⁵ ("Chancelaria de D. João III", Livro 41) — in *História da Colonização Portuguesa do Brasil* vol. III.

⁶ Marques (M. E. de Azevedo). *Apontamentos Históricas, Geográficas, Biográficas, Estatísticas — Noticiosos da Província de São Paulo* — 1879.

As terras que assim der, estipulava D. João III, consoante a derradeira versão tabelloa, que afinal prevaleceu, "serão para elas, (pessoas) e todos os seus descendentes". Ainda exigiu, entretanto, que "dentro de dois anos da data, cada um aproveite a sua, e que se no dito tempo assim não fizer as poderá dar as outras pessoas que as aproveite a sua, e que se no dito tempo não fizer as poderá dar as outras pessoas que as aproveitem com a dita condição".

Por isso, fazia-se mister o início dos trabalhos de cultura no primeiro biênio, sob pena de caducar a doação.

Instituto mais amplo, embora conjugado com o das sesmarias, viu-se na mesma década, quando D. João III, ansioso de apressar o povoamento do Brasil e garantir-lhe a defesa do extremo litoral, freqüentado por audaciosos infratores das proibições régias, decidiu reparti-lo entre a fidalguia ambiciosa de possuir terras, mansas como a própria Metrópole.

DONATÁRIOS

O exemplo derivava da experiência lusitana em paragens mais próximas da Europa. "Em 1425, lembrou a propósito Carlos Malheiros Dias, a Madeira fôra dividida nas capitânicas do Funchal e de Machico, respectivamente doadas aos dois descobridores, João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz, cavaleiros do Infante, que mandou transportar da ilha de Cândia a malvazia e de Sicília a cana de açúcar, e quem ensinasse os colonos a cultivá-la".

"Em 1501, a Madeira produzia 63 800 arrôbas de açúcar e de suas plantações saíram depois as plantas para a cultura de São Tomé e do Brasil. Nos Açores seguiu-se análogo sistema. Colonizadas pelos donatários Gonçalves Velho, (que descobrira a Santa Maria em 1432 e São Miguel em 1444, no dia do Arcanjo, 28 de maio), e Jacomo Bruges, cavaleiro flamengo ao serviço do Infante (a quem foi doada a Terceira em 1450), as ilhas ocidentais do Atlântico depressa prosperaram".

"Em 1451, antes mesmo da descoberta da do Corvo, doada em 1453 por D. Afonso V ao duque de Bragança, já o Funchal tinha fora de vila, sendo elevado a cidade em 1508". Trinta e quatro anos depois de descoberta, "a Madeira contava quatro povoações importantes, punha em armas 800 homens, produzia grãos para alimento próprio e açúcar que, cem anos mais tarde, chegou a pesar quatro mil toneladas. Eis o modelo tradicional, remata o escritor lusitano, por onde se guiaram os primeiros passos da colonização do Brasil".⁷

Bem que a nascente colônia não proporcionasse ainda mercadoria de intenso escambo, como o Oriente, que empolgava a atenção dos governantes e pessoas interessadas no comércio das especiarias e artigos exóticos, fazia-se mister cuidar-lhe da defesa contra os intrusos, que se estavam aproveitando da dispersão dos postos de ocupação, ainda raros e espaçados, para praticarem as suas transações clandestinas.

O sistema de expedições punitivas, enviadas com propósitos de policiamento do extenso e indefeso litoral, que os franceses tentavam pontilhar de feitorias, evidenciava-se ineficaz para preservar o domínio português de lesões duradouras. Todavia, ainda se esforçou D. João III por estadear o seu poderio, ao reunir forte armada, com inequívocos intuítos bellicosos. Certo, não seria a primeira, dotada de elementos capazes de suplantar possíveis resistências de audaciosos corsários.

Não se apagara ainda de todo a lembrança da frota de Cristóvão Jaques, que, por volta de 1526, perlongara o litoral brasileiro, de Pernambuco, donde despachara a capitânea, atestada de pau-brasil, em rumo do sul. No Recôncavo baiano, topou com três naus bretoas, "duas de cento e quarenta toneladas de arqueação e a terceira de oitenta".

Subjugou-as sem tardança, com certos disparos de artilharia. E de regresso, levou para Lisboa, aprisionados, os sobreviventes da peleja causadora de prejuízos aos armadores de França, cuja defesa Francisco I, seu rei, tomou, resoluta.

Negociações diplomáticas arrastaram-se intermináveis, entre as duas côrtes, mal agourando da pacífica manutenção das suas feitorias no Brasil, quando o

⁷ Dias (Carlos Malheiros) — A Idade Média Brasileira in *História da Colonização Portuguesa do Brasil* — vol. III — Litografia Nacional — Porto MCMXXIV.

monarca lusitano confiou mais bem apercebida expedição naval a seu antigo pajem e contemporâneo, filho de Lopo de Sousa, que servira no Conselho de D. Manuel.

Por falecimento do Rei Venturoso, a 13 de dezembro de 1521, participara da comitiva que lhe acompanhara a viúva, D.^a Leonor, de regresso a Castelo. Andou, então, por Salamanca, onde se casou com D. Ana Pimentel, descendente dos Maldonados, de nobre linhagem.

Voluntariamente ingressou, interrompendo a lua de mel, na expedição organizada por Carlos V contra a França. Vitorioso nas refregas, que lhe puseram à prova os dotes militares, escusou-se de continuar a serviço do monarca espanhol.

Relevantes comissões ainda desempenharia, antes e depois de acompanhar a princesa, noiva d'El-Rei, cuja entrada em terras de Portugal se registrou a 14 de fevereiro de 1525. Estava, pois, satisfatoriamente credenciado Martim Afonso de Sousa para executar o programa do seu amigo, D. João III, que decidiu empreender providência mais eficiente, garantidora da posse efetiva da desmedida colônia cobçada pelos concorrentes.

Caber-lhe-ia tríplice missão:

- 1.º — escorraçar os intrusos das costas do Brasil e livrá-lo de "corsários franceses que iam tomando nelas muito pé" como escreveu frei Luís de Sousa.
- 2.º — descobrir terras e explorar alguns rios, entre os quais indubitavelmente o Paraná,
- 3.º — estabelecer um ou mais núcleos de povoamento europeu, de domínio político.

Em princípios de dezembro, deixa Lisboa * e, decorridos dois meses, em frente ao cabo de Santo Agostinho, captura a terceira nau francesa, também carregada, como as duas outras, de pau-brasil. O episódio era frequente, ora a favor dos súditos de D. João III, ora do rei dos franceses, que porflava em desrespeitar o monopólio do comércio de madeira tintorial mantido pela coroa portuguesa.

Nessa mesma ocasião, soube Martim Afonso "que havia dois meses que ao dito rio de Pernambuco chegara um galeão da França e que saqueara a feitoria (organizada por Cristóvão Jaques) e que roubara toda a fazenda, que nela estava d'El-Rei Nosso Senhor; e que o feitor do dito rio (Diogo Dias) era ido ao Rio de Janeiro numa caravela, que ia para Sofala".

Assim, naquele agitado começo do segundo quartel do século manuelino, Cristóvão Jaques apodera-se das naus bretoas, a cuja caça andava e reforça a feitoria de Iguacu, antes de regressar. Mas em sua ausência, voltam os corsários, mais bem armados que a reduzida guarnição, que é derrotada. Castiga-os Martim Afonso, de viagem para o Sul, onde iria dar execução aos outros encargos, de explorar a costa meridional, até o rio da Prata, e fundar a primeira vila, que seria São Vicente. Por lá se achava, nos arranjos administrativos do povoado nascente, quando se aproximou do reduto do norte, mais mercantil do que militar, a uau marselhesa — "La Palerine. Com 18 canhões de bronze e de ferro, guarnecida por 120 homens de guerra, entre marinheiros e soldados", armada "por Bertan d'Ornessan", não encontrou dificuldade em dominar pela força o porto luso-brasileiro. Ufano com a vitória, constrói adequado fortim, que deixa guarnecido de lutadores, sob o comando de De La Motte, assim que se completa o carregamento de "5 000 quintais de pau-brasil", 300 de algodão, animais secos, 3 000 peles, muitos animais vivos, grande número de macacos, papagaios, etc. tudo avaliado pelo armador em 62 300 ducados" *

Ser-lhe-ia, porém, efêmero o êxito, pois que não evitou, nas imediações de Málaga, "o encontro com a armada de guarda-costas, capitaneada por Antônio Correia", que astuciosamente lhe tomou as mercadorias pernambucanas, sem disparar um só tiro, a 15 de setembro de 1532. Contemporaneamente, navegava

* A armada de Martim Afonso de Sousa zarpuo do Tejo a 3 de dezembro de 1530. Compunha-se de nau capitânea, de 150 toneladas, comandada por Pêro Lopes de Sousa, nau S. Miguel de 125 toneladas, comandada por Feitor de Sousa, galeão S. Vicente, de 125 toneladas, comandada por Pero Lozo Pinheiro, caravela Rosa, comandada por Diogo Leite, caravela Princesa, comandada por Baltazar Gonçalves", Diário de Navegação de Pêro Lopes de Sousa, anotado pelo comandante Eugênio de Castro — 1940 — 2.^a edição.

Fretas (Jordão de) — A Expedição de Martim Afonso de Sousa. in — *História da Colonização Portuguesa do Brasil* — vol. III — Litografia Nacional — Porto — MCDXXIV.

Pêro Lopes de Sousa para Lisboa, de volta de São Vicente, quando, ciente do ocorrido, decidiu acometer o inimigo, apesar da desigualdade manifesta de forças. Primeiramente, investiu contra a nau avistada nas proximidades da ilha de Santo Aleixo e sem demora a tomou. E, com o auxílio dela, começou o bloqueio do fortim, que, ao fim de 18 dias, aceitou a rendição, antes que se executasse a ordem real para a sua destruição total, decidida por D. João III, assim que soube dos depoimentos dos prisioneiros de La Péllérine.

As acometidas amiudavam-se, alarmando a coroa com os planos usurpadores que o rei de França mal dissimulava.

Não conviria continuasse o revezamento de posse em Igarapé, que denotava a perseverança francesa em contestar o direito de Portugal às terras conquistadas pelos seus navegantes, apesar de reconhecido pelo Papado.

Urgia providência mais eficaz do que as periólicas expedições navais, que somente poderiam exercer ação benéfica, mas passageira, enquanto permanecessem nas imediações. Quando se afastavam, recrudescia o contrabando, em que se achavam interessados armadores poderosos, como o "barão de Saint Blancard, comandante da esquadra francesa do Mediterrâneo".

Para evitá-lo e do mesmo passo assegurar a soberania lusitana, apressou-se o rei em comunicar a decisão que lhe sugeriam avisados conselheiros, do naipe de Diogo de Gouveia. "Eu já por muitas vezes lhe escrevi o que me parecia deste negócio", lembrava-lhe o professor "que honrava o nome português em cátedra universitária francesa, a 1 de março de 1532". "A verdade era dar, Senhor, as terras a vossos vassallos que três anos há que se as V.A. dera aos dois de que vos eu falei, já agora houvera 4 ou 5 000 crianças nascidas e outras muitas da terra cruzadas com os nossos; é certo que após estes houveram de ir outros muitos... Porque quando lá houver sete ou oito povoações, estes serão abastantes para defenderem aos da terra que não vendam o Brasil a ninguém e, não o vendendo, as naus não hão de querer lá ir para virem de vazio".¹⁰

Pretendera o monarca, de princípio, aguardar o regresso de Martim Afonso, com os minuciosos resultados obtidos em demorado reconhecimento do litoral brasileiro. Mas os projetos divulgados pelos marujos de La Péllérine precipitaram a solução, já inadiável. "Depois de vossa partida, escreveu-lhe, então, El-Rei, a 28 de setembro de 1532, se praticou, se seria meu serviço povoar-se toda essa costa do Brasil, e algumas pessoas me requeriam capitânias em terra dela".

"Eu quisera antes de nisso fazer coisa alguma; esperar por vossa vinda para com vossa informação fazer o que me bem parecer, e que na repartição, que disso se houver de fazer escolhais a melhor parte, e porém, porque depois fui informado, que dalgumas partes faziam fundamento de povoar a terra do dito Brasil, considerando Eu com quanto trabalho se lançaria fora a gente que a povoara depois de estar assentada na terra, e ter nela feitas algumas forças, como já em Pernambuco começavam a fazer, segundo o conde de Castanheira vos escreverá. determinei de mandar demarcar de Pernambuco até o rio da Prata cinquenta léguas de costa a cada capitania, e antes de se dar a nenhuma pessoa, mandar apartar para vós cem léguas, e para Pêro Lopes, vosso irmão, cinquenta, nos melhores limites desta costa por parecer de pilotos e doutras pessoas de quem se o Conde por meu mandado informou, como vereis pelas doações, que logo mandei fazer, que vos enviará, e depois de escolhidas cento e cinquenta léguas de costa para vós e para vosso irmão, mandei dar a algumas pessoas, que requeriam capitânias de cinquenta léguas a cada uma, e segundo se requerem, parece que se dará a maior parte da costa, e todos fazem obrigações de levarem gente, e navios à sua custa em tempo certo, como vos o Conde mais largamente escreverá, porque êle tem cuidado de me requerer vossas cousas, e Eu lhe mandei que vos escrevesse".¹¹

Por se julgar desprovido de meios eficazes de ação contra os espertos e desabusados contadores, o monarca lusitano recorreu, neste lance, ao regime que excelentes resultados colheram os seus antecessores na colonização dos Açores e Madeira. Por meio de documentos peculiares, que lhes serviriam de cartas cons-

¹⁰ Merea (Paulo) ob. cit.

¹¹ *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. II, p. 161.

titucionais, a Coroa transferia grande parte dos seus poderes aos donatários, mediante cláusulas, que lhes regulassem a jurisdição, comparável à dos senhores feudais.

O imenso território seria parcelado em faixas, aparentemente iguais, limitados a leste pelo Atlântico, ao poente, pelo meridiano pactuado em Tordesilhas, e separadas umas das outras por paralelos, a partir de ponto determinado na praia. Cada qual teria de testada cêrca de cinqüenta léguas, estipuladas para manter a igualdade dos quinhões.

Como, porém, a linha litorânea, em vez da suposta orientação norte-sul, necessária para que a extensão igual correspondessem áreas equivalentes, inclinava-se variamente, afastando-se da direção meridiana, a consequência manifestou-se para logo, apontando a desigualdade das doações, distribuídas em doze capitanias. A propósito, opinaria Capistrano de Abreu: a divisão das capitanias ainda não foi descrita tão concisa e geográficamente como nos termos de D'Avezac, o único que conseguiu dar certa forma a esta matéria essencialmente refratária.¹²

"O limite extremo da mais meridional destas capitanias, concedida a Pêro Lopes de Sousa, é determinado nas próprias cartas de doação por uma latitude expressa de 28° 1/3; confrontava, um pouco ao norte de Paranaguá, com a de São Vicente, reservada a Martim Afonso de Sousa, e que se estendia do lado oposto até Macaé, ao norte de Cabo Frio, desenvolvendo assim mais de cem léguas de costa, mas em duas partes que encravavam, desde São Vicente até a embocadura do Juquiriquerê, a de Santo Amaro, de dez léguas, adjudicada a Pêro Lopes, o irmão de Martim Afonso.

"Ao norte dos domínios dêste estava a capitania de São Tomé, cujas trinta léguas iam expirar junto de Itapemirim; era o lote de Pêro de Góis irmão do célebre historiador Damião de Góis.

"Em seguida vinha a capitania do Espírito Santo, outorgada a Vasco Fernandes Coutinho, cujo linde ulterior era marcado pelo Mucuri, que a separava da capitania de Pôrto Seguro, atribuída a Pêro de Campo Tourinho; esta prosseguia pelo espaço de cinqüenta léguas até a dos Ilhéus, obtida por Jorge de Figueiredo Correia, igualmente de cinqüenta léguas, cujo termo chegava rente à Bahia.

"A capitania da Bahia, doada a Francisco Pereira Coutinho, se estendia até o grande rio de São Francisco; além estava a de Pernambuco adjudicada a Duarte Coelho, e que contava sessenta léguas até o rio Igarauçu, junto ao qual Pêro Lopes possuía terceiro lote de trinta léguas, formando sua capitania de Itamaracá até a baía de Traição.

"Neste lugar começava, para se estender sobre o litoral de cem léguas até angra dos Negros, a capitania do Rio Grande, dada em comum ao grande historiador João de Barros e a seu associado Aires da Cunha; da angra dos Negros ao rio da Cruz quarenta léguas de costas constituíam o lote concedido a Antônio Cardoso de Barros: do rio da Cruz ao cabo de Todos os Santos, vizinho do Maranhão, eram adjudicadas setenta e cinco léguas ao vedor da fazenda Fernand'Álvares de Andrade; e além vinha enfim a capitania do Maranhão, formando segundo lote para a associação de João de Barros e Aires da Cunha, com cinqüenta léguas de extensão sobre o litoral, até a abra de Diogo Leite isto é, até cêrca de embocadura do Turiaçu".

Uma das primeiras concedidas, a de Pernambuco, fixou as normas, a 5 de setembro de 1534, que se repetiriam nas demais, com ampla delegação de poderes aos fidalgos beneficiados, como revelam os seus termos, abaixo transcritos parcialmente, no tocante às terras doadas. "Dom João... A quantos esta minha carta virem faço saber que — hei por bem de mandar repartir (a minha costa e terras do Brasil) e ordenar em capitanias de certas em certas léguas para delas prover aquelas pessoas que me bem parecessem pelo qual esguardando-se aos muitos serviços que Duarte Coelho, fidalgo de minha casa a El-Rei meu Senhor e Padre que santa glória haja e a mim tem feito... faço mercê irrevogável doação entre vivos valedoira dêste dia para todo sempre de juro e herdado para êle

¹² Abreu (J. Capistrano de) — ob. cit.

e todos seus filhos, netos e herdeiros sucessores que após êle vierem de sessenta léguas de terras na costa do Brasil, os quais se começarão no rio de São Francisco, que é do cabo de Santo Agostinho para o sul.

"Outrossim lhe faço doação e mercê de juro e herdade para sempre de dez léguas de terras ao longo da costa da dita capitania".

"O dito capitão-governador nem os que após êle vierem não poderão tomar terra alguma de sesmaria na dita capitania para si nem para sua mulher nem para o filho herdeiro dêle, antes darão e poderão dar e repartir as ditas terras de sesmarias a quaisquer pessoas de qualquer qualidade e condição que sejam e lhes bem parecer (contando que sejam cristãos, exlga o foral), sem fôro nem direito algum, sômente o dizimo de Deus, que serão obrigados a pagar à Ordem de todo o que nas ditas terras houverem seguido e declarado no foral".

No território, de que só era conhecida a frente, beijada pelas ondas do Atlântico, a Duarte Coelho cabia, como seu capitão e governador, exercer a jurisdição civil e criminal, nomear autoridades e criar vilas. Para custear as despesas decorrentes de suas amplas funções governativas, fez-lhe o monarca cessão de vários tributos, além de dez léguas de terras à sua escolha, mas repartidas em quatro ou cinco lotes, separadas entre si por duas léguas no mínimo.

Estas porções poderia Duarte Coelho arrendar, ou aforar, sendo-lhe, porém, vedado aumentar a área por meio de concessão de sesmarias a pessoas de sua família. Por outros pretendentes, todavia, era-lhe facultado "repartir tôdas as ditas terras de sesmarias", de acôrdo com a legislação vigente, A dízima de pescado, a redzima de "tôdas as rendas e direitos que à dita Ordem e a mim de direito na dita capitania pertencer", a vintena de pau-brasil e outras mercês animariam os donatários e povoar as terras que iriam governar com atribuições amplas, entre as quais se incluía a de transferi-las gratuitamente aos que se dispusessem a cultivá-las.

MUDANÇA DE REGIME

Estribados em seus forais, concederiam os donatários sesmarias inúmeras, que nem sempre lograriam perdurar, pelo inadimplemento de algumas das suas cláusulas, como, aliás, sucedeu ao próprio regime das capitánias.

Florescentes nos Açôres e na Madeira, onde viçou o modelo, não provaram igual eficiência no Brasil, em cujo território imenso era exceção o êxito dos pioneiros, desarticulados em extenso litoral, sem que pudesse o vizinho socorrer o parceiro em perigo.

Assaltados pelos silvícolas em rebeldia, ou enfraquecidos pelas desavenças e dissensões dos próprios reínóis convidados a povoar as regiões bravias, onde não encontrariam de comêço as vantagens cobçadas, as povoações fundadas pelos donatários fracassaram em maioria.

A opinião geral espelhou-se na carta que, na vila de Santos, Luís de Góis, irmão do donatário Pêro de Góis, ousou escrever a D. João III, a 12 de maio de 1548.

"Peço a Vossa Alteza que com sua acostumada clemência queira perdoar meu atrevimento e receba em serviço minha vontade e digo mui alto e poderoso Senhor que se com tempo e brevidade Vossa Alteza não socorre a estas capitánias e costa do Brasil, que ainda que nós percamos as vidas e fazendas, Vossa Alteza perderá a terra e que nisto perca pouca aventura a perder muito, porque não está em mais de serem os franceses senhores dela, que em se acabarem de perder estas capitánias que ficam e de ter êles um pé no Brasil hei mêdo adncde quererão e podem ter o outro. Eu quisera antes dizê-lo em pessoa a Vossa Alteza que escrevê-lo, porque tão perigosa está a costa, que não sei esta carta que fim haverá, dois anos a esta parte vem sete oito naus cada ano ao Cabo Frio e Rio de Janeiro.

Já não há navio que ouse parecer, porque a muitos tem comitidos e alguns tomados. Em quanto os franceses não passavam do cabo de Santo Agostinho, mais que até a Bahia, não eram tão suspetosos nem tão perigosos nem de se atreverem a passar os baixos e dobrar o Cabo Frio. Queira Deus não se atrevam a dobrar o cabo da Boa Esperança".¹³

¹³ *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III. pg. 259.

Análogos avisos de malôgro dos esforços lusos para ocupação efetiva do território tornaram premente mais enérgica solução para a defesa da colônia cobrada por estranhos. O govêrno geral, que o monarca instituiu, para atalhar os defeitos verificados, regular-se-ia pelo Regimento de 17 de dezembro de 1548, que traçou as normas de ação de Tomé de Sousa, escolhido para inaugurá-lo.

No tocante às concessões de glebas, recomendou D. João III: dareis de sesmaria as terras que estiverem dentro no dito terreno às pessoas que vo-las pedirem, não sendo já dadas a outras pessoas que as queiram ir povoar e aproveitar no tempo que lhe para isso há de ser notificado, as quais terras dareis livremente sem fôro algum, sômente pagarão o dízimo à Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo e com as obrigações do foral dado às ditas terras de minha ordenação no quarto l vro titulo de sesmarias, com condição que reside na povoação da dita Bahia ou das terras que lhe assim forem dadas três anos dentro do qual tempo as não poderá vender nem enlhear e não dareis a cada pessoa mais terra que aquela que boamente e segundo sua possibilidade vos parecer que poderá aproveitar e se as pessoas que já tiverem terras dentro no dito têrmo assim aquelas que se acharem presentes na dita Bahia, como as que depois forem a ela dentro no tempo que lhes há de ser notificado quizerem aproveitar as ditas terras que já tinham vós lhas tornareis a dar de novo para as aproveitarem com a obrigação acima dita e não indo alguns dos ausentes dentro no dito tempo que lhe assim há de ser notificado aproveitar as terras que dantes tinham vós as dareis pela dita maneira a quem as aproveite e êste capitulo se treladará nas cartas da ditas sesmarias".¹⁴

Preceituava El-Rei que fôsem as terras distribuídas a quem as pretendesse aproveitar, e em área proporcionada aos recursos de que dispusesse para a respectiva utilização. Com êsse intuito, os títulos antigos, porventura existentes, seriam renovados, perdendo os ausentes que não atendessem à notificação.

Sucessiva, ou simultâneamente em regiões diversas, podiam desta maneira, aquinhoar os seus colaboradores, com as terras que preferissem, os donatários, o governador-geral e os capitães do porte de Estácio de Sá, quando incumbido da missão relevante de expulsar os intrusos que se assenhorearam da baía de Guanabara.

Embora permanecesse no sopé dos morros de Pão de Açúcar e Cara de Cão, enquanto não dispunha de forças capazes de sobrepujar os inimigos, aliados aos tamolos, que dominavam a ilha depois denominada de Villegaignon e arredores, antes da derrota completa, não tardaram as concessões de sesmarias, relacionadas por monsenhor Pizarro, que citou, entre as primeiras, a de Jacome Pinheiro, "com 600 braças ao longo d'água e 800 para o sertão", na Praia Grande, a 1.º de setembro de 1566, e a de Cristóvão de Barros, "com 4 500 braças ao longo d'água e 7 500 para o sertão", em Majepe, a 12 de outubro seguinte.¹⁵

Ainda o mesmo propósito inspiraria, na última década do século, a recomendação real ao seu delegado:

"Eu, El-Rei — Faço saber aos que êste meu Alvará virem que pela informação que tenho do grande beneficio e muito proveito que se poderá conseguir a meus vassallos de se povoarem as terras do Brasil, e querendo que os frutos e proveitos delas se lhes comuniquem para que com mais facilidade as queiram povoar e morar nelas, para as lavrar e aproveitar. Hei por bem e me apraz que a tôdas as pessoas que forem com suas mulheres e filhos a qualquer parte do Brasil, lhes sejam dadas terras de sesmarias, para nelas plantarem seus mantimentos, e fazerem roça de canaviais para sua sustentação, as quais hei por bem que se repartam com as tais pessoas por Dom Francisco de Sousa, do meu Conselho, que ora envio por governador daquelas partes".¹⁶

¹⁴ *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III, p. 346.

¹⁵ Monsenhor Pizarro de Sousa Azevedo e Araújo apresentou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que a publicou em sua revista (Tomo 63 — 1.ª parte) a "Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro", extraída dos Livros de Sesmarias e Registos do Cartório do tabelião Antônio Teixeira de Carvalho.

¹⁶ Alvará de 8 de dezembro de 1590, que Bento da Silva Lisboa transcreveu, com o Regimento, em "Fragmentos de uma memória sobre as sesmarias da Bahia", publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 3.º.

A doação, porém, achava-se condicionada à utilização, consoante determinou o respectivo regulamento:

"terels na lembrança, que não dels a cada pessoa mais terra que aquelas que, segundo sua possibilidade, verdes, ou vos parecer, que pode aproveitar".

O intuito da concessão patenteava-se na cláusula restritiva da área, condicionada à capacidade individual de cultivá-la, conforme exigia o alvará régio.¹⁷

A limitação, todavia, na prática, ainda variava grandemente, consoante o arbitrio dos doadores, à mingua de padrões de medidas adotadas.¹⁸ A legislação cuidaria a pouco e pouco de precisar o máximo da área, que, a 27 de dezembro de 1695, carta régia fixou em "quatro léguas de comprimento e uma de largura", reduzidas a três léguas, no biénio seguinte, em virtude de ordem de 7 de dezembro de 1697.

Exato, porventura, quanto à Bahia, de que tratou especialmente o ensaio de Bento Lisboa, nem sempre seria seguido tal preceito em outras capitanias, como a de Mato Grosso, onde começaram as concessões de sesmarias depois de iniciado o povoamento de Cuiabá, por volta de 1718, quando vigorava a carta régia de 3 de março de 1702, que ordenou ao governador-geral do Brasil:

"Mandasse pôr editais, para que todos os sesmeiros dentro em dois meses, apresentassem confirmações e cartas das sesmarias que tivessem, sendo estes e os donatários notificados para as demarcar dentro em dois anos judicialmente, pelo ministro que para isso se lhes concedesse, pena de a perderem".

Evitada a amplitude excessiva, do mesmo passo cresceram as exigências oficiais para a concessão que, por fim, tinha que obedecer aos trâmites regulamentares. Para obtê-la, o pretendente apresentava sua petição ao capitão-geral, que a remetia, para ser informada, ao Senado da Câmara do distrito em que se achasse a gleba e ao provedor-mor da Real Fazenda, que, ouvido o procurador da Coroa, mandava o interessado justificar que não possuía nenhuma outra sesmaria e que dispunha de recursos para cultivar a que pedia.

Preenchidas tais formalidades, e caso não houvesse contestação de terceiros, o capitão-general mandava passar as cartas de sesmarias, que se registravam em livros apropriados.

A concessão era sempre condicional, obrigando-se o requerente a satisfazer certas exigências, sob pena de perdê-la em benefício da Coroa. Nem todos os concessionários, porém, providenciaram para obter a confirmação, pelo Rei, da aquisição gratuita e muitos nem sequer trataram de medir as terras de que se apossaram. Servirá de exemplo concreto, em semelhante matéria, o diploma assinado, a 18 de agosto de 1814, por João Carlos Augusto d'Oeynhausen Grevemburg, governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, no qual estipula as condições costumeiras, embora se refira a maior área do que a geralmente admitida.

"Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que o padre Joaquim José Gomes da Silva me representou por sua petição que êle desejava estabelecer uma fazenda de gado vacum e cavalari, para o que possuía

¹⁷ Apesar dos dispositivos legais, que visavam a restringir a área concedida, formavam-se latifúndios, a que se referiu Antonil: "Sendo o sertão da Bahia tão dilatado, quase todo pertence a duas das principais família da mesma cidade, que são a da Torre, e a do defunto mestre-de-campo António Guedes de Brito. Porque a casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas pelo rio de São Francisco acima, à mão direita, indo para sul; e indo do dito rio para o norte, chega a oitenta léguas. E os herdeiros do mestre-de-campo António Guedes possuem, desde o morro do Clupéus até a nasença do rio das Velhas, cento e sessenta léguas". Antonil, pseudônimo de João António Andreoni — *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Com um estudo bio-bibliográfico por Afonso de Taunay — Editora Proprietária Companhia Melhoramentos de São Paulo — Weisflog Irmãos Incorporados) — São Paulo — Calceiras — Rio.

¹⁸ A propósito da vacilação da Coroa, e de seus delegados, quanto à área atribuída às sesmarias, opinou Felisbello Freire. "Desde já consignamos uma diferença: as concessões no norte abrangiam em maior extensão territorial do que no sul. Com exceção da donataria do visconde de Asseca, em Campos, as sesmarias no sul não excediam de três léguas de extensão, quando no norte havemos de encontrar concessões de 20, 30 e mais léguas. Também António Guedes obteve nas cabeceiras do rio Real uma sesmaria de 10 léguas em 1609 e mais 10 léguas entre o Itapicuru e Inhambupe. Em 1612 alargou os seus domínios por cerca de 50 léguas. Freire (Felisbello) — *História Territorial do Brasil* — 1.º volume — Rio de Janeiro — Tip. do Jornal do Comércio.

suficientes meios; e porque nos campos que ficam entre os rios São Lourenço e Pequiri encontrou as comodidades necessárias para o dito estabelecimento; humildemente me pedia lhe houvesse de conceder nos ditos campos légua e meia de testada e três de fundo, principiando a medição do lugar que mais convier ao suplicante. E visto seu requerimento, informação da Câmara de Cuiabá e do doutor ouvidor-geral, ouvido o procurador da Coroa e Real Fazenda:

Hei por bem fazer mercê (como por esta lhe faço) ao dito padre Joaquim José Gomes da Silva lhe conceder por sesmaria nos campos que ficam entre os rios de São Lourenço e Pequiri, légua e meia de testada e três de fundo, procedendo-se à medição na forma de sua súplica, sem que haja interpelação alguma, nem prejuízo de qualquer outra mais antiga concessão. A qual concessão lhe faço pelos poderes que para isso tenho de S.A.R. que Deus guarde, em seu Real Nome, para que haja e possua as ditas terras como sua própria, assim êle como seus sucessores, sem pensão nem tributo algum, mais que os dízimos a Deus Nosso Senhor, de todos os frutos e criações que nela tiver, com declaração que será obrigado a fazê-la medir, demarcar e tomar posse delas juridicamente, sendo para êsse fim notificados os vizinhos, confinantes, se os tiver, povoando-as, cultivando-as de maneira que dêem fruto. E será também obrigado a fazer e consentar os caminhos das suas testadas, com pontes e estivas aonde forem necessárias, e dará caminhos particulares aos mais hereos que com as ditas terras confinar aonde dêe necessitarem para extraírem os seus frutos, efeitos e criações.

E se para o futuro S.A.R. fôr servido mandar erigir na dita paragem alguma vila, povoação ou castelo, o poderá fazer, como senhor, sem por isso ficar ação ao primeiro para pedir remuneração alguma. E descobrindo-se nas mesmas terras minas ou vieiros de ouro. ou prata ou qualquer outro metal, ou pedras preciosas, o continente de quaisquer destas preciosidades será isento, e não compreendido nesta doação, reservando tão somente nela todos os paus reais que em qualquer tempo se acharem para embarcações. E não poderão suceder na posse e domínio delas religiões algumas, mas acontecendo de fato possuí-las, pagarão dízimos de todos os frutos, efeitos, criações que dela houverem, na mesma forma que se fôssem possuídos e cultivados por seculares e não os pagando lhes serão tomadas e se dará ao denunciante, ou a quem as pedir.

E faltando a qualquer das condições expressivas ou as mais que dispõem as leis e foral das sesmarias, por êsse fato, omissão ou contravenção, ficará logo privado desta mercê, assim como também lhe não valerá, e ficará de nenhum efeito se dentro de dois anos, contados da data desta, não impetrar e não obtiver carta de confirmação de S.A.R. a quem deve logo recorrer o suplicante com esta pelo seu Régio Tribunal e Mesa do Desembargo do Paço dêste Estado, para o mesmo Senhor se dignar de confirmar esta doação feita no seu Real Nome, e na conformidade de suas Reais Ordens.

Registrada a fl. 119 do Livro 5 de Sesmaria

Secretaria do Govêrno em 18 de agôsto de 1814.

As vésperas por assim dizer de soçobrar o regime colonial, as concessões de sesmarias dependiam, para serem válidas, principalmente de medição e demarcação da área doada, e de sua confirmação pelo rei e não abrangiam a faixa em que, porventura, se verificasse a ocorrência de algum mineral de valia, como ouro, prata, ou de gemas reservadas para a Coroa.

SUGESTÕES INOPERANTES

Depois da emancipação política do Brasil, para que não continuassem as Juntas Governativas, de caráter provisório, a praticar atos de conseqüências duradouras, pela multiplicação de doações de terras, a Mesa do Desembargo do Paço, mediante provisão de 22 de outubro de 1823, recomendou-lhes "que se abstenham de conceder sesmarias", até a convocação da Assembléa Geral Constituinte.

Embora esta não lograsse ultimar a sua missão legislativa, interrompida pela prepotência de Pedro I, a 12 de novembro, o documento 4 944, liv. 192, da

Coleção José Bonifácio, que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro conserva zelosamente em seu arquivo, evidencia que o Patriarca reunia apontamentos que o habilitassem a redigir memória referente ao assunto, ou indicação para os legisladores que se esforçavam por dotar o país de leis liberais.

Imprimiu-lhes a aparência de artigos, encadeados da maneira seguinte:

- 1.º — Todos os possuidores de terras, que não têm título legal, perderão as terras que se atribuem, exceto um espaço de 600 jeiras, que se lhes deixará, caso tenham feito algum estabelecimento ou sítio.
- 2.º — Todos os sesmeiros legítimos, que não tiverem começado ou feito estabelecimento nas suas sesmarias, serão obrigados a ceder à Coroa as terras, conservando 1300 jeiras para si, com a obrigação de começarem a formar roças e sítios dentro de 6 anos.
- 3.º — A proporção que a cultura fôr se estendendo ao redor das povoações, a Coroa disporá por venda aos que mais derem das terras, que há em ser, segundo a sucessão de distâncias e posições: as terras serão divididas em porções de 650 jeiras, cujo preço de venda não poderá ser menor que 2 patacas por jeira; pagando logo o 5.º do preço, e cada ano um 5.º até a extinção da dívida.
- 4.º — Haverá uma Caixa em que se recolherá o produto destas vendas, que será empregado nas despesas de estradas, canais e estabelecimentos de colonização de europeus, índios e mulatos e negros forros.
- 5.º — Tôdas estas vendas serão feitas com a condição de deixarem o 6.º terreno para bosques e matas.
- 6.º — 36 sesmarias formarão um termo, como uma vila nova ou velha, ficando quatro centrais sem serem vendidas, mas destinadas para estabelecimentos públicos.
- 7.º — Não dar sesmarias sem que os donos sigam novo método de cultura à européia”.

As sugestões do estadista, que tamanha influência exerceu durante a organização fundamental do governo brasileiro, na fase inquieta da Independência, afiguravam-se até certo ponto revolucionárias, após três séculos de adaptação do regime de sesmarias lusitanas no Brasil.

Provocariam verdadeira reforma agrária, embora derivassem de inúmeros dispositivos legais, repetidos em ordens régias e alvarás, que não eram cumpridos à risca. Aliás, não seria apenas nessa matéria que as suas idéias se tornavam inexecutáveis, por anteciparem demasiado as tendências mais tarde verificadas, mercê das quais se restringiria o direito de propriedade. Também no tocante à escravidão, planeou meios de reduzi-la progressivamente até a extinção completa.

E durante o cativo, prescreveu normas de tratamento mais humano, que isentavam a gestante dos trabalhos habituais, algumas semanas antes e depois do parto, exigência natural de que outras classes sociais só modernamente se estão beneficiando por previdente legislação. Espírito enciclopédico e devotado à missão de preparar sólidas bases para o engrandecimento de sua pátria, apontava rumos novos em que lobrigasse garantias de êxito.

O problema da escravidão, por suas indicações seria gradativamente atenuado, até se apagar alguns decênios antes da Lei Áurea.

A incorporação do índio à sociedade, como indicou, orientando a criação do Serviço de Proteção, neste século instituído, graças aos esforços do marechal Rondon. Outras providências atestavam-lhe as previdentes meditações acerca dos problemas brasileiros. No que tange à propriedade territorial, não lhe agradava o abuso dos latifundiários, que se julgavam possuidores de área enorme, desprovida embora de indícios de aproveitamento. E para atalhá-lo, foi inspirar-se na fonte da instituição, com que D. Fernando forcejou por incentivar a agricultura portuguesa. Daria a cada um apenas a gleba que fosse capaz de lavar, e caso não o fizesse, perdê-la-ia em benefício de outros pretendentes.

Mas, a sesmaria transfigurou-se no Brasil. Sesmeiro, em Portugal, era o juiz incumbido, em cada caso, de examinar as glebas e seu maior ou menor aproveitamento e, quando conveniente, distribuí-las a quem as merecesse. Cabia-lhe, pois, fiscalizar a utilização das terras, como funcionário da Coroa.

No Brasil, sesmeiro designava o proprietário das sesmarias, adquiridas directamente, por meio de concessões outorgadas por autoridades competentes, ou mediante compra. Não havia distinção entre uns e outros, embora, mais tarde, ao substituir o anacrônico instituto reinol, os legisladores imperiais considerassem diferentemente os dois casos.

Não admira que o próprio regime, afeiçãoado a país pequenino, no qual se fazia mister cultivar qualquer nesga de solo aproveitável, ao ser transplantado para a imensidão territorial da colónia, onde sobravam terras virgens, à espera de quem as fecundasse pelo trabalho, também se modificasse pela expansão, no tempo e no espaço.

Assim, a restrição imposta a Martim Afonso de Sousa, autorizado a conceder sesmarias aos seus condúctios, vigentes apenas durante a vida d'elles, logo esvaneceu, pois é de duvidar que alguma vez tivesse sido cumprida. Se as primeiras doações, que firmou, continham tal cláusula, o título primitivo extraviou-se, depois de deixar cópias, que dispunham em sentido contrário. E os bens permanentes, que os seus termos geravam, eram transmissíveis por herança.

E em vez de se limitarem à capacidade de utilização, provada pelo proprietário, dilataram-se desmedidamente, gerando infundáveis latifúndios, que o detentor se ufanava de possuir, embora lhe fôsse impossível torná-los úteis à colectividade, como o dono de Jacobina, em Mato Grosso, que se gabava de seus amplos domínios¹⁹

A reforma agrária, concebida por José Bonifácio, para coibir os abusos costumeiros, tornando obrigatória a utilização do solo pelos seus donos, difficilmente poderia vingar, contrariada pelos interesses de latifundiários poderosos.

REVALIDAÇÃO DE SESMARIAS

Ao contrário, quando o Parlamento cogitou de substituir as caducas Ordenações, já em 1850, não quis restringir as conquistas anteriores, embora declarasse, de início,²⁰ que o "único meio hábil de adquirir terras devolutas seria a compra, salvo na faixa fronteiriça destinada à colonização".

Ninguém mais poderia pretender a mercê de carta de sesmaria, como era outrora habitual. Mas a própria lei imperial n.º 601, que assim preceituou, ao caracterizar as terras devolutas, excluiu dessa categoria as terras de propriedade particular, por título legítimo (art. 3.º § 2);

as terras obtidas por concessão de sesmarias, ou de outra qualquer natureza, já incursas em comisso, por inadimplemento de alguma das condições, mas que fossem revalidadas de acôrdo com a lei (art. 3.º § 3); as posses mansas e pacíficas adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro occupante, que fossem legitimadas (art. 3.º § 4).

O uso público, para logradouros e rios navegáveis, o domínio particular, por títulos legítimo, a concessão sujeita à revalidação, a posse dependente de legitimação, serviriam para differenciar as várias classes de terras que a lei distinguia das devolutas. Sem dúvida, o domínio fundamentado em título legítimo, seria garantido em tôda plenitude.

A lei não definiu, todavia, o que se devia entender por essa expressão. Para executá-la, surgiu, decorrido laborioso quadriênio, o Regulamento referendado por L. P. Couto Ferraz. Tem o número 1318 e data de 30 de janeiro de 1854, o decreto que o trouxe a lume. Consideram-se títulos legítimos, estipulava o artigo 25, todos os que, segundo o direito, são aptos para transferir o domínio.

Assim, "os escritos particulares de compra e venda" têm força de legítimos, "se o pagamento do respectivo imposto tiver sido verificado antes da publicação d'este Regulamento".

Eram de propriedade particular, portanto, as terras adquiridas dos primeiros occupantes, ou de seus successores, mediante simples escritura particular, desde

¹⁹ "Além da Jacobina, possuía João Pereira Leite ainda dezoito sesmarias, das quaes a menor, de três léguas em quadra, mas inculta, só em seis ou sete delias, chamadas fazendas, havia um rancho miserável, um feltor com sua família, alguns camaradas e gado. A posse de tantas sesmarias fazia com que o tenente-coronel dissesse que tinha tantas terras quantas o rei de Portugal" (p. 212). Bourroul (Estêvão Leão). Hércules Florence — São Paulo — 1900. — Tipografia Andrade, Melo & Cia.

²⁰ Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, (art. 1.º).

que fôsse feito o pagamento da siza respectiva, antes de janeiro de 1854. Bastava tal documento para equiparar as terras a que se referissem às sesmarias, cujas cartas de concessão obtiveram a confirmação régia, ao possuidor da qual seria garantido o domínio", qualquer que fôr a sua extensão" (art. 22).

Da interpretação generosa que o decreto deu à lei 601, neste artigo, originou-se a formação de inúmeros latifúndios, que abrangem léguas e léguas de terras. Cessou a restrição de área, imposta por alvarás régios às concessões de sesmarias.

Quem quer que provasse haver comprado as terras que ocupava e pago a siza, era considerado, pelo Regulamento, proprietário por título legítimo e livre de quaisquer ônus, salvo o do registro²¹, a que eram obrigados "todos os possuidores de terras", em virtude do artigo 91. Deveriam elles, para êsse fim, apresentar ao vigário da paróquia respectiva as necessárias declarações, uma para cada posse, em "dois exemplares iguais", contendo o "nome do possuidor, a designação da freguesia, o nome particular da situação, se o tiver, sua extensão, se fôr conhecido, seus limites" (art. 100), sob pena de multa.

No mesmo registo englobavam-se, com estas, as outras classes de terras não devolutas, como as sesmarias de que tratou o artigo 27, ao determinar:

"Estão sujeitas à revalidação as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial que, estando ainda no domínio dos primeiros sesmeiros, ou concessionários, se acharem cultivadas, ou com principio de cultura, e morada habitual de respectivo sesmeiro, ou concessionário, ou de quem o represente, e que não tiverem sido medidas e demarcadas".

Mas, além dos sesmeiros, dos proprietários por escritura de mão, com siza paga, o Regulamento admitiu outra categoria, dos que provassem posse mansa e pacífica, de ocupação primitiva, ou havida do primeiro ocupante, quando não o fôsse por título legítimo.

Era-lhes condição essencial a de se acharem cultivadas ou com principio de cultura, e morada habitual do respectivo posseiro, ou de quem o representasse, "não sendo considerados como tais" os simples roçados, derrubadas ou queimadas de matos ou campos, levantamento de ranchos e outros atos de semelhante natureza" (art. 6.º).

Diversamente do que sucedia às sesmarias sujeitas à revalidação pelo artigo 3.º, cujos limites deveriam ser respeitados por ocasião da medição (art. 4.º), sem restrição de área, estas posses não podiam, em caso algum, exceder a de uma sesmaria²², para cultura ou criação igual às últimas concedidas na mesma comarca ou nas mais vizinhas". (art. 5.º, § 1).

E como nas regiões pastoris, as doações distenderam-lhes a área por três léguas do lado maior, as sesmarias alcançaram, em mais de uma provincia, as características de medida equivalente a 1 x 3 léguas, ou 13 068 hectares.

Abafaram-se, pois, os ensinamentos de José Bonifácio, que jamais suspeitaria pudesse o mínimo assinalado em sua previsão, 650 jeiras, ou 37 700 ares aproximadamente, ser dilatado até abranger três léguas quadradas, correspondentes a 13 068 hectares, cuja utilização exigiria recursos superiores ao de um simples posseiro, a quem o Estado quisesse favorecer, mediante doação de gleba proporcionada à sua capacidade de trabalho.

Volvido um século, todavia, as opiniões dos doutos e decisões dos governantes tendem a dar razão ao sábio Patriarca, em seu lúcido sonho de apressar o povoamento do Brasil por meio da distribuição de terras, em que operassem os pretendentes a agricultá-los.

²¹ Neste dispositivo baseou-se a fraude, quando empreendeu apossar-se de dilatadas extensões de terras sem dono. Com a sua valorização, em consequência da construção da E. F. Noroeste do Brasil, em São Paulo avultaram os "grileiros", que engendraram processos ardilosos para obtenção de títulos de propriedade, baseados em documentos habilmente falsificados. E em Mato Grosso, associaram-se antigo funcionário da Delegacia Fiscal, que se prevaleceu do seu cargo para se apossar de esquecido talonário inacabado, e afulto solicitador, habituado a viajar pelos sertões. Conhecedor dos registros não utilizados na época, compunha a documentação necessária, a que não faltava a prova de pagamento de siza, forjada pelo parceiro. Escolhida a gleba de algum morador ignorante, comprovava os pretensos direitos que transferiam a quem pudesse pagá-los por bom preço. Assim aconteceu, além de outras, com a fazenda Taquaruçu, de 829 276 hectares, vendida ao senador Vitorino Montelero, a quem não foi fácil tomar posse do latifúndio, habitado por analfabetos posseiros, apesar do auxilio da força federal.

²² "Primitivamente, e em Portugal, as sesmarias tinham a extensão de meia légua em quadra". Almeida (Mário Montelero de) — *Episódios da Formação Geográfica do Brasil*.

Os lotes concedidos a colonos raramente excedem a 250 hectares, e quase sempre se contêm na primeira centena. A área que prometia a quem, desprovido de título legal, provasse ocupação efetiva do terreno, por meio de benfeitoria concretizada em edifícios rurais, embora suficiente ao uso de pequena família de lavradores, jamais daria causa à formação de propriedades enormes, como a liberalidade graciosa do Regimento de 1854, mais pródigo do que a lei 601, que o gerou.

Ao regime das sesmarias coloniais não cabe maior quinhão de culpa na formação de latifúndios imensos, mantidos como bens de raiz, ainda que os donos residissem em paragens distantes, interessados em atividades de ordem diversa. Caso fôsse aceitas as indicações de José Bonifácio, o problema rural brasileiro, ao menos quanto ao parcelamento de propriedade, com as suas naturais consequências, já se acharia em condições mais acordes com a moderna tendência, que se manifesta francamente contrária à conservação de imensas propriedades sob o domínio de quem não queira ou não possa aproveitá-la convenientemente, para benefício próprio da coletividade.

A legislação constritiva recorre amiúde à tributação, para evitar, mediante impostos territoriais progressivos, o enfundamento de glebas desmedidas a um só proprietário. Na era colonial, à falta de impostos que onerassem as terras, afugentando os candidatos a ocupá-las gratuitamente, quando sobrava espaço, e o máximo problema governativo consistia em despertar ambições dos interessados em possuí-las, a intenção do Re^l patenteou-se em conceder a cada pessoa a área que lhe bastasse para o trabalho produtivo.

Os abusos verificados correram à conta dos executores de suas ordens, que dilataram demasadamente o padrão primitivo, utilizado por norma às primeiras concessões de sesmarias em Portugal, donde foi transplantado para o Brasil²³.

Em novo meio, de horizontes sem fim, caracterizado pela amplidão de suas linhas, transfigurou-se, ora favorecida por decisões régias, ora contrariava em suas tendências expansionistas, até que a emancipação política do país impediu novas doações, por julgá-la remanescente das instituições coloniais, e, portanto, incompatível com a organização do Império nascente.

Em verdade, assim seria, mas de tal maneira se enraizara nos costumes aquisitivos de propriedade, de que se utilizava a aristocracia rural, que, volvido mais um quartel de século, ainda lhe daria especial realce a legislação imperial, ao revigorar-lhe as mais desconcertantes consequências, em proporção mais ampla do que permitiriam os padrões anteriores.

²³ Um dos casos mais discutidos, pelo descomunal da área pretendida, pelo prestígio social, político e econômico dos interessados, encontrou em Mário Monteiro de Almeida, exímio cooperador para a vitória final do Estado, o seu fidedigno historiador, em *Episódios da Formação Geográfica do Brasil*. No derradeiro capítulo — "A História de um pleito" — registou-lhe as fases várias, desde as explorações do planalto sul-mato-grossense por Joaquim Francisco Lopes, que facilmente obteve escrituras manuscritas e assinadas por outrem a rogo de moradores, ou viajantes, que mal conheciam as terras vendidas. Mas o barão de Antonina, que o escolhera para seu procurador, acompanhava de perto a elaboração da lei 601 e do Regulamento de 1854, e incumbira-o das respectivas transações. Se fôsse realizadas de acordo com as normas vigentes, nenhuma objeção caberia. Seriam reconhecidas, como válidas. Mas, as terras cobigadas não eram ocupadas pelos vendedores como exigia a lei, pela impossibilidade de lá morarem, em meio de indígenas hostis. Não as desbravaram, e por isso os limites, que mencionavam, não fechavam polígono algum. De mais a mais, as escrituras, manifestamente eludidas de nulidades insanáveis infringiram as prescrições, que regulavam a matéria. E as transações ulteriores, que tentaram provar a continuidade de posse das terras, largadas ao abandono, após o falecimento do barão de Antonina, a 11 de março de 1875, apareceram inçadas de análogos vícios e fraudes, que lhes impedia o efeito jurídico. Por último, os interessados, a 9 de fevereiro de 1922, "em pleno período de férias forenses, ajuizaram, no Rio, a execução do contrato hipotecário adrede ajustado para arrolar as extensas terras do Estado numa penhora maliciosa e clandestina, ainda como meio de surpreender e induzir o titular do patrimônio comprometido a tomar posição defensiva longe do seu fóro natural, e sem as garantias e facilidades por este oferecidas": Mas o presidente Pedro Celestino Correia da Costa, que assumira o governo, dias antes, a 22 de janeiro ao ter ciência da burla entregou a defesa dos interesses de Mato Grosso ao jurista Astolfo Resende, eficientemente auxiliado, no Estado, pelo seu consultor jurídico, Mário Monteiro de Almeida, que se incumbiu de promover a prova testemunhal e outras providências igualmente acertadas. E, assim, como terceiro embargante, titular do domínio e posse das terras pretendidas, impediu a últimação da penhora fictícia. Barrou-a definitivamente, a sentença "prolatada pelo juiz da 1ª Vara Federal, então o integro Dr. Olímpio de Sá e Albuquerque", publicada no *Diário de Justiça* de 18 de abril de 1931. Depois de examinar criteriosamente os documentos apresentados, constantes de sete volumes de autos, terminou por julgar "procedentes e provados os embargos para reconhecer como de propriedade do embargante as terras em lide". A partir da sentença, que transitou em julgado, "cessaram as tentativas de espoliação", que de principio envolveriam os municípios de Bela Vista, Ponta Porã e Nioaque e depois se reduziram à zona crvateira, numa superfície de 30 000 quilômetros quadrados".

Limitação do Conceito de “Ciclo Geomórfico”

DR. CARLOS NICHOLSON

Os discípulos dos grandes revolucionários, em religião, em artes ou em ciências, tratam de reduzir as idéias de seus mestres a expressões da maior simplicidade possível, mesmo com risco de atribuir-lhes doutrinas ou simples opiniões que nunca exprimiram. Há nisto um propósito sincero de proselitismo, mas à larga seus resultados são nefastos. Entre milhares de casos, isto ocorreu com gênios insígnies do porte de Malthus e Darwin e também com Morris Davis, o homem que consideramos, nada obstante, como o pai da geografia física moderna.

Uma das mais belas teorias de Davis foi a do “ciclo geomórfico”. Estabelecendo comparação com o processo geral e as fases da vida humana, Morris Davis viu na paisagem estádios jovens, maduros e senis. Desde que uma região haja experimentado um levantamento, emergindo do mar, gozará de estabilidade num espaço de tempo relativamente grande, no curso do qual ficará sujeita à ação destruidora dos agentes atmosféricos, águas correntes, gelo, ação das vagas etc.

Em cada momento deste processo de desgaste (*degradation*, segundo Davis) numa região que se supõe constituir uma unidade geomórfica, reproduz-se em áreas similares, de caracteres estruturais análogos, em tôdas as partes do mundo onde os agentes erosivos tenham certa similitude. Há um princípio e um fim, a região começa por ser uma peneplanície jovem, chega à maturidade e em sua senilidade volta ao estado de peneplanície para que o mar torne a ocupar sua superfície desgastada.

As formas produzidas durante uma fase determinada do processo devem ser identificáveis e, por conseguinte, sujeitas a comparação e calcificação. Só o fato de as encontrar nos permite explicar a área.

Vê-se como isto é cômodo e quanto se presta a fácil generalização.

A primeira crítica importante aos exageros da escola de Morris Davis partiu de Walter Penk. Segundo este, a maneira e a maior ou menor rapidez na formação de “terras novas”, por levantamento, são os fatores principais no desenvolvimento do ciclo geomórfico, principalmente em se tratando da erosão fluvial. Penk sustenta que o sistema cíclico de Davis só é aplicável no caso especial de um levantamento rápido seguido por calma e desgaste progressivo.

Críticas mais rudes vieram depois com o interesse crescente da geologia por aquilo que antes era terreno exclusivo do geógrafo: as formas do relêvo.

Há de se reconhecer, todavia, que Morris Davis deixou realizada uma obra imensa. Criou uma riquíssima terminologia científica e sistematizou todo o trabalho disperso que o procedeu.

Graças a êle e ao crescente interesse da geologia, os geógrafos falam hoje três linguagens diferentes. Se um autor não quer comprometer-se, ou o assunto carece de particular interesse, recorre aos termos correntes da linguagem, tais como alcantilado, garganta, lago, ilha. Se deseja dar caráter estrito às relações estruturais, lança mão da terminologia geológica. Por fim, quando pretende explicar-se empregando termos apropriados ao conceito de ciclo geomórfico, usará expressões tais como rio maduro, *monadnock*, rocha-testemunha e muitíssimas outras.

Percorrendo-se o litoral peruano e contemplando-se vales amplos (cuja formação dentro do critério geomórfico de Davis suporia a existência de rios potentes) ocupados na maior parte do tempo por arroios secos e capacitados somente a realizar um pequeno trabalho de erosão durante três ou quatro meses do ano, chega-se a duvidar com fortes razões do sagrado princípio do "uniformitarismo".

Gilluly cita, entre outros, os trabalhos da "Comissão do Rio Mississipi", órgão oficial de controle desse rio. Reuniu essa Comissão os dados de várias centenas de perfurações com o objetivo de estudar os depósitos constitutivos da planície de inundação do baixo Mississipi. Tais dados evidenciaram que debaixo da planície havia de 100 a mais de 400 pés de areias, cascalho e lodo, que, em sua totalidade, não foram formados *in situ*. Perfurações feitas através da atual planície de inundação indicam que a superfície inumada — isto é, o vale do Mississipi pré-histórico — não é uma planície suave mas um vale que, embora pouco profundo, tem encostas de declive muito acentuado e numerosos afluentes.

Gilluly acredita que os depósitos do vale do baixo Mississipi se deveram a uma torção da crosta por afundamento isostático, devido à carga do delta desse rio.

Os vários exemplos citados por esse autor demonstram terminantemente que toda generalização envolve perigo de erro, pelo menos em se tratando de vales. Cada vale é um caso particular; cada forma do terreno o é também em vários casos.

Os numerosos rios subseqüentes do Peru, por exemplo, são de origem tectônica. O rio Santa segue o contacto entre o diorito granular da Cordilheira Branca (esta, segundo Benavides, é um batólito de diorito granular e as rochas sedimentares da Cordilheira Negra. O Marañon corre através dum vale determinado por uma falha inversa. O Huallaga cortou seu vale seguindo uma falha normal. Os rios Cajamarca, Condebamba, Huacraruco, em Cajabamba, formaram seus vales nas anticlinaes de montanhas dobradas.

Cada vale tem, pois, uma história própria cujo conhecimento a geologia deverá dar-nos. Chegamos em geografia, como em todas as ciências, à afirmação da importância transcendental do caso particular; é muito conhecido o adágio médico "não há doenças mas doentes".

Por outro lado, todavia, e, principalmente, em se tratando do ensino, não é possível fazer exposições claras, fáceis de reter, sem generalizar e, neste particular, a obra de Morris Davis será durante muito tempo de grande valor.

Contribuição à Geopolítica

Bolívia, País do Atlântico*

Gen. de Divisão IGNACIO JOSÉ VERÍSSIMO

DOIS ANTAGONISMOS EM PRESENÇA

Sob este título sugestivo sintetiza Mário Travassos (*Projeção Continental do Brasil*) o fenômeno geográfico da atração do Atlântico sobre o Pacífico e o papel do Amazonas e do Paraguai — Paraná — Prata, nessa atração. Na realidade o Atlântico é o mais freqüentado dos oceanos e é aquele cujos rios e cujas costas permitem o contacto estreito entre a terra e o mar.

Essas duas condições estabelecem, face ao Pacífico, um valor de comunicação, de vida — muito superior. Primeiro porque é sobre êle que se debruçam os grandes países do mundo moderno. Logo, a maior cultura, a maior economia, a mais alta civilização. Depois porque é bordado de portos, de reentrâncias, de rios que o prolongam e que permitem uma ligação permanente e contínua entre êle e o *hinterland*.

Há assim duas influências que atraem, naturalmente, para êle, a economia mundial. Por sua vez o Pacífico não se iguala, nem em valor de tráfego comercial ao Atlântico, nem (na América do Sul) nas possibilidades de comunicações terra a dentro.

E isso é imensamente sensível na Bolívia, país mediterrâneo; país sem portos de mar e onde os Andes, aproximando-se desse mar, de menos de 300 quilômetros, criam, pela aspereza do desnível e pela ausência de rios que liguem — em vales suaves, a terra àquele mar, graves problemas de comunicação.

Mas não são as comunicações, apenas, o que isola o Pacífico das terras bolivianas. É o clima, é a altitude, é a impossibilidade de criação de uma larga atividade industrial, agrícola e pastoril, no seu altiplano. Por isso as terras do Oriente, aquelas que fazem parte da bacia do Paraguai — e do Amazonas são as que oferecem maiores possibilidades econômicas. E será na direção delas que se orientará o crescimento da Bolívia e que afinal poderá passar de nação de economia extrativa para nação de economia agro-industrial.

Vemos então que há, de fato, na Bolívia, o antagonismo do Atlântico, contra o Pacífico. O antagonismo que atrai a Bolívia para leste de forma irresistível. Concorrendo a essa atração há dois grandes elxos geográficos — o Amazonas, eminentemente brasileiro — o Paraguai — em parte brasileiro-paraguaio-argentino. O primeiro o mais amplo, mais profundo, e conduzindo grande parte do oriente boliviano a Belém quase sobre o equador. O segundo levando a Buenos Aires abaixo do paralelo 34 — ou por via férrea a Santos — na altura do paralelo 24.

E esses dois elxos se encontram na parte mais rica da Bolívia, no triângulo Santa Cruz-Sucre-Cochabamba. São, pois, dois pólos de atração, duas direções econômicas nas quais o Brasil participa com a mais larga faixa.

Tal é a expressão geopolítica da Bolívia. Ela tende para o Atlântico. Ela se inclina para o Oriente. Ela só pode crescer em riqueza na direção da bacia Amazônica ou da bacia do Paraguai. E há de ser, levando em conta esse fator de base que poderemos dar a nossa política, em relação à Bolívia, uma direção lógica e permanente. Estamos bem colocados para tal?

* Transcrito do *Diário de Notícias*, edição de 29-7-1958.

A resposta é positiva.

Temos uma larga fronteira de contacto. Meios de comunicação fluviais passíveis de maior rendimento. Uma estrada de ferro que já atinge Santa Cruz de La Sierra e a liga a Corumbá. Uma região econômica colocada ao pé da obra e que cresce dia a dia (região Corumbá-Campo Grande). A influência de utilidade econômica de nosso crescente parque industrial.

Ao lado disso — nós não precisamos da Bolívia — como espaço vital. Isto é, nossa infra-estrutura industrial não depende do espaço boliviano e, por isso ele só aparece, no equilíbrio de nossos interesses, como mercado, como elemento de harmonia econômica, como compensação na troca de riquezas.

A BOLÍVIA COMO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Sabemos bem que há na Bolívia 6 tipos de relêvo: a) a Cordilheira Ocidental que é paralela ao Pacífico (afastada de cerca de 300 quilômetros), com altitudes médias de 5 000 metros, clima frio, chuvas escassas, fauna e flora pobres e mineralogicamente reduzida ao cobre e enxofre; b) a Cordilheira Oriental, paralela à primeira, e como ela de clima frio, de altitudes médias de 5.500 metros, de flora e fauna pobres. Possui, entretanto, grande riqueza mineral: a prata, o volfrâmio, o ouro, o bismuto, o estanho, o antimônio, o chumbo, o zinco; c) o Altiplano que se estende entre essas duas cadeias com altitudes médias de 3 600 metros, pressão atmosférica baixa (variando de 600 a 400 milímetros). De clima igualmente frio, de terras áridas e onde não há senão uma fraca agricultura dependente de irrigação; d) a região dos vales e *Yungas* — zonas intermediárias entre a Cordilheira Oriental e a planície.

Aí a altitude média não excede de 1 700 nos vales e 800 nos *Yungas*. A atividade agrícola já é maior, mercê da regularidade das chuvas e da pressão mais alta; e) e por fim as planícies que pertencem à bacia do Paraguai e à Amazônica.

Hydrograficamente, a Bolívia se divide em três bacias: a) a do Altiplano; b) a do Paraguai; c) a do Amazonas. No Altiplano só existe — o lago Titicaca — ligando a Bolívia ao Peru; o lago Poopo; e o Desaguadero que é um canal de 320 quilômetros de extensão ligando o Titicaca ao Poopo. Mas essas águas não chegam para modificar o clima do Altiplano. Ele se conserva árido e a sua agricultura depende da irrigação.

A bacia do Paraguai é constituída — pelo Paraguai — dos quais, 50 quilômetros bolivianos, com as lagoas Uberaba, Gaibo, Mandioré e Cáceres — o Pilcomaio — com 170 quilômetros bolivianos — o Bermejo — cuja parte navegável é argentina. Entre o Pilcomaio e o Paraguai há uma larga região — os Planos de Manzo. Nêles — a diferença de cotas desde 100 metros na fronteira do Brasil até 100 metros junto aos contrafortes da Cordilheira — há diferentes regiões econômicas com campos próprios à pecuária, com vegetação abundante (nas proximidades de Yacuiba), onde se cultiva o trigo e outros cereais, com zonas arenosas e em consequência safaras (margem esquerda do Pilcomaio) — há um clima quente e úmido e grande variedade pluviométrica.

Por fim, a bacia Amazônica é onde se encontram os rios mais importantes da Bolívia, — o Madeira, com 125 quilômetros navegáveis; o Aluma, com 275 quilômetros navegáveis; o Orton, com 888; o Madre de Los Dios, com 933; o Beni, com 908; o Mamoré, com 4 275; o Guaporé, com 3 130; o Acre, com 345. São, assim, ao todo, cerca de 11 mil quilômetros de rios navegáveis.

E aí, entre as nascentes desses rios e os vales que eles atravessam — ou seja, na região das nascentes e dos *Llanos*, vive-se em alturas médias de 800 metros, com enormes campos de criação, com florestas exuberantes, em clima de temperatura média de 22 graus, em pressão atmosférica de 760 milímetros (lembramos que em La Paz a pressão é de 491, em Oruro de 480, e em Potosí de 450).

E vive-se com largas possibilidades de fixar uma grande massa de população, em terras que permitem um grande desenvolvimento da atividade agrícola já existente (arroz, cana, café, etc.), com capacidade de aproveitamento das quedas d'água existentes na região das Nascentes (cerca de 2 milhões e 500 mil H.P.). E assim, vive-se em terra que justifica a afirmativa do escritor boliviano Jorge Paulo Gutierrez (*Bolívia y el Mundo*) e na qual "*El porvenir de Bolívia está en la Hoya Amazonica*". Isto é, a terra e o clima: os rios e as suas facilidades

de comunicação para o exterior Atlântico — justificam a afirmativa geopolítica que mostra — a Bolívia tendendo para o Atlântico; — e para o Brasil — através da bacia do Paraguai e do Amazonas. Para um contacto estreito conosco. Contacto que para nosso bem há de ter para base — a elevação do padrão econômico da Bolívia — especialmente no campo de sua agricultura e pecuária e no campo industrial, numa inteligente política de compensação, a começar pelo petróleo.

Enfim, para o Brasil não interessa uma Bolívia “espaço vital”. Ou seja, uma Bolívia que permaneça na indústria extrativa. Mas uma Bolívia que entre no equilíbrio político sul-americano como um elemento de autodeterminação, sem sofrer preponderâncias econômicas, e se transformando, pelo seu padrão de vida, num mercado provedor e consumidor do Brasil.

Mas temos que reconhecer que nos falta a sedução da mesma língua, as afinidades da mesma origem histórica e do fator atrativo da mesma raça e cultura.

E que, por isso, precisamos realizar uma política de aproximação, de “boa vizinhança”, de entrelaçamento de interesses — não só no campo econômico mas no cultural e afetivo. E assim:

— transformar o governo federal Corumbá num centro de ensino superior e secundário e de saúde, de forma que o doente boliviano e o aluno boliviano (êste, com bolsa de estudo) de Santa Cruz e regiões vizinhas possam encontrar apoio imediato na região;

— estabelecer como norma, nos grandes centros acadêmicos do Rio e São Paulo, bolsas de estudo para moças e rapazes bolivianos, de forma a levar-lhes, pelo contacto direto, a compreensão de nossa gente e de nossa alma;

— acrescentar, aos portos livres já existentes às mercadorias bolivianas — o de Belém;

— intensificar a criação de empresas mistas brasileiro-bolivianas para a exploração do petróleo, de modo que se materialize, ao norte do Parapetí, o que estabelecemos em acôrdo diplomático;

— procurar transformar Corumbá pela criação de energia barata, em centro de industrialização de carne — para o aproveitamento de dois fatores favoráveis: o gado do Pantanal brasileiro e boliviano, e o rio Paraguai, que leva, em descida, a carne industrializada, ao mundo que é banhado pelo Atlântico.

E agora podemos compreender o valor político e econômico da estrada que liga Corumbá a Santa Cruz de La Sierra e de sua influência benéfica para que as nossas fronteiras geográficas com a Bolívia (que hoje são, apenas, linhas de separação de duas soberanias políticas) se transformem em uma faixa de interpenetração econômica e afetiva — para o bem de nossos povos e para a paz sul-americana.



A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

A Questão da Antártica

Professores:

DELGADO DE CARVALHO E
TERESINHA DE CASTRO

Na segunda parte do século XIX, já eram mais adiantadas as intromissões de países europeus no território africano, ainda reputado "terra de ninguém". Com o desenvolvimento industrial de algumas potências européas, os mercados africanos tornaram-se indispensáveis para o fornecimento de matérias-primas. O Direito Internacional entretanto não fornecia princípios que justificassem a ocupação. Em 1880 já haviam entrado numa fase em que as principais empresas particulares alemãs, belgas e americanas tinham sido substituídas pelos respectivos governos destes países (Leopoldo II, Monróvia, etc.). Já surgiam questões de limites sobre o *hinterland* que facilmente podiam degenerar em conflitos, quando os governos europeus, por sugestão de Bismarck que já se tinha convertido ao colonialismo, reunem-se em Berlim e, na Conferência Colonial de 1884-85, estabeleceram "regras de ocupação" que foram respeitadas e que ainda hoje estão em vigor.

Nestas condições, a situação atual parece repetir sobremodo os casos que se deram naquela época, uma vez que as potências estão hoje também diante de um continente, cuja ocupação se torna geopoliticamente necessária. Evidentemente não se trata agora de interesses econômicos nem turísticos, mas sim político-estratégicos, isto é, nitidamente geopolíticos. Assim sendo, é de primeira importância que o Brasil não se desinteresse pelas soluções que mais tarde serão levadas a efeito.

O Tratado de Tordesilhas, em face de haver sido anulada pelo artigo I do Tratado de Madrid, apagando a linha de demarcação, não se aplica ao caso da Antártica, pois o Tratado de El Pardo, de 1761, em seu artigo I restabelece "os Tratados, Pactos e Convenções que haviam sido celebrados entre as duas coroas contratantes, antes do referido ano de mil setecentos e cinquenta, em forma que só estes Tratados, Pactos e Convenções celebrados antes do ano de mil setecentos e cinquenta ficam daqui em diante em sua força e vigor".

Não se referindo os tratados posteriores à linha de demarcação, mas

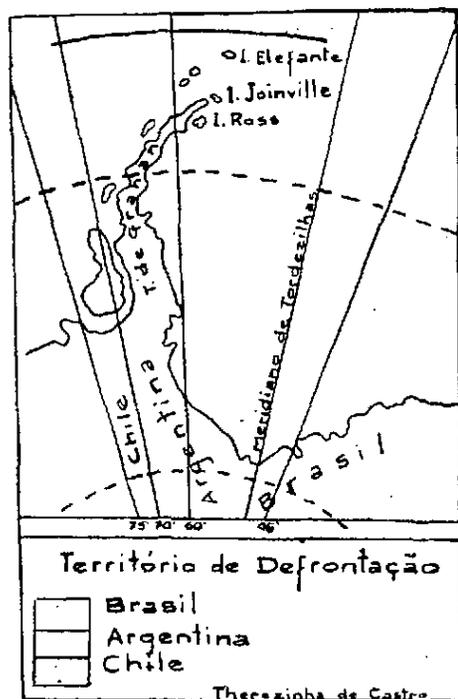


Fig. 1 — O Brasil, Argentina e Chile poderiam defender, juntos, o direito ao território que lhes toca por defrontação.

Revista do Clube Militar

sômente a limites do continente sul-americano, é evidente que subsistem os direitos reconhecidos em 1494, ampliados pela Escritura de Saragoça (de 1530) que no seu parágrafo VII, 2.º, desloca a linha "de pólo a pólo" para oeste, a fim de incluir as linhas Molucas no Império Espanhol.

No momento atual, o Brasil está em condições de reivindicar direitos, cujos fundamentos jurídicos são tão sólidos como as bases que pode invocar qualquer outra potência. Em suma:

1.º) Caberia, ao Brasil, uma iniciativa diplomática no hemisfério sul, onde seus territórios ocupam a maior extensão das terras conhecidas. Discutiria então a A.B.C., em Conferência Antártica, formada pela Argentina, Brasil e Chile, o chamado, "direito de defrontação" que, ao que parece, é também alegado pela Austrália, Nova Zelândia e África do Sul. (Leia a *Revista do Clube Militar*, janeiro-março de 1956) (Fig. 1)

2.º) Resolvida esta primeira etapa, estaria o Brasil em condições de negociar, na futura Conferência Geofísica de 1957-58, com as demais potências que se julgam com direito ao novo continente. Seria esta uma repetição da Conferência

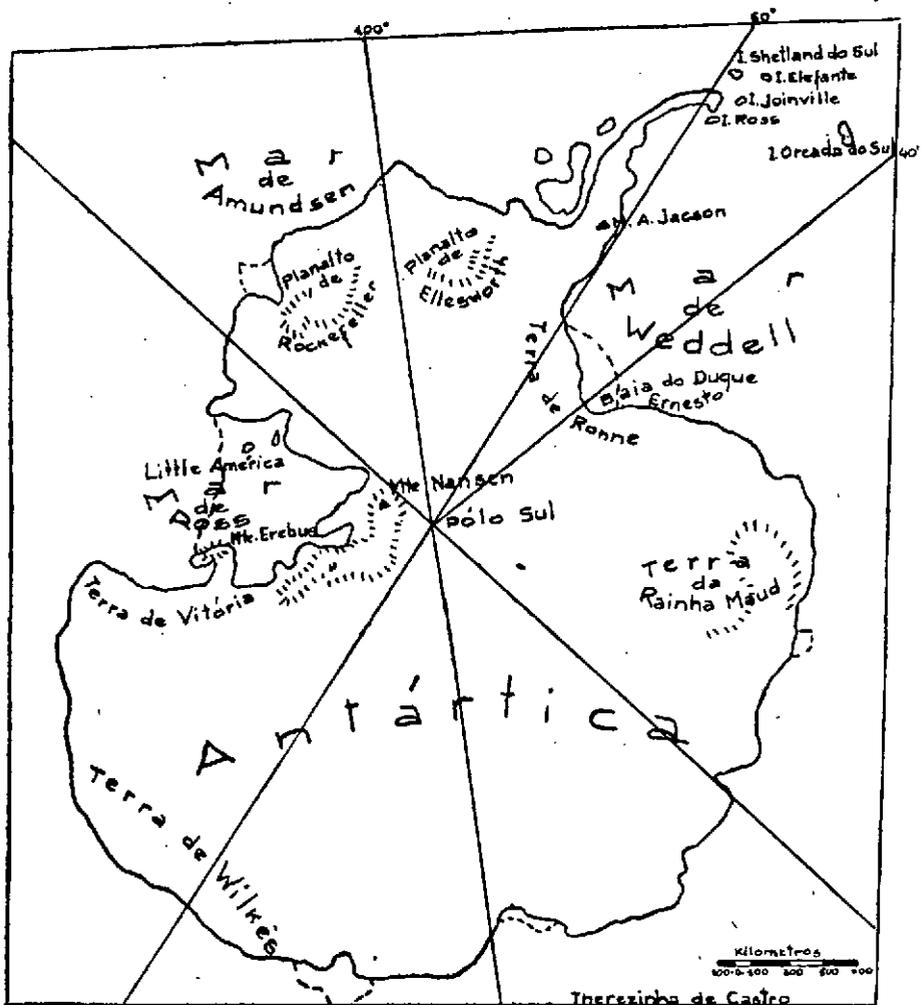


Fig. 2 — Cabe-nos, também, um trecho da Antártica, iniciando nossa ocupação pelas terras a E do meridiano 45° 25' W.

le Berlim, de 1884-85, que, embora estabelecendo novos princípios (pois trata-se agora de terras não habitáveis), chegaria ao mesmo fim — evitar um conflito.

3.º) Seria aconselhável, que o Ministério da Marinha fizesse na região Antártica o mesmo que fez na ilha de Trindade, no fim do século passado (1895). Isto é, reconhecer, e na medida do possível, ir ocupando o território de defronção que nos caberia a leste do meridiano de Tordesinhas (mais ou menos a $45^{\circ} 25'$ de longitude oeste). Seguindo assim o exemplo da Argentina que tem instalado nos últimos anos na Terra de Graham e ilhas vizinhas, uma série de observatórios ou estações geofísicas, cujas guarnições têm sido renovadas anualmente (segundo informa o Instituto Geográfico Militar da República Argentina Fig. 2).

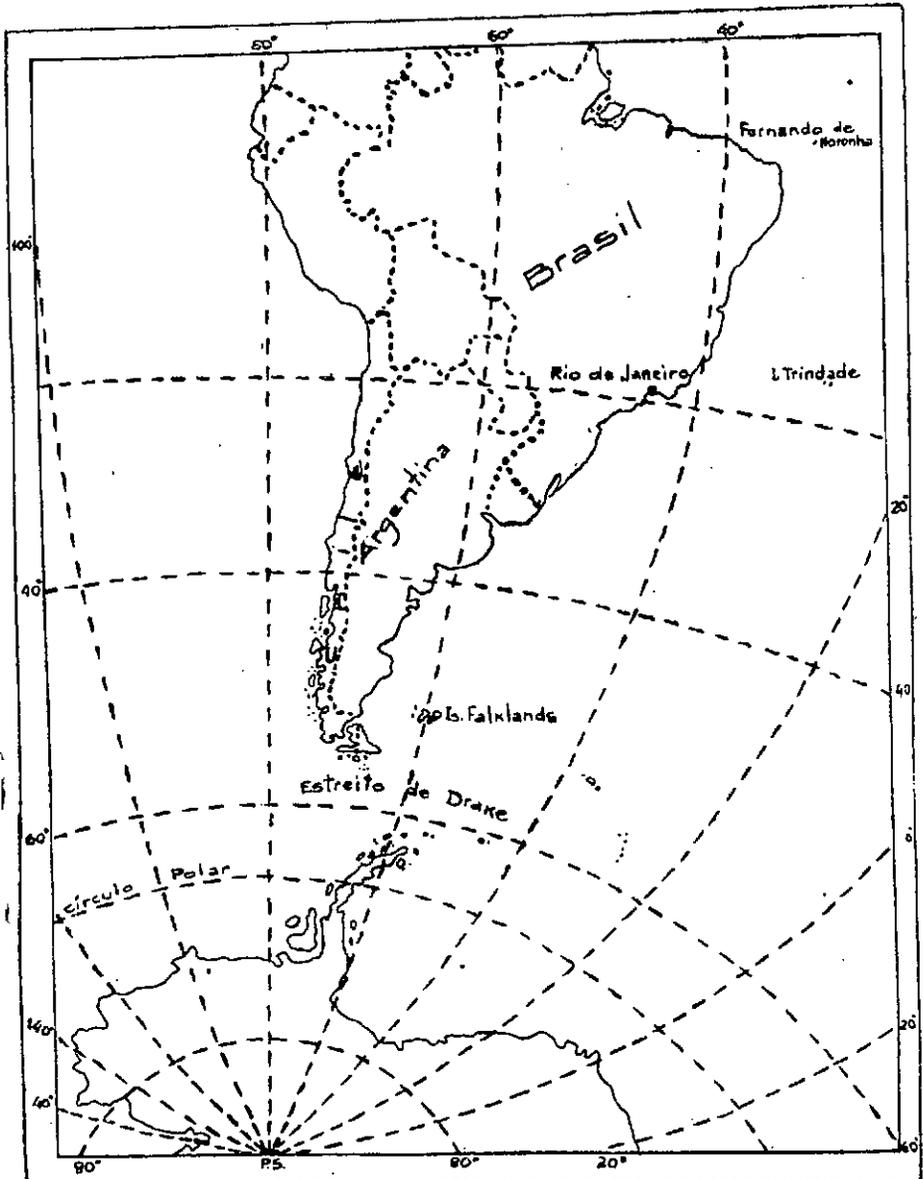


Fig. 3 — Importância do estreito de Drake, nos transportes intercontinentais
Revista do Clube Militar

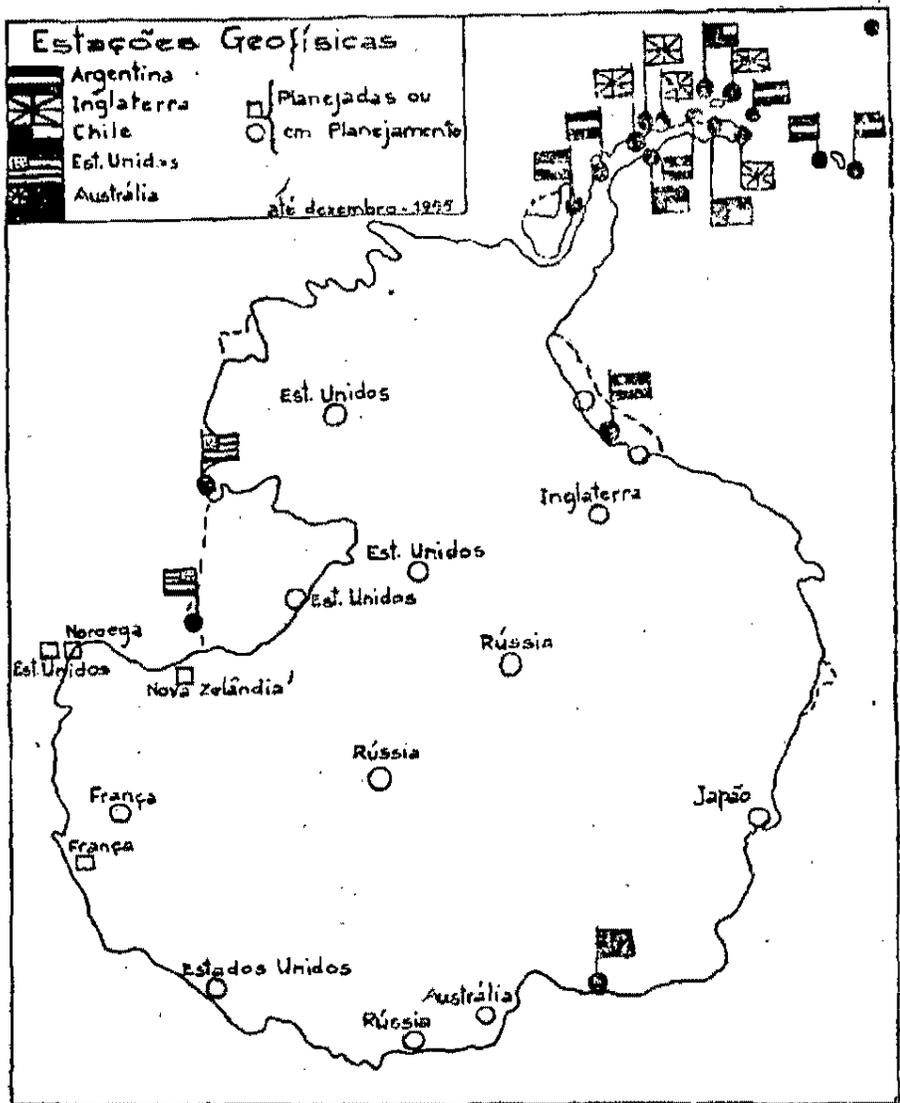


Fig. 4 — Os países, que já estão ocupando a Antártica, defendem seu futuro.

Revista do Clube Militar

No próximo Congresso Geofísico a realizar-se em 1957-58, o Brasil deverá estar diplomaticamente preparado a reivindicar na Antártica, a fatia do bôlo polar que lhe cabe por defrontação.

A geopolítica, apesar do descrédito que lançaram sôbre ela com o abuso das teorias nazistas, não pode ser ignorada numa hora tão decisiva e, se impõe à consideração de nossos geógrafos, diplomatas e militares.

Três razões devem, pois, nos levar a iniciar negociações o quanto antes:

1.º) O estreito de Drake ocupa posição estratégica importante, pois, uma vez fechado o estreito de Magalhães, só por lá poderão passar os navios porta-aviões que o canal do Panamá não comporta ((Fig. 3).

2.º) Na idade dos transportes supersônicos e dos bombardeiros dirigidos, é de capital interesse possuir bases de controle dos ares em terra firme e uma língua de terra da Antártica faz parte também da possível localização de tais bases.

3.º) Se no futuro, embora remoto, houver meios científicos de controlar os climas, é evidente que no pólo Sul, onde se formam as massas de ar que se deslocam destas áreas de baixa pressão (ciclônicas) regulando o trajeto das depressões do hemisfério sul, a Antártica nos será útil (Fig. 4).

Em conclusão, já é tempo de o Brasil tratar de uma questão que outros países estão resolvendo individualmente, pode-se dizer. A República Argentina que ainda em 1954-55 para lá enviava o "quebra-gelo" San Martin, já estabeleceu sete estações geofísicas, a Grã-Bretanha, cinco; o Chile, três; os Estados Unidos, duas e nós, nenhuma.

Contribuição ao Ensino

Geografia do Brasil

ALFREDO J. PORTO DOMINGUES
Geógrafo do C. N. G.

Conceito de região natural — No passado os geógrafos descreviam suas viagens sem se preocuparem com divisões em áreas. As primeiras tentativas surgiram quando iniciaram os estudos geológicos e surgiram as primeiras cartas. Nelas estavam separadas áreas de caracteres mais ou menos semelhantes. Entretanto somente mais tarde, já no século XIX, surgiram as primeiras divisões regionais, baseadas no critério das bacias fluviais.

Este critério modificou-se consideravelmente com a evolução da ciência geográfica e ficou mais ou menos fixo quando se apolou nos princípios de "extensão" e de "conexão", que servem de base para o estudo da delimitação do fenômeno pela superfície da terra e o segundo que dá como resultado o estudo das inter-relações entre os fenômenos que ocorrem num mesmo lugar.

Assim, uma região geográfica só pode ser determinada quando se analisa cuidadosamente a distribuição dos fatos geográficos, bem como, quando se estudam as influências recíprocas que esses fatos exercem entre si — uma dada extensão.

Existe grande dificuldade no estabelecimento das regiões devido à não observação rigorosa do critério para a divisão em regiões naturais.

Nota-se assim multiplicidade de divisões regionais, não havendo uniformidade do critério. Muitas vezes, temos autores que dão mais relevo a um fator enquanto outros ressaltam outro, surgindo divisões muito diversas.

Outro problema grave surge no que toca à delimitação das regiões. Verifica-se que existe em certos casos a possibilidade de se separar facilmente as regiões quando temos contrastes nítidos. A grande dificuldade surge quando observando-se a paisagem progressiva de uma região a outra surgem faixas de transição que podem ser mais ou menos dilatadas.

Regiões naturais e regiões humanas — Alguns autores acham que para o estabelecimento das regiões apenas os fenômenos fornecidos pela geografia humana devem ser considerados enquanto outros opinam que somente os fornecidos pela geografia física, devem ser levados em conta.

Observa-se que as regiões baseadas na geografia física são estáveis, enquanto as baseadas na geografia humana são mutáveis e as duas divisões não podem ser confundidas, pois as regiões naturais e as regiões humanas são duas coisas bem diferentes.

A geografia humana tem por objeto o estudo da deformação das paisagens naturais pela ação do homem, enquanto a geografia regional preocupa-se no estabelecimento da região caracterizada por paisagens naturais diferentes.

Adotamos para divisão regional do Brasil, a do Prof. Delgado de Carvalho, a qual segue o critério dos limites interestaduais.

A adoção destes limites facilita as comparações estatísticas. Melhor seria se adotar outra divisão que se baseie nos limites municipais que permitem melhor separação das regiões naturais.

Para se estudar as grandes regiões naturais dividem-se em unidades menores as regiões e estas se subdividem em "zonas geográficas" baseadas em caracteres fornecidos pela geografia humana.

REGIÃO SUL

a) *Introdução*

É uma das regiões do Brasil mais bem caracterizadas, constituindo uma unidade geográfica bem definida. Como aspecto topográfico dominante temos um vasto planalto de clima ameno, mais fresco do que o resto do país. Apresenta uma rede hidrográfica típica, bem como, a vegetação as quais contribuem para emprestar à região sul uma individualidade que a ressalta dentre as outras grandes regiões.

Seus limites entretanto são mal definidos, penetrando, em alguns dos estados limitrofes, como no Triângulo Mineiro e o sul de Mato Grosso. Por uma questão de método, obedecendo os limites interestaduais, somente consideraremos os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

b) *Geologia e estrutura*

Quando observamos os mapas geológicos do Brasil, vemos que a sua parte meridional apresenta particularidades que as outras áreas não apresentam. Os terrenos que surgem aqui e predominam apresentam uma sucessão mais ou menos regular desde o período Devoniano até o Cretácico. São terrenos que se apresentam fracamente deformados e somente em alguns lugares encontramos uma dobra de largo raio de curvatura ou cortado por pequeno número de falhas.

Contrastando com isto os terrenos mais antigos dos períodos Cambriano, Algonquiano e Arqueano se apresentam bastante perturbados, mostrando como eles sofreram movimento diastróficos no seu passado geológico. Estes paroxismos além de modificarem a posição primitiva das rochas, provocaram alterações profundas das suas composições íntimas originando rochas metamórficas. Estes diastrofismos foram também marcados pela intromissão entre as rochas pré-existentes de granitos mais recentes, os quais emprestam à topografia regional aspecto particular.

Voltando a observar a nossa série sedimentar mais recente notamos a ocorrência de grande quantidade de rochas eruptivas básicas que indicam que o magna ascendeu pelas fraturas da crosta e derramou-se pela superfície, constituindo uma das maiores províncias magmáticas do globo. Estes derrames se processaram provavelmente no período Triássico ou Jurássico e têm grande importância pois pela sua alteração em certas condições do clima originam a "terra roxa" famosa pela sua riqueza.

Mascarando estas rochas efusivas encontramos arenitos que na sua parte superior se apresentam ricos de cimento calcário, aos quais os gnaisses fazem rochas eruptivas desaparecer nas profundidades.

Completando o quadro geológico, observa-se que nas bacias amplas, como ao longo dos vales bem como na faixa litorânea, vamos encontrar depósitos sedimentares recentes, cimentados por areias e argilas dos períodos terciário e quaternário.

Muitas vezes os terrenos geológicos se apresentam cortados por linhas estruturais importantes onde procuram reconhecer ora falhas ora importantes juntas. Por estas linhas de menor resistência a vaga da erosão remontante, trabalhou ativamente esculpindo vales que se apresentam singularmente retilíneos. Outras vezes são escarpas imponentes como a serra do Mar que podem ser explicadas somente pela erosão e que parecem corresponder a uma falha modelada atualmente pela erosão.

Estas linhas estruturais têm pois importância considerável e a elas se deve o esfacelamento do primeiro planalto de Santa Catarina.

RELEVO

Observando-se esta grande região verifica-se certo número de paisagens diversas.

Indo-se do litoral para o interior, a primeira unidade que existe é a "planície litorânea". Esta constitui uma faixa de largura variável chegando em inúmeros casos a ser descontínua enquanto em outros pontos amplia-se consideravelmente, confundindo-se com as planícies fluviais.

Encontramos uma sucessão de faixas arenosas que correspondem a cordões de restingas que separam áreas deprimidas, por vezes alagadas durante as chuvas e as cheias dos rios que descem da encosta.

A faixa arenosa tem seu máximo desenvolvimento na costa do Rio Grande do Sul, onde isolou grande área pertencente ao oceano, transformando-a em lagoas que constituem um típico litoral lagunar.

Além dos cordões arenosos encontramos uma extensa planura formada por terrenos argilosos, que é interrompida aqui e ali por pequenas elevações recobertas de sedimentos aluviais; são típicos terraços que indicam que o nível do mar ocupou uma posição bem diferente da atual.

Interrompendo o litoral, encontramos baías de forma digitada e cada prolongamento se articula com um rio. A impressão que se tem é que se trata de uma costa em "rias" o que se pode verificar no fundo das baías, onde o curso submarino dos rios confirma a hipótese.

Assim, da mesma forma que no Rio de Janeiro e em Salvador, o nível do mar sofreu oscilações consideráveis, pois além de modelar os níveis de terraços que se encontram na baixada, esteve muito abaixo do nível atual, quando erodiu vales profundos que foram invadidos pelo mar. Atualmente verifica-se o trabalho de retificação do litoral, pela formação de restingas e entulhamento progressivo das baías e lagunas costelras.

Para se compreender o relêvo desta região somos obrigados a fazer uma série de cortes leste-oeste. Serão em número de 4, um em cada estado, e nos possibilitarão uma idéia aproximada do relêvo da região.

Nos cortes que atravessam os estados de São Paulo e Paraná, reconhecemos que a planície litorânea se ergue em grande obstáculo representado pela escarpa da serra do Mar. Esta escarpa serve de acesso ao primeiro planalto. Seus altos cumes muitas vezes ultrapassam 1 500 metros, entretanto a altitude média está pouco abaixo de 1 000 metros. Na escarpa observamos, a meia encosta, uma série de patamares, que correspondem uns a degraus de falhas enquanto outros a antigas plataformas de abrasão marinha.

-É fora de dúvida que a serra do Mar sofreu remodelação relativamente recente, provavelmente no período terciário, quando se processou uma série de falhas aproximadamente paralelas à nossa linha de costas.

Discute-se onde termina a serra do Mar ao sul. Segundo alguns, ela termina ao norte de Santa Catarina, perdendo sua continuidade devido ao trabalho intenso da erosão que aproveita linhas estruturais aí existentes. Segundo outros, ela continua reaparecendo no Rio Grande do Sul. Entretanto a estrutura das serras de Sudeste que constituem o Escudo Rio-Grandense em nada fazem lembrar a estrutura da serra do Mar. Não temos aquela característica escarpa alcantilada; em lugar disso, temos uma sucessão de serras confusas que se elevam progressivamente para o interior. Por isto, o Escudo Rio-Grandense deve constituir uma unidade diferente daquela da serra do Mar.

Nas costas que atravessam São Paulo e Paraná, após ultrapassar a serra do Mar, penetramos num planalto de topografia suave que contrasta com imponente acidente da escarpa. Entre as colinas serpenteiam rios de vales sinuosos, com margens pantanosas que se dirigem lentamente para noroeste.

Nas várzeas maiores, acumulam-se argilas, formando depósitos por vezes importantes, como na cidade de São Paulo e Curitiba. São argilas de idade bem recente.

Em Santa Catarina, o rio Itajaí entalhou fortemente o planalto; entretanto se observamos as serras residuais mais elevadas notamos o seu cimo aplainado, que corresponde ao nível do planalto. Pouco ao sul este planalto se abaxa rapidamente desaparecendo sob o nível do mar. Provavelmente essa deformação foi que provocou a formação das linhas estruturais a que nos referimos acima.

No estado do Paraná, após o planalto cristalino, encontramos uma escarpa formada por espesso pacote de arenitos de idade devoniana. Esta escarpa constitui, no Paraná, a subida para o segundo planalto no alto do qual está a cidade de Ponta Grossa. Este planalto, não se encontra nos outros estados meridionais pois não afloram nêles terrenos devonianos.

Em São Paulo, após o planalto cristalino encontra-se uma área de terrenos relativamente pobres, de relêvo esbatido que é dominado a oeste pela escarpa da serra Geral, que baliza a passagem para o planalto interior.

Esta escarpa é explicada pela existência de rochas efusivas, básicas que constituem um grande derrame no Brasil meridional. Abaixo do *trapp* de basalto encontramos uma sucessão de arenitos, xistos e tilitos que predominam na região deprimida.

No Paraná, atrás da Serrinha e após penetrarmos no segundo planalto, vamos encontrar a mesma paisagem que descrevemos em São Paulo, surgindo o planalto interno como um terceiro planalto.

Em Santa Catarina, o planalto cristalino apresenta-se esfacelado aproximando-se pouco a pouco do planalto balsático do litoral do sul do estado.

No Rio Grande do Sul, após o Escudo Rio-Grandense, que se apresenta, aplainado no seu cimo, desce-se progressivamente para a depressão central, onde se encontram sedimentos que originam um relêvo de formas suaves. Só mais longe vamos reencontrar a escarpa do planalto balsático que aqui se inflete para oeste.

Em conjunto, os terrenos se inclinam suavemente para o vale do Paraná formando um relêvo assimétrico, típico de *cuestas*, no qual os rios escavam gargantas apertadas.

O planalto intenso inclina-se também em conjunto para oeste até o vale do Paraná.

c) — *Clima, vegetação e solos da região sul:*

I — *Clima* — Tem importância considerável, pois a região sul está abaixo do trópico de Capricórnio tendo seus planaltos relêvo considerável que possibilita a existência dum clima mais ameno.

O planalto paulista e o norte do Paraná, têm clima mais quente, sendo de transição entre os tropicais. Seu regime de chuvas assemelha-se ao do Brasil Central, com verão chuvoso e estação seca no inverno.

No inverno, as suas partes mais elevadas, estão sujeitas a geadas.

Caminhando-se mais para o sul, as temperaturas tornam-se mais baixas chegando a oferecer o espetáculo de nevasdas esporádicas. As chuvas são mais abundantes, não existindo estação seca tão característica. No Rio Grande do Sul, as chuvas são bem distribuídas e as temperaturas baixas fazem passagem para o clima temperado.

Na baixada litorânea, temos um clima superúmido, as temperaturas são elevadas no verão e no inverno, ao sul de Santa Catarina e no Rio Grande, a temperatura desce bastante podendo ocorrer geadas.

II — *Vegetação* — Ao longo da escarpa da serra do Mar, encontramos a mata da costa atlântica, que é uma continuação daquela da região leste. Ao sul da região, ela perde altitude diferindo daquele porte observado no Brasil oriental. Também é mais pobre em epífitas e lianas do que aquela da região leste.

Esta mesma floresta, se encontra no alto do planalto paulista penetrando pelo vale do Paraná. Hoje, entretanto, apresenta-se bastante devastado pelas derrubadas.

No alto do planalto, encontramos a floresta de araucárias ou mata de pinhais que caracteriza melhor a região elevada. É uma formação bastante diferente daquela observada em outras regiões. Possui um andar elevado de 25 a 30 metros de altura constituído quase exclusivamente de pinheiros e sub-bosques densos que raramente ultrapassam 20 metros. Aí encontramos o mate, a imbuia, etc.

Em certas partes da região encontramos extensas áreas campestres, nelas as gramíneas formam cobertura contínua que chegam a 1 metro de altura (campanha gaúcha, campos de Veri, campos de Guarapuava, campos de Lajes).

Em certas áreas, surgem entre formações típicas, os campos cerrados também observados em São Paulo e no norte do Paraná.

III — *Solos* — Estes são de tipos bastante diferentes pois dependem do clima, topografia, rocha original, etc.. Isto provoca variação considerável dos tipos como passaremos a ver.

Na baixada predominam solos argilosos escuros ou excessivamente arenosos devido aos cordões das restingas, as baixadas colmatadas.

No planalto cristalino temos solos argilo-arenosos derivados de gnaisses e granitos. Têm cores variadas, sendo ora avermelhados, ora vermelho-amarelados, dependendo de maior ou menor riqueza de minerais, de ferro, da rocha original. Na parte superior existe um horizonte escuro constituído de húmus; entretanto esta película desaparece quando se retira a vegetação original devido à ação da erosão.

Em meio a este solos, de riqueza moderada, existem outros mais ricos, são solos originados de rochas calcárias, que contrastam bastante com os outros.

Na área de campos gerais desaparecem os solos do complexo cristalino, encontramos aqui solos ácidos, pobres em substâncias minerais e matéria orgânica e ora são arenosos, ora argilosos.

Penetrando-se na região das araucárias, o clima apresenta-se com temperaturas menos elevadas e por conseguinte modifica-se o perfil dos solos e surge superficialmente uma camada vermelha escura.

Entretanto é a "terra roxa" o mais importante dos solos da região sul. É derivado de rochas efusivas básicas sob a ação de clima tropical úmido. As temperaturas elevadas e a umidade favorecem a decomposição profunda do basalto. À proporção que caminhamos para o sul, as temperaturas são menos elevadas e a camada da decomposição perde consideravelmente a espessura, de modo que em Santa Catarina e Rio Grande são menos importantes as áreas de terra roxa.

A terra roxa, constitui um solo bem arejado, granulado sendo muito fértil. Tem cor vermelha escura, quase violácea donde lhe vem o nome.

Pela sua grande riqueza, favoreceu bastante o desenvolvimento da lavoura cafeeira em São Paulo. Entretanto é fácil degradar-se, sendo então quase impossível recuperar sua riqueza primitiva.

Caminhando-se mais para o sul, já na campanha gaúcha, observa-se um solo bastante fértil que superficialmente é castanho ou cinzento muito escuro e possui concreções calcárias. Este solo lembra o solo de *prairie* das regiões temperadas.

A fim de darmos uma idéia de geografia regional, estudaremos sumariamente uma das regiões que compõem a Grande Região Sul.

REGIÃO LITORAL E ENCOSTA

A primeira região se caracteriza por apresentar uma extensa baixada. Esta ora se alarga bastante como em Iguape em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, ora fica convertida em pequenas enseadas.

Atrás, ergue-se a escarpa das serras. Muitas vezes surgem como um imenso paredão no qual se vislumbram patamares cobertos pela vegetação exuberante da floresta atlântica. Outras vezes se convertem em cristas alongadas segundo certas dimensões rígidas que correspondem às linhas estruturais dos gnaisses e granitos, como em Santa Catarina, por onde se intrometeram os colonos alemães e italianos, fazendo surgir uma paisagem tipicamente colonial.

Mais ao sul, já no Rio Grande, a escarpa da serra Geral, se afasta para leste, ampliando-se a baixada arenosa que aprisiona grandes porções de oceano; são as "lagunas" e "lagoas"; surgem as primeiras serras cristalinas que fazem passagem para a região das serras de Sudeste.

Nesta região as chuvas são bem abundantes; entretanto, à proporção que caminhamos para o sul do mês mais frio ficam cada vez mais baixos. Já existem as geadas que ocorrem muito no inverno.

Descendo das encostas, os rios se apresentam encachoeirados com um perfil em V contendo numerosos seixos e blocos e constituem importantes fontes de energia hidroelétrica.

Foi esta parte da grande região a primeira a ser colonizada. No litoral foram fundados os primeiros núcleos de população. Seu desenvolvimento foi lento.

Possivelmente uma das causas da estagnação destas cidades decorre do isolamento, dadas as grandes dificuldades de ligação com o planalto.

Sòmente em alguns lugares, como nos portos que servem de escoadouro aos produtos como Santos, e nas áreas onde a baixada se amplia, notamos um desenvolvimento maior e consequente aumento de população. É a área de Iguape, onde se concentra a população. Em Santa Catarina, os colonos alemães, italianos e açorianos, deram grande impulso à região provocando um adensamento de população.

A escarpa das serras constitui um empecilho à penetração, bem como, para a ocupação humana, surgindo como verdadeiro hiato.

BACIA PARANÁ-URUGUAI

No Brasil meridional existe uma grande área francamente ocupada, de rala densidade demográfica e em grande parte quase sem utilização.

Em partes que o homem se tem estabelecido, observa-se a existência de solos ricos, e tem esta área pelo seu clima que tende ao temperado, possibilidades maiores que as outras regiões do Brasil.

Inicialmente as unidades federadas que aí existem procuraram resolver os seus problemas isoladamente. Entretanto seus governos perceberam que o problema para ser mais facilmente solucionado deveria ser estudado em conjunto e nasceu daí a idéia da criação da Comissão da Bacia do Paraná.

Posteriormente o Rio Grande do Sul conseguiu a inclusão da bacia do Uruguai e temos hoje a Comissão Interestadual Paraná-Uruguai. Esta comissão reúne-se periodicamente sob a presidência rotativa de cada governador dos estados integrantes.

Inicialmente julgaram a tarefa simples e que com um exame rápido e destaque de verbas, solucionariam muitos problemas; depois começaram a surgir as dificuldades.

Tornou-se necessário o conhecimento exato das condições geográficas das bacias e para isto não tinham técnicos numerosos. Fizeram convênios com sociedades científicas, para levar a termo tais tarefas e dentre estas realizaram um grande número de cartas e estudos especiais. A Associação de Geógrafos Brasileiros se encarregou da elaboração de numerosos trabalhos ligados mais diretamente à geografia. Foram assim confeccionados mapas de produção, de utilização do solo, de energia elétrica da bacia, estudo sobre o regime dos rios, clima, fitoclima, relêvo, etc.

Também foram elaborados estudos econômicos da bacia, bem como de recursos florestais.

Todos estes estudos são agora analisados cuidadosamente pelos planejadores e estão eles, de posse destes elementos, elaborando um plano a fim de recuperar estas grandes áreas agora mal aproveitadas e desenvolvê-las, trazendo ao Brasil subsídio bem importante para a sua economia deficiente.

Naturalmente teve grande importância a observação de experiências efetuadas em outros países como nos Estados Unidos, Bélgica, e mesmo no vale do São Francisco pode-se ver resultados encorajadores.

Naturalmente não será possível atacar todos os problemas imediatamente e de uma só vez, pois isto exigiria capital dispendioso que não é acessível à nossa pobre bôlsa.

Seremos obrigados, pois, a estudar os problemas e seleccionar alguns mais importantes.

Uma região tão ampla como a bacia Paraná-Uruguai apresenta diversidade de paisagens regionais tão grande nas quais se reconhecem por vêzes, condições propícias a um desenvolvimento ponderável, sugerindo obras e serviços especiais que deverão ser coordenados em um plano de caráter regional.

Nesta mesma bacia vamos observar que, ao lado de problemas gerais de planejamento, existem também certos aspectos que permitem reconhecer um zoneamento funcional e ora se reconhecem tendências para certos tipos de agricultura, ora para certas indústrias, ora unicamente para o comércio e, finalmente, para a criação.

Este zoneamento natural ou humano deve ser estudado cuidadosamente e elaborado por um plano particular para cada unidade. Este plano, entretanto, deve fazer parte do grande plano de recuperação e reintegração dos valores, pois de outra forma, poderia ser condenado ao malôgro.

Um primeiro passo para o reconhecimento destas áreas é possível quando se examina o mapa da divisão regional do vale em zonas. Nêle reconhecemos, ao lado de zonas tipicamente de criação, zonas agrícolas e outras industriais.

Quanto às zonas industriais, poucas se salientaram, São Paulo e seus arredores têm tôdas as condições para um grande desenvolvimento, pois, ai, todos os fatores são favoráveis.

Aí existem mercados próximos e matéria-prima, que quando falta, pode ser obtida por preço acessível. Também a energia elétrica favoreceu grande desenvolvimento e aliado à mão-de-obra abundante e habilitada bem como à presença de ótima rede de transporte permitiu atingir o estágio atual.

Já em outros pontos da bacia começamos a encontrar êsses fatores favoráveis. Urge somente desenvolver a utilização das quedas d'água e com o melhoramento das vias de comunicação poderão vir a nascer e desenvolver outros centros industriais.

Quanto à agricultura, existem problemas graves, pois a técnica agrícola não se apresenta muito desenvolvida, sendo em muitos lugares primitiva. Ainda se devastam as florestas, praticando grandes queimadas e favorecendo o carreamento do solo superficial, conduzindo assim ao empobrecimento e à queda do rendimento das culturas.

ESQUEMA DE PLANEJAMENTO PARA A BACIA PARANÁ-URUGUAI

PROBLEMAS BÁSICOS

- a) — Transportes
- b) — Fontes de energia elétrica
- c) — Assistência social
- d) — Reflorestamento

PROBLEMAS CONSEQUENTES

- Garantia de escoamento da produção.
- Facilidade de locomoção.
- Rede de silos que permitam armazenagem.
- Regularização do regime dos rios.
- Desenvolvimento das áreas industriais com aproveitamento da matéria-prima local.
- Melhoramento das condições de vida, revolucionando certas correntes tradicionais.
- Escolas técnicas agrícolas e industriais.
- Campos experimentais que dêem assistência técnica aos lavradores e criadores.
- Facilidades de crédito.
- Problemas das cidades.
- Redução do *run-off* e diminuição da erosão do solo agrícola e Baixa.
- Criação de novas reservas de madeira para combustível ou obras.



A propósito do Ensino e Programa de Geografia no Curso de Jornalismo

MARIA MAGDALENA VIEIRA PINTO
Geógrafa do C. N. G.

a) INTRODUÇÃO

Em fevereiro do corrente ano, (1956) solicitou-nos o Prof. Jorge Zarur, professor de Geografia do Brasil no Curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a elaboração de um programa de Geografia do Brasil para o referido curso.

Da época de sua fundação em 1952 até o ano passado, o programa existente era de caráter provisório, porque assim o exigiam as necessidades de um curso recém-fundado. Era necessário maior contacto com o Curso próprio, a fim de que o programa definitivo viesse de fato, ao encontro das finalidades do Curso de Jornalismo.

Feito o novo programa, e apresentado ao Prof. Jorge Zarur, foi o mesmo aprovado e, já no início do ano letivo, adotado. *

Seja-nos permitido, antes de apresentar o programa, tecer considerações sobre alguns aspectos da Geografia no Curso de Jornalismo, e isso por duas razões:

1) ao elaborar um programa desse gênero, não contávamos com outro similar, para orientação geral. Desta forma, procuramos considerar primeiramente o Curso e seus objetivos, e por fim as suas relações com a Geografia.

2) não foi nosso intuito criticar, muito ao contrário, apresentar sugestões, pois naturalmente, problemas como esses, não podem ser tratados separadamente e muito menos, não escapam às considerações gerais.

Julgamos assim que as conclusões a que chegamos após elaborarmos esse programa, não deviam ficar restritas a uma experiência pessoal, mas devem merecer a atenção de quantos trabalham no magistério, particularmente no Curso de Jornalismo.

b) AS FINALIDADES DO CURSO DE JORNALISMO E SUAS RELAÇÕES COM A GEOGRAFIA

Naturalmente, a finalidade precípua é a de formar técnicos em jornalismo. Quando foi preparado o currículo para o Curso, cuja duração é de 3 anos, incluiu-se a Geografia, no 1.º e 2.º ano. Vemos, portanto, que os conhecimentos do futuro jornalista, não se restringem apenas aos assuntos puramente profissionais. E isso é muito justo. São inúmeras as relações entre os dois ramos especiais dessa ciência, estudados no Curso (Geografia Humana no 1.º ano e Geografia do Brasil no 2.º ano) e o moderno jornalismo. Dizemos mesmo cor-

* Deixamos aqui consignados os nossos melhores agradecimentos ao Prof. Jorge Zarur a esta prova de confiança e ao apoio dispensado ao nosso programa.

relatas¹. Em consequência, o ensino da Geografia é indispensável ao futuro jornalista, que deve adquirir nos dois anos de contacto com esta ciência, os conhecimentos básicos de uma cultura geográfica, intimamente ligada à sua profissão. E este conhecimento *deve*, ser adquirido no Curso, e não, como infelizmente acontece por vezes, já no decorrer de sua vida profissional, quando impelidos por acontecimentos novos, se voltam para a Geografia.

Para que isto não aconteça, é imprescindível uma perfeita articulação entre a Geografia e o interesse do aluno, ou melhor, a adaptação da Geografia à psicologia do estudante.

A Geografia para futuros jornalistas não deve ser diferente da Geografia dos geógrafos, mas aquela deve ser adaptada pedagógica e psicologicamente para ser ensinada a jovens que serão futuros jornalistas. Caso contrário, teríamos um verdadeiro desmembramento do espírito geográfico, com evidente prejuízo para todos, e especialmente para a própria Geografia.

E é esta adaptação, (acreditamos que estejam no mesmo caso outras matérias como o Português, a Ciência Jurídica, o Inglês, a Sociologia, etc) que tornará o aluno eficiente ao fim de seus estudos.

Justamente, para haver esta adaptação, é necessário *tempo*, pois naturalmente não basta uma simples modificação de programa. Não é esta uma questão importante. O que realmente é importante é o *resultado*, o conhecimento de fato da matéria, associado ao seu interesse imediato. São fatores que não se podem dissociar.

No que concerne ao *tempo* (para a Geografia), o professor dispõe apenas de duas horas semanais (de 45 minutos cada uma), num total aproximado de 48 aulas no ano letivo, para cumprir um programa pedagogicamente elementar geograficamente básico e psicologicamente difícil. É, sem dúvida, desalentador e constitui por vezes um verdadeiro desafio ao professor. E isso porque, acabamos de expor, talvez, o mais difícil seja exatamente, interessar o aluno pela matéria².

Em seguida, surge outro problema: a falta de articulação entre a Geografia do 1.º ano e a Geografia do 2.º ano. Têm razão, os alunos, quando se queixam que o programa é "extenso", "geográfico demais" e que para eles, não apresenta interesse maior. Vamos analisá-lo: no 1.º ano, o aluno estuda uma Geografia Humana "estilizada". Começa estudando a parte filosófica da ciência, depois analisa a população e por fim estuda as diferentes regiões do globo. Mas, tudo isso de modo resumido, quer pelo pouco tempo, quer pela passividade do aluno. No ano seguinte estudará o Brasil. E, mais da metade dos alunos, são incapazes de seguir bem o curso, pois à primeira vista, são duas coisas diferentes.

Concluimos então (e aqui val uma sugestão) que talvez fosse mais proveitoso, e mais lógico, ministrar nos anos destinados ao estudo da Geografia, em

1 — A Geografia é a ciência que dá o sentido do espaço, como a História dá o sentido do tempo. Por isso mesmo, *alarga os horizontes do espírito, descreve e explica os elementos que constituem o cenário do drama humano.*

A Geografia Humana em particular, faz ressurgir a solidariedade de todos os homens no esforço e no engenho que manifestam para adaptar-se ao seu meio natural e tirar o melhor proveito possível. Intrinsecamente, as necessidades de todos são as mesmas, pelo menos as necessidades primárias (alimentação, vestimenta, habitação, defesa, vida social, vida moral e espiritual) ainda que a maneira de satisfazê-las varie de uma região a outra.

A Geografia Econômica enfim, faz ressaltar a interdependência e complementação dos diferentes povos e nações. Ela pode expressar e ilustrar, com o auxílio de estatísticas precisas, o que cada país dá e recebe dos demais. A partir daí se podem determinar as grandes áreas de complementação do universo. (Ata final da Terceira Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, 1952. Os grifos são nossos).

Se o jornalista é aquele que se mantém permanentemente em comunicação com a técnica, e em constante intercâmbio de produtos e de ideias, através da imprensa, entre os diferentes países da terra, talvez a nenhum outro seja tão necessária, uma cultura geográfica universal e global, pois compreendida sob este ponto de vista, os conhecimentos geográficos constituem hoje uma necessidade prática para todos os homens.

2 — a) O que acontece é que o aluno do Curso de Jornalismo, não percebe onde está a importância da Geografia para ele. Ao lado de cinco matérias essencialmente básicas para o exercício de sua profissão, parece que a Geografia é alguma coisa secundária e sem interesse do curso b) a própria ciência geográfica, para a maioria dos estudantes sempre constitui matéria aborrecida cujo principal objetivo é a memorização de nomes e fatos geográficos. Considerada sob este aspecto, não se pode compreender, onde está a importância da Geografia.

Mas, "la géographie ne donne de résultats de grande portée pratique que si l'on a d'abord pris la peine de bien étudier ses lois, ses méthodes et surtout de se bien inspirer de son esprit" (Prof. Francis Ruellan). in "Les Méthodes Modernes d'enseignement de la géographie".

1.º lugar a Geografia do Brasil (1.º ano) e no 2.º ano, uma Geografia dos Grandes Estados Modernos ou Geografia dos Grandes Países. Ficaria assim mais amena a matéria, mais clara, resultando além disso no aproveitamento satisfatório dos alunos, que encontrariam nesses dois anos, temas de constante interesse, imediato à sua função.

Não seria, de fato, muito mais objetivo conhecimento de base das mais importantes potências do globo, de países que se ouve falar diariamente, mas que pouco se conhece no que diz respeito à sua economia e suas possibilidades, do que um conhecimento supermical e desprovido de interesse aos alunos, de um tema de Geografia Humana? (Anexo I programa proposto para o 1.º ano).

Nossa intenção, não é de propor mudança de programa. (Mesmo porque poderá haver melhor adaptação). Mas, sim desejar melhor conexão entre as duas cadeiras, a fim de melhor ser aproveitado o tempo, denominador comum do problema do ensino.

Uma vez conseguido o alargamento do tempo, a perfeita articulação entre as duas cadeiras de Geografia, e a observância de um programa adaptado ao interesse do Curso, chegar-se-á a um resultado altamente animador, e perfeitamente aliado ao mais puro objetivo da ciência e do resultado material do aluno. Este resultado, no entanto, tão esperado, não se obterá senão com muito esforço e bom senso.

c) DEFICIÊNCIAS A SANAR

Uma condição importante, para um ensino proveitoso, é a objetividade da matéria. Vimos acima, um aspecto dêsse problema: como o aluno encara a Geografia: lista sem fim de nomes e lugares. Compreendemos que é na falta de base que repousa toda esta questão. Naturalmente outros pontos existem, alguns inerentes ao próprio curso, outros restritos ao campo pessoal do aluno. Não podemos porém, considerar aqui este problema, uma vez que êle se encontra presente em todos os graus do nosso ensino.

Outra e indispensável condição para se obter com êxito aquela primeira, é um *rapport* entre o programa e o professor, que garanta o imprescindível interesse do aluno, pela matéria.

Portanto é necessário uma adaptação por parte dos professores aos interesses dos alunos. Além disso, não devemos esquecer, que de certa forma ao tratarmos do futuro jornalista, estamos cuidando também de futuro professor.

Muitos acharão não haver nenhuma relação, uma vez que este curso não forma professores, e muito menos, professores de Geografia. Sim, mas não são apenas os não licenciados de acordo com a lei que ministram aulas. Não basta uma sala para se ensinar Geografia. E, muito menos, não se pode restringir a denominação de professor, a um ponto tão relativo. E sobretudo do Brasil país onde a carência de educadores é verdadeiramente alarmante.* E nenhum de nós poderá deixar de convir que é urgente começar o trabalho.*

Por estas circunstâncias, acreditamos ser verdadeiramente educadora a tarefa do jornalista, quando dirigida neste sentido. Que elemento de maior penetração e alcance, pode haver senão o jornal? Além disso, quantos jornalistas ilustres não os temos, que sem jamais terem freqüentado um curso especializado, são grandes conhecedores do assunto, e assumem papel de verdadeiros educadores? Seria longa a citação, mas lembramos, que a presidência do IBGE já estêve confiada a um jornalista. E o IBGE todos sabemos é o órgão máximo da Geografia e Estatística em nosso país.

Portanto nada mais justo que se pensar em formar bons jornalistas, com bons conhecimentos de Geografia do Brasil.

3 — Apenas um aluno em um grupo de nove completa o curso primário, e esta situação vai-se refletir no ensino médio, quando somente 15% dos matriculados nos cursos secundários conseguem terminar o curso colegial. Daí a existência (em 1954) de apenas 1 200 licenciados pelas Faculdades de Filosofia de todo o país, o que é alarmante, se considerarmos a nossa população em idade escolar. (Boletim Informativo do CAPES n.º 42, 1956).

4 — A propósito, lembramos que embora tenhamos 350 Faculdades em todo o país, o número de diplomados não vai além de 15 000. Mais ou menos o número de estudantes em uma Universidade européia — como a de Sorbonne em Paris. (Boletim Informativo da CAPES — n.º 42, 1956).

Neste caso seria necessária uma "revisão" nos programas. Dissemos, linhas acima, que melhor conexão entre os dois anos de estudo da matéria, deveria ser o primeiro passo. E mais ainda: separar ao máximo a Geografia especializada do Curso de Geografia, da Geografia específica do Curso de Jornalismo. Sobre isto, já chamamos a atenção, para o programa que a nosso ver necessita ser renovado.

Continuando nosso ponto de vista, temos a considerar ainda no Curso de Jornalismo, a questão dos "estágios". Exige o regulamento que o aluno apresente nota de estágio (que para fins de promoção deve ser igual ou superior a 5). Entretanto estes estágios, via de regra, são feitos exatamente para obedecer a esta disposição legal, e nunca para o aluno (estamos nos referindo apenas a matérias extra-profissionais do Curso) e o resultado é que trabalho de estágio, é trabalho desordenado, copiado. O aluno não tem interesse pelos temas propostos e nem sempre tem tempo para o estágio de Geografia, quando há um estágio no jornal, realmente muito mais interessante.

Mais uma vez, esta situação se deve a uma ausência de métodos. Não se pode esquecer que a finalidade do curso é preparar jornalistas e não geógrafos. Portanto, nada de trabalhos acadêmicos de interpretação de escolas, ou de estudar problemas geográficos, que de resto o próprio professor compreende ser incompatível com o pouco tempo e o conhecimento do aluno.

A nosso ver a Geografia no Curso de Jornalismo, deveria ser essencialmente regional e econômica — e baseados nisto os trabalhos de estágio, seriam muito mais viáveis e iriam de encontro ao verdadeiro interesse do aluno: o que propomos seria uma espécie de "reportagem" sobre um determinado assunto, assunto este que o aluno faria "pessoalmente", sem maiores preocupações de consultas a enormes livros escritos em francês ou inglês... Propomos como exemplo alguns assuntos, no anexo n.º 3. Mas, o que é importante salientar neste caso, é a significação psicológica que isso representa para o aluno; mais que um estágio, é um balanço de seus conhecimentos geográficos, mais que um trabalho escolar, rotineiro, é um teste de suas aptidões profissionais. Poderia mesmo, haver um entendimento entre os professores de Geografia e de Técnica de Jornal, a fim de que a realização destes estágios fossem simultâneos e corretos numa e noutra cadeira.

A observância disso traria como resultado a execução de um programa com objetivos comuns (professor e aluno) baseado no interesse recíproco.

Devemos considerar ainda uma outra questão: é o que diz respeito às "apostilhas".

É o que diz respeito às "apostilhas". O que é um erro e um fator negativo de aprendizagem, para os alunos do Curso de Geografia, é uma medida acertada no curso de Jornalismo. Acreditamos ser totalmente deficiente para alunos de um curso especializado, como o de Geografia estudar por apostilhas. E isso porque, as apostilhas, estão geralmente a cargo de um grupo de alunos (muitas vezes esse grupo se restringe a dois elementos), acham-se transcritos mais ou menos o "resumo" das aulas do professor. Mesmo que fosse da matéria, ainda seria um erro. Porque só um grupo vai à biblioteca. Os demais se bastam com uma ou duas citações, alguns exemplos clássicos, é só. Os grandes autores não são estudados. E o estudo se resume apenas naquelas folhas de apostilhas. Evidentemente está errado. E mais: habitua o aluno de tal forma a uma preguiça mental, que o assunto de uma prova não varia entre 20 alunos. O problema por vezes toma aspectos interessantes: até a maneira de formular perguntas, não "pode" ser diferente, isto é, o assunto deve estar "claro" na pergunta e nunca de uma forma intrínseca. Todos só sabem aquilo, de uma única forma, citam um determinado autor, somente, e o pior é que às vezes o fazem erradamente... Isso precisa acabar. Aluno de Faculdade, de Curso de Geografia, precisa consultar vasta bibliografia, para conhecimento de um determinado assunto, e poder escrever com conseqüente desembaraço nas provas e exames.

Claro, não somos contra este "coleguismo", ou outro nome a que isto queiram dar. Somos contra, sim ao coletivo desinteresse pelos livros e pela matéria, que determina acanhamento de opinião e de conhecimentos.

No Curso de Geografia, só deveria haver uma apostilha: aquela que indicasse a "bibliografia mínima" exigida aos alunos, para acompanhar o curso, sem grandes dificuldades.

Tratando-se, porém, do Curso de Jornalismo, outra é a situação. Em 1.º lugar, considerando o curso (como consideramos) "específico", há pouca obrigação dos alunos em conhecerem, autores clássicos, de determinado assunto. Será coisa pessoal, optativa, que o professor saberá encaminhar e avivar o interesse. Neste caso, e em 2.º lugar, pela carência de tempo (46 aulas somente) bem razoável seria uma "apostilha resumo" (e nunca apostilha "papel carbono" das aulas ministradas) dos principais pontos a serem observados ou desenvolvidos para tais e tais assuntos, citando um mínimo de bibliografia indispensável. Poderiam mesmo tais apostilhas, merecer a supervisão do próprio professor da matéria, a fim de evitar futuras dúvidas.

Contudo, isto seria justo e razoável, como ficou dito, se tal regalia, não transpusesse certos limites. Ex: a transcrição integral (como pode acontecer) da referida apostilha em prova parcial, como sendo "matéria". E conseqüentemente a ausência às aulas, ou o desinteresse pelo assunto, visto que as apostilhas "trarão tudo" e, melhor, "resumidamente".

Para que isto não suceda, será necessária uma renovação de consciência em nossos estudantes. E se tal afirmamos é devido ao conhecimento que temos, desse problema.

Entretanto este método ainda não foi tentado. Por que não fazê-lo? A esperança seja qual for o resultado sempre representa excelente contribuição para o futuro.

Este sem dúvida o critério certo. A execução de um programa e de um método, baseados na confiança de realização dos objetivos comuns.

"E ainda mais", no ensino superior o professor apenas desperta a curiosidade do aluno, — isto é, apenas "ensina a estudar". Portanto, nada mais natural, o que propomos, orientar a aprendizagem. Não se é "ensinado", aprende-se e só se aprende, participando, fazendo, estudando. É preciso dar uma orientação conveniente — e isto constitui a "arte de educar". (6)

O que coincide com o próprio objetivo das Faculdades: "formar profissionais, com conhecimentos científicos indispensáveis a uma aplicação prática específica com fim utilitário na função profissional e na função social". (Pe. Leonel Franca).

Cremos serem estes também os objetivos naturais do Curso de Jornalismo.

ANEXO N.º 1

Para o 1.º ano de Jornalismo

(Estudo comparativo das regiões do Globo)

Introdução —

- 1) Sumário da História da Geografia Humana; Geografia Humana e Geografia Física; Geografia Econômica e Geografia Humana.
- 2) Geografia Sistemática e Regional. Paisagem natural e cultural: — O homem fator geográfico.

I Unidade —

- 1) Estudo da população do Globo — Interpretação da população do Mundo
- 2) Repartição de população e domínios naturais.
- 3) Relação entre o meio físico e as regiões naturais.
- 4) Variações internas: natalidade e mortalidade, crescimento e *deficit* naturais.
- 5) Migração de população. Condições gerais. Os principais fatores das migrações.

II Unidade

- 1) Distribuição geográfica dos principais países do mundo. Importância e desenvolvimento econômico.
- a) O Mundo Europeu:
 - A Comunidade Britânica. O Reino Unido. O Império Britânico e seus elementos. Os domínios britânicos.

- Europa Ocidental: Países Baixos. As Índias Holandesas. Bélgica. O Congo Belga, França. Império Colonial Francês.
 - Europa Meridional: Itália e Países Ibéricos.
 - Europa Central: Suíça, Áustria, Hungria, Tchecoslováquia, Alemanha.
 - Europa Oriental e Setentrional: a União as Repúblicas Socialistas Soviéticas.
- b) *O Mundo Oriental*
- O Extremo-Oriente. China e Japão.
 - O Indostão. Pérsia. Ásia Menor. Egito.
- c) *O Mundo Americano*
- Estados Unidos da América do Norte. México.
 - Países do Prata e Países Andinos.
- 4) desenvolvimento econômico.

III Unidade

- 1) As necessidades econômicas do mundo moderno: (matérias-primas)
- a) Aspectos atuais dos transportes e do comércio internacional.
- b) Transportes modernos
- a) Marítimos
- 1) Transportes especiais para passageiros
- 2) " " mistos
- 3) " " especiais para mercadorias
- b) aéreos
- (a ferrovia
- c) continentais (a rodovia
- (a navegação.
- c) características do comércio moderno: o fator distância.
- d) Sistemas de organização econômica.
- e) os principais Estados do Mundo Moderno.

ANEXO N.º 2

Para o 2.º ano de Jornalismo

(Geografia do Brasil)

Introdução

(10 aulas)

- 1) O continente brasileiro. Vista de conjunto.
- 2) Posição e situação geográfica: Brasil um país tropical. Estudo comparativo com as demais áreas tropicais do Globo.
- 3) O meio natural da terra brasileira
 - a) Clima e vegetação
 - b) O relevo e o solo
 - c) As águas continentais e o litoral
- 4) A conquista do espaço brasileiro
 - a) Os bandeirantes
 - b) A penetração da Amazônia
 - c) Os criadores
- 5) Conclusões gerais —

I Unidade

(10 aulas)

- 1) A população e seus problemas
- 2) O número e sua interpretação. Repartição da população nas diferentes regiões naturais.
- 3) População rural e população urbana. Movimentos de população.
- 4) Migrações internas

- a) as frentes pioneiras
- b) o êxodo rural

5) O problema da imigração. A imigração européia e a imigração asiática.

II Unidade

(20 aulas)

- 1) Os problemas econômicos do Brasil moderno.
- 2) As regiões geo-econômicas do Brasil
- 3) As tendências da agricultura
- 4) A criação
- 5) O problema de mão-de-obra:
 - a) a tendência agrícola
 - b) a colonização
 - c) o saneamento.
- 6) Agricultura e indústria — O atual ciclo econômico.
- 7) Progresso e limites da indústria — Desenvolvimento industrial: indústrias metalúrgica, mecânica, têxtil, química.
- 8) A economia brasileira e os transportes
 - a) rodovias e ferrovias
 - b) aéreos.
- 9) Balança comercial e problemas financeiros
 - a) Produtos econômicos
 - b) Comércio externo e áreas de influência
 - c) Os concorrentes tropicais

III Unidade

(15 aulas)

- 1) Os problemas regionais
- 2) As grandes regiões geográficas brasileiras — conceito e divisão.
- 3) A Amazônia.
 - a) Domínios básicos: a água e a floresta
 - b) A valorização econômica da Amazônia: os planos quinquenais.
- 4) O Nordeste
 - a) O polígono das secas
 - b) A economia açucareira.
- 5) O Leste
 - a) As bacias do rio Doce e São Francisco: região metalúrgica.
 - b) A Zona da Mata e o Triângulo Mineiro.
- 6) O Centro-Oeste
 - a) O pantanal
 - b) A mudança da capital
- 7) O S.1
 - a) A policultura meridional
 - b) A "depressão" paulista.

Conclusões:

- 1) As principais cidades brasileiras — Regime governamental — Podêres públicos.

ANEXO N.º 3

Temas para estágio

1.º ANO

Geografia Humana

- 1) O petróleo no mundo
- 2) As rotas comerciais

- 3) A vida econômica
- 4) Transportes modernos
- 5) As grandes cidades do Globo
- 6) As matérias-primas modernas
- 7) O comércio internacional

2.º ANO

Geografia do Brasil

- 1) Volta Redonda
- 2) Usinas da Light
- 3) Cubatão
- 4) Manguinhos
- 5) São Paulo
- 6) Fábricas do Distrito Federal
- 7) Zonas rural do Distrito Federal
- 8) Fábrica Nacional de Motores.

d) *O programa de Geografia do Brasil para o curso de Jornalismo **

Tomando por base a série de problemas que acabamos de expor, concluímos que um programa de Geografia do Brasil, para ser dado em um ano, ao curso em questão tendo em vista o melhor aproveitamento do tempo e de "conhecimentos mínimos indispensáveis" deveria obedecer a três pontos principais:

1) *Condições naturais*: dar ao aluno uma noção geral do continente brasileiro, partindo da premissa de "regiões tropicais", pelas suas características físicas, suas paisagens humanas e suas possibilidades, aplicadas ao Brasil.

2) *Possibilidades*: indicar cada um desses três últimos itens, que seriam assim o desenvolvimento da primeira questão proposta. O assunto, aqui, embora tratado epidermicamente em "pontos-chave", fornece ao aluno o desejo de conhecer não só aquilo que não foi tratado, mas desenvolver conhecimentos sobre o que foi focalizado.

3) *Necessidade*: dar ao aluno, um conhecimento de base do Brasil, através de problemas regionais, de real importância, fornecendo ao mesmo tempo, oportunidades para melhor aplicação futura desses conhecimentos na profissão específica, ao mesmo tempo que realiza o verdadeiro "patriotismo", ou seja, ser útil ao país.

A seguir, apresentamos os pontos referidos ao programa, que como foi dito, desenvolverá uma série de pontos chaves, mas em seu conjunto, como se verá, obedece a três pontos principais: "condições", "possibilidades" e "necessidade do Brasil". (Anexo n.º 1).

BIBLIOGRAFIA

- 1) Instituto Pan-Americano de Geografia e História. — Terceira Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia. — Ata Final — Washington D.C. 25 de julho a 4 de agosto de 1952.
- 2) Organização dos Estados Americanos — Conselho Cultural Interamericano. — Bases para o desenvolvimento de programas de Geografia e História da América, no ensino secundário e superior, com o objetivo de fomentar a compreensão e a solidariedade interamericana. — (Resolução XLVIII, 3, b., da I Reunião do Conselho Cultural Interamericano). — Washington D.C. 1953.
- 3) UNESCO y su programa — *La classe de géographie au service de la compréhension internationale* — Volume VII — Paris, 1951.
- 4) *Cahiers de Pédagogie Moderne pour l'enseignement du premier degré* — Direction de Max Sorre. — La géographie — (plusieurs auteurs). — Éditions Bourrellier — Paris, 1953.
- 5) Pierre George. — Notas de aula sobre Geografia Humana (École de Science Politique).

(*) — Programa apresentado em 24 de março de 1956.

- 6) MONGIER, Louis René e HENRIETTE L. R. — *L'enfant géographe* — Nouvelle Encyclopédie Pédagogique vol. 21. — Presses Universitaires de France — Paris 1952.
- 7) UNESCO — *L'enseignement de la Géographie* — Petit Guide à l'usage des maîtres — Vol. X — Paris — 1952.
- 8) UNESCO — *L'enseignement de la géographie: quelques conseils et suggestions.* — Vol. VII — Paris 1949.
- 9) *Traité de Psychologie Appliquée* — La Formation éducative — (Plusieurs auteurs) — Livre IV — Presses Universitaires de France — Paris 1942.
- 10) Ruellan, Francis — Les méthodes modernes d'enseignement de la Géographie — (Conférence prononcée à Goiânia — 1942) — Rio de Janeiro, 1942.
- 11) *Cahiers Pédagogiques pour l'enseignement du second degré* — N.º 3 — Lyon 1948 — Ano IV — N.º 3 — Lyon, 1953 — Ano IX. — Revue du Comité Universitaire d'Information Pédagogique.
- 12) DONALD Pierson — *Difusão da Ciência Sociológica nas Escolas.* — Separata de *Sociologia*, vol. XI, n.º 3 — Escola Livre de Sociologia e Política. — São Paulo — 1949.
- 13) Carvalho, Delgado — *Metodologia do Ensino Geográfico* — (Introdução aos estudos de Geografia Moderna) — Livraria Francisco Alves — Rio, 1925.

Capital Federal

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO LOCAL DA NOVA CAPITAL — O presidente Juscelino Kubitschek esteve em visita ao local da nova capital, no dia 2 de outubro.

O primeiro ponto visitado pelo presidente Juscelino Kubitschek foi o lugar onde se ergue um cruzeiro, em cuja construção foi utilizado exclusivamente pau-brasil. Ali, há cerca de cinco meses, foi celebrada a primeira missa em terra da futura capital, pelo bispo Dom Abel Ribeiro. Toda a extensão que val do campo de pouso provisório até esse cruzeiro constituirá a zona central da cidade.

Núcleo pioneiro — A seguir, o presidente Juscelino Kubitschek passou a examinar numerosos mapas, ficando, então, decidida a localização definitiva do núcleo pioneiro onde ficará a residência presidencial provisória, assim como a mudança imediata do aeroporto provisório para o local definitivo. Foram, igualmente, localizadas as principais vias de acesso à futura capital. A Companhia Urbanizadora vai iniciar imediatamente a construção do núcleo pioneiro.

Deixando o local em que está situado o cruzeiro, o presidente da República e comitiva seguiram para a fazenda Gama, onde será instalado o núcleo pioneiro. Ao atravessar uma ponte sobre o ribeirão Vicente Feres, o presidente Juscelino Kubitschek deteve-se, durante alguns minutos, colhendo informações sobre a maneira pela qual se promoverá o abastecimento de água da futura capital. A região está provida de abundantes mananciais. Um deles é suficiente para abastecer a cidade de São Paulo e há mais quatro iguais a esse. Foi, também, visitada pelo presidente Juscelino Kubitschek uma das fontes que alimentam o ribeirão Gama. Em plena floresta, à sombra de árvores seculares, borbulhavam vários olhos d'água puríssima, tendo sido já feitas as necessárias análises.

Nas proximidades da futura capital será feita uma barragem que represará as águas de vários rios, formando um lago de dez quilômetros quadrados. Essa represa alimentará uma pequena usina, atendendo às necessidades do núcleo inicial. A fim de suprir a futura capital, será captada energia da cachoeira Paranatu, capaz de fornecer 25 000 kW. Mais tarde, dentro das perspectivas do desenvolvimento da cidade, poderão ser utilizados outros potenciais hidroelétricos, como a cachoeira Dourada, suficiente para produzir 300 000 kW.

Várias ligações de Brasília com outros pontos do nosso território estão previstas no Plano Rodoviário Nacional. A futura capital será ligada à rodovia Rio-Belo Horizonte por uma estrada passando por Cristalina e Paracatu. Faltam 500 quilômetros para serem construídos. A rodovia, partindo da capital mineira, já se aproxima de Paracatu. Brasília disporá, igualmente, de uma ligação com São Paulo, passando por Goiânia e Frutal. Está, também, planejada outra via passando por Paracatu, Patos, Araxá e São Paulo.

O presidente Juscelino Kubitschek percorreu vários outros pontos. A natureza local apresenta suaves ondulações que favorecerão sobre-

modo os planos urbanísticos. Em alguns lugares há desníveis mais acentuados, permitindo ampla visão sobre chapadões sucessivos. Após inspeções, o presidente da República resolveu sobrevoar num pequeno monomotor toda a área, já delimitada, a fim de verificar, entre outras coisas, a localização do aeroporto definitivo, que ficará situado o mais próximo possível do centro urbano.

Bacia Hidrográfica do Parnaíba

CONSTITUÍDO O GRUPO DE TRABALHO INCUMBIDO DE ESTUDA-LA — Foi constituído o grupo de trabalho incumbido de estudar a situação econômica da bacia hidrográfica do Parnaíba e de propor as medidas necessárias a seu desenvolvimento. O Sr. Presidente da República assinou, a respeito, o seguinte decreto:

"Considerando a situação de subdesenvolvimento em que se encontra a bacia hidrográfica do Parnaíba, nos estados do Piauí e do Maranhão.

Considerando que a valorização econômica daquela área é indispensável para corrigir o desequilíbrio que apresenta o desenvolvimento econômico do país;

Considerando que o Governo se acha empenhado em acelerar, por todos os meios, o desenvolvimento econômico do país, através de medidas e iniciativas que importem na valorização crescente e efetiva de todas as áreas que compõem o território nacional, decreta:

"Art. 1.º — Fica constituído junto ao Conselho de Desenvolvimento um grupo de trabalho incumbido de realizar os estudos necessários a acelerar o desenvolvimento econômico da região compreendida pela bacia hidrográfica do Parnaíba, nos estados do Piauí e do Maranhão.

Art. 2.º — Integrarão o grupo de trabalho de que trata o artigo anterior Ewaldo Correia Lima, como presidente, e, como membros João de Mesquita Lara, Aloísio Campos, Francisco de Savóia e Albuquerque, Ernesto do Melo Filho, Gilberto Canedo de Magalhães e Walter Sanchez.

Art. 3.º — Compete ao grupo de trabalho ora constituído proceder à análise da estrutura e do funcionamento da economia da região aludida no art. 1.º caracterizar os fatores contrários à ativação do processo de desenvolvimento econômico da área em apreço, bem como sugerir as medidas de ordem legislativa e administrativa necessárias à consecução do objetivo consignado neste decreto.

Art. 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Comissão do Vale do São Francisco

CENTENÁRIO DA VISITA DE D. PEDRO II AO VALE DO SÃO FRANCISCO — Vai ser celebrado condignamente o primeiro centenário da

visita do Imperador Dom Pedro II ao Baixo São Francisco e à cachoeira de Paulo Afonso, ocorrida entre os dias 13 e 25 de outubro de 1859, consoante os termos de uma lei votada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República.

Do programa de solenidades, que deverá ser elaborado pela Comissão do Vale do São Francisco, deverá constar a inauguração de um monumento ao monarca brasileiro, no local denominado "Limpo do Imperador" e manifestações de gratidão nas cidades visitadas pela comitiva imperial no Baixo São Francisco.

★

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Conselho Nacional de Estatística

EMPOSSADO O NOVO SECRETÁRIO-GERAL — Tomou posse do cargo de secretário-geral do Conselho Nacional de Estatística, o Sr. Luís de Abreu Moreira, alto funcionário do Instituto do Açúcar e do Alcool e que vinha desempenhando as funções de representante, junto àquele Conselho, dos órgãos filiados ao sistema estatístico brasileiro.

Ao empossar o novo titular do Conselho Nacional de Estatística, o Prof. Jurandir Pires Ferreira, presidente do IBGE, proferiu algumas palavras exaltando o significado e alcance da obra da instituição, ao mesmo tempo que salientou as responsabilidades que cabem ao secretário-geral do órgão coordenador das atividades estatísticas no país. Falou a seguir o Sr. Luís de Abreu Moreira, que manifestou o seu empenho em bem servir ao país, no cargo para o qual foi escolhido, dando continuidade ao esforço desenvolvido pelos seus antecessores, particularmente os Srs. M. A. Teixeira de Freitas (falecido), Rafael Xavier, Valdemar Lopes e Antônio Teixeira de Freitas.

O Sr. Ulisses Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados, presente ao ato, discursou manifestando a sua admiração pelos trabalhos que o IBGE realiza, em todos os recantos do país, com a articulação das três órbitas administrativas e a cooperação de técnicos de reconhecida competência.

Em seguida, no gabinete do secretário-geral, o Sr. Antônio Teixeira de Freitas transmitiu o cargo ao seu sucessor, na presença de diretores e chefes de serviço da repartição.

★

Junta Executiva Central

QUASE CONCLUÍDOS OS TRABALHOS DE DIVULGAÇÃO DO RECENSEAMENTO — Estão quase concluídos os trabalhos de divulgação dos resultados finais e definitivos do último recenseamento geral da República. Já foram distribuídos nada menos de 34 volumes, referentes aos vários censos realizados, com discriminação regional.

O assunto foi objeto de uma comunicação à Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística (IBGE) por parte do secretário-geral, Sr. Luís de Abreu Moreira. Verificou-se então que faltam poucos volumes para que se complete a série do Serviço Nacional de Recenseamento que, nesse terreno da divulgação, executou integralmente o plano previamente estabelecido, alcançando um recorde que obteve repercussão no âmbito internacional.

★

Conselho Nacional de Geografia

XVI SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL

Súmula das atividades dessa reunião

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO DIRETÓRIO CENTRAL E DA SECRETARIA-GERAL DO CNG NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A XV E A XVI SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA-GERAL — Realizou-se nesta capital, na segunda quinzena de agosto, a XVI sessão ordinária da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística, órgãos integrantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A instalação solene das duas assembleias fêz-se em cerimônia conjunta, presidida pelo Prof. Jurandir Pires Ferreira, presidente do IBGE, o qual em seu discurso, além de saudar os delegados federais e estaduais, enalteceu o papel que cabe aos técnicos brasileiros na organização nacional. Falaram, em seguida, os Srs. Murilo Castelo Branco e Nirceu da Cruz César, saudando as representações estaduais, em nome, respectivamente, das delegações federais do CNG e do CNE. Em agradecimento, discursaram pelos geógrafos o Sr. Carlos Büchele Júnior (Santa Catarina) e pelos estatísticos, o padre José Cupertino Concente (Pará).

DELEGAÇÕES

A Assembléia-Geral do CNG teve a seguinte composição:

MESA

Presidente do IBGE — Eng. Jurandir Pires Ferreira; Secretário-Geral do CNG — Eng. Fábio de Macedo Soares Guimarães; Secretário-Auxiliar — Prof. Nilo Bernardes.

DELEGAÇÃO FEDERAL

Min. da Aeronáutica — Brig.^o Antônio Azevedo de Castro Lima; Min. da Agricultura — Eng.^o Alberto Ribeiro Lamego; Min. da Educação e Cultura — Prof. Hilda O'Reilly Sternberg; Min. representante especial — Prof. Carlos Delgado de Carvalho; Min. da Fazenda — Eng.^o Murilo Castelo Branco; Min. da Guerra — Gen. Jacinto Dulcardo Moreira Lobato; Min. da Justiça — Dr. Eugênio Vilhena de Moraes; Min. da Marinha — Comte. Erico Bacelar da Costa Fernandes; Min. das Relações Exteriores — Cel. Francisco Fontoura de Azambuja; Min. representante especial — Ministro João Guimarães Rosa; Min. do Trabalho In. e Com. — Dr. Péricles de Melo Carvalho; Min. da Viação e Obras Públicas — Eng.^o Flávio Vieira; Prefeitura do Distrito Federal — Eng.^o Armando Marques Madeira; Cons. Nacional de Estatística — Eng.^o Moacir Malheiros Fernandes Silva; Território do Acre — Dr. Antônio Paulo Fonseca Gondim; Território do Amapá — Dr. Pauly Gentil Nunes; Território de Rondônia — Prof. José Bezerra Duarte; Território do Rio Branco — Prof. Alotisto Neves; Instituições culturais — Dr. Copérnico Pinto Coelho; Membro honorário — Cel. Renato Barbosa Rodrigues Pereira.

DELEGAÇÃO ESTADUAL

Alagoas — Dr. Mário de Vasconcelos Cavalcante; Bahia — Eng.^o Eusébio de Carvalho; Ceará — Eng.^o Wilson Távora Maia; Espírito Santo — Eng.^o Cícero Moraes; Goiás — Eng.^o Janus Gerulowicz; Maranhão — D. Maria José Sampaio Freitas; Mato Grosso — Dr. Altair Brandão; Minas Gerais — Eng.^o Otávio Pinto da

Silva; Pará — Prof. Ernesto Cruz; Paraíba — Dr. João da Cunha Vinagre; Pernambuco — Dr. Mário Carneiro do Rêgo Melo; Piauí — Dr. José Lopes dos Santos; Rio de Janeiro — Eng.º Luís de Sousa; Rio Grande do Norte — Dr. Américo de Oliveira Costa; Rio Grande do Sul — Dr. João de Moraes Pereira Filho; Santa Catarina — Dr. Carlos Búchele Júnior; São Paulo — Eng.º Valdemar Lejeune; Sergipe — Dr. Félte Bezerra.

★

PALESTRA DO SENADOR COIMBRA BUENO SOBRE A TRASFERÊNCIA DA CAPITAL

Sobre essa matéria de atualidade, o senador Coimbra Bueno, especialmente convidado, proferiu, numa das sessões da Assembléa, aplaudida conferência.

Conhecedor e estudioso do assunto, o senador Coimbra Bueno discorreu longamente, de improviso, sobre o problema, focalizando todos os seus aspectos e apresentando um esquema de tarefas para a construção da nova capital da República.

Terminada a palestra, o conferencista manifestou o desejo de que a matéria fosse debatida pela Assembléa. Coube ao general Dulcar do Moreira Lobato, representante do Exército, iniciar os debates, discorrendo, inicialmente, sobre contribuições que o Exército brasileiro vem dando à solução do problema. Citou, um a um, todos quantos integraram as várias Comissões especializadas, referentes ao assunto, enumerando suas respectivas contribuições científicas e técnicas. Nessa ordem de idéias mostrou o general Lobato que, apesar de já ter sido alcançada objetividade com os trabalhos da última Comissão (Marechal Pessoa), um conhecimento bem próximo da região, indicada e recomendada para nela ser localizada a nova capital, ainda não foi efetuado um levantamento rigoroso em base geodésica e estereofotogramétrica, que permita a confecção da carta topográfica de precisão que habilite a confecção de anteprojeto de detalhe.

O engenheiro Moacir Silva, representante da ala estatística, em apoio das idéias expostas pelo senador Coimbra Bueno, discorreu longamente sobre a matéria, fazendo, a propósito, um sucinto retrospecto histórico, citando o ponto de vista já adotado por Hipólito José da Costa, no seu *Correio Brasiliense*, que naquela época remota sugeria a transferência da nossa metrópole para o interior do país. Referiu-se, também, aos trabalhos da I Comissão em 1891, na qual tomaram parte entre outros o general Tasso Fragoso e o professor Henrique Morize. Recordou, igualmente, que se deve aos antigos deputados Lauro Müller e Belarmino de Mendonça a iniciativa do projeto da primeira via-férrea que ligaria a nova capital, citando mais os recentes trabalhos técnicos de Flávio Rodrigues e Lúcio de Sousa, a respeito do prolongamento do sistema dos transportes à região do Planalto Central.

A propósito da mesma matéria o professor Alberto Lamego informou que a Divisão de Geologia e Mineralogia de que é chefe, está planejando o levantamento geológico da zona da nova capital, a ser iniciado em 1957, visando, sobretudo, à localização de minérios ou de materiais da construção que possam ser utilizados nas obras urbanísticas, a serem executadas. Esse levantamento, adiantou aquele técnico, é a consequência natural da fôlha geológica de Goiânia que aquela Divisão está executando presentemente.

O professor Vilhena de Moraes declarou que ouviu com a maior atenção e respeito a exposição feita pelo senador Coimbra Bueno, não só

na sua qualidade de membro da Comissão presidida pelo ilustre marechal José Pessoa, mas ainda como diretor do Arquivo Nacional que guarda preciosas documentação referente à matéria, mas ainda, como filho do estado de Minas Gerais, cujo povo soube resolver o problema de transferência da capital daquela unidade federada, de modo satisfatório para a região e para o país.

O secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia e da Assembléa, professor Fábio de Macedo Soares Guimarães, ao agradecer as referências que o autor da comunicação, expendeu a respeito da sua sábia e destacada atuação como autor de estudo e de pronunciamento técnico sobre o marcante problema, prestou seu depoimento sobre autoridade do senador Coimbra Bueno no domínio da matéria trazida a debate, pondo em relevo a clareza e a objetividade das suas idéias e atitudes quanto à solução de problema como o que era debatido, asseverou que o seu comportamento nesse sentido bem reflete o seu elevado espírito público. Fez votos para que Sua Excelência continuasse a sua atuação nesse sentido que representava o desejo dos interessados no problema, sendo isso uma garantia do seu êxito. Ofereceu, a seguir, a cooperação do órgão geográfico, do IBGE naquilo que seja necessário e esteja dentro das suas atribuições, terminando por louvar a excelência dos estudos levados a efeito pela empresa Belcher na região escolhida para a nova capital encarecendo a publicação de tais estudos que representam contribuições de importância para melhor conhecimento da região.

★

TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA GERAL DO CNG

Como é de praxe, após a instalação solene, os trabalhos das duas assembléas decorreram separadamente.

Na reunião plenária inaugural do CNG, o Prof. Jurandir Pires Ferreira fez uma ampla exposição sobre os fins da mesma, pondo em relevo a sua importância nas diretrizes e resoluções a serem adotadas, visando ao maior desenvolvimento dos labores geográficos no país, a cargo do órgão especializado do sistema Igeano. Terminou por apresentar congratulações aos convencionais presentes pela oportunidade oferecida de um entendimento técnico e cordial, em benefício da geografia pátria.

O Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, fez a seguir, um substancioso relato das atividades realizadas pelo órgão geográfico, publicado em outra parte desta notícia. Ao término desse relatório, o Eng.º Luís de Sousa, representante do estado do Rio de Janeiro, e presidente ocasional da assembléa, propôs fossem registrados louvores pelo vulto, importância e excelência técnica das contribuições realizadas pelo CNG.

★

HOMENAGEM AO ESTRUTURADOR DO IBGE

Voltando a ocupar a atenção dos presentes o Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães recordou o recente desaparecimento do Dr. M. A. Teixeira de Freitas e Prof. José Veríssimo da Costa Pereira, aquele fundador e organizador do IBGE, este outro, geógrafo do Conselho e seu antigo secretário-assistente. Sobre ambos o Prof. Fábio M. S. Guimarães falou, destacando-lhe os méritos e terminando por propor

fôsse guardado, em memória dos mesmos, um minuto de silêncio, como homenagem àqueles saudosos companheiros. Ampliando a proposta referida o Eng.º Cícero de Moraes, depois de ter considerado a respeito da atuação de M. A. Teixeira de Freitas, não só na fundação da admirável instituição que é o IBGE, mas ainda na desinteressada e patriótica cooperação que prestou aquêle brasileiro ao estudo, desenvolvimento e solução de magnos problemas nacionais, sugeriu que os componentes das duas assembleias, comparecessem incorporados ao túmulo do saudoso homem público, o que foi feito.

☆

ÊXITO DO XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA

Esse congresso foi objeto de pronunciamento por parte da Assembléa.

O Prof. Carlos Delgado de Carvalho, ao dar o seu testemunho sobre a importância e o êxito do XVIII Congresso Internacional de Geografia e ao mencionar os seus meritorios resultados, com repercussão em todo o mundo, lembrou que a honra tocada ao Brasil teve como principal fator o Prof. Hilgard O'Reilly Sternberg, que organizou, de maneira modelar, o certame, permitindo fôsse ele o maior e o mais brilhante no gênero, levado a efeito no hemisfério sul. A proposta foi aprovada sob aplausos gerais.

Ao agradecer a homenagem que lhe foi feita, o Prof. Hilgard O'Reilly Sternberg citou um a um os nomes dos seus colaboradores bem como destacou a cooperação decisiva do Conselho Nacional de Geografia e seus técnicos, tendo à frente o seu secretário-geral Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães, que foi incansável na ajuda dispensada, tanto na organização quanto na realização do Congresso, cujos resultados científicos tanto beneficiaram a comunidade geográfica internacional e o Brasil em particular. Ao Diretorio Central e à Assembléa Geral, do CNG e Prof. Sternberg agradeceu, enaltecendo também o apoio dispensado por êsses dois órgãos deliberativos.

Seguiu-se com a palavra ainda sobre o assunto o Prof. Vilhena de Moraes, reportando-se também ao brilhantismo do XVIII Congresso Internacional de Geografia, dando ênfase especial ao soleníssimo Te-Deum oficiado pelo cardeal Dom Jaime Câmara, solenidade essa tão de acôrdo com as nossas profundas origens históricas e de todo o continente americano. Recordou o Prof. Vilhena de Moraes que Cristóvão Colombo, ao pisar as terras da América dobrou os joelhos e entouo um Te-Deum de gratidão. O Brasil, sob a inspiração de Joaquim Nabuco instituiu o dia de Ação de Graças, hoje universalmente adotado, e comemorado no mesmo dia em nossa pátria e em todo o mundo. Terminou o Prof. Vilhena de Moraes pedindo, sob aclamações, que se registasse um voto de profundo agradecimento, a sua eminência o cardeal Dom Jaime Câmara, bem como às dignas damas da respectiva Comissão.

O Prof. Büchelle Jr., ainda com referência ao alto nível profissional do Prof. Hilgard Sternberg, que é hoje personalidade de projeção internacional nos meios geográficos, salientou a sua reeleição para 1.º vice-presidente da União Geográfica Internacional.

☆

A MEMÓRIA DO PROP. J. VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA

Na oportunidade da última sessão plenária, realizou-se, na sala de reuniões da Assembléa,

a inauguração do retrato do Prof. José Veríssimo da Costa Pereira, falecido em 6-8-1955, e que foi geógrafo do Conselho Nacional de Geografia, onde exerceu as mais altas funções como chefe de Seção, secretário-assistente e secretário-geral. O ato contou com grande assistência composta de funcionários, membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros e da sua seção carioca e componentes da Assembléa.

Sobre a personalidade do homenageado discursaram os Srs. Antônio Galvão e Arnaldo Vieira Lima. Este lembrou os relevantes serviços que o geógrafo pranteado prestou ao Conselho e à geografia, ressaltou-lhe os méritos como homem e como geógrafo, dizendo, por fim, que José Veríssimo da Costa Pereira pelo seu devotamento e espírito público poderia ser apontado como exemplo ao funcionalismo do CNG.

ENCERRAMENTO

A solenidade de encerramento dos trabalhos das duas Assembléas Gerais, do CNE e do CNG, foi presidida pelo Prof. Jurandir Pires Ferreira.

Leram relatórios os srs. Antônio Teixeira de Freitas e Fábio de Macedo Soares Guimarães, secretários-gerais dos referidos órgãos, respectivamente, sobre as atividades das assembleias, com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar a obra do IBGE no campo técnico e cultural. Usaram da palavra o Sr. Altair Brandão e Dra. Celeste Ângela de Sousa Andrade, delegados de Mato Grosso no CNG e de São Paulo no CNE, respectivamente, apresentando as despedidas das representações regionais, e os Srs. Gal. Jacinto Dulcardo Moreira Lobato e Moacir Malheiros, representantes do Ministério da Guerra no C.N.G. e do Ministério da Viação, que transmitiram às delegações do Interior as palavras de adeus da bancada federal.

Por último, o Prof. Jurandir Pires Ferreira, discursou, encerrando a sessão.

☆

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO DIRETÓRIO CENTRAL E DA SECRETARIA GERAL DO CONSELHO NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A XV E A XVI SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL

"Cabe ao secretário-geral do Conselho o honroso encargo de trazer ao conhecimento da Assembléa, na forma do seu regimento, a atuação desenvolvida pelo Diretório Central e pela Secretaria-Geral, no período compreendido entre a sua XV sessão ordinária e a que ora se inicia.

Seguindo proveitosa tradição, este relato antecede aos circunstanciados relatórios das atividades e realizações dos órgãos regionais do Conselho, a serem apresentados pelos ilustres delegados presentes, os quais nos darão conta, em termos atuais e precisos, do movimento geográfico ocorrido no país, do ponto de vista técnico, cultural e administrativo, possibilitando o planejamento de novos trabalhos e indicação de medidas tendentes à expansão da geografia.

Diretório Central — Durante o intervalo de julho de 1955 a esta parte, o Diretório Central, investido regimentalmente da competência de deliberar sobre questões técnicas e administrativas relacionadas com as atividades do Conselho, *ad referendam* da Assembléa, empenhou-se na solução adequada dos assuntos que lhe foram levados à consideração, aprovando no período em referência, em suas 15 reuniões ordinárias e 14 extraordinárias realizadas, 16 resoluções numeradas de 504 a 520,

além de várias indicações e votos de congratulações e de pesar. Dentre as resoluções aprovadas cumpre distinguir as de números:

- 507 — que dispõe sobre a designação do pessoal administrativo da Secretaria-Geral do Conselho para a Secretaria da Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia.
- 510 — que cria a Secção de Atlas — Ilustrações na Divisão de Geografia da Secretaria Geral, com a incumbência de elaborar e manter atualizado o atlas do Brasil e executar mapas especiais e ilustrações geográficas em geral.
- 515 — que fixa o orçamento do Conselho para 1956.
- 516 — que dispõe sobre bolsas de estudo para o curso de férias de 1956.
- 517 — que reestrutura os quadros do pessoal do Conselho.
- 524 — que promove o adiantamento da realização da sessão ordinária da Assembléa Geral do corrente ano.
- 526 — que fixa a divisão regional do estado do Rio Grande do Sul.
- 527 — que facilita a adosão dos servidores do Conselho ao XVIII Congresso Internacional de Geografia.
- 528 — que dá apoio à realização da Reunião da Comissão de Geografia do IPGH.

Durante o interregno da Assembléa passada e a presente registaram-se as seguintes substituições na composição daquele órgão deliberativo: em 25 de novembro de 1955 em decorrência da sua nomeação para presidente do IBGE, assume a presidência do Diretório o ministro José Carlos de Macedo Soares, em substituição ao Dr. Elmano Cardim, e a 8 de maio de 1956 o transmitiu ao professor Jurandir Pires Ferreira, igualmente nomeado pelo Exm.º Sr. Presidente da República para a presidência do Instituto; em 20 de setembro de 1955 foi empossado o Cel. Francisco Fontoura de Azambuja, em substituição ao Cel. Renato Barbosa Rodrigues Pereira, delegado técnico do Ministério das Relações Exteriores; em 2 de maio de 1956 o Comte. Hélio Ramos de Azevedo Leite, suplente do delegado técnico do Ministério da Marinha, é substituído pelo Comte. Erico Baezlar da Costa Fernandes.

As Comissões Regimentais do Diretório Central, para o ano de 1956, foram eleitas na primeira sessão do ano, do Diretório, realizada em 13 de janeiro e passaram a ter a seguinte composição:

Comissão de Legislação — Delegado do Ministério da Guerra — Gen. Jacinto Dulcardo Moreira Lobato; delegado do Ministério da Viação — Eng.º Flávio Vieira; representante do Conselho Nacional de Estatística — Eng.º Moacir Malheiros Fernandes Silva. *Comissão de Orçamento* — Delegado do Ministério da Fazenda — Dr. Murilo Castelo Branco; delegado do Ministério da Marinha — Comte. Hélio Ramos de Azevedo Leite; delegado do Ministério da Agricultura — Eng.º Alberto Hedefonso Eriksen; *Comissão de Redação* — Delegado do Ministério da Aeronáutica — Brig. Antônio Azevedo de Castro Lima; delegado do Ministério do Trabalho — Dr. Péricles Melo Carvalho e o secretário geral do ano, Eng.º Flávio de Macedo Soares Guimarães, (membro nato dessa Comissão).

Comissão de Legislação — Na sua primeira reunião, a Comissão reeleger o general Jacinto Dulcardo Moreira Lobato para seu presidente, e no período de julho de 1955 a junho de 1956,

realizou dezesseis reuniões, tendo emitido parecer em quatorze (14) projetos de resolução e dois (2) em processos, tendo ainda apresentado quatro substitutivos a projetos que lhe foram encaminhados pelo plenário do Diretório Central;

Comissão de Orçamento — Na sua primeira reunião, a Comissão elegeu o Eng.º Murilo Castelo Branco para seu presidente, e num total de treze (13) reuniões, emitiu parecer em seis projetos de resolução e seis (6) em processos, tendo ainda apresentado dois substitutivos a projetos que lhe foram encaminhados pelo plenário do Diretório, e dado oito (8) autorizações de pagamento em processos.

Comissão de Redação — Na sua primeira reunião, foi reeleito seu presidente o Brig. Antônio Azevedo de Castro Lima, e no período de julho de 1955 a julho de 1956, levou a termo cinco (5) reuniões, tendo emitido parecer em cinco (5) projetos de resolução e apresentado um substitutivo.

Comissão Conjunta de Reestruturação — Constituído pelos membros das Comissões de Legislação e de Orçamento reuniu-se esta Comissão para o fim especial de estudar a reestruturação do funcionalismo do Conselho em colaboração com a Secretaria-Geral, resultando desses estudos o projeto que foi convertido na resolução n.º 517, do Diretório Central.

Em prosseguimento à proveitosa inclinação de dar ao Diretório pormenorizada ciência dos trabalhos de maior interesse levados a termo pela Secretaria-Geral do Conselho, foram feitas as seguintes comunicações:

"Atividades Geodésicas da Secção de Nivelamentos", pelo Eng.º Honório Bezerra; "Atividades da Secção de Triangulação", pelo Eng.º Dalmi A. Alvares Rodrigues Pereira; a Prof.ª Eloisa de Carvalho fez uma comunicação a respeito dos entendimentos havidos com os representantes dos estados de Pernambuco e Paraíba, sobre a divisão regional dos referidos estados; e a Prof.ª Dora Romariz discorreu sobre os entendimentos referentes, à divisão regional do Rio Grande do Sul, feitos com os representantes do respectivo estado.

Enfeixando as informações referentes às atividades do Diretório Central, merece registro a sessão extraordinária realizada a 6 de março de 1956, dedicada a homenagem póstuma ao Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, cujo falecimento enlutou todo o país e, em especial, a família ibgeana, que graças ao seu ideal realizador esteve sempre unida, em torno dele, em benefício do Brasil.

Órgãos consultivos — As Comissões Regimentais são os órgãos que se reúnem, quando necessário, por convocação do secretário-geral para secundá-lo no estudo de determinados problemas técnicos ou administrativos, opinando e orientando-o quanto às deliberações a se tomar. Nenhuma modificação houve quanto à constituição das mesmas, que ainda é a seguinte:

a) *Comissão de Cartografia*: Secretário-geral, diretor da Divisão de Cartografia, Ten. Cel. Luís Eugênio de Freitas Abreu, capitão-de-fragata Hélio Ramos de Azevedo e capitão-aviador Odair Fernandes de Aguiar.

b) *Comissão de Geografia*: Secretário-geral, diretor da Divisão de Geografia, Prof. Carlos Delgado de Carvalho, Prof. Hilgard O'Reilly Sternberg e major Rui Alencar Nogueira.

c) *Comissão de Difusão Cultural*: Secretário-geral, diretor da Divisão Cultural, Dr. Sil-

vio Fróis Abreu, desembargador José Moreira Brandão Castelo Branco e Dr. José Carlos Junqueira Schmidt.

d) *Comissão Diretora*: Secretário-geral, secretário-assistente e diretores de Divisão.

Destas Comissões regimentais, a que desenvolveu maior atividade foi a de Difusão Cultural. Nas quatorze (14) reuniões que realizou, ela apreciou e opinou sobre a matéria destinada aos periódicos — *Revista Brasileira de Geografia* e *Boletim Geográfico* — e estudou cuidadosamente a programação de cada um deles. Faleceu o seu membro Gen. José de Lima Figueiredo.

Não tendo surgido questões que tornassem necessária uma convocação, deixaram de se reunir as Comissões de Cartografia e de Geografia.

Outro órgão consultivo é a Comissão de Promoções que desempenhou normalmente suas tarefas.

SECRETARIA GERAL — Órgão executivo central do Conselho a Secretaria Geral, no período de que trata o presente relato, empenhou-se no prosseguimento das atividades de sua competência, envolvendo encargos e tarefas de natureza geográfica, cartográfica, cultural e administrativa.

Divisão de Geografia — Na transcurso de julho de 1955 a julho próximo passado, dentre as atividades da Divisão de Geografia, duas se destacaram sobre as demais, absorvendo grande parcela dos esforços da Divisão: a elaboração em regime de trabalho intensivo, do Atlas Escolar e a colaboração com a Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Iniciado em fins de 1954 a elaboração do Atlas coube ao Conselho, mediante convênio firmado com o Departamento Nacional de Educação (DNE) do Ministério da Educação e Cultura, constituindo como já foi referido acima um dos pontos altos das atividades da Divisão de Geografia. Num total de 55 páginas de mapas, o Atlas do Brasil e do mundo, terá uma tiragem de 100 000 exemplares, estando todo ele, no momento, no prelo, devendo dentro em breve, ser dado a público. Sendo considerado uma das principais tarefas em que se empenhou a Divisão, no decurso de que se dá notícia, nela colaboraram todas as suas seções. Valeu-se a Divisão ainda, da cooperação ativa e desinteressada do Prof. Carlos Delgado de Carvalho que se dedicou a orientar a execução dos mapas dos continentes e oceanos e mapas políticos dos países; cabendo ao Prof. Antenor Nascentes orientar os serviços de nomenclatura, revendo a grafia em português dos topônimos estrangeiros. O novo Atlas, cuja edição foi planejada e executada em tempo recorde, pouco mais de doze meses, compõe-se de 56 mapas de todos os países, dos quais 26 sobre o Brasil, retratando estes os principais aspectos geográficos e cartográficos do nosso território. Obedecendo ao que há de mais recomendável em modernas obras congêneres, focalizando os aspectos físicos, humanos e econômicos de vários países, e dando o necessário realce às principais potências modernas, é o Atlas Geográfico Escolar uma obra que facilitará aos nossos estudantes de geografia um maior e melhor conhecimento daquela matéria, em condições mais favoráveis, face ao baixo preço em que será lançado.

O Conselho Nacional de Geografia, que foi representado na assinatura do convênio pelo seu secretário-geral, Eng.º Fábio de Macedo Soares Guimarães, elaborou os originais do Atlas, desde a compilação do material até a preparação dos negativos, tendo-se o Departamento Nacional de Educação encarregado de sua edição

O maior acontecimento da ciência geográfica brasileira foi, todavia, sem dúvida alguma, a realização no Brasil do XVIII Congresso Internacional de Geografia, para cujo êxito muito contribuiu o Conselho e, em particular, a Divisão de Geografia deste órgão em decorrência de resoluções da Assembléia Geral e do Diretorio. A ela coube a realização da exposição do certame, além da apresentação de contribuições científicas avulsas, participando também os geógrafos do Conselho dos trabalhos das Comissões do Congresso.

Efetuada todas as excursões essenciais para o preparo dos guias para o Congresso coube à Divisão de Geografia, através de suas seções regionais o encargo de cinco grandes excursões, a saber: à zona metalúrgica de Minas Gerais e vale do rio Doce, sob a responsabilidade do chefe da Seção Regional Leste; à planície litorânea e zona canavieira de Campos, a cargo do chefe da Seção de Estudos Sistemáticos; à Bahia, confiada ao chefe da Seção Regional Sul; à Amazônia, entregue ao titular da Seção Norte e finalmente, ao plano meridional, sob a chefia do diretor da Divisão.

Além dessas duas primordiais tarefas levadas a termo com pleno êxito pela Divisão de Geografia, ocupou-se também esta unidade de serviço do estudo sobre a geografia das indústrias, tendo em vista o surto industrial que vem experimentando o Brasil, desde a deflagração da 2.ª guerra mundial, e considerando, de resto, a necessidade que sentem os geógrafos de estabelecer os princípios teóricos que fundamentam este novo ramo da Geografia, assim como a conseqüente falta de uma obra de síntese sobre a Geografia Industrial do Brasil. Contando com a orientação de experimentado especialista alemão, o Prof. Kurt Huock, está a Divisão de Geografia elaborando um mapa fitogeográfico do Brasil. Os trabalhos em referência foram iniciados pelo estado do Rio de Janeiro, utilizando-se uma base cartográfica na escala de 1:400 000, estando presentemente concluídas duas folhas na mencionada escala. Outros trabalhos geográficos foram, igualmente, iniciados pela Divisão de Geografia, merecendo registro os seguintes: 1) estudos de Hidrografia do Brasil — preparados os gráficos de descargas e realizada a pesquisa bibliográfica, texto a ser elaborado; 2) estudos das condições geográficas da evolução da indústria têxtil no Distrito Federal; 3) estudo sobre a produção do algodão no nordeste; 4) expansão do povoamento no estado do Rio de Janeiro; 5) estudo morfológico do litoral brasileiro, para a região de Cabo Frio. No que se refere aos trabalhos de cálculo realizados pela Divisão de Geografia, cabe informar que foram efetuadas as medições das áreas distritais para os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, São Paulo e Goiás. Além desses cálculos foi feita a atualização das áreas municipais vigentes a partir de 1954 para os estados do Pará, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás; bem como foi dado prosseguimento à organização de um fichário dos municípios.

Trabalhos cartográficos — No setor cartográfico, a Secretaria-Geral deu continuidade aos trabalhos técnicos e de gabinete objetivando todos, em especial, à carta geral do Brasil. Assim no que diz respeito ao trabalhos de triangulação, durante o período da Assembléia passada e a presente, foram reconhecidos 88 vértices; triangulados 55; pontos fixados por intersecção 31; torres montadas 27; painques construídos 12; áreas construídas 352; extensão reconhecida 682 km; extensão triangulada 416 km; área reconhecida 12 910 km²; área trian-

gulada inscrita 8 515 km². Localização dos trabalhos: Reconhecimento — Setor A — paralelo de 28° do trecho compreendido entre o meridiano de 33° 30' e a fronteira brasileiro-argentina. Início de reconhecimento da cadeia da costa leste no trecho compreendido entre Distrito Federal e Macaé; Setor B — Cadeia do paralelo de 18° 30' do trecho compreendido entre o rio São Francisco (meridiano de mais 45° 20' e o meridiano de mais 41°). Medição angular: cadeia do arco de meridiano de mais 31° no trecho compreendido entre a cadeia transcontinental e a base de Tibaji (paralelo de 24° 30').

Os trabalhos de nivelamento foram os seguintes: quilômetros aproveitados 2 769,39; quilômetros repetidos 81,50; quilômetros verificados 115,76; referências de nível estabelecidas: princípios 1 002, segurança 806 e diversas 343.

Os serviços de levantamentos mistos estiveram circunscritos ao estado do Rio de Janeiro, sendo os que se seguem os dados dos trabalhos realizados: Caminhamento taquimétrico: 2 191,7 km; caminhamento expedito 4 846,8 km; pontos de altitude taquimétricos, 7 196; pontos de altitude expeditos; 3 776 coordenadas geográficas, 51. Para apoio do levantamento aerofotogramétrico do estado do Rio foram feitos mais os seguintes trabalhos: bases medidas 9 números, comprimento total de . . . 51 739,50 metros; pontos de altitude barométrica do precisão, 637; a área recoberta com os caminhamentos acima elevou-se a 79 320 km².

No que se refere a bases são essas as informações a serem prestadas: bases: Santo Anastácio 11,5 km; Avai 13,0 km; Tibaji — 6,9 km; Matos Costa 6,5 km; Lajes — 6,5 km; total — 44,4 km. Pontos de Laplace: Quintana, Santo Anastácio, Serrinha, Janelinha, Observatório, São Paulo, São Roque, São Mourão, Tigre, Tibaji (em andamento). Observação: azimute recíproco em Santo Anastácio — Total — 9 pontos. Gravimetria: transporte de cota para pontos de coordenadas geográficas — total 44 pontos no estado de São Paulo.

Relativamente aos trabalhos de gabinete estiveram em andamento na Divisão de Cartografia os trabalhos de 16 folhas da carta na escala 1:500 000, havendo sido também remediadas 10 outras, na mesma escala para o Serviço Gráfico, a fim de serem impressas. Na escala de 1:250 000 estiveram em execução 22 folhas.

Trabalhos culturais — No plano das iniciativas e realizações de natureza cultural, no período decorrido entre a última Assembléa e a que ora se realiza, a Divisão Cultural no âmbito de suas amplas atribuições, tomou parte no planejamento do Atlas Geográfico; elaborou a biografia e a síntese bibliográfica do professor Everardo Backheuser, já publicada, na *Revista Brasileira de Geografia* — Ano XVIII — Janeiro—março de 1955 n.º 1; prosseguiu na elaboração do vocabulário do D. Federal para o qual foram dactilografadas 689 fichas e fez a revisão de apostilas de aulas para serem publicadas no *Boletim Geográfico* e no *Anuário*. O Curso de Informações Geográficas para julho de 1955, não se realizou por ordem superior, tendo sido unicamente planejado. O Curso de Férias para Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Secundário realizou-se de acordo com o plano organizado pela chefia da Seção de Divulgação Cultural e teve início dia 2 de janeiro. As aulas funcionaram de 5 de janeiro a 3 de fevereiro, sendo as duas primeiras de revisão de conteúdo (Geografia) e a última hora reservada a seminários e conferências. Inscreveram-se 33 alunos, sendo 23 do D. Federal e 9 dos estados (2 da Bahia, 1 do Espírito Santo, 1 do Piauí, 3 do Rio de Janeiro, 1 do Rio Grande do Sul, 1 de São Paulo e 1 do

território do Acre). Foram contemplados com "bolsas de estudos" no valor de Cr\$ 3 900,00 (três mil e quinhentos cruzeiros), concedidas pelo CNG de acordo com a resolução n.º 516 de 27 de dezembro de 1955, sete alunos. Foram dadas um total de 45 aulas de revisão de conteúdo distribuídas na seguinte ordem: Metodologia de Geografia — 3 aulas; Geografia Física — 10 aulas; Geografia Humana — 14 aulas; Geografia do Brasil 6 aulas; Biogeografia — 6 aulas e Cartografia — 6 aulas. Além das aulas, foram realizados seminários e conferências sobre assuntos sugeridos pelos alunos na primeira semana de aula: a) Seminários: 1) O Plano Rodoviário Nacional, a cargo do Prof. Moacir M. F. Silva. 2) As Diferentes Classificações de Climas Aplicados ao Brasil, a cargo do Prof. J.O. Junqueira Schmidt. b) Conferências: 1) Problemas Geográficos na Baixada Fluminense, pelo Prof. P. Geiger. 2) Imigração no Brasil — Prof. José Fernando Carneiro. 3) Aspectos Geográficos da Amazônia — Prof. Lúcio de Castro Soares. 4) Combustíveis e Fontes de Energia — Prof. Sílvio Fróis Abreu. As aulas de Fundamentação Pedagógica foram em número de 10; Biologia Educacional — 10 aulas; Filosofia da Educação — 10 aulas.

Durante o curso foram efetivadas diversas visitas; realizando-se ainda uma excursão de estudos a Vassouras, orientada pelo Prof. Antônio Teixeira Guerra.

As provas compareceram 16 alunos, sendo aprovados 15 deles.

A Divisão Cultural, além dos trabalhos já referidos, prestou sua colaboração à Comissão de Exposição Cartográfica do XVIII Congresso Internacional, prosseguiu na inscrição de interessados no "Cadastro de Professores e Alunos", atualizando as já existentes, tendo inclusive feito a inscrição no "Cadastro de Alunos", de 136 matriculados no Curso de Geografia para oficiais do Curso de Admissão à Escola de Comando e Estado Maior do Exército; fez a revisão geral e a atualização do fichário referente aos trabalhos publicados no *Boletim Geográfico* e na *Revista Brasileira de Geografia*, até os últimos números publicados. A Divisão Cultural, ainda, planejou e executou três tertúlias geográficas: a 1.ª que se realizou a 6 de julho de 1955, pelo Dr. Mário da Silva Pinto, que dissertou sobre "A Situação dos Problemas de Combustíveis no Brasil", a 2.ª realizada a 26 de outubro de 1955, tendo falado o Dr. Luciano Jacques de Moraes acerca da "Importância Geográfica dos Minerais Estratégicos"; finalmente a 3.ª, realizada a 15 de dezembro pelo Dr. José Junqueira Schmidt sobre "Clima e Produção no Brasil". Após as tertúlias seguiram-se os respectivos debates.

Dentro de suas finalidades culturais a Divisão fez pesquisas e revisão de trabalhos sobre congressos internacionais e conferências de Geografia, realizadas até hoje no Brasil e no estrangeiro.

O Museu atualizou as estatísticas de: Produção mineral: Cromo, Ferro, Manganês, Ouro, Amianto, Sal, Zircônio, Bauxita. Produção vegetal: Cana-de-Açúcar, Cocco-da-Bahia, Babaçu, Cera de Carnaúba, Erva-Mate, Guaraná, Algodão, Café, Borracha, Castanha-do-Pará e elaborou mapas atualizados da produção mineral e vegetal.

No Setor da divulgação foram dados a lume as seguintes publicações:

Trabalhos administrativos — Na esfera administrativa, vale assinalar, de início, os estudos que antecederam à reestruturação dos quadros do pessoal do Conselho, determinada pela resolução n.º 442 de 12 de julho de 1954, da Assembléa Geral, bem como em atendimento às disposições contidas na resolução 478, de 17 de agosto de 1954 do Di-

retório Central. Adotando novo critério para a lotação das carreiras e, conseqüentemente, considerando a necessidade de estabelecer nova regulamentação do sistema de promoções dos servidores do Conselho, a exemplo do que tem sido feito no Conselho Nacional de Estatística, foi, a final aprovada sobre o assunto pelo Diretório Central, a resolução n.º 517, de 25 de janeiro de 1956.

Com a aprovação da lei que concedeu aumento ao funcionalismo da União, extensivo ao pessoal do Instituto, estêve a administração do Conselho em permanente contacto com o DASP, a fim de que, na conformidade do disposto no artigo da citada lei, ficasse organizado o quadro do Conselho. Não tendo sido superadas, em tempo hábil, as correções que, segundo entendimento do DASP, deveriam ser efetivadas, foram aprovados os quadros do Conselho, por decreto do Exm.º Sr. Presidente da República, ficando concedido um prazo de 60 dias para a revisão desses quadros, para aprovação em definitivo, estando presentemente em curso, com a assistência daquele órgão da administração pública, os estudos destinados a corrigir e enquadrar, no que couber dentro das normas gerais disciplinadas, a reestruturação, efetivada. A situação econômica e financeira do Conselho, ou seja a sua execução orçamentária no exercício de 1955, na forma das disposições regulamentares será objeto de apreciação da Assembléia na oportunidade em que tomar conhecimento do parecer da sua Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, encarregada do minucioso exame das contas deste Conselho.

Atividades gerais — A Secretaria Geral fez-se representar pelo diretor da sua Divisão de Administração na Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros realizada em Garanhuns, Pernambuco, em meados de julho, permitindo também a ida dos geógrafos que manifestaram desejo de participar dos trabalhos da Assembléia. Ao ensejo da inauguração oficial da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Scarpa, foi organizada, pelos professores de Geografia dessa Faculdade, a I Semana de Estudos Geográficos para o qual foi solicitada a participação do Conselho. Representando oficialmente esta instituição, tomou parte ativa nos trabalhos o secretário-assistente, tendo sido igualmente permitida a ida dos geógrafos que o desejaram. Materialmente a contribuição do Conselho consistiu em uma exposição de fotografias abrangendo diversas cenas características das grandes regiões do Brasil.

De 25 de julho a 6 de agosto foram levados a efeito, na Cidade do México, a VI Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, a IV Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, a VII Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Cartografia, bem como a III Reunião Pan-Americana de Consulta sobre História. Na qualidade de representante do Brasil junto à Comissão de Geografia do IPGH, o secretário-geral integrou a delegação brasileira. Esta delegação contou, ainda, com a participação, entre outros, de um representante do Diretório Central, cuja escolha recaiu no ilustre suplente do representante do Ministério da Guerra, do diretor da Divisão de Cartografia, na qualidade de representante do Brasil junto à Comissão de Cartografia, do IPGH e do diretor da Divisão Cultural, na qualidade de representante do Brasil junto à Comissão de História do mesmo Instituto.

Por ocasião da IV Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, o secretário-geral do Conselho foi eleito, pelos representantes dos

demais países americanos, presidente da Comissão de Geografia. Não somente o Brasil foi distinguido, deste modo, pela escolha, em terceira vez consecutiva, para abrigar a Comissão, mas o Conselho foi particularmente honrado por ter sido este um gesto de acatamento à sua obra técnica e cultural no campo da geografia, e de reconhecimento ao amparo decidido que deu à Comissão, mormente em seus primeiros tempos.

Tem sido preocupação constante desta Secretaria-Geral a colaboração com outros órgãos, sejam federais, ministeriais ou não, sejam estaduais ou até mesmo instituições privadas. Sempre que solicitado o Conselho, através de suas divisões técnicas, tem executado tarefas de maior ou menor vulto, via de regra mediante o estabelecimento de convênios específicos.

Atingindo seus objetivos finais como já foi dito, estão terminados os trabalhos do Atlas Escolar encomendado pelo Ministério da Educação e Cultura. Acha-se em estudo um convênio a ser firmado com o Ministério da Aeronáutica para a confecção da carta aeronáutica do Brasil. Apenas o grande acúmulo de serviços cartográficos de gabinete tem retardado a efetivação deste convênio, o que se espera conseguir para o ano de 1956.

Modalidade muito comum de colaboração que o Conselho tem prestado é a cessão de técnicos para realizar trabalhos em outras instituições, tal como, por exemplo, tem sido dispensado ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Nesse sentido, mais expressiva é a preocupação em se atender a solicitação de Diretórios Regionais que funcionam junto a serviços geográficos estaduais. Um geógrafo da Divisão de Geografia foi, mediante requisição, cedido ao Diretório Regional de Geografia do Estado de Santa Catarina e a colaboração que se iniciou já apresenta resultados positivos. Este modo de cooperação, que há muitos anos fôra estabelecido com o Diretório Regional do Rio Grande do Sul, e que se deseja ver repetido com outros estados, é considerado, pela Secretaria-Geral, extremamente proveitoso para a difusão das técnicas em prática nas suas divisões.

Por outro lado, a Secretaria-Geral, através da sua competente unidade de serviço — a Secretaria dos Órgãos Regionais e Entidades Filiais — vem executando o controle de todos os assuntos referentes a tais organismos. Assim é que visando a interessar e estimular os Diretórios Regionais passou a editar um *Boletim Informativo*, visando a uma melhor articulação das atividades geográficas, noticiando as iniciativas e o andamento dos trabalhos em cada um dos órgãos regionais.

Lamentavelmente, porém, não veio ter a este Conselho nenhuma informação destinada a divulgar o último *Boletim* saído referiu-se a maio-agosto do ano passado. De resto, verifica-se que esses órgãos regionais na sua maior parte não estão estruturados de modo a atingir seus objetivos. Entretanto o problema não é apenas questão de uma nova estruturação ou recomposição. Tal medida poderia acarretar resultados duradouros se o órgão deliberativo local tivesse apoio em um órgão executivo do desenvolvimento de órgãos geográficos executivos estaduais que será proveitosa qualquer ação estimulante do Conselho. Confiando missões específicas aos Diretórios Regionais, como já tem deliberado a Assembléia Geral, é que talvez se possa fazer sentir melhor as autoridades locais a necessidade da criação de órgãos geográficos nas unidades federadas que não o possuem ainda.

Inequivoca demonstração de que muitos Diretórios Regionais não estão perfeitamente integrados em suas finalidades é o número re-

lativamente grande dos que têm deixado de apresentar plano de trabalho e de reclamar o auxílio anual instituído pela resolução n.º 424 da Assembléa Geral. Em 1955, quando foi bem maior a proporção dos que se manifestaram, nove (9) foram omissos quanto à solicitação referida.

Finalizando este relato manifesta esta Secretaria-Geral a convicção de que esta Assembléa Geral, à semelhança do seu tradicional trabalho realizador, saberá traçar as diretrizes que deverão orientar as atividades do Conselho, bem como determinar todas as providências úteis ao aperfeiçoamento dos serviços geográficos no país.

DIRETÓRIO CENTRAL

REEDIÇÃO DAS OBRAS DO ENGENHEIRO ALBERTO LAMEGO — O Diretório Central aprovou uma indicação, pela qual formula aplausos à Companhia Editora Nacional pela decisão de reeditar as obras do Eng.º Alberto Ribeiro Lamego, intituladas: *O Homem e a Serra. O Homem e o Brejo e o Homem e Restinga e O Homem e a Guanabara*.

SECRETARIA-GERAL

TERTÚLIA GEOGRÁFICA SOBRE A BACIA DO RIO PARANAIBA — O Conselho Nacional de Geografia promoveu recentemente mais uma tertúlia geográfica para estudar e debater o tema "A bacia do rio Paranaíba".

Ao Prof. Boris Braznikov, cientista de conceito mundial e autor do mapa geológico do Espírito Santo, coube discorrer sobre o assunto. Após a conferência houve debates, dos quais participaram vários técnicos e estudiosos, especialmente convidados.

★

Instituto Nacional de Imigração e Colonização

QUASE CINCO MILHÕES DE IMIGRANTES JÁ RECEBEU O BRASIL — Tendo recebido em cerca de setenta anos de imigração controlada, 4,5 milhões de imigrantes, o Brasil apresenta uma série de curiosidades nesse assunto. A primeira que deve ser levada em consideração é a que diz respeito à origem do imigrante, pois 75% do total acima citado é de ascendência latina, restringindo-se apenas a três nacionalidades: — italiana, portuguesa e espanhola, que, juntos, vão a quase 3,5 milhões, no período de 1884 a 1954.

O maior contingente humano imigratório enviado para o Brasil é o italiano, que soma 1 487 867 pessoas. O fluxo imigratório para o Brasil, declinou durante a II Guerra Mundial, sendo o ano crítico o de 1943, quando desembarcaram no Brasil somente 1 308 imigrantes, dos quais 146 portugueses, nove espanhóis, dois alemães, um italiano e mil cento e cinquenta de outras nacionalidades.

★

Conferência Nacional de Imigração e Colonização

Está decidido que o IV Congresso Nacional de Municípios, promovido pela Associação Brasileira de Municípios, se realizará no Distrito Federal, entre 27 de abril e 5 de maio do ano próximo.

Simultaneamente, de acordo com entendimentos do Instituto Nacional de Imigração e Colonização com os dirigentes da Associação Brasileira de Municípios, ficou acertada a rea-

lização de uma conferência de âmbito nacional que se destina a debater os problemas mais importantes ligados ao binômio: — imigração-colonização, juntamente com os do Congresso Nacional dos Municípios.

A simultaneidade dos congressos é oportuna, visando à maior aproximação e entendimento entre os congressistas, para a imediata e permanente ação do INIC na solução de velhos problemas nacionais, como a recuperação de terras públicas estaduais e municipais e a colocação de imigrantes especializados nas indústrias e artesanatos do interior.

TEMÁRIO

É o seguinte o temário elaborado pelo INIC: Setor de Colonização: 1) Terras públicas colonizáveis e agricultáveis na periferia de cidades populosas e em regiões propícias; 2) Interesse de empresas privadas de colonização na imigração e na recuperação e desenvolvimento de colônias agrícolas; 3) cooperativismo em função da colonização; 4) aplicação municipal da percentagem do imposto de renda, de que trata o § 4.º do n.º IV, do artigo 15, da Constituição Federal, visando ao fomento da produção agro-pastoril; 5) Constituição de uma rede de companhias de economia mista de colonização, com capital oficial e particular.

Setor de Imigração: 1) — Facilidades alfandegárias ao imigrante agricultor, proprietário de gleba rural no país, para desembarcar acompanhado de maquinaria e implementos agrícolas, quando destinados exclusivamente às suas colônias ou granjas; 2) cadastro de mão-de-obra especializada, a ser elaborado pelo parque industrial dos estados e municípios; 3) exame de "contrato-tipo" de trabalhador rural, nacional ou estrangeiro; 4) aperfeiçoamento do sistema de trabalho agrícola em parceria ou meação; 5) serviço social rural, visando à assistência ao imigrante nordestino e à educação e assimilação do imigrante.

★

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

PROJETADA RODOVIA PARA A NOVA CAPITAL DO PAÍS — APROVADA A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTRO DA VIAÇÃO — A futura capital do Brasil, localizada no planalto goiano, contará com uma importante estrada federal. Segundo estudos realizados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o acesso rodoviário mais conveniente ao sítio da futura capital se fará através da Rodovia Transbrasiliana, BR-14, que é conhecida como a espinha dorsal do Plano Rodoviário Nacional.

A Rodovia Transbrasiliana passa a uma distância tal do local escolhido para a nova capital do país, que permitirá o estabelecimento de um ramal para esse sítio em ótimas condições, aproveitando-se um terreno praticamente plano em um chapadão, que atinge essa rodovia em seu quilômetro 74, a partir de Anápolis, em frente à serra de Mombaça.

A importante Rodovia Transbrasiliana tem um ramal de apenas 115 quilômetros (a partir de Anápolis), que se estenderia por um divisor que separa as bacias do Prata e do Amazonas, chegando à cidade de Brasília, na estrada Corumbá-Planaltina, após um percurso de 80 quilômetros, seguindo a rodovia existente, através de um chapadão de boas condições técnicas, até alcançar, 35 quilômetros além de Brasília, a nova capital do país.

Merceu despacho favorável do senhor presidente da República a exposição de motivos do Ministério da Viação e Obras Públicas, enca-

minhando solicitação do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, no sentido de ser liberada a verba de cinco milhões de cruzeiros para estudos diversos e projetos de extensão de um trecho da Estrada de Ferro de Goiás, do ponto mais conveniente de sua linha, ao novo Distrito Federal.

Com a realização dos estudos e projetos relativos ao ramal ferroviário que deverá ligar a E. F. de Goiás ao sítio da futura capital, ainda no corrente ano, já em 1957 poderão ser

iniciados os trabalhos de construção, com os recursos que forem consignados especialmente para esse fim.

Ainda na mesma exposição de motivos, o senhor presidente da República autorizou a liberação de verbas para prosseguimento da construção da ligação ferroviária Feira de Sant'Ana-Irará-Água Fria-Alagoinhas na Bahia, e dos trechos Barro Preto-Monte Alegre, na ligação Joaquim Murinho-Campo Mourão e Apucarana-Ponta Grossa, no estado do Paraná.

*

Certames

ECOS DO CONGRESSO DE GEOGRAFIA — Sob este título, escreveu o Dr. Virgílio Corrêa Filho dois excelentes artigos apresentando uma síntese do XVIII Congresso Internacional de Geografia, saídos no *Jornal do Comércio*. Com a devida vênia transcrevemos, a seguir, o primeiro daquelas artigos, reservando o segundo para o número seguinte deste periódico.

"Pela primeira vez, reuniu-se, na América do Sul, Congresso Internacional de Geografia, da série promovida pela União Geográfica Internacional.

A circunstância de ter-se realizado o anterior, o XVII, em Washington, cujo prestígio também se manifesta nos domínios científicos, mereceu os recursos inigualáveis que permitem às suas instituições, oficiais e particulares, atrair sábios das mais distantes paragens, serviu de estímulo a quantos se viram empolgados pela tarefa sobre-humana de evitar cotejo deprimente para a capacidade realizadora nacional.

De mais a mais, a escolha dos congressistas de 1952 importou em inludível "consagração da escola geográfica brasileira", como declarou o professor F. Mombelg, com a autoridade de quem conhece o assunto, por ter superiormente cooperado em sua formação.

Cumpria aos interessados no assunto responder à confiança dos especialistas, que preferiram ao Brasil a países europeus, de mais velhas tradições culturais.

Começaram por constituir a "Comissão Nacional do Brasil", filiada à UGI, sem cujo apoio seria inexistível qualquer tentativa de convocá-los para o estudo em comum dos problemas a que se consagram.

E por ser o órgão mais adequado a promovê-la, coube ao Conselho Nacional de Geografia a iniciativa de criá-la, mediante a resolução 389 da sua Assembleia Geral, de 29 de outubro de 1952, que nela incluiu as associações científicas mais relacionadas com o assunto.

Todos os seus membros participaram desde novembro de 1953, da Comissão Organizadora, que ainda se ampliaria para obter a colaboração de outras entidades e personagens capazes de aumentar-lhe a eficiência.

Desde logo se evidenciou a conveniência da divisão de trabalhos pelas subcomissões, que se formaram, incumbidas respectivamente da programação e temário, excursões, publicações, finanças, exposições, publicidade, colocação de participantes estrangeiros, bolsas, recepção e subcomissão social.

A primeira não tardou a utilitar a sua tarefa, com a apresentação do "temário" que, aprovado, se distribuiu largamente. Quantos pudessem contribuir para versar alguns dos

capítulos receberam o seu exemplar. Ao mesmo tempo, diligenciava a segunda por escolher os melhores roteiros que proporcionassem aos visitantes os aspectos mais característicos da região abrangida pela excursão correspondente. Foram previstas nove, de modo que se estendessem as investigações a todo o território nacional. Para que não se confundisse com simples turismo a peregrinação, o Conselho Nacional de Geografia mobilizou os seus geógrafos, e recorreu, de mais a mais, aos professores da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, e de São Paulo, que tomaram a si o encargo de operar com análogos propósitos na zona a que aplicam mais constantemente a sua proficiência profissional.

Por toda parte, o desejo de colaboração patenteou-se francamente, facilitando a tarefa planejada. E assim, os trabalhos preliminares concretizaram-se nos "Guias de Excursão" referentes:

1.º) Planalto Centro-Occidental e Pantanal Mato-Grossense — 2.º) Zona Metalúrgica de Minas Gerais — 3.º) Roteiro do Café e Frentes Pioneiras — 4.º) Vale do Rio Paraíba, Serra da Mantiqueira — 5.º) Planície Litorânea e Zona Canavieira do Estado do Rio — 6.º) Bahia — 7.º) Nordeste — 8.º) Amazônia — 9.º) Planalto Meridional.

São contribuições baseadas em pesquisas cuidadosas e equivalentes a monografias acerca de geografia regional, nas quais se espelha a competência dos seus autores e a valia do trabalho em equipe.

Apresentam-se aos congressistas em versão inglesa, ou francesa, pois que raros dos forasteiros entenderiam linguagem do original, em português.

O acerto das providências então combinadas verificou-se nas quatro primeiras excursões, que precederam o início das sessões, conforme testemunham quantos tiveram ensejo de acompanhá-las, acordes em testar a apropriada escolha do itinerário, que lhes proporcionou a observação de panoramas empolgantes e a atenciosa assistência do respectivo dirigente.

De regresso, despertaram nos colegas a ânsia de imitá-los, ou, pelo menos, seguir outros rumos, depois de ultimadas as reuniões, cuja abertura se fixara com larga antecedência em 9 de agosto. Nesse dia, depois das visitas protocolares, ao senhor presidente da República, ao ministro das Relações Exteriores e ao prefeito municipal, abriu-se à noite o Teatro Municipal, para a sessão solene, em que o presidente da Comissão Organizadora, engenheiro Jurandir Pires Ferreira, apresentou as boas vindas aos doutos visitantes, que mereceram também amáveis saudações do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Como de costume, em tais ocasiões, da alocação referente a questões geográficas incumbiu-se o presidente da União Geográfica Internacional, professor Dudley Stamp, que tratou do levantamento dos recursos terrestres, cujo conhecimento cabal urge cada vez mais, à vista do aumento demográfico.

A taxa anual do crescimento é superior a 1%, o que significa de 25.000.000 a 40.000.000 de bocas a mais a serem alimentadas no período de 12 meses.

Calcula que a população do mundo excederá ao total de 3.000.000.000 em 1975 e a 4.000.000.000 em 2.000.

Para o sustento de tão numerosos consumidores, examina as possibilidades de produção de alimentos necessários a manter o homem em condições satisfatórias de saúde e atividades. Estabelece preliminarmente a "unidade padrão de nutrição" ou calorias necessárias ao funcionamento normal do organismo. Como resultado de argumentação derivada de dados experimentais, conclui que "é necessário produzir 1.000.000 de calorias anualmente a fim de que haja um abastecimento adequado para o ser humano". "Propoñho chamar esta quantidade de unidade padrão de nutrição".

Para conseguí-la, recorre o homem principalmente aos grãos alimentícios.

"Cerca de um quarto da produção de cereais é representada pelo arroz e outro quarto pelo trigo".

O milho, a aveia, a cevada e o centeio e outros completam a parte restante. Análises em segúda, separadamente, e avalia a capacidade do solo, para sustentar o seu ocupante. No caso do trigo, se usa-o como elemento único ou dominante, cada hectare plantado poderá alimentar 10 pessoas. Tratando-se de arroz, descerá a 2,5 pessoas por hectare, embora o Japão, a "produção seja duas vezes e meia superior à média mundial (e cinco vezes em terra fértil)". De igual maneira considera outras fontes de calorias, de origem vegetal, ou animal, cotejando as diferenças verificadas em vários países. Refere as conclusões aliadas inéditas das investigações do Dr. Shafi na Universidade de Londres.

Talvez a maior lição que nos proporcionou este permenorizado estudo sobre a Índia seja o fato de que um acre de terra cultivada quase não fornece uma única unidade padrão de nutrição, em comparação com seis ou sete unidades produzidas no Japão".

No tocante à espécie proferida em cada região, assinala o que sucedeu na Inglaterra, cuja alimentação depende da importação, em cerca de metade do consumo total. A cultura de plantas de valor calorífico, principalmente a beterraba e a batata, desenvolveu-se durante a Grande Guerra, para compensar a diminuição de produtos importados.

No auge do esforço bélico, em 1943-1944, bastava pouco mais de um acre (1,15) para produzir 1.000.000 de calorias. "Isto se tornou possível pelo maior incentivo à cultura de cereais". "Normalmente, porém, o povo britânico não se contenta em viver principalmente de pão e batata, exigindo uma grande variedade de carne, leite, vegetais e frutas".

A indústria pastoril, porém, reclama espaço maior para se desenvolver, pois que "a produção potencial é apenas um sétimo da que seria possível com a mesma qualidade de terra, se produzisse trigo, embora o resultado seja um alimento protetor, e quase perfeito".

No tocante à superfície terrestre, de 35.703.040.000 acres, descontadas as partes demasiadamente frias, montanhosas ou áridas, e por

isso impróprias à agricultura, tocará a média de quatro acres por indivíduo, admitida a população de 3.600.000 habitantes.

Mas os índices atuais, avaliados para cada país, apresentam contrastes impressionantes, no que tange ao total *per capita*, desde 0,8 na Inglaterra e Gales até 150 acres no Canadá, e à produção correspondente por unidade-área.

À vista de tão flagrantes divergências, apela o presidente da UGI para os geógrafos, a quem sugeriu o problema do Emprêgo da Superfície Terrestre do Mundo", para que se torne conhecida a realidade, em que deverá inspirar-se apropriado planejamento para o futuro.

"Meu apêlo, insistiu por fim, é para uma verdadeira cooperação internacional para estudo intensivo, baseado em fatos, dos muitos problemas que suscitam as palavras "Utilização da Terra".

E de esperar que se mobilizem os sabedores para fecunda campanha, em benefício da humanidade, que ficará melhor conhecendo os elementos garantidores da sua sobrevivência em condições satisfatórias. O nome de Malthus não foi citado. Mais de um ouinte, porém, lembrar-se-ia da trágica profecia do economista, que anunciava, ao ralar do século XIX, a tendência ao desequilíbrio entre o número sempre crescente de consumidores, e, em menores proporções, a possibilidade de multiplicação de meios de subsistência, insuficientes para lhes manter a saúde. Agora, é a palavra autorizada de um geógrafo na cheia da maior organização mundial do ramo, que alerta os seus colegas e convoca-os para a tarefa grandiosa, de que se valerão os planejadores de apropriadas soluções. A seriedade da questão proposta, no âmbito da assembleia, evidenciou o alto gabarito, que deveria caracterizar-lhes os trabalhos, como se comprovou no dia seguinte, ao tranquear-se ao público a "Exposição Geográfica e Cartográfica".

Ao inaugurar-la, o ministro das Relações Exteriores recordou, em breve palavras, que, em ocasião semelhante, se comemorou-se o quarto aniversário da criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, também lhe coube presidir à abertura da "Exposição dos Mapas Municipais", que representaram, parcialmente, todo o território nacional. Agora, era o mundo inteiro que ali comparecia, estampado nos mapas e cartas, submetidas à apreciação dos doutos. E como ao seu lado se achava o ministro da Marinha, almirante Alves Câmara, especialmente convidado, solicitou-lhe o obsequio, como técnico abalizado, para desdar o laço da fita simbólica, à semelhança do que fizera o presidente Getúlio Vargas na outra cerimônia, em um dos pavilhões da Feira de Amostras, a 29 de maio de 1940.

Destarte, ofereceram-se aos olhos curiosos dos visitantes os painéis artisticamente dispostos, em que figuravam os países seguintes: Bélgica, 19 peças, Canadá, 26 peças, Dinamarca, 17 peças, Egito, 12 peças, Finlândia, 17 peças, França, 36 peças, Alemanha, 64 peças, Itália, 47 peças, Marrocos, 22 peças, Noruega, 7 peças, Polónia, 25 peças, Suíça, 82 peças, Inglaterra, 104 peças...

Esta relação porém não corresponde à realidade, pois que envolve como elementos unitários, espécimes que se desdobram em vários outros, a exemplo dos atlas. Por outro lado, omitiram os números indicativos da contribuição volumosa dos Estados Unidos da América, da URSS e do Japão, da Holanda, de Portugal, cuja remessa não alcançou a publicação do catálogo respectivo.

A simples relação dos expositores comprova o espírito de cooperação, que lhes inspirou o concurso de que participaram tanto as organizações governamentais, quanto também entidades várias. Assim, da França vieram folhas elaboradas pelo "Service de la Carte Geologique de France" e também pelo "Service de la Carte-La Vegetation-Toulouse", pelo Institut de Recherches Sahariennes-Alger", Institut Français d'Afrique Noire — Dakar", pelo "Comité Nacional de Geographie".

Quanto à valia das contribuições, os especialistas saberão realçar as de melhor acabamento e exaço, entre as que revelam admiráveis esforços desenvolvidos por todos. Sejam mapas planos, exibidos pela maioria, sejam em relevo, de que a Itália e o Canadá provam o excelente resultado de sua adoção, em plástico, atestam o esmero de execução. Numerosos, ocuparam o salão amplo do Ministério da Educação e Cultura, onde não mais caberia a "Exposição Nacional", transferida para a antiga "Estação de Hidroplanos", na extremidade da avenida General Justo. Para sua organização, concorreu o Conselho Nacional de Geografia, por intermédio da Divisão de Geografia, com 33 mapas, quatro dos quais abrangem o Brasil todo, ao passo que os demais se distribuem pelas regiões, a que se referem os estudos respectivos de vegetação, de ilotas, densidade de população, de economia e clima, e da Divisão de Cartografia que apresentou igual número em que se incluem 12 folhas da carta do Brasil, na escala de 1 500 000, e 10 mapas dos estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, e dos territórios do Amapá e Guaporé.

O Departamento Geográfico de Minas Gerais, o do Rio de Janeiro, o de Geografia e Estatística do Distrito Federal, o Geográfico e Geológico de São Paulo, o Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná, e Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, documentaram, com os trabalhos expostos, as atividades dos núcleos regionais de estudos geográficos e cartográficos.

Os organismos federais, militares, como o Serviço Geográfico do Exército, a Diretoria do Hidrografia e Navegação, o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso, ou civis, a exemplo da Comissão Demarcadora de Limites, do Ministério das Relações Exteriores, o Departa-

mento Nacional de Estradas de Ferro, a Campanha de Educação Rural, do Ministério da Educação e Cultura, a Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura, justificaram, pelos trabalhos ultimados em seus respectivos âmbitos profissionais, quanto contribuem para o perfeito conhecimento do país.

Entidades particulares, que operam sob a denominação de "Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul" S.A., ou de "Associação dos Geógrafos Brasileiros", decidiram também participar do certame, com os seus mosaicos e mapas fotográficos, e 24 mapas ilustrativos dos estudos, compreendidos por equipe, acerca das "Condições Geográficas e Aspectos Geoeconômicos da Bacia Paraná-Paraguai" e de "Geografia Urbana de São Paulo".

Por vários modos, em mapas avulsos, álbuns, maquetas, como a representativa do Distrito Federal, (de 5m X 2,50m) ou fotografias características, o Brasil aparece definido como realmente é, em retrato por inteiro.

O conjunto proporciona aos visitantes impressão fiel do desenvolvimento das pesquisas geográficas no país, e propicia aos professores subsídios opulentos para as suas aulas. É sem dúvida, uma das mais expressivas manifestações culturais do XVIII Congresso Internacional de Geografia a "Exposição Geográfica e Cartográfica".

Desdobrada em duas, evidencia a pericia dos especialistas estrangeiros, de que não destoa a dos patrios.

O Brasil provou merecê dos trabalhos reunidos e ordenados por esclarecida comissão, que dispõe de hâbeis profissionais capazes de analisar-lhe as peculiaridades.

A evolução demonstrada pelos painéis do Serviço Geográfico do Exército em que se exibem mapas desenhados outrora, desde o primeiro século de regime colonial, até a atualidade, caracterizada, pela utilização racional das fotografias aéreas, aprimoramento de desenho e impressão, avantajou-se nas últimas décadas, merecê da intensificação das pesquisas no terreno, estimuladas por vários fatores — entre os quais sobreleva a criação do Conselho Nacional de Geografia, ao mesmo tempo causa e efeito da nova mentalidade, a cuja luz se desenvolveu maior interesse pelos estudos geográficos e cartográficos no Brasil".

*

Unidades Federadas

MINAS GERAIS

INICIADAS AS OBRAS DA MONUMENTAL BARRAGEM DE TRÊS MARIAS — Foi iniciada, em Minas, a execução de uma das maiores obras públicas de engenharia já projetadas no país — a monumental barragem de Três Marias, cuja importância econômica para o estado e para o Brasil se pode avaliar por estes dados: a sua construção irá regularizar a vazão do São Francisco, torná-lo navegável em quase toda sua extensão, aumentar de 50% a capacidade da usina hidroelétrica de Paulo Afonso, além de possibilitar uma ampla industrialização da grande quantidade de recursos naturais que se acham disponíveis na área central do estado. Permitirá, ainda, a construção de uma grande usina, para uma potência de 650 mil cavalos-vapor, sendo de 7 bilhões e 500 milhões de cruzeiros o orçamento total da obra. Para se ter melhor idéia da magnitude desse empreen-

dimento a ser concretizado sob a forma do convênio entre o governo da União, através da Comissão do Vale do São Francisco e o do estado, por intermédio da CEMIG, executora do acordo, é interessante referir que a barragem de Três Marias terá um volume de água superior cinco vezes ao da Guanabara e uma área três vezes maior do que a daquela bacia.

O INÍCIO DOS TRABALHOS — O início dos trabalhos de construção da barragem de Três Marias, verificado a 15 de setembro na localidade de Esplanada (Corinto), foi presidido pelo presidente Juscelino Kubitschek, presentes ao ato o governador Bias Fortes, várias autoridades e pessoas gradas.

O governador de Minas, referindo-se no seu discurso a Três Marias, ressaltou que a grandiosa obra cuja construção então se iniciava era regional apenas por se situar em Minas, porque, em verdade, antes e acima de tudo, terá reflexos de âmbito nacional.

DISCURSO DO CHEFE DO GOVERNO — Encerrando a solenidade, o senhor presidente da República proferiu importante discurso, do qual transcrevemos os trechos abaixo:

"Inaugurando os monumentais trabalhos de construção de Três Marias, lanço, em nome do Brasil que deseja crescer e expandir-se, um verdadeiro desafio ao Brasil negativo, improdutivo e lento, ao Brasil incapaz de crer na sua própria grandeza.

As obras que hoje se iniciam merecem ser do conhecimento de todos os nossos patriotas, graças à sua extensão e importância. Não se trata de algo feito para corrigir, emendar ou contornar dificuldades de uma simples e superficial providência retificadora. As barragens de Três Marias constituem uma realização de envergadura, uma realização à altura da grandeza de nosso país. Um grande ato criador, uma medida política que modificará o aspecto econômico de uma região importantíssima de nossa terra, uma medida a favor de toda uma população que espera há já longos anos que ponhamos em execução este projeto, para florescer, para realizar uma marcha definitiva ao encontro da prosperidade.

O rio São Francisco tornou-se motivo literário. Cantam-no trovadores, descrevem-no os ficcionistas; apelidaram-no de "Rio da Unidade Nacional" os ensaístas políticos e sociólogos que se têm preocupado e extasiado diante das possibilidades desse rio que cose partes dessemelhantes do Brasil e que é o caminho único a ligar o Centro ao Nordeste Brasileiro.

Mas não basta celebrar o rio em prosa e verso: força é tratá-lo com respeito que merece a sua utilidade, a sua significação, a sua classe. Não é suficiente sonhar com o muito que poderá sair dessa massa líquida que atravessa o coração de nossa terra; é preciso domar as suas águas, submetê-las, para que não se tornem elas, em lugar de força, de cooperação e de auxílio precioso, em flagelo dos bravos sertanejos que, nas épocas de rebeldia, na época das enchentes, perdem o resultado de um trabalho duro e insistente. É preciso que, em vez de cortar apenas a paisagem e produzir serviços desordenados, o rio dê o potencial elétrico capaz de mover uma zona tão dramática-mente fértil. A esse fim, impõe-se que se encontre o meio de usar, com toda a eficiência, a estrada líquida, a única via de comunicação para parte tão surpreendente do país.

A obra que vamos pôr em marcha neste dia, dia que passará a pertencer à história do progresso do Brasil, virá disciplinar as águas, como já usse, e substituindo por isso um ato de conquista, de ordenação dos elementos ativos de nossa terra.

Uma grande parte das margens do São Francisco não é utilizável, embora a terra seja fertilíssima. É que a ameaça permanente das enchentes, com as suas amargas experiências, tolhe a vontade de tratar a gleba como ela precisa e merece ser tratada. A barragem que vamos empreender oferecerá uma grande extensão de beira-rio para culturas devidamente irrigadas.

O São Francisco, rio da Unidade Brasileira, será, quando concluído o esforço que ora empreendemos, um caminho nacional de significação imensa. É o grande caminho de mais de mil e trezentos quilômetros, por onde passarão a navegar, depois da barragem, regularmente, navios verdadeiros e não apenas barcaças, pois a profundidade do rio será elevada de 60 centímetros a 1 metro e cinquenta. Três Marias será a quinta barragem do mundo em volume: o reservatório formado armazenará cerca de vinte bilhões de metros cúbicos de água. Três Marias permitirá enfim a instalação de geradores para quinhentos mil kW — o que significa uma

distribuição de energia plenamente satisfatória para regiões como Goiás e parte de Minas Gerais.

Pego-vos, meus patriotas, que presteis atenção à magnitude desse empreendimento que hoje aqui em Corinto se inicia. Teremos um avanço extraordinário em todos os setores, numa região que está situada entre as mais prósperas do Brasil.

É a conquista do interior que se inicia graças ao esforço da técnica e do trabalho nacional. Irei desmentir a versão de que nosso país é apenas um muro composto pelas cidades litorâneas, a esconder o grande vazão das regiões interiores. A hidroelétrica do São Francisco aí está; e as barragens de Três Marias virão completar a transformação revolucionária da zona servida pelo "Rio da Unidade Nacional".

Os primeiros estudos dessa iniciativa portentosa são de autoria da Comissão do Vale do São Francisco, ao tempo da gestão do Dr. Lucas Lopes da Diretoria de Planos e Obras. Três Marias permitirá a instalação, junto à barragem, de geradores de cerca de 500 mil kW de capacidade. A obra da barragem será executada com recursos orçamentários da Comissão do Vale do São Francisco, suplementados por financiamento e a usina elétrica será custeada pela CEMIG, com recursos próprios. Esse modo de construção resultou de um convênio assinado entre o governo do estado de Minas Gerais e a Comissão do Vale do São Francisco, em 11 de junho próximo passado. Por força desse convênio, o encargo de condução das obras foi delegado à CEMIG sob fiscalização da Comissão do Vale do São Francisco.

Este empreendimento, de fundamental importância para Minas Gerais, tem contado com o entusiasmo, esforço e dedicação do governador Bias Fortes. O governador mineiro, está sempre atento, oferecendo a sua valiosa colaboração cooperando para que o meu Governo dentro do seu programa de desenvolvimento, possa realizar em Minas Gerais as obras indispensáveis ao seu progresso".

A barragem das Três Marias *

A barragem das Três Marias, assim batizada devido a uma corredeira do mesmo nome, no São Francisco, alguns quilômetros a montante do local escolhido para as obras, tem objetivo múltiplos e, igualmente importantes.

Entre eles, podemos enumerar a regularização do rio, com vistas ao controle das enchentes do vale. Depois de construída a barragem, não mais o rio transbordará do leito para invadir as áreas marginais, numa extensão de quatro a cinco quilômetros, como atualmente sucede, levando tudo de rolê e lavando a terra da sua riqueza em húmus. Exceção de duas ou três cidades, situadas em cotas mais elevadas, todas as cidades ribeirinhas do São Francisco são afetadas pelo flagelo das cheias sofrendo prejuízos incalculáveis, notadamente na lavoura, valendo ressaltar que as margens do baixo São Francisco são ótimamente, agricultáveis.

Outro objetivo a ser alcançado, com a construção da barragem, é o de regularização da descarga do rio, que no período das secas não oferece calado para as embarcações, porquanto a lâmina d'água não tem mais de 40 a 60 centímetros. Uma vez regularizado, o São Francisco passará a oferecer um calado de metro e meio, que é o padrão europeu para a navegação fluvial. E as suas águas voltarão a ser singradas por navios de verdade e não mais apenas por bateios, ao longo de toda a sua extensão navegável, que é de 1 300 quilô-

metros, desde Juazeiro a Pirapora. Futuramente, prevê o projeto da barragem trazer a navegação até Três Marias, através de canais, o que significará navegação fluvial a apenas 120 quilômetros de distância de Belo Horizonte. E a ligação do centro do país ao Nordeste, em transporte sobre água, é um fator de importância econômica para o desenvolvimento de toda a região.

Outro aspecto de realce a ser considerado é o que está vinculado com a produção de energia elétrica. A barragem irá beneficiar grandemente a usina de Paulo Afonso, que poderá dobrar a sua potência, com uma descarga regular do São Francisco. Paulo Afonso poderá gerar até 1 000 000 de kW, uma vez construída a barragem.

Ao pé da barragem, por outro lado, será construída também uma usina, pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG). Esta usina deverá produzir cerca de 500 000 kW em duas fases, sendo que na primeira delas, a potência instalada será de 18 000 kW.

CARACTERÍSTICAS E CUSTOS — A bacia de acumulação que será formada com a barragem terá vinte bilhões de metros cúbicos de água, ou, comparativamente, cinco vezes o volume de água da baía de Guanabara. Em ordem de grandeza, será a quinta do mundo. Para acumular esse volume de água será inundada uma área de aproximadamente 1 200 quilômetros quadrados, ou seja, uma área equivalente ao tamanho do Distrito Federal.

Apesar do vulto do empreendimento, não houve maiores problemas de desapropriação e nenhuma cidade será sacrificada, de vez que a região é escassamente povoada. Existem ali apenas algumas fazendas de pastagem de gado.

A barragem medirá cerca de 2 600 metros, de um extremo ao outro e terá a altura de 64 metros. O custo total das obras, requer investimentos da ordem de sete e meio bilhões de cruzelros, sendo que a barragem propriamente

dita custará cerca da metade, ou seja 3 700 000 000 de cruzelros. Pelo convênio assinado entre a Comissão do Vale do São Francisco, que constituirá a barragem e a CEMIG, encarregada da construção da usina, deverá esta última pagar uma taxa à CVSP pela água utilizada. A taxa destina-se a amortizar, em prazo de 50 anos, os investimentos da Comissão, a qual deverá aplicar esta renda em outras obras de recuperação do vale do São Francisco.

Um detalhe também interessante do projeto de Três Marias é a influência que o empreendimento deverá exercer sobre a ecologia e climatologia da região. Trata-se de uma região semi-árida, de vegetação pobre, e rasteira. Mas com o repreamento das águas, deverão também, elevar-se os lençóis subterrâneos e com isso propiciar o surgimento de um outro tipo de vegetação mais rico e pujante. Aliás, é piano da Comissão do Vale do São Francisco promover o florestamento da zona e incentivar a piscicultura na barragem de Três Marias, que, no futuro, poderá transformar-se, também, em centro de atração.

★

São Paulo

MAPEAMENTO DOS SOLOS DE SÃO PAULO — Está em execução vasto programa de mapeamento dos solos brasileiros a cargo do Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola. Todos os municípios do estado do Rio de Janeiro já foram mapeados, e as turmas volantes, independentes umas das outras, trabalham em áreas pré-determinadas já cobriram mais de dois terços do estado de São Paulo.

Essas turmas estão regressando ao Instituto, para pequeno repouso e entrega dos dados obtidos, devendo, em seguida, trabalhar em novas áreas.

★

Exterior

NOVA YORK (Nações Unidas)

A POPULAÇÃO DO MUNDO — Segundo estimativas da ONU a população do mundo

atingiu 2,692 bilhões de habitantes em meados de 1955, correspondendo a um aumento de 40 milhões sobre o ano anterior. A área mais densa continua sendo a China continental, com uma população avaliada em 582,6 milhões.

★

Notícias Diversas

A PLATAFORMA SUBMARINA DO BRASIL — O problema da plataforma submarina tem sido objeto de reuniões internacionais que procuram examinar a extensão da soberania dos países marítimos sobre a sua plataforma submarina, geralmente rica de minerais e de petróleo, além da fauna piscatória. Há peixes que só vivem até a profundidade de duzentos metros.

Entrevistado pelo repórter Plínio Bueno de A Noite (edição de 17 de março), sobre a plataforma submarina do Brasil, o professor Líneu de Albuquerque Melo, catedrático de Direito Internacional Público de duas faculdades de Direito e integrante de comissões de

assuntos internacionais do Itamarati, fez as declarações abaixo:

— "Sim, o assunto é novo, mas já apáxona. No hemisfério, data da declaração de Truman, de 1945, embora já anteriormente a Inglaterra e a Venezuela em 1942 houvessem "repartido" entre si o mar que separa a costa venezuelana de Trinidad. Ficou a metade para cada uma. Ao que parece, interesses ligados ao petróleo ditaram o acôrdo. Depois da declaração de Truman, os países começaram a interessar-se mais vivamente pelo assunto, olhando com maior cuidado para as riquezas que se ocultam na sua plataforma.

Um decreto de Dutra integrou a plataforma no território

— No Brasil, a primeira manifestação surgiu no fim do governo do general Dutra. Pelo decreto 28 840, de 8-11-1950, o governo declarou que "a plataforma submarina se acha integrada" no nosso território. Continuou, porém, a resguardar a liberdade de navegação nas águas que cobrem a plataforma embora outros países não sigam essa doutrina. É certo que no futuro, problemas de relevo se criarão, sob este aspecto, para o Direito Internacional Público, diz-nos o professor Lineu, pois não há uniformidade de pensamento e de ação.

Chile — Peru — Equador.

— O primeiro problema, aliás, já surgiu. Por um tratado assinado em 1952, o Chile, o Peru e o Equador — países que não têm plataforma submarina, pois na respectiva costa marítima o mar cal logo a pique em profundidades abissais, deixando-os quase sem praias — decidiram estender seu mar territorial a 200 milhas. Várias razões foram invocadas, além da "compensação" que representaria por não terem a "plataforma". O Peru, por exemplo, alega que as aves que produzem o guano se alimentam de certas variedades de peixe que precisam ser protegidas e resguardadas, mas o Estado nada poderá fazer se não se lhe reconhecer, antes a extensão do seu mar territorial. É que os peixes vivem nessa faixa. As populações pobres da costa, necessitadas da pesca para viver e para alimentar-se, constituem outra razão do Peru, que chegou a invocar os direitos do homem! Como se vê, o caso é complexo e ainda recentemente, o Peru aprisionava barcos de pesca do milionário Onassis, baseado nesse tratado triplice.

Na conferência do México

O professor Lineu de Albuquerque Melo apresentou recentemente o Brasil na 3.ª Reunião do Comitê Interamericano de Jurisconsultos, órgão da Organização dos Estados Americanos, na cidade do México. Presidiu a 1.ª comissão, a que tratou da plataforma submarina, onde esse assunto foi ventilado em 16 sessões. O caso do tratado Chile-Peru-Ecuador foi longamente debatido, mas como envolve assuntos de ordem científica — além de econômicos e jurídicos — decidiu-se realizar uma reunião científica em Ciudad Trujillo, onde se fixarão normas decisivas a esse respeito. Fixadas essas normas, estudar-se-á novamente o assunto.

Como surgiu a plataforma submarina

A defesa de interesses econômicos teria alertado os países sobre seu direito à faixa submarina que os cerca. Até então, só se pensara no direito do mar territorial de 3 milhas e da zona contígua, de modo a não ultrapassar, em qualquer hipótese, a 12 milhas da costa.

O direito à plataforma submarina surgiu de convenção. A repetição uniforme da jurisdição do Estado sobre a zona, a aceitação — por parte de todos dessa situação e o fato de não haver surgido impugnação criaram essa norma costumeira que o Direito vem incorporando.

O professor Lineu de Albuquerque Melo esclarece estes pontos e afirma:

— A plataforma submarina brasileira, da qual ainda não temos uma certa precisão, tão

novo é o assunto, estende-se mais ou menos uniformemente do Olapoque ao Xuí, sendo mais extensa no delta do Amazonas, o que é explicável pela soma maior de sedimentos ali armazenados pela correnteza do grande rio. É certo que estudos aprofundados devem ser feitos pelos nossos especialistas em oceanografia, que deverão, desde logo, fixar pelo relevo da plataforma, o limite da jurisdição brasileira neste particular, configurando o exato território a que se refere o decreto 28 840, de 8-11-50, do general E. Dutra.

A reforma constitucional incorporará esse território

Essa faixa de terra incorporada ao Brasil necessita ser assim declarada pela Constituição, no artigo em que fixa o nosso território? As opiniões se dividem, e o professor Albuquerque Melo esclarece:

— Alguns países fizeram essa incorporação por simples decreto, como o Brasil; outros mediante lei aprovada pelo Congresso; outros ainda por simples declaração presidencial. Duas Constituições recentes, a de Costa Rica, 1949, e a do Salvador, 1950, incluíram, porém, no seu texto artigos sobre a plataforma submarina. A do Salvador inclui no seu território o "mar adjacente até 200 milhas desde a linha da maré baixa, o espaço aéreo e a plataforma submarina". A de Costa Rica inclui, além do território do país, o espaço aéreo que o cobre, as águas territoriais e a plataforma submarina".

Na reforma constitucional em vista, é possível que se ventile a matéria. A Constituição, sendo de 46, não podia evidentemente incluir a plataforma, cujo direito recente se reconhecia. Aliás, a Constituição brasileira não inclui nem as ilhas oceânicas, o que tem parecido a muitos uma omissão.

Não há uniformidade

Como é de ver, a linha da plataforma submarina não pode ser, desde logo, fixada em tantas milhas da costa. O relevo submarino é controverso. Se em determinado ponto da costa, a profundidade de 200 metros do mar se acha a dez quilômetros da maré baixa outros estará mais próxima ou mais afastada. Só um estudo do relevo da plataforma pode fixar com exatidão esses limites, e isso hoje se faz com facilidade pelos recursos da moderna oceanografia, onde se lêde a profundidade pelas ondas do radar. O Brasil certamente não se demorará em cuidar do caso, pois há riquezas imensas a nossa espera ao longo dos 8 mil quilômetros da nossa costa marítima".

POPULAÇÃO DO BRASIL

No estudo redigido pelo Prof. Giorgio Mortara, afirma-se que "o desenvolvimento da população do Brasil é comparado com o verificado nos demais três países americanos para os quais afluíram as mais amplas correntes migratórias nos últimos cem anos. De 1850, o número de habitantes aumentou de 552% nos Estados Unidos, de 618% no Brasil, de 624% no Canadá e de 1597% na Argentina. Cumpre notar que a contribuição relativa da imigração para o crescimento demográfico no Brasil foi muito menor do que nos Estados Unidos e, sobretudo, na Argentina".

Em 1850, a população do Brasil somava apenas 7,2 milhões. No início de 1953, o nú-

mero de habitantes do país alcançava a cifra de 57,8 milhões. Entre os países, pois de cultura latina, o Brasil é hoje o mais populoso. De fato, a sua população de 55,8 milhões em 1953 excede as de 47,0 milhões da Itália, de 42,9 milhões da França, de 28,5 milhões da Espanha, de 28,1 milhões do México. E as previsões para o próximo recenseamento deixam entrever que o Brasil passará a casa dos 60 milhões de habitantes.

☆

No curso de um século verificou-se, portanto, o aumento de 44,8 milhões de habitantes. Deste aumento, apenas 3,4 milhões foram devidos ao excedente das imigrações, enquanto 41,4 milhões, ou sejam mais de nove décimos, corresponderam ao excedente dos nascimentos sobre os óbitos.

Este rápido crescimento natural tornou-se possível em virtude do nível excepcional elevado da natalidade, a qual no início desse período secular devia atingir taxas anuais de 48 a 50 por 1 000 habitantes e ainda hoje apresenta taxas de 42 a 44 por 1 000 habitantes. Nesse intervalo a mortalidade desceu de 32 a 34 para 18 a 20 por 1 000 habitantes, de modo que aumentou de 15 a 17 para 23 a 25 por 1 000 habitantes a taxa anual de crescimento natural.

☆

RIOS CARIOCAS — Quase habituados como estão a uma crônica falta de água, não poucos dentre os cariocas ficariam surpresos com a informação de que o Distrito Federal conta com algumas dezenas de rios. Na verdade, segundo divulga o IBGE existem no município da capital do país nada menos de 42 cursos d'água, devidamente levantados pela Prefeitura. Em sua maior parte, são correntes escassas, mas nove dentre elas têm mais de dez quilômetros de extensão e três, mais de vinte. A hidrografia carioca é extremamente variada, incluindo, além dos rios e de alguns pântanos, tres lagoas e nove canais.

O Itaguaí é o maior rio carioca. Desce da serra do Gericiú, recebe o Guandu do Sapé (este com 19,5 km), o rio dos Cachorros e o da Pedra (ambos com 10 km) e vai desembocar na baía de Sepetiba, depois de um trajeto de 35 quilômetros. O rio Meriti, com 25,5 km, tem sua vertente no Realengo, é engrossado pelos rios Pavuna, Afonsos, Caldereiros, Valqueire e Firaquara; abaixo do Pavuna, passa a chamar-se São João de Meriti. O terceiro em extensão é o Cabuçu ou Piraquê, que nasce no morro da Pedra Branca, com o nome de rio da Prata do Cabuçu e tem sua foz na baía de Sepetiba; percorre 22,5 quilômetros.

Na lagoa do Camorim vão desaguar o Caietira (Estiva ou Taquara), de 18 km, os rios Fundo (15 km) e da Porta d'Água (10 km), bem como o da Cachoeira (8 km). Desembocam na lagoa Rodrigo de Freitas alguns cursos menores como o dos Macacos, Rainha e Cabeças, todos de menos de 5 km. Ao canal do Mangue vão ter o Maracanã, o Andaraí ou Joana e o rio Comprido. Além dos citados, podem mencionar-se o rio do Portinho, de 11,2 km e o rio Faria, de 10,5 km, cujos afluentes são o Jacaré e o Timbó.

☆

Densidade Demográfica do Brasil — Tomando por base as estimativas do IBGE para a população nacional em 1.º de julho de

1956, a densidade demográfica do Brasil pode ser calculada em 7,10 habitantes por quilômetro quadrado. Essa densidade é aproximadamente duas vezes maior que a de 1920, superando de cinco vezes a de 1890. A região mais densamente povoada é a do Sul, onde vivem 24,94 habitantes em cada km², vindo em seguida o Leste (16,90 hab. por km²), e o Nordeste (14,79 hab. por km²). Por outro lado, na região Centro-Oeste, a densidade é de apenas 1,13 habitantes por km² e na do Norte, de 0,60 habitantes por km².

Dos estados, o Rio de Janeiro é o que apresenta maior densidade demográfica: 62,98 hab. por km². Logo abaixo, por ordem decrescente, estão São Paulo, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Sergipe, com densidade entre 34 e 43 hab. por km², Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Ceará têm cerca de 20 hab. por km²; Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, entre 10 e 20; os demais, abaixo de 10. No Distrito Federal, consoante as estimativas para este ano, há nada menos de . . . 2 435,68 habitantes por quilômetro quadrado, densidade bastante superior à de 1950, que era de 2 030,27 hab. por km². Isso quer dizer que, teoricamente, o espaço individual do carioca, nos últimos seis anos, diminuiu de 0,00049 para 0,00041 km² por pessoa. Fração relativamente folgada, se posta em confronto com a que corresponde a cada recense: 0,00022 km².

Em seis unidades federadas, existe menos de um habitante por quilômetro quadrado. No território do Rio Branco, a unidade menos povoada do país, a proporção é de 0,11 por km². Proporções igualmente baixas aparecem no território de Rondônia (0,20), Amazonas (0,36), Amapá (0,39), Mato Grosso (0,47) e Acre (0,94). O estado do Pará já figura com mais de um habitante por km² (1,07) e Goiás com mais de dois (2,47). Isso, naturalmente, se todas as unidades mantiverem, nestes seis anos, o mesmo ritmo de crescimento verificado entre 1940 e 1950.

☆

PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS — O Parque Nacional da Serra dos Órgãos, que tem por finalidade a preservação da flora e da fauna, da topografia e do sistema hidrográfico, bem como a proteção aos monumentos geológicos compreendidos nessa região, e ainda a conservação dos locais particularmente dotados pela natureza, vem atraindo inúmeros visitantes, desde sua criação.

Entre as belezas naturais da região em que se situa o Parque, na pitoresca cidade de Teresópolis, destaca-se o conjunto de monumentos geológicos que formam a serra dos Órgãos. O mais famoso é o "Dedo de Deus", que se encontra no centro de uma série de outras elevações não menos famosas e conhecidas como sejam, as denominadas: "Escalavrado", "Nossa Senhora", "Boca de Peixe", "Carrafião", "Frade", "Agulha do Diabo", "São João", "São Pedro", "Pedra Açu" e "Pedra do Sino".

Essas e muitas outras montanhas grandificas, tais como "Castelos", "Castelitos", e "Isaqueleca", constituem grande atração para os visitantes do Parque especialmente os que se dedicam ao arriscado desporto do montanhismo o que vem se desenvolvendo, nessa bela região, e em outras do Brasil, a partir de 1912, quando pela primeira vez, foi atingido audaciosamente o "Dedo de Deus", de difícil e arriscada escalada.

A região da serra dos Órgãos, onde se situa o Parque, é de uma grandiosidade sem par e dos seus pontos culminantes — Pedra do Sino com 2.263 metros e Pedra Açu com 2.245 metros — descrevem-se panoramas dos mais belos, abrangendo a vista do excursionista, com minúcias, as cidades de Niterói, Rio de Janeiro, Santo Aleixo, Majé. Todas as montanhas do Distrito Federal e a vastidão imensa da Baixada Fluminense com seu tapete de tons verdes claros e escuros.

Até o momento, não há um trabalho profundo abrangendo a flora e a fauna dessa região fluminense, apesar de receber ela, constantemente, a visita de naturalistas de renome. Já existem estudos parciais tanto sobre pássaros, insetos e mesmo animais de grande porte da serra dos Órgãos, entre os quais figura a própria anta, encontrada nos banhados e altiplanos.



Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

Relatórios de Instituições de Geografia e Ciências Afins

Informes Sôbre as Atividades Geográficas no Brasil

APRESENTADO PELO REPRESENTANTE DO BRASIL, ENG. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUMARÃES, A IV REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SOBRE GEOGRAFIA — O período compreendido entre a última reunião de Consulta e a atual, isto é, de meados de 1952 a meados de 1955, caracterizou-se por intenso movimento de expansão das atividades geográficas, marcando acentuado progresso nas instituições geográficas, oficiais ou privadas, do país.

Tal progresso se deve não só ao fato de que cada vez mais se difunde no país a moderna metodologia geográfica como também em virtude do estar sendo rapidamente reconhecido o valor de um melhor conhecimento geográfico dos problemas nacionais para os empreendimentos públicos e particulares.

I — INSTITUIÇÕES QUE SE DEDICAM À GEOGRAFIA

1. O Conselho Nacional de Geografia — O Brasil tem a felicidade ímpar de contar com um órgão nacional — O Conselho Nacional de Geografia, integrado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — que se dedica não somente à Cartografia mas também a atividades de caráter nitidamente geográfico.

O que é o Conselho, qual sua organização e suas finalidades, já têm sido trazido ao conhecimento das reuniões de Consulta sobre Geografia do IPGH*.

Dessejamos, todavia, ressaltar aqui a ampla estrutura de âmbito nacional do Conselho pois, em grande parte, é em decorrência deste fato que, auspiciosamente, ele vem desenvolvendo as atividades geográficas pelos diversos pontos do imenso território do país.

O principal órgão executivo do Conselho é a sua *Secretaria Geral*, onde existem três divisões técnicas — a de Cartografia, a de Geografia e a Cultural. A essas duas últimas competem tarefas que interessam de perto à Comissão de Geografia do IPGH.

Mas, se as divisões técnicas da Secretaria Geral são destinadas a realizar trabalhos em todo o país, em decorrência de problemas diversos de interesse nacional ou regional, toda uma rede de órgãos deliberativos regionais do CNG procura, por sua vez, impulsionar e sistematizar as atividades geográficas e o controle de informações que digam respeito ao âmbito dos estados e territórios em que estiverem sediados: são os *Diretórios Regionais de Geografia*, constituídos nos mesmos moldes do *Diretório Central*, que funciona junto à Secretaria Geral.

Todos os elementos dessa estrutura, que se mantêm em constante articulação, anualmente se reúnem em *Assembleia Geral*, órgão supremo do Conselho, formada por representantes dos três acima mencionados. Na *Assem-*

bléia Geral são estabelecidas as medidas necessárias ao fiel cumprimento dos objetivos técnicos do Conselho. Este ano, por exemplo, a Assembleia deliberou incumbir os *Diretórios Regionais* de tarefa específicas no que diz respeito à coleta e ao controle de informações e documentação de interesse geográfico nos respectivos estados e territórios, o que, se levado a efeito, será um grande passo na obra de coordenação que vem o Conselho realizando.

Cabe mencionar de passagem que alguns destes *Diretórios Regionais* funcionam junto a serviços geográficos estaduais, existentes já antes mesmo da fundação do Conselho. Este fato torna ainda mais eficiente a atuação destes órgãos deliberativos, por cujo intermédio o CNG consegue articular os serviços estaduais em planos gerais de trabalho de interesse comum.

Dentre os órgãos da estrutura do Conselho Nacional de Geografia merecem ainda especial referência as suas *Comissões Técnicas*, recentemente reestruturadas pela Assembleia Geral. Estas Comissões são constituídas por especialistas de renome em atividade nos principais centros culturais do país e têm por objetivo estudar temas especiais propostos pela Assembleia Geral, visando não somente ao esclarecimento de certos problemas geográficos de grande atualidade nacional, como também a preparar a contribuição do CNG para reuniões culturais, congressos científicos, etc. Estas Comissões são em número de seis: duas de assuntos cartográficos e quatro de assuntos geográficos. Tal como, por intermédio dos *Diretórios Regionais*, o CNG procura coordenar os trabalhos e as informações fornecidas pelas repartições estaduais, é através das *Comissões Técnicas* que ele atuará nos meios universitários, congregando, ainda, técnicos das diversas instituições especializadas, governamentais ou não. Tais Comissões, além do mais servirão como estímulo oficial ao trabalho em grupo.

2. *Outras Instituições Oficiais* — embora seja o órgão governamental por excelência dedicado às atividades geográficas, o Conselho Nacional de Geografia não é o único que se preocupa com estes assuntos. Diversas outras instituições existem no Brasil direta ou indiretamente interessadas nos vários campos da Geografia. Assim por exemplo, no estado do Paraná, o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas abriga especialistas que têm produzido trabalhos de inegável valor, mormente para a Geografia Física.

As Faculdades de Filosofia — Um destaque todo especial merecem as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, as quais são na atualidade o foco de propagação da moderna ciência geográfica no Brasil. Com efeito, em todas elas existem os cursos de Geografia e História, tendo por objetivo preparar não somente futuros mestres para o ensino secundário como também profissionais que se dedicarão

(*) Vide anexo n.º 1 — Órgãos do Conselho Nacional de Geografia.

à pesquisa de campo e de gabinete. Existem, atualmente 43 destas Faculdades, algumas ainda não plenamente instaladas.*

O que importa ressaltar é que o ensino nestes estabelecimentos tende para os moldes verdadeiramente universitários, qual seja o da íntima ligação entre a pesquisa e a docência. Como é compreensível, algumas dessas Faculdades se destacam sobre as demais quanto à pesquisa geográfica.

A *Faculdade Nacional de Filosofia* (da Universidade do Brasil) conta com um *Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil*, funcionando junto à cadeira de Geografia do Brasil. Vem logrando êxito nos trabalhos de campo e de gabinete, a que faremos menção posteriormente.

O *Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, vem, já há vários anos, se destacando como o mais ativo núcleo brasileiro de pesquisa universitária no campo da Geografia.

Com grande satisfação, observa-se que neste intervalo a que estamos fazendo menção, outras Faculdades começaram a se proferir no cenário geográfico nacional, dando origem a novos centros culturais, cuja vitalidade se deve sobretudo à Associação dos Geógrafos Brasileiros, adiante referida. Quereamos salientar, neste particular, a *Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife* (Estado de Pernambuco), a *Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais* e a *Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná*.

No presente ano começa a se destacar também a *Faculdade de Filosofia de Florianópolis* (Estado de Santa Catarina) impulsionada por mestres em Geografia da Universidade de São Paulo.

Estas Faculdades como formadoras de uma nova e acertada mentalidade geográfica, bem como centros de preparação de pesquisadores, despertando vocações, têm vital importância para o futuro da ciência geográfica nacional. O Conselho Nacional de Geografia, por exemplo, confia que as mesmas serão o elemento fundamental a permitir reforçar com jovens técnicos os órgãos regionais já ajudados.

3. *Entidades Particulares* — Dentre as entidades particulares que se dedicam à Geografia no Brasil, duas se destacam pela sua importância nacional: a Sociedade Brasileira de Geografia e a Associação dos Geógrafos Brasileiros.

A *Sociedade Brasileira de Geografia*, sediada na Capital Federal, tem por objetivo central o progresso do conhecimento geográfico do Brasil, não se desinteressando, contudo, dos acontecimentos geográficos mundiais. Realiza regularmente reuniões culturais e abriga um considerável patrimônio representado por sua Biblioteca. Esta Sociedade, quase centenária, conta no momento com mais de duzentos membros. Embora não seja uma entidade de classe profissional, ela se interessa profundamente pela posição da ciência geográfica. Assim é que, ao se cogitar da modificação dos programas de Geografia no curso secundário, com a conseqüente diminuição do número de horas lecionadas, a Sociedade assumiu uma posição de vanguarda na defesa dos interesses dos geógrafos e professores de Geografia, promovendo conferências, mesas-redondas e debates para esclarecimento das classes cultas e do grande público.

A *Associação dos Geógrafos Brasileiros*, com sede em São Paulo, apresenta características

bem diversas da Sociedade acima. Com efeito, na admissão de seus associados, atualmente em número de 54 sócios efetivos e mais de 500 cooperadores, ela procura congregar especialistas das diferentes regiões do país e dos vários núcleos onde se faz a pesquisa geográfica entre nós. Entidade jovem, que só agora completou vinte anos de existência, está a AGB intimamente vinculada ao movimento renovador da Geografia no Brasil e nesses últimos anos tem-se expandido grandemente sua esfera de ação.

Destinam-se, principalmente a incentivar a pesquisa geográfica, estrutura-se a AGB em *Secções Regionais* cada uma delas promovendo em sua sede, reuniões culturais, pesquisas de campo e de gabinete. As duas primeiras Secções Regionais de São Paulo e do Rio de Janeiro, vieram juntar-se nos últimos três anos as do Paraná, de Minas Gerais e de Pernambuco.

Anualmente reúnem-se os membros das várias Secções Regionais em *Assembléias Gerais* que tem lugar em uma região de particular interesse para os estudos geográficos. A função mais importante dessas Assembléias não é tanto a apresentação e debate de teses e comunicações nem de conferências e sim a realização *in loco* de pesquisas geográficas de campo pelos participantes do referido certame. Vários grupos, constituídos por elementos procedentes das diversas Secções Regionais, percorrem a região em estudo e antes do término da Assembléia, apresentam os relatórios de suas observações que mais tarde integrarão os anais da Associação. Este trabalho de equipe de que resultam verdadeiras monografias sobre as regiões estudadas, contribui para o engrandecimento dos geógrafos de todo o país, e, o que é de maior importância, para que todos os anos os jovens elementos oriundos dos vários centros universitários tenham a oportunidade de aprender ou se aprimorar na pesquisa geográfica, participando ativamente dos trabalhos dirigidos pelos geógrafos de maior experiência.

II — AS ATIVIDADES DE PESQUISA

O progresso revelado pelas instituições em tela no domínio da pesquisa geográfica reveste-se de três características principais de grande significado, não somente nacional mas também continental.

Em primeiro lugar deve-se reafirmar que as atividades de pesquisas se expandem aceleradamente, marcadas por uma atualizada metodologia, fruto de um conhecimento constante do que se produz nos grandes centros culturais do mundo.

Outro fato muito alvissareiro é o de que desponta em diversos pontos do país a predileção por trabalhos deste gênero, realizados não somente por iniciativa oficial mas também por particulares, congregados ou não em entidades particulares.

O influxo para a pesquisa não mais emana apenas das duas grandes capitais, Rio de Janeiro e São Paulo. Pouco a pouco vai sendo erradicado o velho e pejorativo conceito de que, infelizmente, ainda goza a Geografia até mesmo entre as classes mais cultas. Torna-se mais generalizada, então a aceitação da moderna Geografia como uma ciência que, além de ser susceptível de elevar o nível cultural, é também de utilidade prática para homens de estado e de negócios.

Em terceiro lugar, o que confirma plenamente a aceitação da utilidade desta ciência, entre nós, é que vai impondo cada vez mais a necessidade de se conhecerem bem as bases geográficas para a execução dos grandes empreendimentos públicos.

(*) Em 1952 existiam 31 Faculdades. Veja-se anexo n.º 2.

A Constituição da República, promulgada em 1946, como também as leis ordinárias e os decretos do executivo, equacionando e encaminhando soluções administrativas para muitos dos grandes problemas do país, estão diretamente reconhecendo as suas bases essencialmente geográficas. Como resultado, as instituições geográficas e os geógrafos, em particular, passam a ser solicitados a colaborar dando os conhecimentos gerais necessários para que os demais especialistas diagnostiquem problemas e apontem soluções.

Tais características podem ser bem apreciadas na sùmula, que se se segue, das atividades geográficas no país.

1. A PESQUISA NOS ÓRGÃOS DO CNG

A. Órgãos Regionais — A atuação da maior parte dos Diretórios Regionais de Geografia tem estado entravada por carência de recursos financeiros e de geógrafos. Contudo, tem-se notado uma sensível melhora neste setor. A Secretaria Geral tem proporcionado auxílio para cobrir despesas com a execução de programas de trabalhos nas unidades da federação e, por outro lado, a influência das faculdades de filosofia, como vimos, vai-se fazendo sentir no aprimoramento de técnicos.

Como vimos, apenas em alguns estados estes Diretórios funcionam junto a serviços geográficos. Acresce que, como estes serviços devem atender as primeiras necessidades dos órgãos administrativos dos respectivos estados, eles se têm dedicado sobretudo às atividades de levantamentos territoriais e confecção de mapas.

Porém, o exemplo e o estímulo da Secretaria Geral, têm produzido resultados benéficos. O *Serviço Geográfico do Estado de Minas Gerais*, conta entre suas quatro divisões com uma Divisão de Geografia, a qual não somente coordena as informações de interesse geográfico como também realiza estudos referentes ao estado.

O *Departamento Geográfico do Estado do Rio de Janeiro* tem-se mostrado muito interessado em trabalhos de urbanismo e de planejamento regional. Neste sentido realizou, em cooperação com a Divisão de Geografia da Secretaria Geral, um pormenorizado estudo da Baixada Fluminense, para a qual se planeja um aproveitamento mais racional. Compreendendo a necessidade de incutir a mentalidade geográfica em todos os setores, este Serviço, em combinação com o Diretório Regional, edita um primoroso *Anuário Geográfico* onde reúne todos os artigos surgidos anualmente sobre o território do respectivo estado.

Um dos mais prestigiosos serviços estaduais é o *Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo*. Como nos demais, porém, visa sobretudo à produção cartográfica, podendo ser considerada muito embrionária as suas pesquisas geográficas própria ditas.

O *Serviço Geográfico do Estado de Santa Catarina*, mais que os congêneres, tem-se dedicado à pesquisa, mantendo mesmo um boletim que publica trabalhos originais de vulto.

Estimulados pelos auxílios e pela orientação eventual da Secretaria Geral, os Diretórios Regionais tratam, no momento, de dar maior impulso aos trabalhos geográficos nos seus estados e territórios. Com os poucos recursos disponíveis procuram organizar concursos de monografias, realizar investigações e sistematizar a coleta de informações. Em suplemento procuram dar todo o apoio possível aos geógrafos nacionais e estrangeiros, que os procuram quando excursionam pelo interior realizando trabalhos de campo.

A necessidade de se manter atualizada uma divisão regional do Brasil para fins estatísticos é oportunidade para que os Diretórios Regionais compreendam cada vez mais a necessidade de estudos pormenorizados da área de sua jurisdição.

B. Divisão de Geografia — A Divisão de Geografia da Secretaria-Geral do CNG constitui, sem dúvida, o órgão mais importante de pesquisa geográfica pura e aplicada no Brasil.

Mantém a Divisão um plano normal de trabalho visando a uma sistematização de conhecimento geográfico do Brasil não só por trabalhos de campo como também por estudos de gabinete compreendendo uma vultosa série de mapas e cartogramas de diversos tipos.

As diversas excursões realizadas pelas Seções Regionais da Divisão, objetivando, embora, problemas específicos, contribuem enormemente para renovar e atualizar tais conhecimentos geográficos, cuja sistematização tem por finalidade a confecção de uma "Geografia do Brasil".

As constantes solicitações dos órgãos públicos e o contingência de atender necessidades de momento obrigam a Divisão a empreendimentos mais específicos.

No momento, uma das preocupações maiores, por exemplo, é o preparo das excursões, e respectivos livros-guia, que serão realizados durante o XVIII Congresso Internacional de Geografia. Sobre este acontecimento ainda teremos oportunidade de nos deter.

Como já aludimos, as instituições que se dedicam a planejamento têm-se mostrado muito interessadas nos estudos geográficos de suas áreas de ação, como base para seus planos.

Via de regra, tais trabalhos são executados mediante convênios com a instituição interessada e seus resultados são apresentados sob forma de mapas e cartogramas dando a distribuição dos fenômenos físicos e econômicos na região interessada, acompanhados de circunstanciados textos explicativos, ou de relatórios gerais conforme o tipo do trabalho executado.

Dêste modo, após 1952 foram terminados os estudos realizados para a *Comissão do Vale do São Francisco* e para a *Companhia do Vale do Rio Doce*. Toda uma série de 32 mapas e cartogramas, com os respectivos textos, abrangendo os estados do nordeste, foi preparada para o *Banco do Nordeste do Brasil*.

Em colaboração com o estado do Rio de Janeiro foi feito um particularizado estudo sobre a Baixada Fluminense, ao qual já se fez alusão. Atendendo à solicitação da *Comissão Especial Parlamentar*, foi feito um longo e exaustivo estudo sobre a "Delimitação da floresta amazônica em território brasileiro para fins de planejamento".

Este ano, a Divisão encontra-se empenhada em cumprir compromisso firmado com o *Departamento Nacional de Educação*, do Ministério de Educação e Cultura, para confecção de um Atlas Geográfico, destinado ao ensino secundário, no qual a parte referente ao Brasil será apresentada com um destaque todo especial. Este Atlas compreenderá 26 páginas de mapas referentes ao Brasil e 29 páginas relativas ao resto do mundo, nêles figurando os aspectos físicos, políticos, demográficos e econômicos. O Departamento tenciona efetuar uma grande tiragem dêste Atlas a baixo custo unitário.

No momento a Divisão de Geografia está, em entendimentos com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia para o estabelecimento de um convênio para

o estudo sobre as causas e efeitos das cheias do rio Amazonas e seus tributários, e das secas na ilha do Marajó.

Embora não constitua trabalho de pesquisa a ser aqui referido, merece menção, a propósito, o fato de que, por solicitação expressa dos órgãos interessados, foi incluído um geógrafo da Divisão na *Comissão de Investimentos do Nordeste*.

Também contaram com a assistência permanente dos geógrafos do CNG as Comissões que fizeram a seleção do local para a nova capital federal do Brasil, de vez que é também este um problema de base nitidamente geográfica.

Seria alongar-se demasiadamente citar aqui os inúmeros trabalhos de campo e gabinete realizados pela Divisão. Para que se tenha uma idéia melhor do gênero de trabalhos por ela executados e o que está sendo realizado atualmente, transcrevemos em anexo um extrato do programa do Conselho Nacional de Geografia na parte referente às atividades da Divisão de Geografia *

2. ATIVIDADES DE PESQUISA NAS FACULDADES E ENTIDADES PARTICULARES

Constituem as faculdades de Filosofia importantes centros de pesquisas no campo da Geografia.

O Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia dedicou-se à pesquisa bibliográfica, tendo sido organizados fascículos correspondentes à bibliografia cartográfica e geográfica brasileira nos últimos anos. Além dessa contribuição ao conhecimento de nossa bibliografia especializada, o referido Centro tem realizado pesquisas sobre fenômenos sísmicos na planície amazônica, sobre a aplicabilidade de vários índices climáticos na caracterização das áreas secas do Brasil e de geografia rural nos arredores da cidade do Rio de Janeiro.

Ao redor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife reúne-se um grupo pequeno mas ativo de geógrafos que tem empreendido vários estudos sobre aspectos da geografia física e humana de Pernambuco. A *Serra Negra*, a ilha de Itamaracá e a região do cabo de Santo Agostinho têm sido objeto de pesquisas da parte dos geógrafos de Pernambuco.

Também as faculdades mais novas de Florianópolis e da Paraíba, bem como a Faculdade Fluminense de Filosofia, já se estão voltando para a pesquisa geográfica.

A mais antiga dentre as Faculdades de Filosofia, a da Universidade de São Paulo, destaca-se pelo vulto e pelo número das pesquisas até agora empreendidas. Trabalhos foram e estão sendo efetuados por seu corpo docente em várias regiões do estado de São Paulo tendo em vista a preparação de teses de doutoramento e docência (Regiões de São Paulo e Sorocaba, litoral paulista e ilha de São Sebastião). Cumpre citar também as pesquisas que estão sendo realizadas pela cadeira de Geografia Humana sobre a utilização da terra do vale do Paraíba.

Além desses trabalhos, o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em colaboração com a Seção paulista da Associação dos Geógrafos Brasileiros, promoveu um estudo de geografia urbana da cidade de São Paulo, com a participação de grande número de geógrafos da capital paulista. Esta geografia da cidade e da

região de São Paulo, atualmente em fase de acabamento, será uma das maiores obras geográficas já publicadas no Brasil.

Outras pesquisas têm sido, ainda, realizadas pela Associação dos Geógrafos Brasileiros. Além das que têm sido promovidas pelas diferentes Seções Regionais realizou a Associação dos Geógrafos Brasileiros em 1954 importante trabalho sobre a região compreendida pela bacia hidrográfica Paraná-Uruguai. Neste trabalho de grande significação, pois foi a primeira contribuição desta Associação de geógrafos profissionais para o planejamento regional, colaboraram sócios das Seções de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais. Mais de oitenta mapas e cerca de cinquenta textos foram elaborados no prazo de apenas quatro meses, em cumprimento ao convênio assinado com a *Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai*, a qual já providenciou a impressão dos mesmos.

Também não podem deixar de ser citadas as pesquisas levadas a efeito por ocasião das Assembléias Gerais da referida Associação, que se têm estendido às diferentes regiões do Brasil.

3. O XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA E A COLABORAÇÃO DAS DIVERSAS ENTIDADES GEOGRÁFICAS

Tódas as atenções se voltam no momento para o XVIII Congresso Internacional de Geografia a ser realizado no Rio de Janeiro em agosto de 1956.

Pela primeira vez foi escolhida uma cidade do hemisfério sul para sede de um Congresso Internacional de Geografia e o fato de ter a escolha recaído no Brasil constitui para os geógrafos brasileiros uma prova de confiança e um reconhecimento formal do elevado estágio a que chegou a ciência geográfica entre nós.

Compreendendo suas responsabilidades no êxito ao certame, os geógrafos brasileiros congregam-se na Comissão Organizadora do Congresso e as instituições geográficas, oficiais e particulares, prestigiam-na e colaboram ativamente nos preparativos.

Consideram-se como um dos pontos mais importantes do Congresso as excursões que deverão ser proporcionadas aos geógrafos estrangeiros, as quais deverão ser em número de nove, pelas seguintes regiões:

1. Planalto Centro-Occidental e Pantanal Mato-Grossense;
2. Zona Metalúrgica de Minas Gerais e Vale do Rio Doce;
3. Roteiro do Café e Frentes Pioneiras;
4. Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Região de São Paulo;
5. Planície Litorânea e Zona Canavieira do Estado do Rio de Janeiro;
6. Bahia;
7. Nordeste;
8. Amazônia;
9. Planalto Meridional.

Para a organização destas excursões, assim como para os preparativos do Congresso de modo geral, o Conselho Nacional de Geografia empenha-se em dar o maior auxílio técnico e administrativo possível.

Mas é inestimável a contribuição que os geógrafos de várias instituições vêm prestando momentaneamente na organização das excursões e dos respectivos livros-únia. Destacam-se os esforços do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo (excursão 3. Roteiro do Café e Frentes Pioneiras) do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia da Universidade do

(*) Vide anexo n.º 3.

Recife (excursão 7. Nordeste). Das demais excursões está-se encarregando a Divisão de Geografia do CNG, contando com a colaboração eventual de geógrafos estranhos aos seus quadros.

Os preparativos mais adiantados são os relativos às excursões 1, 2, 3, 5, 7 e 8. O propósito da Subcomissão de Excursões do Congresso é o de que os livros-guia destinados às excursões constituam, pelo seu plano e pela matéria nelas contida, uma importante contribuição original à Geografia do Brasil no que diz respeito às regiões percorridas.

Além da contribuição das Faculdades acima é justo que se mencione também o auxílio prestado pela Faculdade Nacional de Filosofia porquanto é junto ao Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil da sua cadeira de Geografia do Brasil que funciona a Secretaria da Comissão Organizadora do Congresso.

Mas os preparativos para o Congresso refletem-se em vários outros setores das atividades geográficas. Particularmente, são numerosos os geógrafos que já começam a preparar teses sobre assuntos recomendados no temário elaborado pela Subcomissão de Temário e Programa. A própria Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, considerando o interesse e a necessidade de se apresentar contribuição de vulto científico ao referido Congresso, fixou os seguintes temas sobre os quais as Comissões Técnicas deverão elaborar trabalhos:

- a) Para a Comissão de Levantamentos Territoriais: "Métodos a serem empregados na cartografia das regiões de florestas tropicais".
- b) Para a Comissão de Cartografia: "Simplificação do desenho de cartas para impressão".
- c) Para a Comissão de Geografia Física: "Problemas da morfologia litorânea do Brasil Meridional".
- d) Para a Comissão de Geografia Humana: "O uso da terra e a economia da água na região semi-árida do Nordeste".
- e) Para a Comissão de Geografia Regional: "Estado atual do conhecimento geográfico do estado de São Paulo".
- f) Para a Comissão de Metodologia e Didática da Geografia: "O papel da ciência geográfica na educação rural do Brasil".

De modo geral, as autoridades brasileiras reconhecendo os benefícios que resultarão para o Brasil de uma reunião de geógrafos de todas as procedências, têm mostrado a maior boa-vontade e têm dado toda a cooperação solicitada para os preparativos em andamento.

III — ATIVIDADES CULTURAIS

1. ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS DO CNG

O principal órgão neste setor é a Divisão Cultural da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Entre as atividades mais importantes desta Div. são destacam-se os cursos de férias para aperfeiçoamento de professores do curso secundário, realizados em janeiro e julho de cada ano, sendo que o de janeiro é feito em colaboração com a Faculdade Nacional de Filosofia.

Característica importante destes cursos é o grande afluxo de professores residentes nos estados e territórios, quase todos agraciados com bolsas oferecidas pela Secretaria Geral do CNG mediante indicação dos Diretores Regionais. Estas bolsas, em número de 25 por ano, têm a grande vantagem de colocar professores do interior em contacto com um dos dois mais importantes centros culturais do país.

Além desses o CNG promove ainda cursos avulsos de interesse para os especialistas. Em 1954, por exemplo, o Dr. Luis Brandão, técnico em solos de renome a serviço da FAO, por iniciativa do CNG, proporcionou um curso de atualização de conhecimentos sobre solos, expendendo modernos conceitos que alcançaram grande repercussão.

Recentemente foi restabelecida uma das tradições culturais mais antigas do CNG qual seja a da realização de tertúlias geográficas em que são expostos assuntos de interesse por técnicos de renome no país.

Foi instituído, ainda, pela Secretaria Geral um Centro de Aperfeiçoamento de Geógrafos, mas não foi possível, ainda, por limitações administrativas e financeiras, colocá-lo em funcionamento, o que se pretende para breve. O curso a ser ministrado pelo Centro destinara-se, antes de tudo, a aprimorar na pesquisa de campo e de gabinete os jovens recém-formados pelos cursos de Geografia e História das Faculdades de Filosofia.

No setor cultural tem o CNG desenvolvido outras modalidades de cooperação para o aperfeiçoamento técnico. Por recente deliberação da Assembléa Geral, a Secretaria Geral passará a proporcionar estágios remunerados a técnicos indicados anualmente pelos Diretores Regionais de Geografia, dando assim mais um passo na obra de difusão de conhecimentos geográficos no território nacional.

Particular importância apresenta a cooperação do CNG com instituições internacionais. Tendo auxiliado e mantido a Comissão de Geografia do IPGH, nos seus primeiros anos, o Conselho continua a colaborar com a mesma, acolhendo profissionais latino-americanos em estágio; que se têm mostrado muito proveitosos. Geógrafos do Chile, da Bolívia, do Peru, da Venezuela, de Costa Rica, têm trabalhado com os geógrafos do Conselho e, por seu intermédio, tiveram contacto com a Associação dos Geógrafos Brasileiros, contacto este que se mostrou extremamente proveitoso.

No corrente ano, iniciou-se também a cooperação com a Comissão de Assistência Técnica da UNESCO, oferecendo o CNG bolsas remuneradas para estagiários estrangeiros, a começar por um professor equatoriano.

Reciprocamente, a Secretaria Geral tem proporcionado facilidades para a ida de seus geógrafos que têm sido agraciados com bolsas de estudos em Universidades norte-americanas ou francesas.

Um fato cultural vem mostrar a grande importância já alcançada pela profissão de geógrafo no Brasil: pela primeira vez foi realizado um concurso público de ingresso à carreira de geógrafo da Secretaria Geral, concurso que constatou de defesa de tese, provas de suficiência intelectual em todos os ramos da geografia e prova de títulos.

Há, ainda, outras modalidades de atividades culturais, de caráter rotineiro, no CNG. Uma delas é a manutenção de um Museu Geográfico destinado a dar aos jovens das escolas e ao grande público, em geral, melhor compreensão dos aspectos geográficos brasileiros.

Importante, também, dado o número de consultas e pedidos que recebe, é a Fototeca que conta cada dia com um número maior de fotografias de todo o território nacional, obtidas por técnicos especializados do próprio Conselho que acompanham os geógrafos em suas viagens. Com a conclusão de um filme sobre a Usina Hidrelétrica da Cachoeira de Paulo Afonso, inicia-se, também, uma série de documentários cinematográficos.

Antes de passarmos à segunda parte das atividades culturais de caráter geográfico no Bra-

sil, desejamos fazer um registro especial sobre um grande evento ocorrido entre a última Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e a que ora se realiza.

Queremos referir-nos ao estabelecimento da Comissão Nacional da União Geográfica Internacional, por iniciativa da Assembléia Geral do CNG. Com este acontecimento ficaram definitivamente regularizadas as relações do Brasil com aquele principal órgão mundial no domínio da ciência geográfica.

O caráter da Comissão é verdadeiramente nacional por reunir geógrafos dos mais diversos pontos do país, e, releva notar, constitui ela um órgão privado, contando com representantes de várias instituições, oficiais ou não.

O primeiro ato desta Comissão foi dar origem à Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia.

2. CONGRESSOS E REUNIÕES CULTURAIS

Dois grandes congressos geográficos foram realizados no Brasil nos últimos três anos, além das Assembléias Gerais anuais da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

O XI Congresso Brasileiro de Geografia, promovido pela Sociedade Brasileira de Geografia, sob o patrocínio do CNG, reuniu-se em Pôrto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, em maio de 1954.

A ele compareceu mais de uma centena de interessados, dentre os quais além dos geógrafos, historiadores e numerosos especialistas de ciências afins da Geografia. Estiveram presentes muitos dos geógrafos de maior renome nos grandes centros culturais do país, tendo contribuído decisivamente para o êxito do certame, fazendo prevalecer na discussão das teses, como nas mesas-redondas, os princípios da moderna metodologia geográfica.

Em junho do mesmo ano reuniu-se em Ribeirão Preto, o I Congresso Brasileiro de Geógrafos organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros em comemoração do vigésimo aniversário de sua fundação e do IV centenário da cidade de São Paulo. Tratava-se mais de uma reunião de especialistas, professores e geógrafos profissionais e aqueles que em grande número dela participaram, efetuaram pesquisas de inestimável valor num raio aproximado de 150 quilômetros. Foram percorridos 2 000 quilômetros e preparados circunstanciados relatórios apresentados em plenário. Em complemento, foram realizadas numerosas sessões para debate de teses e mesas-redondas. Coincidiu esse Congresso com a celebração da IX Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Dois outras Assembléias foram ainda realizadas desde 1952, a VIII, em 1953, na cidade de Curitiba, e a X, em julho do corrente ano, em Geranuns, estado de Pernambuco. Em consequência do sistema de trabalho adotado em suas Assembléias, tem a AGB promovido o conhecimento e o estudo geográfico de regiões as mais diversas, do Nordeste, do Sul, ou do remoto Centro-Oeste.

Em ambos os congressos acima citados — o XI Congresso Brasileiro de Geografia e o I Congresso Brasileiro de Geógrafos — uma exposição de cartografia acompanhou os trabalhos, tendo sido exibidos mapas e cartogramas elaborados no Conselho Nacional de Geografia e em outras entidades oficiais ou particulares.

Outra exposição geográfica foi organizada em Recife por ocasião das comemorações do tricentário da restauração pernambucana, tendo sido expostos os mapas e trabalhos referentes ao Nordeste do Brasil até agora executados pelo Conselho Nacional de Geografia.

3. PUBLICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Numerosas foram as publicações geográficas que vieram a lume no Brasil entre meados de 1952 e de 1955.

O Conselho Nacional de Geografia publicou neste período treze novos números de sua *Revista Brasileira de Geografia* (ano XIII, ns. 2, 3 e 4, ano XIV, ns. 1, 2, 3 e 4, ano XV, ns. 1, 2, 3 e 4 e ano XVI, ns. 1 e 2), bem como vinte e cinco números do *Boletim Geográfico* (ns. 97 a 121), as duas publicações geográficas de maior divulgação no país.

A revista, cujo primeiro número data de janeiro de 1939, mantém rigorosamente os objetivos com que foi lançada, somente publicando artigos que contenham matéria original, de cunho realmente científico. Já o boletim, iniciado em abril de 1943, tem caráter essencialmente informativo, com o objetivo de auxiliar principalmente os estudantes de Geografia. Dentre suas seções, destacam-se pela utilidade, a de "transcrições" de obras notáveis já esgotadas ou difíceis de obter-se e a de "contribuição ao ensino", com síntese dos conhecimentos mais atualizados sobre a geografia do país. Ainda nesse período foram entregues ao público dois volumes da Biblioteca Geográfica Brasileira, *Estudo Geográfico do Território do Amapá* e *Estudo Geográfico do Território do Acre*, bem como duas coletâneas de trabalhos sobre o Rio Grande do Sul e o estado de São Paulo intituladas *Aspectos da Geografia Rio-Grandense* e *Aspectos da Geografia da Terra Bandeirante*. Também foi preparado o primeiro volume do *Anuário Geográfico do Brasil* que se acha em fase final de impressão.

Além das obras acima citadas, vem publicando o Conselho Nacional de Geografia uma série de guias de excursões realizadas pelos membros de sua Assembléia Geral, guias esses que por seu caráter eminentemente técnico constituem verdadeiras monografias geográficas.* Também as excursões do XI Congresso Brasileiro de Geografia tiveram seus guias elaborados e publicados pelo CNG.

A atividade cultural do Conselho tem-se feito sentir também de maneira indireta, com o estímulo a técnicos estrangeiros a seus quadros, promovendo a publicação de seus trabalhos. Como exemplos, podem ser citados o *Atlas Meteorológico*, já em fase de impressão, da autoria do meteorologista Adalberto Serra e os trabalhos sobre solos, do pedólogo José Setzer.

Dois periódicos mantidos pelos Diretórios Regionais de Geografia dos estados, merece menção especial o *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro* que tem aparecido regularmente (ns. 5, 6 e 7, referentes aos anos de 1952, 1953 e 1954). Outras publicações avulsas têm sido divulgadas por esses diretórios, como as do estado de Santa Catarina.

As pesquisas geográficas levadas a efeito nas diferentes Faculdades de Filosofia têm sido divulgadas em publicações diversas também referidas em anexo.*

Outros periódicos geográficos têm sido divulgados pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, o *Boletim Paulista de Geografia*, o *Boletim Carioca de Geografia* e os *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Nos últimos três anos foram entregues ao público nada menos de dez números do *Boletim Paulista* e cinco do *Boletim Carioca*, bem como três volumes dos *Anais* da Associação.

(*) Vide anexo n.º 4.

IV — O ENSINO DA GEOGRAFIA NO BRASIL

Como se depreende do acima exposto, toda a atual vitalidade da ciência geográfica, entre nós, está muito apoiada no progresso do ensino superior da Geografia. Com efeito, a obra que, neste campo, vem realizando o Conselho Nacional de Geografia e as demais instituições citadas, mormente a Associação dos Geógrafos Brasileiros, acompanha de perto o surto dos cursos de Geografia das Faculdades de Filosofia. Aliás é de se notar que estas duas entidades sômente surgiram depois que foram fundadas no Brasil as duas primeiras Faculdades (de São Paulo e do Distrito Federal), graças à inspiração de mestres universitários franceses.

Mas, a vida dos cursos destas Faculdades está também na dependência da posição da Geografia no curso secundário. Tal acontece porque a função primordial destes estabelecimentos universitários ainda é a de formar licenciados aptos para o exercício do magistério nos cursos *gymnasial* (1º ciclo do curso secundário) e *collegial* (IIº ciclo do curso secundário).

Há no momento grande procura pelos cursos de Geografia e História, que entre outros, fleva no *curriculum* das Faculdades. Dêste modo, entre inúmeros candidatos ao licenciamento revelam-se anualmente vocações de jovens pesquisadores que vêm aumentar a corrente dos geógrafos militantes. Isto ocorre, principalmente, nas Faculdades, por nós já citadas, em que é mais desenvolvida a conjugação entre docência e pesquisa.

O número de candidatos ao Curso de Geografia e História decorre da posição destas duas disciplinas no *curriculum* do curso secundário. Ambas figuram em todas as séries, e a distribuição do programa de Geografia é, atualmente, a seguinte: 1º ciclo (gimásio) — 1ª série: Geografia Geral. Noções de Geografia Astronômica, Geografia Física e Geografia Humana; 2ª série: Geografia Geral (geografia regional do mundo, excepto o Brasil); 3ª série: Geografia do Brasil (geografia física e humana); 4ª série: Geografia do Brasil (geografia regional, segundo as cinco grandes unidades regionais do país) — IIº ciclo (colégio) — 1ª série: Geografia Física (sistemática); 2ª série: Geografia Regional (das grandes potências); 3ª série: Geografia do Brasil (tratando especialmente dos grandes problemas geográficos nacionais).

A posição dos geógrafos e dos professores de Geografia não está ainda bem consolidada entre nós e uma diminuição no número de horas no ensino desta matéria, como tem sido cogitado em reformas propostas, terá por resultado um enfraquecimento da posição dos cursos das Faculdades que, já dissemos, visam antes de tudo à formação de professores. Quer isto significar, também, que o número de pesquisadores ativos poderia sofrer redução no futuro.

Contudo esta conjuntura não passa de possibilidade remota e no momento a Geografia nas universidades adquire expressão cada vez maior. A prova disso é a brilhante geração de professores universitários que aí está a liderar o surto geográfico no Brasil.

O programa dos cursos superiores em questão varia um pouco de um estabelecimento para outro, conforme os recursos disponíveis. De modo geral existe um curso de três anos, que confere o título de bacharel, complementado por outro de um ano, que confere o título de licenciado e permite o exercício do magistério. Neste último ano as matérias lecionadas referem-se à didática do ensino secundário.

O curso fundamental (bacharelato) compreende, além da Geografia e da História, a Antropologia e a Etnografia, assim dispostas: 1º ano — Geografia Física, Geografia Humana, História Antiga e Medieval e Antropologia; 2º ano — Geografia Física, Geografia Humana, História Moderna, História do Brasil e Etnografia; 3º ano — Geografia do Brasil, História do Brasil, História Contemporânea e História da América.

Na Faculdade Nacional de Filosofia o título de bacharel não é dado senão após mais dois anos de especialização. No 4º e 5º anos o discípulo escolhe, então, as matérias por que tem predileção — um dos ramos da Geografia ou da História. Além disso é incluído um curso de um ano sobre Geografia Regional do Mundo e outro sobre Cartografia.

O curso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, por sua vez, além da Geografia Regional compreende também outras disciplinas necessárias ao maior conhecimento geográfico, tais como Geologia e Cartografia. Esta Faculdade dá também, uma ênfase toda especial ao Curso de Geografia do Brasil, tanto em aulas teóricas quanto em excursões de pesquisa.

O intercâmbio cultural que se ativa cada vez mais entre as Faculdades mais importantes revela bem como o exemplo dos dois estabelecimentos, ora citados, rapidamente contagia os demais.

Cursos de férias são realizados nas capitais estaduais tendo por objetivo levar ao conhecimento dos alunos de suas Faculdades o estado atual da doutrina e da pesquisa nos centros mais adiantados.

Professores de São Paulo têm realizado cursos de férias em Salvador, Belo Horizonte e Recife. Além disso, a exemplo das Faculdades de São Paulo e do Rio de Janeiro, as de Recife e da Paraíba recorreram à experiência de mestres europeus para lançar a boa semente destinada a frutificar pelos anos a fora.

Os centros universitários ansiam pela presença de experimentados mestres europeus e norte-americanos, alguns dos quais já tiveram ocasião de levar ao Brasil um pouco do seu saber e do seu entusiasmo. Infelizmente as dificuldades de toda ordem, mormente financeiras, não permitem que se ampliem estas visitas estimulantes. Mas, certamente, é este um bom programa de cooperação a ser desenvolvido pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

ANEXO N.º 1

ÓRGÃOS DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

A) ÓRGÃOS DELIBERATIVOS

- 1 — *Assembléa Geral*
- 2 — *Diretório Central*
- 3 — *Diretórios Regionais* nas capitais dos estados e dos territórios federais

B) ÓRGÃOS INFORMATIVOS

- 1 — *Diretórios Municipais* nas sedes dos municípios que não forem capitais
- 2 — *Corpo de Informantes Distritais*

C) ÓRGÃOS CONSULTIVOS

- 1 — *Corpo de Consultores Técnicos*
- 2 — *Comissões Técnicas*
- I — Comissão de Levantamentos Territoriais
- II — Comissão de Cartografia
- III — Comissão de Geografia Física
- IV — Comissão de Geografia Humana
- V — Comissão de Geografia Regional
- VI — Comissão de Metodologia e Didática da Geografia

D) ÓRGÃO EXECUTIVO — SECRETARIA GERAL**1 — Órgãos Consultivos**

- I — Comissão Diretora
- II — Comissão de Geografia
- III — Comissão de Cartografia
- IV — Comissão de Difusão e Cultura
- V — Comissão de Promoções
- VI — Consultoria Jurídica

2 — Órgãos Executivos**I — O gabinete do secretário-geral que compreende:**

- a) Chefia do Gabinete
- b) Secretaria dos Órgãos Deliberativos do Conselho
- c) Secretaria de Coordenação dos Órgãos Regionais e Entidades Filhadas
- d) Setor de Rádio e Comunicações
- e) Setor de Fotografia e Cinema

II — A Divisão de Geografia com a seguinte organização:

- a) Direção da Divisão
- b) Secretaria da Divisão, com o Setor de Ilustrações Geográficas
- c) Seção Regional Norte
- d) Seção Regional Nordeste
- e) Seção Regional Leste
- f) Seção Regional Sul
- g) Seção Regional Centro-Oeste
- h) Seção de Estudos Sistemáticos, com os seguintes setores:
 - 1) Setor de Geomorfologia
 - 2) Setor de Climatologia
 - 3) Setor de Biogeografia
 - 4) Setor de Geografia Humana
 - 5) Setor de Geografia Política
 - 6) Setor de Geografia Econômica

III — A Divisão de Cartografia, que compreende:

- a) Direção da Divisão
- b) Secretaria da Divisão
- c) Seção de Triangulação, com os seguintes setores:
 - 1) Setor de Medição Angular e Montagem de Torres
 - 2) Setor de Reconhecimento A
 - 3) Setor de Reconhecimento B
 - 4) Setor de Serviços Gerais
- d) Seção de Nivelamento, com os seguintes setores:
 - 1) Setor de Medição A
 - 2) Setor de Medição B
 - 3) Setor de Medição C
 - 4) Setor de Serviços Gerais
- e) Seção de Bases, de Astronomia e Gravimetria, com os seguintes setores:
 - 1) Setor de Bases
 - 2) Setor de Astronomia e Gravimetria
 - 3) Setor de Serviços Gerais
 - 4) Setor de Controle Astronômico
- f) Seção de Levantamentos Mistos, com os seguintes setores:
 - 1) Setor de Levantamento A
 - 2) Setor de Levantamento B
 - 3) Setor de Levantamento C
 - 4) Setor de Serviços Gerais
- g) Seção de Cálculos, com os seguintes setores:
 - 1) Setor de Cálculos Astronômicos
 - 2) Setor de Cálculos Geodésicos
 - 3) Setor de Cálculos Especiais
- h) Seção de Compilação, com os seguintes setores:
 - 1) Setor de Pesquisas
 - 2) Setor de Altimetria
 - 3) Setor de Planimetria
 - 4) Setor de Cartas Especiais

1) Seção de Desenho, com os seguintes setores:

- 1) Setor Cartográfico
- 2) Setor Litográfico

j) Seção de Revisão**l) Seção de Restituição Aerofotogramétrica, com os seguintes setores:**

- 1) Setor de Identificação e Seleção
- 2) Setor de Análise e Triangulação
- 3) Setor de Restituição

m) Seção de Documentação Cartográfica, com os seguintes setores:

- 1) Setor de Prontuário
- 2) Setor de Mapoteca
- 3) Setor de Arquivo Fotográfico
- 4) Setor de Divisão Territorial

n) Seção de Reproduções, com os seguintes setores:

- 1) Setor de Fotocartografia
- 2) Setor de Tipografia e Multilite
- 3) Setor de Cópias

IV — A Divisão Cultural, com a seguinte organização:

- a) Direção da Divisão
- b) Secretaria da Divisão
- c) Seção de Biblioteca, com os seguintes setores:
 - 1) Setor de Catalogação e Referência
 - 2) Setor de Arquivo Corográfico
 - 3) Setor de Hemeroteca
- d) Seção de Divulgação Cultural, com os seguintes setores:
 - 1) Setor de Assistência ao Ensino
 - 2) Setor de Museu
 - 3) Setor de Intercâmbio
 - 4) Setor de Toponímia
- e) Seção de Publicações, com os seguintes setores:
 - 1) Setor de Redação
 - 2) Setor de Revisão
 - 3) Setor de Ilustrações
 - 4) Setor de Expedição

V — A Divisão de Administração, que compreende:

- a) Direção da Divisão
- b) Secretaria da Divisão
- c) Tesouraria
- d) Seção do Pessoal, com os seguintes setores:
 - 1) Setor de Cadastro
 - 2) Setor de Direitos e Deveres
- e) Seção do Material, com os seguintes setores:
 - 1) Setor Comercial
 - 2) Setor de Patrimônio
 - 3) Setor de Almoarifado
- f) Seção de Contabilidade, com os seguintes setores:
 - 1) Setor Contábil
 - 2) Setor Orçamentário
 - 3) Setor de Controle
- g) Seção de Comunicações e Expediente, com os seguintes setores:
 - 1) Setor de Protocolo e Arquivo
 - 2) Setor de Mecanografia
- h) Seção de Serviços Gerais, com os seguintes setores:
 - 1) Setor de Portaria
 - 2) Setor de Reparos e Conservação
 - 3) Setor de Garagem e Transporte

ANEXO N.º 2

FACULDADES DE FILOSOFIA QUE TÊM CURSO DE GEOGRAFIA OU DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

ALAGOAS

Faculdade de Filosofia — Maceió

BAHIA

Faculdade Católica de Filosofia — *Salvador*
 Faculdade de Filosofia da Bahia — (Universidade da Bahia) *Salvador*

CEARA

Faculdade Católica de Filosofia do Ceará — *Fortaleza*

DISTRITO FEDERAL

Faculdade Nacional de Filosofia (Universidade do Brasil)
 Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette (Universidade do Distrito Federal)
 Faculdade de Filosofia (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Santa Ursula

GOIÁS

Faculdade de Filosofia de Goiás — *Gotânia*

MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia — (Universidade de Minas Gerais) *Belo Horizonte*
 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santa Maria — *Belo Horizonte*
 Faculdade de Filosofia e Letras — *Juiz de Fora*
 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino — *Uberaba*

PARÁ

Faculdade de Filosofia do Pará — *Belém*

PARAÍBA

Faculdade de Filosofia da Paraíba — *João Pessoa*

PARANÁ

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Universidade do Paraná) — *Curitiba*
 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — *Ponto Grossa*

PERNAMBUCO

Faculdade de Filosofia (Universidade do Recife) — *Recife*
 Faculdade de Filosofia de Pernambuco
 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Universidade Católica) — *Recife*

RIO DE JANEIRO

Faculdade Fluminense de Filosofia — *Niterói*
 Faculdade Católica de Filosofia — *Petrópolis*

RIO GRANDE DO SUL

Faculdade de Filosofia (Universidade de Porto Alegre) — *Porto Alegre*
 Faculdade de Filosofia (Universidade Católica do Rio Grande do Sul) — *Porto Alegre*

SANTA CATARINA

Faculdade de Filosofia de Santa Catarina — *Florianópolis*

SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Universidade de São Paulo) — *São Paulo*
 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae (Universidade Católica de São Paulo) — *São Paulo*
 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento (Universidade Católica de São Paulo) — *São Paulo*
 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Mackenzie — *São Paulo*
 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas (Universidade Católica de São Paulo) — *Campinas*

Faculdade Salestana de Filosofia, Ciências e Letras — *Lorena*
 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba — *Sorocaba*

SERGIPE

Faculdade Católica de Filosofia — *Aracaju*

FACULDADES QUE MINISTRAM O ENSINO DE GEOGRAFIA**BAHIA**

Faculdade de Ciências Econômicas (Universidade da Bahia) — *Salvador*

CEARA

Faculdade de Ciências Econômicas — *Fortaleza*

DISTRITO FEDERAL

Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (Universidade do Brasil)
 Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro
 Faculdade de Economia do Rio de Janeiro (Associação Cri^{ta}s de Mocós)
 Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (Academia de Comércio do Rio de Janeiro)
 Faculdade de Economia e Finanças
 Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais

GOIÁS

Faculdade de Ciências Econômicas — *Gotânia*

MINAS GERAIS

Faculdade de Ciências Econômicas (Universidade de Minas Gerais) — *Belo Horizonte*
 Faculdade de Ciências Econômicas — *Juiz de Fora*

PARÁ

Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais — *Belém*

PARAÍBA

Faculdade de Ciências Econômicas — *João Pessoa*

PARANÁ

Faculdade de Ciências Econômicas (Universidade do Paraná) *Curitiba*
 Faculdade de Ciências Econômicas — *Curitiba*

PERNAMBUCO

Faculdade de Ciências Econômicas (Universidade do Recife) — *Recife*
 Faculdade de Ciências Econômicas (Universidade Católica) — *Recife*

RIO DE JANEIRO

Faculdade de Ciências Econômicas — *Niterói*
 Faculdade de Ciências Econômicas Martim Afonso — *Niterói*

RIO GRANDE DO SUL

Faculdade de Ciências Econômicas (Universidade de Porto Alegre) — *Porto Alegre*
 Faculdade de Ciências Econômicas (Universidade Católica do Rio Grande do Sul) — *Porto Alegre*

SANTA CATARINA

Faculdade de Ciências Econômicas — *Florianópolis*

SÃO PAULO

Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (Universidade de São Paulo) — São Paulo

Faculdade de Ciências Econômicas — São Paulo

Faculdade de Ciências Econômicas São Lu's — São Paulo

Faculdade de Economia, Finanças e Administração — São Paulo

Faculdade de Estudos Econômicos — São Paulo

Faculdade de Ciências Econômicas do Instituto Mackenzie — São Paulo

Faculdade de Ciências Econômicas — Campinas

Faculdade de Ciências Econômicas — Franca

Faculdade de Ciências Econômicas — Ribeirão Preto

Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos — Santos

SERGIPE

Faculdade de Ciências Econômicas — Aracaju

ANEXO N.º 3

EXTRATO DO PROGRAMA DA SECRETARIA GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA PARA 1955

ATIVIDADES DA DIVISÃO DE GEOGRAFIA

1. Trabalhos em cooperação.

1. 1. Mediante convênio a ser assinado com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;

I — Estudo sobre as secas da ilha de Marajó a ser realizado no prazo de deztoito (18) meses, a partir de 1.º de janeiro de 1955.

II — Estudo sobre as enchentes do rio Amazonas e seus tributários a ser realizado no prazo de vinte e quatro (24) meses.

1. 2. Mediante convênio a ser assinado com o Departamento Nacional de Educação:

— Elaboração dos originais de um Atlas Escolar, de acordo com o programa do 1.º ciclo do curso secundário. O DNE prevê uma tiragem mínima de 100 000 exemplares.

2. Colaboração com a Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia

— A Divisão de Geografia deverá empregar todo o esforço possível nos trabalhos de campo e gabinete objetivando o preparo das excursões que serão realizadas pelo Congresso e a elaboração dos respectivos livros-guia. Para tanto contará com a cooperação desinteressada de geógrafos estrangeiros do CNG;

2. 1. Excursões em que a DG colaborará, por intermédio de suas secções regionais:

I — Rio Amazonas, de Belém a Manaus, com digressões;

II — Corte E-W de Pernambuco e da Paraíba, prolongando-se até o Cariri Cearense;

III — Vale do Rio Doce e centro de Minas Gerais;

IV — Leste e norte da Bahia;

V — Zonas coloniais do Sul;

VI — Planalto Central e Pantanal Mato-Grossense.

2. 2. O livro-guia de cada excursão será elaborado segundo plano de monografia regional de modo a representar uma vultosa contribuição à Geografia do Brasil.

3. Contribuição à "Geografia do Brasil"

3. 1. Elaboração de um plano obedecendo a um esquema flexível, dividindo a obra em fascículos, os quais serão publicados à medida que se forem coligindo os elementos suficientes para cada um.

3. 2 No que se refere à geografia sistemática, início da elaboração de três fascículos referentes a:

I — Climatologia;

II — População;

III — Geografia Agrária.

3. 3. Quanto à geografia regional, procurar-se-á realizar excursões de reconhecimento em áreas não percorridas por geógrafos do CNG, ou pouco conhecidas pelos mesmos, como sejam:

I — Maranhão amazônico;

II — Zona marginal aos rios Javari e Solimões;

III — Nordeste Ocidental;

IV — Serra da Borborema;

V — Pantanal Mato-Grossense;

VI — Zona pioneira do norte de Mato Grosso.

VII — Região de São Paulo servida pela Estrada de Ferro Mogiana.

4. Trabalhos diversos a concluir em gabinete

4. 1. Trabalhos geográficos:

I — Utilizando-se o levantamento bibliográfico já realizado, elaborar síntese sobre as regiões:
— Planalto ocidental,
— Depressão sanfranciscana;

II — Em decorrência de excursões já realizadas, conclusão das monografias sobre:
— Leste catarinense,
— Depressão do Jacuí;

III — Conclusão das sínteses de geografia econômica:
— Produção de erva-mate no sul do Brasil,
— Produção de fumo no Rio Grande do Sul;

IV — Entrega ao prelo da monografia sobre o território do Rio Branco.

4. 2. Trabalho de Cálculo:

I — Cálculo das áreas distritais, situação em 1950, para os estados: Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo;

II — Deslocamento, distâncias e direções dos centros de gravidade da população segundo os censos de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940 e 1950;

III — Dedic de área, população e centro de gravidade da população segundo os diversos censos; atualização para 1950;

IV — Cadastro das sedes municipais: data de investidura, posição e altitude.

5. Trabalhos diversos programados

5. 1. Trabalhos geográficos: foram programados diversos trabalhos específicos.

quase todos ligados às atividades gerais referidas nos itens anteriores.

Para o fascículo de Climatologia referido no item 3. 2. I:

I — Estudo sobre as variações da temperatura no Brasil, acompanhado de mapas de isotermas;

II — Estudo sobre a variação das precipitações em torno das normais, a iniciar-se pela região Nordeste.

Para o fascículo de população referido no item 3. 2. II:

III — Distribuição da população em 1950 — acabamento da série por estados;

IV — Comparação da população do Brasil em 1940 e em 1950;

V — Expansão do povoamento no Brasil: coleta dos dados necessários para um estudo mediante as datas de criação de paróquias;

Para o fascículo de geografia agrícola, referido no item 3. 2. III:

VI — Confecção de mapas de área média das propriedades rurais por estados — 1940 e 1950;

VII — Início do preparo das folhas do mapa fitogeográfico do Brasil, ao milionésimo, prevendo-se uma redução para 1:2.500.000;

VIII — Mapas dos recursos econômicos;

IX — Tipos de habitação no Brasil: coleta das informações necessárias;

X — Colaboração com o Setor de Fotografia e Cinema no preparo de 2 filmes de curta metragem sobre problemas gerais ou regionais do Brasil.

5. 2. Trabalhos de Cálculo:

I — Atualização das áreas municipais;

II — Extensão das linhas divisórias do Brasil e das unidades federadas;

III — Extensão navegável dos rios brasileiros: primeiras tarefas — Coleta das informações necessárias;

6. Cursos de aperfeiçoamento

6. 1. Conjugações de esforços com a Divisão Cultural para o funcionamento do Centro de Aperfeiçoamento de Geógrafos.

6. 2. Proporcionar aos geógrafos de seus quadros cursos avulsos de curta duração sobre:

— Assuntos técnicos especializados de elevado interesse;

— Metodologia da ciência geográfica.

7. Instalação de novos setores

Procurando completar a estrutura da Divisão, deverá ser instalado o setor de Biogeografia da Seção de Estudos Sistemáticos.

ATIVIDADES DA DIVISÃO CULTURAL

1. Divulgação Cultural

1. 1. Trabalhos diversos de interesse cultural:

I — Preparo do *Anuário Geográfico* relativo ao ano de 1954;

II — Término da elaboração dos volumes do *Vocabulário Geográfico* referentes ao estado de Pernambuco e ao Distrito Federal;

III — Preparo dos números, referentes a 1955, da *Revista Brasileira de Geográfico* e do *Boletim Geográfico*

1. 2. Organização de cursos:

I — Curso de férias para aperfeiçoamento de professores de geografia do curso secundário, em colaboração com a Faculdade Nacional de Filosofia;

II — Curso de informações geográficas;

III — Curso do Centro de Aperfeiçoamento de Geógrafos, com colaboração da Divisão de Geografia.

1. 3. Trabalhos diversos de assistência ao ensino e de aperfeiçoamento:

I — Organização de leituras geográficas;

II — Organização de bibliografias sobre o ensino da Geografia;

III — Organização de inquéritos sobre o ensino da Geografia;

IV — Organização de um programa de tertúlias e conferências;

V — Confecção de dispositivos didáticos;

VI — Término da elaboração de um guia do Museu Geográfico, para estudantes.

2. Biblioteca

I — Elaboração de um *Boletim Bibliográfico*;

II — Intensificação do serviço de impressão de fichas.

3. Publicações

Deverão ser editados:

I — 4 números do *Revista Brasileira de Geografia*;

II — 6 números do *Boletim Geográfico*;

III — 1 volume do *Anuário Geográfico*;

IV — 2 volumes do *Vocabulário Geográfico*;

V — 2 volumes da *Biblioteca Geográfica*: sendo um de "Estudos Geográficos do Distrito Federal";

VI — 3 volumes da *Série Avulsos* (Tipos e Aspectos do Brasil — reedição em português, francês e inglês).

ANEXO N.º 4

RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES GEOGRÁFICAS EDITADAS NO BRASIL DE AGOSTO DE 1952 A JULHO DE 1955

1. Publicações do Conselho Nacional de Geografia e dos Diretórios Regionais

Revista Brasileira de Geografia

Ano XIII, ns. 2, 3 e 4

Ano XIV, ns. 1, 2, 3 e 4

Ano XV, ns. 1, 2, 3 e 4

Ano XVI, ns. 1, e 2

Boletim Geográfico — Ns. 97 a 121

"Aspectos da Geografia Rio-Grandense", Diversos autores.

"Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante", Diversos autores.

"Estudo Geográfico do Território do Amapá", de Antônio Teixeira Guerra.

"Estudo Geográfico do Território do Acre", de Antônio Teixeira Guerra.

"Guia da excursão a Volta Redonda pelos membros da XIII Assembléia Geral do CNG realizada em julho de 1953", de Ney Strauch.

"Angra dos Reis" — "Guia da excursão pelos membros da XIV Assembléia Geral do

CNG realizada em julho de 1954", de Carlos Augusto Figueiredo Monteiro.
 "Sistema Hidrelétrico de Ribeirão das Lajes" — "Guia da excursão pelos membros da XV Assembléia Geral do CNG, de Ney Strauch.

"Guia da excursão a Caxias do Sul pelos membros do XI Congresso Brasileiro de Geografia", de Dora de Amarante Romariz.
 "Guia da excursão à central térmica de São Jerônimo e às minas de Arroio dos Ratos pelos membros do XI Congresso Brasileiro de Geografia", de Alfredo José Pôrto Domingues.

Separatas da Revista Brasileira de Geografia

"Ensaio sobre o Relevo Tectônico do Brasil", de Rui Osório de Freitas.

"A Zona Pioneira ao Norte do Rio Doce", de Walter Alberto Egler.

"Aspectos da Seca de 1951 no Ceará", de Hilgard O'Reilly Sternberg.

"Origem das Terras Pretas de Bajé", de José Setzer.

"Estudo Sumário de Algumas Formações Sedimentares do Distrito Federal", de Alfredo José Pôrto Domingues.

"Alguns Problemas Geográficos na Região entre Teófilo Ottoni e Colatina", de Pedro Pinchas Geiger.

"Alguns Aspectos Geográficos da Cidade de Rio Branco e do Núcleo Colonial Serinalça", de Antônio Teixeira Guerra.

"O Estado Atual dos Solos do Município de Itapeçerica, S. P.", de José Setzer.

"Contribuição ao Estudo da Caatinga Pernambucana", de Walter Alberto Egler.

"O Trigo no Brasil", de Eloísa de Carvalho.

"O Cacau na Bahia", de Inês Amélia Leal Teixeira Guerra.

"Contribuição à Geomorfologia da Área da Fôlha de Paulo Afonso", de Alfredo José Pôrto Domingues.

"Tipos de Clima do Estado do Rio de Janeiro", de Lúcia Maria Cavalcanti Bernardes.

"Estudo Comparativo de alguns Solos Típicos do Planalto Central Brasileiro", de Moacir Pavageau.

"Vegetação Campestre do Planalto Meridional do Brasil", de Edgar Kuhlmann.

"Provável origem das depressões observadas no sertão do Nordeste", de Alfredo José Pôrto Domingues.

"As Regiões Naturais do Amapá", de Alceo Magnanini.

"Distribuição da População do Estado de São Paulo em 1940", de Elza Coelho de Sousa.

"A Exploração da Borracha na Região dos Formadores dos Rios Arinos e Teles Pires (Norte de Mato Grosso)", de Marília G-sling Veloso.

"Formação de Lateritos sob a Floresta

Equatorial Amazônica (Território Federal do Guaporé)", de Antônio Teixeira Guerra.
 "Expansão do Povoamento no Estado do Paraná", de Nilo Bernardes.

"Limites Meridionais e Orientais da Área de Ocorrência da Floresta Amazônica em Território Brasileiro", de Lúcio de Castro Soares.

"Observações Geográficas sobre o Território do Guaporé", de Antônio Teixeira Guerra.

"Circulação Superior", de Adalberto Serra.

Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro — ns. 5, 6 e 7, publicados pelo Diretório Regional de Geografia.

"O Relevo do Estado de Santa Catarina", de Vitor A. Peluso Junior, publicação do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia de Santa Catarina.

"A Bacia do Itajaí", de Carlos Büchele Júnior, publicação do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia.

2. *Publicações editadas por outras entidades oficiais ou particulares.*
Associação dos Geógrafos Brasileiros:
Boletim Paulista de Geografia —

ns. 11 a 20
Boletim Carioca de Geografia —

ano V ns. 1, 2, 3 e 4
 ano VI ns. 1, 2, 3 e 4
 ano VII ns. 1 e 2

Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros

Vol. IV, tomo I

Vol. V, tomo I

Vol. VI, tomo I

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

"Baixadas litorâneas quentes e úmidas", de João Dias da Silveira.

Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil

"Bibliografia Cartográfica Brasileira 1951-1952".

Faculdade de Filosofia do Recife

"Aspectos da Geografia Agrária do Brejo Paraibano", de Mário Lacerda de Melo.

"A micro-região geográfica da Serra Negra", de Hilton Sette.

"Universidade e Região", de Mário Lacerda de Melo.

"Itamaracá" — contribuição para o estudo geomorfológico da costa pernambucana, de Gilberto Osório de Andrade.

"A Serra Negra" — uma reiquila geomórfica e higróita nos tauleiros pernambucanos, de Gilberto Osório de Andrade.

Ainda outras Faculdades de Filosofia como a da Paraíba, a Fluminense e a de Minas Gerais têm divulgado artigos geográficos originais em suas revistas não especializadas.

OS EDITORES: Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto, registrará ou comentará as contribuições sobre geografia ou de interesse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo desse modo para mais ampla difusão de bibliografia referente à geografia brasileira.

Relatórios de Representantes Estaduais à XV Sessão Ordinária da Assembléa-Geral do C. N. G.

Pará

COMUNICAÇÃO FEITA PELO RESPECTIVO DELEGADO ESTADUAL SR. FRANCISCO CRONJE DA SILVEIRA

"O Diretório Regional de Geografia do Pará é composto de 27 pessoas, representando as seguintes entidades:

- 1) Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação — *Presidente*
- 2) Departamento Estadual de Estatística — *Secretário*
- 3) Inspeção Regional de Estatística (IBGE)
- 4) 8ª Região Militar
- 5) 4º Distrito Naval
- 6) Capitania dos Portos
- 7) Comissão Brasileira Demarcadora de Limites — 1ª Divisão
- 8) Departamento de Portos, Rios e Canais — 2º Distrito
- 9) Secretaria de Estado do Interior e Justiça
- 10) Departamento de Produção do Estado
- 11) Serviço de Cadastro Rural
- 12) Museu Paraense Emílio Goeldi
- 13) Instituto Histórico e Geográfico do Pará
- 14) Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará
- 15) Secretaria de Estado de Educação e Cultura
- 16) Serviço de Assistência ao Cooperativismo
- 17) Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP)
- 18) SNAPP — Serviços Portuários
- 19) Conselho Nacional de Petróleo
- 20) Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
- 21) Departamento de Estradas de Rodagem do Pará
- 22) Departamento Estadual de Estatística — Assistência Técnica
- 23) Inspeção Regional de Estatística (IBGE) — Assistência Técnica
- 24) Professor de Geografia
- 25) Professor de Geografia
- 26) Professor de Geografia
- 27) Prefeitura Municipal de Belém.

Em virtude dessa situação (elevado número de componentes) o Diretório tornou-se praticamente inoperante, não tendo realizado em 1954 nenhuma reunião.

Encontra-se em estudos na Secretaria do Interior e Justiça, o projeto de reforma do DRG em face de expediente originário da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia, que exalte ao governo do estado a necessidade de ajustar o Diretório às disposições da legislação vigente.

Neste momento, encareço ao Conselho a necessidade de enviar aos estados cujos Diretórios estão constituídos irregularmente ou sem funcionamento, a ida de um delegado especial,

com o fito de regularizar a situação dos órgãos regionais.

II

Embora nenhuma atividade tenha o Diretório desenvolvido em 1954, cabe-me dar notícia a essa nobre Assembléa de dois assuntos de capital importância. Trata-se da revisão da resolução nº 397, de 31-X-52 (Anexo II) no que se refere às zonas fisiográficas do estado do Pará, em virtude do critério adotado não atender ao ponto de vista firmado pelo DRG.

O outro assunto, a divisão territorial do estado, vem confirmar a balbúria que impera no país no que se refere à fixação dos quadros de divisão territorial, judiciária e administrativa. A lei nº 311, de março de 1938, está praticamente derogada, mercê dos critérios das Constituições estaduais.

Para a fixação do quadro territorial, para o quinquênio 1954/1958, o governo do estado designou em 1952, uma Comissão Especial que ficou assim constituída:

Presidentes — General Alexandre Zacarias de Assunção — Governador do Estado — Desembargador Augusto Borborema — Presidente do Tribunal de Justiça — Dr. Daniel Coelho de Sousa — Secretário de Interior e Justiça — Dr. Cláudio Chaves — Secretário de Obras, Terras e Viação e Presidente do Diretório — Dr. Alarico Barata — Procurador Fiscal (Secretaria de Economia e Finanças) — Sr. Adauto Ribeiro Soares — Diretor do Departamento de Assistência aos Municípios — Professor José Coutinho de Oliveira, representante do Diretório e Sr. Francisco Cronje da Silveira, representante da Junta Executiva Regional de Estatística.

A Comissão instalou-se solenemente no Palácio do Governo, no dia 2 de junho e encerrou suas atividades, também em sessão solene, no dia 24 de novembro de 1953, tendo efetuado 18 sessões. Preparou o anteprojeto de divisão territorial para o quinquênio 1954-1958, o qual foi encaminhado à Assembléa Legislativa. No referido anteprojeto foram propostos: a criação de uma (1) comarca, de onze (11) municípios, de onze (11) termos e vinte e seis (26) distritos e a extinção de quatro (4) distritos e o retorno ao nome dos municípios de Ararituna (Cachoeira do Arari) e João Coelho (Santa Isabel). O quadro territorial proposto tinha vinte e oito (28) comarcas, setenta (70) municípios e termos e cento e oitenta e cinco (185) distritos.

Sómente este ano (1955) é que a Assembléa Legislativa votou a lei, alterando profundamente a proposta da Comissão Especial, não aceitando a criação de dois (2) municípios e criando mais quatorze (14).

Em onze (11) de março do corrente ano foi sancionada pelo Executivo a lei n.º 1127 pela qual foram criados 23 novos municípios e sessenta e oito (68) novos distritos, ficando o quadro territorial do estado do Pará assim constituído:

32 comarcas
82 termos
82 municípios
227 distritos.

A vigência da lei n.º 1127 foi fixada até 31-XII-1958, término do quinquênio 1954-1958.

Os novos municípios são os seguintes:

Aveiro
Bagre
Bonito
Boa Vista do Irititena
Jacundá
Jacaré-Açanga
Limoeiro do Ajuru
Melgaço
Peixe Boi
Quatipuru

Santana do Capim
Santa Maria do Pará
Santana do Araguaia
Santa Cruz do Arari
Santarém Novo
Santo Antônio do Tauá
São João do Araguaia
São Félix do Xingu
São João do Acangá
São Manuel do Jambuáçu
Souzel
Tomé-Açu
Urumajo

No número de novos municípios incluem-se os de Aveiro, Bagre, Melgaço, Quatipuru, Santarém Novo, São João do Araguaia e Souzel, antigas comunas agora restabelecidas.

Foram alterados os nomes de João Coelho para Santa Isabel do Pará e de Arariuna para Cachoeira do Arari".

★

Paraná

RELATO REFERENTE ÀS ATIVIDADES GEOGRÁFICAS DESENVOLVIDAS NESTA UNIDADE FEDERADA, FEITO PELO RESPECTIVO DELEGADO

"O estado do Paraná, de há muito, vem-se preocupando em conhecer geograficamente o seu território, daí resultando a organização de mapas gerais, com elementos de que dispúnhamos o que evoluiu de modo considerável, dentro de um período de tempo relativamente curto, pois ainda em 1927, parte do território da região noroeste, era tida como sertão desconhecido.

Em 1953 foi editado um mapa geral do estado na escala de 1:650.000, bem como mapas de todos os 120 municípios, da sua divisão administrativa, estes em diversas escalas, dentro de um padrão de formato de 74 x 58 cm., os quais reduzidos duas e meia vezes, foram impressos em folhas do tamanho almejado.

Muitos desses mapas foram decalcados do mosaico aerofotográfico e outros confeccionados com os elementos existentes. Assim foi possível organizarmos uma coleção de mapas municipais, abrangendo 120 municípios, formando um volume de valor e que tenho o prazer de fazer entrega ao Conselho Nacional de Geografia, como contribuição das atividades do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado a que tenho a honra de representar. Nesse volume como maiores esclarecimentos, sobre cada município, acompanha o respectivo mapa, uma síntese do mesmo, no que se refere às suas denominações antigas, leis que os criaram, extensão territorial, confrontações, posição geográfica, etc.

Em fins de 1954, foram criados mais os municípios, denominados Araruna, Arapoti, Bituruna, Bom Sucesso, Cafeara, Califórnia, Cândido de Abreu, Coronel Vívida, Xopinzinho, Colorado, Cruzeiro do Oeste, Engenheiro Beltrão, Guaraci, Itaguaí, Jabuti, Loanda, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Paranacti, Querência do Norte, Rondon, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, São João do Caluá, São Jorge, São Pedro do Ivaí, Tambora e Terra Rica.

No momento estamos aproveitando os elementos aerofotogramétricos e com o apoio de coordenadas geográficas, já conhecidas, demos

início à confecção da nova carta do estado, na escala de 1:500.000.

Agora podemos dizer que todo o território do estado está fotografado, faltando apenas corrigir algumas falhas.

Os Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul, já nos entregaram os mosaicos de mais de metade da superfície do estado e os restantes estarão em nosso poder até o fim do ano em curso.

Mas convém lembrar e não se perder de vista, que esse novo mapa, em andamento, está também aproveitando os elementos oriundos dos levantamentos topográficos das medições das terras devolutas do estado, que representa o conhecimento geográfico de uma vasta extensão colonizada desde o rio Tibaji, afluente do rio Paranapanema, até o rio Paraná, indo para o sul, até o rio Fiquiri, região essa que somada ao considerável território já conhecido da zona sul do estado e também da zona oeste, torna-se elemento de valor para a finalidade que temos em vista.

Possuímos um plano de trabalho bem planejado, procuramos pela aquisição de novos aparelhos, melhorar o aproveitamento das fotografias aéreas, procuramos prosseguir a campanha da ampliação da rede de coordenadas geográficas de pontos notáveis do território paranaense, possuímos serviço cartográfico especializado e desse modo, dentro de um futuro próximo, teremos conhecido geograficamente a superfície do estado do Paraná e assim estaremos preparados para uma nova fase de atividades, também de caráter importante e necessário, pois já se cogita da organização do cadastro de propriedades.

O Departamento de Geografia, Terras e Colonização, com autonomia administrativa e financeira, pela lei n.º 866, de 16 de julho de 1952, tem a seu cargo múltiplos problemas, pois a discriminação e distribuição das terras devolutas do estado, a defesa de seu patrimônio contra pretensões sem fundamento e outros assuntos correlatos, absorvem grande parte de nossa atenção e somente com algum esforço, muita dedicação e boa vontade é que conseguimos fazer evoluir a parte de suas atividades e que diz respeito à geografia mas felizmente muito temos conseguido neste setor".

★

Nota — Esta comunicação vem precedida de uma exposição sobre o problema das terras devolutas e da faixa de fronteiras.

Pernambuco

ÍNTGRA DO RELATO LIDO PELO RESPECTIVO DELEGADO
 PROF. MÁRIO MELO

"Pernambuco — perdoai-nos — apresenta-se de mãos vazias nesta Assemblia.

Não temos ainda um Serviço Geográfico junto a qualquer das Secretarias de Estado, e, por isso, não é possível apresentar realizações no campo da Geografia.

Resolveu nosso Diretório Regional procurar dar um tempéro de técnica na atabalhoada última reforma da divisão administrativa, mas a morosidade da Justiça no-lo não permitiu.

Explicamo-nos melhor.

Quando foi criado o Conselho Nacional de Geografia, a divisão administrativa obedecia a normas uniformes em todo o território. Para haver desmembramento dum município, era preciso que o futuro tivesse condições de vida e seus limites obedeciam a preceitos invariáveis, adstritos aos cursos d'água, ou às linhas de cumiada, ou a traços retos de pontos imutáveis.

Velo a Constituição de 1946 e deu plena liberdade às Assemblias politucas para criá-las e às Câmaras Municipais para estabelecer os distritos.

E os novos municípios foram sendo criados sem obediência a outro preceito que o do interesse partidário da maioria e os novos distritos foram surgindo ao sabor dos vencedores.

A nova lei da divisão administrativa saiu elvada de imperfeições. Contudo, o Diretório Regional pretendeu levantar as divisões dos novos distritos e dos novos municípios, para ter em dia a carta do estado, que está sendo elaborada na Divisão de Cartografia deste Conselho.

Aconteceu, porém, que várias ações judiciais foram propostas no sentido da anulação de alguns pontos da lei geral, quer quanto a desmembramentos, quer quanto a avanços territoriais e a Justiça ainda não se pronunciou de modo definitivo — tanto o Tribunal do Estado, onde algumas foram propostas, quanto o Tribunal Federal, onde outras tiveram inficio. Deu-se até um caso singular: o Tribunal do Estado anulou a criação dum novo município, por não ter havido licença da Câmara a que pertencia o distrito elevado mas, a pretexto de apelação para o Supremo Tribunal Federal, o novo município cuja criação fora declarada nula continua em pleno funcionamento e, o que é pior, sendo em Pernambuco todo município cabeça de comarca, apesar de extinta esta como consequência da extinção do município, está em plena função, com seu juiz de Direito e demais peças do aparelho judiciário.

Fazer trabalho de campo para fixar na carta do estado os novos limites, antes que, em definitivo, se pronuncie a Justiça e gastar dinheiro inutilmente.

Continuamos a aguardar que a Justiça resolve as pendências, ou que o tempo consolide os erros como certos e por isso, aqui estamos de mãos vazias.

Fora da atividade do Diretório Regional, mas dentro da Geografia Económica:

Toda a população do Nordeste esperava a energia da "Paulo Afonso" como verdadeiro marco de uma era nova.

Em Pernambuco, tínhamos energia ruim e de alto custo. A empresa que a explorava não produzia o bastante para as necessidades, e o resultado era o racionamento permanente. Cada uma zona do município da capital ficava, durante certo número de horas, privada de energia, em benefício de outra.

A população ansiava pela chegada da energia de "Paulo Afonso", na crença de que iríamos tê-la permanente e a baixo custo.

E a energia chegou. Soube-se que havia chegado porque os jornais o noticiaram. Para os consumidores, continua tudo como dantes. Energia cara e racionada, porque insuficiente.

A distribuição continua a ser feita pela antiga empresa, em virtude de contrato anterior.

Dá-se, então, um jogo de empurra. A distribuidora atrai a culpa da insuficiência à "Paulo Afonso". Esta culpa aquela e, quanto ao caso do preço; alega que quem o estabelece é o Ministério da Agricultura.

Destarte, a energia da "Paulo Afonso" está sendo para o pernambucano um sonho de muitos anos, que não passa nunca de sonho. Sabem os que conhecem a capital de Pernambuco que sua vida está ligada à do rio Capibaribe. É uma planície, por onde se serpenteia, formando ilhas, umas hoje ligadas a outras pela ação do homem, outras, pela ação do homem, ligadas ao continente. Ria que mais se presta à inspiração dos poetas que à navegação, porém que de qualquer modo embeleza a cidade e dá motivo às suas desenas de pontes.

Sua nascente constituía problema.

Quando, em 1920, publiquéi um livro intitulado *Rios de Pernambuco*, a fixei, de acordo com o mapa das Obras Contra as Secas, na lagoa da Estaca, junto às serras do Acaí e do Jacará, na cordilheira dos Cariris, ramificação da Borborema.

Ao estudarmos a primeira reforma da divisão administrativa, em 1939, tendo de fixar limites municipais, foi-nos apresentado um levantamento topográfico, em que aparecia sua nascente na lagoa do Ançu.

Fiz a devida retificação no meu livro.

Em 1917, uma excursão de intelectuais, promovida pelo Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, chegou à evidência e publicou que o Capibaribe nascia da Estaca e seu afluente o Canhoto na lagoa do Ançu.

Fiz novamente anotações em meu livro.

Recentemente, em abril último, o professor de Geografia Tadeu Rocha foi estudar a nascente de nosso decantado Capibaribe e transmitiu-me as conclusões: Não existe a lagoa da Estaca, que é apenas uma ipuera, nem a lagoa do Ançu, que é simples várzea, ou baixada, como se diz no Sul.

O Capibaribe forma-se da junção de dois riachos, cada um com o nome distinto: o Canhoto e o Cachoeira. Depois da confluência destes é que passa à denominação de Capibaribe.

(Aproveito a oportunidade para corrigir erro comum dos compêndios de Geografia e de História editados fora de Pernambuco: não é Capiberibe; é Capibaribe, como em São Paulo é Capivari e não Capiveri, oriundo de capivara, do étimo tupi-guarani *capivara*, o comedor de capim).

O riacho Canhoto, que é o mais extenso, nasce do sítio do Araçá, na encosta oriental da serra de Jacararé, um quilômetro a montante da várzea conhecida como lagoa do Ançu. O riacho Cachoeira nasce no sítio Gamela, ao pé da crista da serra da Jacararé, trezentos metros a montante da ipuera co-

nhecida como lagoa da Estaca e corre duzentos metros à margem esquerda desta.

É preciso, entretanto, ter-se em vista que os riachos do sertão "cortam", isto é, são meros escoadouros de água de chuva. O próprio Capibaribe, que tem cerca de 250 quilômetros de extensão, só se torna permanente quando recebe os tributários da zona da mata, a começar do Curçai, a cerca de 43 quilômetros do coletor, que é navegável apenas por pequenas embarcações no percurso de 12 quilômetros, isso mesmo na preamar. Potamograficamente, nada vale, porém poeticamente vale tudo. É o rio do nosso encanto, sobre que singravam as igarapebas dos caeté, a que hoje, por influência oriental chamam jagadas, inventores que o foram, na América do Sul, desse tipo de barco".



Bibliografia e Revista de Revistas

Registos e Comentários Bibliográficos

Livros

TROPICAL SOILS — Sobre esta obra transcrevemos, com a devida vênia, o comentário, abaixo publicado no *Diário de Notícias*, edição de 2-12-1956:

“Durante muito tempo, a edafologia tropical ficou limitada a uma série heterogênea de estudos de caráter local. As teorias sobre a constituição dos solos tropicais sofriam a influência de teorias baseadas na estrutura do solo das zonas temperadas; a classificação em zonas climatológicas das regiões tropicais e subtropicais era feita, em via de regra, de forma muito esquemática, atribuindo-se ao próprio clima importância exagerada.

Nessas condições, deve ser considerada como acontecimento de importância internacional a recente publicação do primeiro tema da obra em inglês *Tropical Soils*, da autoria dos professores Dr. E. C. J. Mohr e Dr. F. A. van Baren, encarregados dos estudos edafológicos do laboratório, internacionalmente conhecido, do Departamento de Produtos Tropicais do Real Instituto de Estudos Tropicais, de Amsterdã.

A excepcional importância da obra desses dois pesquisadores reside no fato de que nela se patenteia, de maneira insofismável, a importância essencial da geologia, ou, mais concretamente, da mineralogia e da petrografia, para a perfeita compreensão dos problemas edafológicos. Deve-se assinalar, com efeito, que, até agora, descuidava-se muito dessa base geológica da edafologia, não se jogando, assim, com um conhecimento profundo da matéria fundamental que pode permitir a exata compreensão dos processos de decomposição que determinam a formação do solo.

Graças a numerosas e cuidadosas análises de amostras de solo recebidas

das pelo Instituto de Estudos Tropicais e outras instituições semelhantes, procedentes de todas as zonas tropicais, os autores da obra recém-lançada determinam a origem e composição das mais variadas classes de solos tropicais.

Curiosa é a existência das chamadas “formações fósseis”, que não podem ter surgido sob a influência do clima atual e, portanto, demonstram, acima de qualquer dúvida, quanto é acertado o critério geológico seguido pelos autores de *Tropical Soils*. Bem característica é a atitude rigorosamente crítica que seguem, não só em face das premissas e esquemas em geral aceites até agora, como em face dos resultados de suas próprias pesquisas. O livro combate, decididamente as chamadas “médias”. As “médias” de temperatura, de umidade, etc., nas quais se baseavam as mais extremadas teorias, ocultam, na realidade, enorme diversidade e condições acentuadamente divergentes, que são decisivas para o julgamento de determinado tipo de solo. Dentro de uma mesma “zona”, esses fatores climatológicos são de todo diferentes, conforme se encontrem nas planícies ou nas montanhas, e dependendo do tipo de vegetação que cobre o solo em que são feitas as medições. Do mesmo modo, os fatores que afetam o tipo de solo se relacionam com sua origem geológica, com a história do tipo de solo e com a fase da decomposição.

Embora publicado há pouco tempo, *Tropical Soils* já mereceu a atenção de técnicos e cientistas de renome mundial. A seu respeito, assim se expressou o Prof. Robert R. Pendleton, da Universidade John Hopkins, dos Estados Unidos:

“Chegou, afinal, a hora em que podemos ter certeza de que o mundo compreenderá melhor os problemas

relacionados com a edafologia tropical. Quando fôr publicada a segunda parte de *Tropical Soils* poderemos afirmar que a edafologia tropical alcançou sua maioridade”.

Realmente o segundo tomo do livro está em preparo e nêle serão focalizados minuciosamente os aspectos práticos da questão: erosão; conservação e melhoramento da qualidade do solo tropical; problemas de irrigação e drenagem, etc.

Informações complementares podem ser obtidas no “Bureau Allgemeine Voorlichting”, Foninkijk Institut voor de Tropen, Mauritskade 63, Amsterdam, Holanda, ou no Brasil com o Serviço Holandês de Informações — Caixa Postal 1895 — Rio de Janeiro.

★

RENATO DE MENDONÇA — *Fronteira em Marcha* (Prêmio “General Tasso Fragoso” de 1955). Livraria São José, editôra. Rio, 1956.

Diplomata, historiador, filósofo, ensaísta — o ministro Renato de Mendonça, que também pertence a vários grêmios cultos no mundo, é incansável estudioso dos nossos problemas — assim os de linguagem como os de História, Economia e outros. Este livro, que alcançou o valioso prêmio “General Tasso Fragoso” de 1955, é a crônica da formação geopolítica do Brasil. Desde a primeira parte, que versa “*As Origens — América Portuguesa e América Espanhola*”, sentimos, no autor, a posse plena dos assuntos de que trata. O estudo, longo, um robusto carinho por tudo o que é nosso, uma consciência honesta e leal — eis algumas das características que definem os trabalhos do ilustre diplomata e homem de letras. Seu primeiro trabalho dado a lume logo lhe marcou a personalidade: *A Influência Africana no Português do Brasil*. Embora algumas das afirmativas do autor ainda sejam controversas, a verdade é que aquele volume nos impõe, de golpe, uma admirável cultura linguística e um raro senso de análise. Uma vintena de volumes, de vária natureza, trazem, hoje, o nome do Sr. Renato de Mendonça. Façamos-lhe justiça: bastariam dois ou três dêles para o recomendarem à admiração dos amantes das boas letras e das exatas ciências. Logo nessa primeira parte que citamos, depara-se-nos o pensador arguto. Duas faces distintas — diz êle — apresenta a conquista do Novo Mun-

do: o trabalho e a aventura. Para bem dizer (acrescenta), quais nova Arca de Noé, as caravelas de Colombo traziam, em seu bôjo as sementes da civilização e da cultura européia. A marcha do genovês para o desconhecido, em busca de “*uma Índia lendária que se converteria em terras do afortunado Américo Vespúcio*” trazia um caráter épico, à feição de uma estupenda aventura. A ação de certos homens superiores fazia-se sentir, nesses tempos, de maneira decisiva e imortal. Se uma nação deve a existência a seus soberanos — esta seria Portugal... “Para compreender os matizes da civilização na América — escreve o autor — nada melhor que o auxílio dado pelo contraste, dêse singular e dêse plural: *Portugal e Las Españas*. Com efeito, a própria evolução dos acontecimentos políticos focalizou, numa ampliação do original, essa divergência da origem. A América Portuguesa, por milagre de Deus, talvez, concentrou-se numa só nação, o Brasil, enquanto a Espanhola se cindiu em dezesset repúblicas, sem conservar, sequer, a sábla divisão dos *Vicerreinados coloniais*. Aquela face da aventura, aludida no princípio, teve, por assim dizer, meio século de vida. É a época de Cortez, dando mostra da *hombria espanhola*, vencendo os índios do México, ora pela coragem, ora pela astúcia, ora pelo coração como no amor de Melinka. Vimos o Palácio de Cortez, em Cuernavaca, lugar de pouso da água em cujos muros Diego Rivera pintou *afrescos* geniais, envolvendo a parte menos gloriosa da conquista”. Balboa, Pizarro e Almagro — diz o Sr. Renato de Mendonça — são outros tantos pavilhões de Espanha chantados à beira do Pacífico, ou no dorso dos Andes. Como em tantas outras ações humanas, o fascínio pela riqueza polariza as atenções; é o caso do oiro de Cuzco, por exemplo. A riqueza da América Espanhola contrasta com os recursos iniciais da Portuguesa: enquanto, daquela, iam para a Europa, fascinantes amostras de metal nobre, do Brasil partiam, apenas, alguns índios e uns quantos papagaios... O regimento trazido do Reino por Tomé de Sousa, fundador da cidade de Salvador, vedava as entradas pelo sertão baiano. Só se permitia devassar aquêles mistérios a pessoa “*de bom recado que de sua ida e trato se não seguirá prejuizo algum, nem isso mesmo irão de umas capitantias para outras por*

terra sem licença dos ditos capitães ou provedores..." Daí a funesta limitação ao litoral, que se prolongou, de certo modo, pelos séculos afora... "Há mesmo, diz o Sr. Renato de Mendonça, um geral desconcerto entre os colonos quando D. Ana Pimentel, esposa do donatário de S. Vicente, resolve derrogar, em 1554, a proibição feita pelo marido, aos habitantes litorâneos de irem negociar e tratar nos campos de Piratininga, futura sede da nossa imponente São Paulo, hoje o maior parque industrial da América do Sul, e onde produzem tantos europeus laboriosos.

A América Portuguesa vegeta, nessa primeira metade do século XVI, ao passo que, a seu lado, se verifica uma agitação de formigueiro humano e se dá, até, uma proliferação das letras e das artes. A Universidade de São Marcos, em Lima, funda-se em 1551, vinte anos depois da presença de Pizarro no Peru. Pertencem ao mesmo decênio as Universidades do México e de São Domingos". Tratando do *Domínio Espanhol no Brasil*, o Sr. Renato de Mendonça tem oportunidade de fazer novas e interessantes observações acerca do desenvolvimento do Brasil-Colônia. A queda da monarquia lusitana, em 1580, representou — diz êle — uma *capitis diminutio* para a Metrópole. Entretanto, foi benéfica para o nosso país essa fase de subordinação de Lisboa a Madrid. A América Portuguesa logrou expansão dantes jamais vista, embora o Brasil tenha atraído, sobre si todos os tradicionais inimigos de Castela. A primeira vítima foi a Bahia, sede do governo geral, e atraía mais em virtude da fama de seus recursos e riquezas. Em 1586, Robert Withrington ali penetrou de surpresa. Viu-se, porém, frustrado no seu plano de captura da cidade. Cinco anos depois, Thomas Cavendish atacou na zona sul. O lugar escolhido foi Santos, que se viu completamente saqueada. A terceira façanha dos Ingleses teve por alvo Pernambuco; em princípios de 1595, dois "flibusteiros", James Lancaster e Vanner, aparecem em frente a Olinda e lançam seus botes ao mar. Dominado o forte de Olinda, as 12 velas da esquadra inglesa penetram no porto do Recife, que foi então ocupado, fugindo os habitantes para Olinda. O Tratado de Paz celebrado, em 1604, entre a Inglaterra e a Espanha, restabeleceu as relações cordiais outrora

existentes entre as duas Coroas, cessando, assim, as devastações dos corsários ingleses nesta parte da América. Foi somente durante a dominação espanhola — lembra-o o Sr. Renato de Mendonça — que se traçou um plano eficaz para colonizar a Paraíba. Reallizou-se uma operação combinada, de terra e mar, contra os silvícolas hostis e seis navios contrabandistas franceses. Um dos melhores resultados — diz, ainda, o autor — da união dos reinos ibéricos foi o levantamento da proibição do comércio entre o Brasil e as colônias espanholas. Ressuscitou-se a "velha estrada de caravanas para o Paraguai e por aí o tráfego se estendeu até os famosos distritos de prata do Peru..." O porto de Santos e o do Rio, começaram a prosperar de maneira inédita. O Norte também se beneficiou com o domínio de Castela, embora sob outra forma. Filipe IV, a quem não interessavam as disputas fronteiriças entre espanhóis e portugueses no Brasil, pois que tudo cabia no seu Império, resolveu anexar ao Brasil, pelas Cartas Patentes de 14 de junho de 1637, a parte das terras do cabo Norte. Esse mesmo monarca deu ordens para se explorar a Amazônia. "*O domínio espanhol* — escreve, neste passo, o escritor e diplomata compatriota — *oferece, em conjunto, um balanço favorável ao desenvolvimento do Brasil*". Outro inimigo de Espanha começa, porém, a rondar as nossas costas. São os holandeses. Na obra *El Brasil Restituído*, o grande Lope de Vega descreve a invasão da Bahia em 1624, pelos de Olanda:

"Havemos escrito a Olanda, que con armada se apresta de quien tenemos respuesta, que sobre sus aguas anda,

jugando será mejor, entregarnos a olandeses que sufrir que portugueses nos traten con tal rigor..."

(Lope de Vega — *Obras escogidas*).

No capítulo intitulado "A delimitação de influências: 1750", o autor acentua a universalidade da língua espanhola nos séculos XVI e XVII. Os limites entre a América Portuguesa e a Espanhola constituem um problema que se não resolve senão quando um elemento novo aparece no cenário do tempo: a Colônia do Sacramento, fundada pelos portugueses em 1680 em

frente a Buenos Aires. "Uma guerra púnica — escreve, elegantemente o Sr. Renato de Mendonça — reduzida nas proporções mas bem similar na intensidade da luta, trava-se entre os habitantes marginais do rio de Solis. Cada qual defende os direitos do seu Rei. E é preciso reconhecer que os portugueses pela sua tenacidade e heroísmo, dada a adversidade do meio e os reduzidos elementos da fortaleza de Sacramento, levaram o melhor do sacrifício e o melhor da batalha".

Tais são alguns pontos do livro com que o ministro Renato de Mendonça concorre para a definição da nossa história geográfico-diplomática *Fronteira em Marcha* é, além de um livro excelentemente escrito, uma grave e exemplar lição de História.

(Transcrito do *Jornal do Comércio*, edição de 26-7-1956 (secção *Livros Novos*).

★

ERNESTO CRUZ — *A Estrada de Ferro de Bragança* — Visão Social, Econômica e Política — S P V E A —

Setor de Coordenação e Divulgação — Belém — Pará — 1955.

Esta obra, premiada no concurso promovido pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, pertence à série destinada a divulgar e apresentar os grandes aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e geopolíticos da região amazônica.

O autor estuda o esforço magnífico e a experiência que se vem realizando na região bragantina pela ação oficial e pela presença de uma sociedade que ali criou uma densa área de trabalho e produção.

A história da Estrada de Ferro de Bragança é o pretexto de que se serve o autor para o estudo da colonização realizada com êxito ao longo dos trilhos daquela ferrovia, permitindo-lhe oferecer uma visão social, econômica e política da região bragantina.

A contribuição do Sr. Ernesto Luz, segundo se diz na apresentação, constitui uma análise minuciosa do quanto representa aquêlo trecho característico da Amazônia e do quanto pode ali ser feito.

A. V. L.

★



A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Índice, por autor, dos trabalhos publicados no "boletim Geográfico", do número 124 ao 129 (janeiro- fevereiro a novembro-dezembro de 1955)

- AB'SABER, Aziz Nacib — *As altas superfícies de aplainamento do Brasil sudoeste* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 126 — Maio-Junho de 1955.
- *Problemas paleogeográficos do Brasil sudoeste* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 127 Julho-Agosto de 1955.
- ALMEIDA PRADO, J. F. de — *Aspectos sociais da cultura do café* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 126 — Maio-Junho de 1955.
- ALMEIDA SIMÕES, Ruth Matos — *Comentário do mapa de distribuição dos recursos minerais em exploração no estado da Bahia* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 124 — Janeiro-Fevereiro de 1955.
- *Comentário do mapa de produção de arroz no estado da Bahia* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 125 — Março-Abril de 1955.
- *Climatologia e massas de ar* — (Tradução do original de André Meynier) — Contribuição ao ensino — Ano XIII, n.º 126 — Maio-Junho de 1955.
- *Navegação marítima, fluvial e aérea no estado da Bahia* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 127 — Julho-Agosto de 1955.
- BRITO JUNIOR, Antônio — *Orografia de Mato Grosso* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 125 — Março-Abril de 1955.
- BUARQUE DE LIMA, Olga — *O cacau no mundo* — (Tradução do original de Georges Viers) — Transcrição — Ano XIII, n.º 124 — Janeiro-Fevereiro de 1955.
- *Problemas de ocupação do solo em país novo* — (Tradução do original de Henri Enjalbert) — Transcrição — Ano XIII, n.º 127 — Julho-Agosto de 1955.
- *A agricultura européia na América do Sul* — (Tradução do original de Henri Enjalbert) — Transcrição — Ano XIII, n.º 128 — Setembro-Outubro de 1955.
- CAVALCANTI BERNARDES, Lysia Maria — *Clima do Brasil* — Contribuição ao ensino — Ano XIII, n.º 125 — Março-Abril de 1955.
- *Divisão regional do Brasil* — Contribuição ao ensino — Ano XIII, n.º 126 — Maio-Junho de 1955.
- CHAGAS DINIZ, C. — *Estradas líquidas do Brasil* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 126 — Maio-Junho de 1955.
- CORREIA FILHO, Virgílio — *Centenário memorável* — Editorial — Ano XIII, n.º 124 — Janeiro-Fevereiro de 1955.
- *Einstein* — Editorial — Ano XIII, n.º 125 — Março-Abril de 1955.
- *Tertúlias* — Editorial — Ano XIII, n.º 126 — Maio-Junho de 1955.
- *O IPGH* — Editorial — Ano XIII, n.º 127 — Julho-Agosto de 1955.
- *Posse de geógrafos* — Editorial — Ano XIII, n.º 128 — Setembro-Outubro de 1955.
- *A nova presidência do IBGE* — Editorial — Ano XIII, n.º 129 — Novembro-Dezembro de 1955.
- COSTA GODOLFIM, Waldyr — *Posição da geopolítica* — Contribuição à geopolítica — Ano XIII, n.º 127 — Julho-Agosto de 1955.
- DELGADO DE CARVALHO, Carlos — *Didática da grafia* — Contribuição

- ção ao ensino — Ano XIII, n.º 125 — Março-Abril de 1955.
- *Didática da geografia* — Contribuição ao ensino — Ano XIII, n.º 128 — Setembro-Outubro de 1955.
- EGLER, Walter Alberto — *A lei de Thunen e sua significação para a geografia agrária* — (Tradução do original de Leo Waibel) — Transcrição — Ano XIII, n.º 126 — Maio-Junho de 1955.
- ENJALBERT, Henri — *Problemas de ocupação do solo em país novo* — (Tradução de Olga Buarque de Lima) — Transcrição — Ano XIII, n.º 127 — Julho-Agosto de 1955.
- *A agricultura européia na América do Sul* — (Tradução de Olga Buarque de Lima) — Transcrição — Ano XIII, n.º 128 — Setembro-Outubro de 1955.
- FEIO, Mariano — *Notas acerca do relevo da Paraíba e do Rio Grande do Norte* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 128 — Setembro-Outubro de 1955.
- HUECK, Kurt — *Algumas observações sobre a ecologia da vegetação das caatingas* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 129 — Novembro-Dezembro de 1955.
- JACQUES DE MORAIS, Luciano — *Minais estratégicos* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 129 — Novembro-Dezembro de 1955.
- LAMIER, M. L. — *Leituras geográficas: o baixo Congo* — (Tradução de Cecília Cerqueira Leite Zarur) — Contribuição ao ensino — Ano XIII, n.º 124 — Janeiro-Fevereiro de 1955.
- LEINZ, Victor — *Condições geológicas da ocorrência de petróleo no Brasil* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 129 — Novembro-Dezembro de 1955.
- LEITE ZARUR, Cecília Cerqueira — *Leituras geográficas: O baixo Congo* — (Tradução do original de M. L. Lanier) — Contribuição ao ensino — Ano XIII, n.º 124 — Janeiro-Fevereiro de 1955.
- MAÇEDO SOARES GUIMARÃES, Fábio — *Teodoro Sampaio, geógrafo* — Transcrição — Ano XIII, n.º 129 — Novembro-Dezembro de 1955.
- MATOS MUSSO, Antônio José — *Os ciclos econômicos do Brasil* — Contribuição ao ensino — Ano XIII, n.º 129 — Novembro-Dezembro de 1955.
- MEYNIER, André — *Climatologia e massas de ar* — (Tradução de Ruth Matos Almeida Simões) — Contribuição ao ensino — Ano XIII, n.º 126 — Maio-Junho de 1955.
- MONBEIG, Pierre — *A geografia no ensino secundário* — Contribuição ao ensino — Ano XIII, n.º 127 — Julho-Agosto de 1955.
- MORELLO, Jorge — *Algumas observações sobre a ecologia da vegetação das caatingas* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 129 — Novembro-Dezembro de 1955.
- PAFFEN, Karl H. — *Algumas observações sobre a ecologia da vegetação das caatingas* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 129 — Novembro-Dezembro de 1955.
- PEDRO GRANDE, José Carlos — *O maior rio do mundo* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 125 — Março-Abril de 1955.
- *Rios que somem* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 126 — Maio-Junho de 1955.
- *Rios que somem... e ressurgem* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 127 — Julho-Agosto de 1955.
- *Estreitos em rios* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 128 — Setembro-Outubro de 1955.
- *Tocantins ou Araguaia?* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 129 — Novembro-Dezembro de 1955.
- PEREIRA GUIMARAES, Lafayette — *O vulcão Paricutin* — Contribuição ao ensino — Ano XIII, n.º 129 — Novembro-Dezembro de 1955.
- PIMENTA, Dermeval José — *O minério de ferro na economia do estado de Minas Gerais* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 127 — Julho-Agosto de 1955.
- *O minério de ferro na economia do estado de Minas Gerais* — Continuação — Contribuição à ciência

- geográfica — Ano III, n.º 128 — Setembro-Outubro de 1955.
- RAWITSCHER, Felix — *Algumas observações sobre a ecologia da vegetação das caatingas* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 129 — Novembro-Dezembro de 1955.
- REDAÇÃO — *Bibliografia geral sobre a região Centro-Oeste* — (Organizada pela Secção Regional Centro-Oeste da Divisão de Geografia) — Contribuição bibliográfica especializada — Ano XIII, n.º 125 — Março-Abril de 1955.
- *Relatórios de Instituições de Geografia e Ciências Afins* — Resenha — Ano XIII, n.º 126 — Maio-Junho de 1955.
- *Pontos do concurso da carreira de geógrafo* — Contribuição ao ensino — Ano XIII, n.º 128 — Setembro-Outubro de 1955.
- *Índice por autor dos trabalhos publicados no "Boletim Geográfico" do número 1 ao 123* — Bibliografia e revista de revistas — Ano XIII, n.º 128 — Setembro-Outubro de 1955.
- *Concurso para professor do Ensino Técnico da Prefeitura do Distrito Federal* — Contribuição ao ensino — Ano XIII, n.º 129 — Novembro-Dezembro de 1955.
- SAMPAIO, Teodoro — *Relatório sobre os estudos efetuados nos rios Itapetinga e Paranapanema* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 124 — Janeiro-Fevereiro de 1955.
- SOUTO MAIOR, Ariadne Soares — *Traços gerais sobre o relevo e o litoral do Brasil* — Contribuição ao ensino — Ano XIII, n.º 128 — Setembro-Outubro de 1955.
- TEIXEIRA GUERRA, Antônio — *Notas sobre o relevo do Brasil* — Contribuição ao ensino — Ano XIII, n.º 124 — Janeiro-Fevereiro de 1955.
- *Notas sobre as habitações rurais do território do Rio Branco* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 125 — Março-Abril de 1955.
- *Notas a propósito dos depósitos conchíferos de São Lourenço, Boavista e Chácara do Vintém (Niterói — Estado do Rio de Janeiro)* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 126 — Maio-Junho de 1955.
- *Sugestões para o novo currículo de geografia das Faculdades de Filosofia* — Contribuição ao ensino — Ano XIII, n.º 127 — Julho-Agosto de 1955.
- *Pluviação e enxurrada* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 128 — Setembro-Outubro de 1955.
- *Amazônia* — Bibliografia e revista de revistas — Ano XIII, n.º 129 — Novembro-Dezembro de 1955.
- TEIXEIRA GUERRA, Inês Amélia Leal — *Comentário sobre criação de caprinos no Estado da Bahia* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 124 — Janeiro-Fevereiro de 1955.
- *Comentário do mapa de produção do milho no estado da Bahia* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 125 — Março-Abril de 1955.
- VIEIRA, Flávio — *Estradas de ferro elétricas brasileiras* — Contribuição à ciência geográfica — Ano XIII, n.º 125 — Março-Abril de 1955.
- VIEIRA DA FONSECA, James B. — *O ensino da Geografia* — Contribuição ao ensino — Ano XIII, n.º 129 — Novembro-Dezembro de 1955.
- VIERS, Georges — *O cacau no mundo* — (Tradução de Olga Buarque de Lima) — Transcrição — Ano XIII, n.º 124 — Janeiro-Fevereiro de 1955.
- WAIBEL, Leo — *O abastecimento da zona temperada com produtos agrícolas tropicais* — Transcrição — Ano XIII, n.º 125 — Março-Abril de 1955.
- *A lei de Thunen e a sua significação para a geografia agrária* — (Tradução de Walter Alberto Egler) — Transcrição — Ano XIII, n.º 126 — Maio-Junho de 1955.

Apontamentos Bio-Bibliográficos

Continuando a publicação de notas biográficas acêrca de conceituados geógrafos participantes do XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizado nesta capital, em agôsto do corrente ano, focalizaremos neste número um dos mais conhecidos nomes da geografia francesa.

PIERRE DEFONTAINES

O Prof. Deffontaines, nascido a 21 de fevereiro de 1894, em Límoges, reúne os seguintes títulos: diploma superior de Geografia, doutor em Geografia pela Sorbonne, Diploma da École du Louvre de Préhistoire, doutor em Direito, Agrégé de Géographie.

Além destes títulos, várias atividades demonstram sua eficiência no terreno da Geografia, tais como: diretor-fundador do Instituto de Geografia da Faculdade Católica de Lille e da Universidade de S. Paulo; fundador do Instituto de Geografia da Universidade Laval, Quebec; fundador da *Revue de Géographie Humaine et d'Ethnographie*, edição Gallimard e diretor da coleção de Geografia Humana (24 vols.), Edição Gallimard.

Pierre Deffontaines é, sem dúvida, um dos expoentes da Geografia mundial, como o provam os fatos de ter sido distinguido com a Legião de Honra e com a Ordem do Cruzeiro do Sul e apontado para diretor do Instituto Francês de Barcelona, a partir de 1939.

Entre suas obras distinguem-se: *Géographie Humaine de la France*, em colaboração com Jean Brunhes e Gabriel Hanotaux, edição PLON; *Les Hommes et Leurs Travaux dans les Pays de la Moyenne — Garonne* (tese); *L'Homme et la Forêt en Slovaquie*; *L'Homme et la Forêt*, na coleção de Geografia Humana, edição Gallimard; *Géographie et Religion*, na coleção de Geografia Humana, edição Gallimard; *Géographie Humaine du Brésil*; *Atlas Aérien de la France*, edição Gallimard.

O Prof. Deffontaines exerceu a co-presidência da Secção de Geografia Humana do XVIII Congresso Internacional de Geografia, juntamente com o professor Sauer.

Fonte — *Boletim Informativo do XVIII Congresso Internacional de Geografia*. Ns. 4-5, jan. fev. de 1956.

JORGE ZARUR

Abrimos também, espaço para a notícia biográfica que a respeito do Prof. Jorge Zarur, desaparecido prematuramente, escreveu o Prof. Antônio Teixeira Guerra, por motivo da morte daquele geógrafo, sob o título: *Jorge Zarur: educador, geógrafo e administrador.*

"Natural do Rio de Janeiro, nasceu a 13 de abril de 1916, sendo colhido traiçoeiramente pela morte a 7 de fevereiro de 1957. No colégio padrão do Rio de Janeiro, ou seja, o Colégio Pedro II, fez Zarur seu curso de humanidades no período de 1929 a 1934.

Entre os títulos iniciais de sua formação universitária, podemos salientar o de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito e o de licenciado em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia.

Nos primeiros estudos de Geografia em nível universitário, influência grande foi exercida por Deffontaines, Delgado de Carvalho e pelo saudoso F. A. Raja Gabaglia. A estes dois últimos, devia Zarur boa parte de seus primeiros passos no magistério secundário. No período de 1936 a 1941 foi ele assistente do Colégio Pedro II, e professor no Instituto Lafayette e no Liceu Francês.

No ano de 1952 obteve Zarur o primeiro lugar em classe, com o Prof. Segadas Viana, no concurso de titular para professor do Colégio Pedro II. Também ao magistério municipal dedicou parte de sua vida.

No magistério superior ocupou a cátedra de Geografia Humana em 1948, no curso de Geografia e História, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; também no curso de Jornalismo da referida universidade ocupava ele igual cátedra. Por vários anos lecionou o curso de extensão universitária, intitulado Geografia Regional (desde 1949), no curso de Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Na Escola de Comando do Estado Maior da Aeronáutica lecionou o curso de Geografia nos anos de 1948 e 1949.

Ainda na referida escola funcionou como examinador nos anos de 1949, 1951 e 1952.

No ano de 1951, Zarur foi designado pelo magnífico reitor da Universidade de Buenos Aires para lecionar a cadeira de Geografia no curso de verão daquela Universidade.

Mais recentemente vinha Zarur ocupando também a cátedra de Geografia Humana na Faculdade de Filosofia de Petrópolis.

Participou o saudoso professor Jorge Zarur de várias bancas de exames vestibulares em diversas faculdades, além de bancas para exame no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Em 1950, examinou no concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia Geral, no Colégio Estadual de Minas Gerais. Também participou da banca de exame para provimento da cadeira de Geografia do Colégio Estadual de Barbacena.

Ainda podemos citar entre os seus títulos o de ter sido membro da Comissão Técnica dos Mapas Murais Escolares do Conselho Nacional de Geografia. Em 1948, o presidente do IBGE colocou Zarur à disposição do ECEMAR para participar como geógrafo do "Cruzeiro de Instrução" através do Brasil, para oficiais alunos e instrutores.

No Rio de Janeiro e em Belo Horizonte ministrou vários cursos de aperfeiçoamento para os professores do ensino secundário, podendo-se citar os seguintes: Geografia Regional, Geopolítica, Geografia Econômica nos anos de 1945, 1946 e 1948. Neste particular devemos salientar o interesse que tinha pela didática especial, tendo mesmo publicado um artigo intitulado "A Geografia no Curso Secundário" (In: *Revista Brasileira de Geografia*, ano III, n.º 2, abril-junho de 1941, pp. 3/45).

As aulas do professor Jorge Zarur costumavam ser eloquentes, atraindo os seus alunos graças ao seu dinamismo.

A carreira profissional de geógrafo, Zarur dedicou a quase totalidade de sua existência. Em seus trabalhos não se pode negar a grande influência que teve a escola dos geógrafos da América do Norte. Este traço de sua cultura foi adquirida principalmente entre os anos de 1941 e 1943, quando

estagiou na Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos, tendo obtido o grau de "Master of Arts" fazendo, durante o outono de 1942, na Universidade de Chicago, estudos acerca dos modernos métodos da Geografia de Campo.

Em Wisconsin, Zarur foi aluno brilhante, tanto assim que o eminente professor Leo Waibel, disse ter sido ele um dos melhores que já tivera em sua longa carreira universitária. Naturalmente, ele já levava a seu favor uma boa experiência adquirida no próprio Brasil.

Jorge Zarur era homem excessivamente dinâmico, e seu entusiasmo pela Geografia era contagiante. Não se pode negar sua grande influência na Divisão de Geografia, no período que medeia entre 1945 e 1947, com a orientação da Geografia Regional, dada à própria organização administrativa da referida divisão. Para que se possa aquilatar bem a influência dos ensinamentos adquiridos nos Estados Unidos, e sua orientação na Geografia Regional, basta que se leia o seu livro intitulado *A bacia do médio São Francisco* (uma análise regional).

Aluno de grandes professores de Geografia na Universidade de Wisconsin, aprendeu ele que a Geografia não era ciência apenas especulativa, mas longe deste ponto, ela é importante ciência a serviço do homem, indispensável a qualquer planejamento de valorização regional. Em vários de seus artigos como: "Geografia: ciência moderna a serviço do homem" (*Revista Brasileira de Geografia*, ano VI, n.º 3); "Análises regionais" (*Revista Brasileira de Geografia*, ano VII, n.º 3), e mais recentemente em sua tese apresentada para concurso de catedrático de Geografia do Colégio Pedro II intitulada "Precisão e aplicabilidade na Geografia", pode-se aquilatar sua orientação no campo da Geografia Regional.

Ao lado da Geografia Regional, grande foi seu entusiasmo pela Geopolítica e também pela climatologia. A estes campos da Geografia dedicou alguns artigos e comentários, bem como realizou conferências. Aliás, no decorrer dos anos de 1945 a 1947 interessantes eram os debates no campo

da Geopolítica entre Zarur e o saudoso mestre Everardo Backheuser, grande expoente da cultura germânica entre nós.

Entre os diversos trabalhos e comentários da autoria do professor Jorge Zarur podemos citar os seguintes:

- 1 — *A Geografia no Curso Secundário*.
- 2 — *Estudo sobre as Caatingas* — Tese ao IX Congresso Brasileiro de Geografia (p. 70).
- 3 — "Geografia e Cartografia para fins censitários na América Latina" — *Revista Brasileira de Geografia*, ano X, n.º 4 — p. 561 ou 87.
- 4 — "Canal de São Simão" — *Revista Brasileira de Geografia*, ano III, n.º 3, p. 190.
- 5 — "Geopolítica: A Luta por Espaço e Poder" — *Revista Brasileira de Geografia*, ano IV, n.º 4, p. 849.
- 6 — "Latin America" — *Revista Brasileira de Geografia*, ano VI, n.º 4, p. 546.
- 7 — "Lands Economics" — *Revista Brasileira de Geografia*, Ano VI, n.º 4, p. 546.
- 8 — "Resultados Preliminares da Excursão ao Vale do São Francisco" — *Boletim Geográfico Conselho Nacional de Geografia*, ano I, n.º 9, p. 122.
- 9 — "A Aviação e a Geografia" — In: *Boletim Geográfico*, ano I, n.º 7, p. 38.

Como secretário-assistente, e depois como diretor da Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia, lançou Zarur o seu entusiasmo aos seus subordinados. O dinamismo era o traço mais impressionante no saudoso colega.

O estudo da vida profissional de Zarur revela várias tendências que podemos sintetizar através do magistério, da pesquisa e da administração.

Como administrador ele era homem de vistas largas, não procurando nunca diminuir os seus adversários políticos. Visava sempre a grandes empreendimentos. Impulsionava todos que desejassem trabalhar. Neste particular, mesmo os jovens, sem grande

tarimba, sentiam, por vezes, a confiança que Zarur depositava nos trabalhos por eles executados. A consequência de tal atitude é que o jovem entusiasmava-se e começava a empregar-se com todo o fervor na tarefa em execução.

No período em que exerceu o cargo de diretor da Divisão de Geografia do CNG, lançou as bases da elaboração de uma grande Geografia do Brasil em vários volumes. Todavia, não foi além do plano, em virtude de modificações administrativas. Pode-se dizer que a *Grande Geografia do Brasil* idealizada por Zarur está sendo lançada com mais felicidade na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, editada presentemente pelo IBGE.

No campo internacional o professor Jorge Zarur era muito conhecido. Ninguém pode negar o seu meritório trabalho de maior aproximação entre os geógrafos de todas as Américas. Esta importante missão foi realizada através do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. E, como reconhecimento aos trabalhos prestados à Geografia do continente, foi ele agraciado com a Medalha Pan-Americana de Geografia, na reunião levada a efeito no México em 1955.

O Dr. José A. Mora, secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, ao expressar o seu pesar pelo passamento do professor Zarur, disse: "A morte prematura do Dr. Jorge Zarur, não significou uma perda apenas para o Brasil, senão também para todas as repúblicas americanas. A falta de sua liderança como diretor, planejador, professor e mentor do espírito do Centro de Treinamento Pan-Americano para a Avaliação dos Recursos Naturais (um projeto de cooperação técnica da OEA), desde que ele foi fundado, em 1953, será especialmente sentida durante o próximo período, quando o sistema interamericano e as 21 nações, individualmente, planejam concentrar suas forças, a fim de acelerar o desenvolvimento econômico do hemisfério".

Relevante foi o trabalho do saudoso Prof. Zarur, na III Reunião de Consulta sobre Geografia, realizada em Washington, no ano de 1952, quando lutou ativamente para que o Brasil fôsse a sede do Centro Pan-Americano de Recursos Naturais Básicos da Orga-

nização dos Estados Americanos. Desde sua fundação até 1957, ano de sua morte exerceu o cargo de reitor do referido centro de treinamento.

Entre as atividades técnico-científicas de Zarur, podemos relacionar as seguintes:

- 1 — Membro do Conselho Técnico da Comissão Federal de Abastecimento e Preços e de seus Comitês técnicos.
- 2 — Realizou na Escola de Estado Maior do Exército uma conferência sobre o tema "A Geografia cooperando com a Estratégia".
- 3 — Proferiu na Escola do Estado Maior e Alto Comando da Aeronáutica uma conferência intitulada "Geografia e Política Internacional".
- 4 — Participou da banca examinadora de Geografia à prova eliminatória a que se submeteram os candidatos a funções censitárias.
- 5 — Exerceu o cargo de secretário-assistente do CNG no período de 1949 a 1951.
- 6 — Exerceu o cargo de subdiretor do Serviço de Geografia e Cartografia do IBGE (maio de 1945 até maio de 1951).
- 7 — Membro relator da Comissão Técnica de Geografia Regional do CNG desde 1948.
- 8 — Membro do Diretório Central do CNG desde a sua fundação.
- 9 — Participou das Assembléias Gerais do CNG nos anos de 1937, 1938, 1939, 1941, 1945, 1947, 1948, 1949.
- 10 — Assessor à Secção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.
- 11 — Membro do Comitê Coordenador do *Boletim Geográfico* do CNG desde sua fundação.
- 12 — Secretário-geral da Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

Atividades técnico-científicas no campo internacional:

- 13 — Contratado pelo National Planning Association, de Washing-

ton, DC — USA para receber uma bolsa em "Geografia do Brasil" — A bolsa durou 18 meses.

- 14 — Delegado à IV Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História em 1946 na cidade de Caracas.
- 15 — Delegado do Brasil na 1.ª Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Cartografia em 1943 na cidade de Washington, DC — USA.
- 16 — Delegado do Brasil à 2.ª Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Cartografia na cidade do Rio de Janeiro, 1944.
- 17 — Secretário-geral da Comissão de Geografia do IPGH, desde a sua criação, em 1946.
- 18 — Delegado do Brasil à 1.ª Reunião Pan-Americana de Consulta sobre História na Cidade do México em 1947.
- 19 — Delegado do Brasil à 1.ª Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, realizada no Rio de Janeiro em 1949.
- 20 — Secretariou a 2.ª Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, realizada no Chile em 1950.
- 21 — Participou do seminário sobre o ensino de Geografia, realizado no Canadá em 1950 (seminário de seis semanas).

No campo internacional devemos ainda citar que no corrente ano de 1957 ia ele lecionar um curso em Minnesota sobre a América do Sul e Central. Na Associação dos Geógrafos Americanos ia Zarur proferir o discurso de abertura no mês de abril de 1957, sendo a primeira vez que um geógrafo estrangeiro o fazia desde 1902, quando foi fundada a Associação.

No ano de 1956, começou Zarur a colocar mais ativamente a Geografia a serviço da administração pública, uma vez que exercia a função de assessor técnico da subchefia da Casa Civil da Presidência da República.

Podemos dizer que com a morte prematura de Jorge Zarur, perde a Geografia brasileira e o magistério um dos seus grandes vultos.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Integra da legislação de interesse geográfico

LEI S

LEI N.º 2 814, DE 6 DE JULHO DE 1956

Dispõe sobre a concessão de auxílio aos municípios situados no Polígono das Sêcas, para instalação de serviços públicos de abastecimento d'água.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — A União concederá auxílio financeiro aos municípios situados no Polígono das Sêcas, para instalação de serviços públicos de abastecimento d'água, nos centros urbanos de população superior a mil habitantes.

Art. 2.º — O auxílio a que se refere esta lei corresponderá a 70% (setenta por cento) do custo das obras, calculado de acordo com o projeto e orçamento aprovados pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 1.º — Os estudos, projetos e orçamentos das obras poderão ser feitos por empresa particular ou por órgão da administração pública, e serão encaminhados ao Ministro da Viação e Obras Públicas por intermédio do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas.

§ 2.º — Será de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzelros) o limite máximo desse auxílio por município.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta lei correrão por conta dos recursos previstos no art. 198 da Constituição, devendo-se, para este fim, consignar anualmente no orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas — dotação nunca superior à décima parte da verba destinada à execução dos programas anuais de obras e serviços a cargo do mesmo Departamento (dotação por cento, no mínimo da receita tributária da União).

Parágrafo único — A dotação a que se refere este artigo será distribuída pelos Estados incluídos no Polígono das Sêcas, proporcionalmente à população da área seca de cada um.

Art. 4.º — A concessão do auxílio será feita mediante convênio assinado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas e o município ou Estado interessado, quando a este couber a responsabilidade da execução dos serviços.

Art. 5.º — Para obter os benefícios de que trata esta lei, o município interessado deverá demonstrar, perante o Ministério da Viação e Obras Públicas, que possui a capacidade financeira para custear a parte das despesas de sua responsabilidade na execução das obras.

Art. 6.º — Na concessão dos auxílios por Estado, dar-se-á preferência aos municípios que não possuam ainda serviço de abastecimento d'água canalizada e cujos territórios estejam totalmente incluídos nos limites do Polígono das Sêcas, mas fora da área beneficiada com o plano de aproveitamento econômico do São Francisco (art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

Parágrafo único — Em igualdade de condições, a concessão dos auxílios, por Estado, obedecerá à ordem cronológica da entrada, no Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, do requerimento acompanhado do projeto e orçamento das obras.

Art. 7.º — O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, devendo o regulamento prever:

- a) os requisitos técnicos indispensáveis à aprovação dos projetos;
- b) as condições de pagamento dos auxílios;
- c) a forma de fiscalização das obras.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1956: 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Nereu Ramos
José Maria Alkmim
Lúcio Meira

D. O. de 11-7-1956

Decretos Executivos

DECRETO N.º 39 919, DE 5 DE SETEMBRO DE 1956

Concede reconhecimento aos cursos de letras anglo-germânicas, geografia e história, pedagogia e história natural, da Faculdade Católica de Filosofia da Bahia.

O Presidente da República usando a atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 23 do decreto-lei número 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. É concedido reconhecimento aos cursos de letras anglo-germânicas, geografia e história, pedagogia e história natural, da Faculdade Católica de Filosofia da Bahia, mantida pela União Norte Brasileira de Educação e

Cultura e com sede em Salvador, capital do Estado da Bahia.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1956, 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Clóvis Salgado
Lúcio Meira

D. O. de 17-9-56

LEI N.º 2 870, DE 17 DE SETEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a celebrar o 1.º centenário da visita do Imperador Dom Pedro II ao Baixo São Francisco e à cachoeira de Paulo Afonso, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a celebrar o 1.º centenário da visita do Imperador Dom Pedro I. ao Baixo São Francisco e à cachoeira de Paulo Afonso, ocorrida de 13 aos 25 de outubro de 1859.

Art. 2.º Através da Comissão do Vale de São Francisco, o Poder Executivo estudará a organização do programa das solenidades, as quais compreenderão a inauguração de um monumento em homenagem ao monarca Dom Pedro II, no local denominado "Limpo do Imperador", e manifestações de gratidão nacional nas cidades visitadas pela comitiva imperial no Baixo São Francisco.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1956;
13.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Nereu Ramos
Clóvis Salgado

D. O. de 19-9-1956

DECRETO N.º 39 920, DE 5 DE SETEMBRO
DE 1956

Concede autorização para o funcionamento dos cursos de filosofia, geografia e história, letras clássicas, letras neolatinas e pedagogia, da Faculdade Auxilium de Filosofia, Ciências e Letras.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 25 do decreto-lei n.º 421 de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único. É concedida autorização para o funcionamento dos cursos de filosofia, geografia e história, letras clássicas, letras neolatinas e pedagogia, da Faculdade Auxilium de Filosofia, Ciências e Letras mantida pela Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora e situada em Lins, no Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro, em 5 de setembro de 1956;
13.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Clóvis Salgado

D. O. de 17-9-1956



AOS EDITORES: Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto, registrará ou comentará as contribuições sobre geografia ou de interesse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo desse modo para mais ampla difusão de bibliografia referente à geografia brasileira.

Resoluções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Assembléia Geral - XV Sessão Ordinária - 1955

Integra das resoluções ns. 462 a 472

RESOLUÇÃO N.º 462, DE 8 DE JULHO DE 1955

Elege os membros da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas para a XVI sessão ordinária da Assembléia Geral.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições:

Considerando o disposto nas arts. 7.º, 8.º e 10.º, do Regimento da Assembléia Geral, baixado pela resolução n.º 402, de 31 de outubro de 1952,

RESOLVE:

Art. 1.º — São eleitos para a Comissão de Orçamento e Tomada de Contas da XVI sessão ordinária da Assembléia Geral, as seguintes representações:

a) Delegação federal:

- Delegado Técnico da Prefeitura do Distrito Federal
- Representante Especial do Ministério da Educação
- Delegado Técnico do Ministério da Guerra

b) Delegações estaduais:

- Delegado do Estado do Rio de Janeiro

- Delegado do Estado de Mato Grosso
- Delegado do Estado da Bahia

Art. 2.º — São eleitos suplentes da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, as seguintes representações:

a) Delegação federal:

- Delegado do Ministério da Agricultura
- Delegado do Conselho Nacional de Estatística

b) Delegação estadual:

- Delegado do Estado do Rio Grande do Norte

- Delegado do Estado do Rio Grande do Sul

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1955, ano XX do Instituto. — Conferido e numerado: *Nilo Bernardes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Elmano Car-dim*, Presidente.

RESOLUÇÃO N.º 463, DE 8 DE JULHO DE 1955

Determina a anexação das resoluções e demais deliberações dos DRG, aos relatórios apresentados à Assembléia Geral do Conselho, e dá outras providências

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições:

Considerando as disposições contidas na resolução n.º 26, de 19 de julho de 1938, da Assembléia Geral, que determina aos Diretórios Regionais a apresentação de relatórios anuais à Assembléia Geral;

Considerando o que preceitua o art. 1.º da resolução n.º 98, de 25 de julho de 1941, da Assembléia;

Considerando que à Assembléia Geral compete homologar, modificar ou revogar as deliberações tomadas pelos Diretórios Regionais do Conselho, de acordo com a letra d do art. 43 do seu Regimento Interno, baixado com a resolução n.º 402, de 31 de outubro de 1952, da Assembléia;

Considerando, ainda, que nem todos os atos e deliberações tomadas pelos Diretórios Regionais chegam ao conhecimento do plenário da Assembléia para receber o seu pronunciamento final;

Considerando, finalmente, a necessidade de a Secretaria-Geral do Conselho ter ciência de todas as deliberações e demais atos dos órgãos regionais do Conselho,

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam os Diretórios Regionais de Geografia obrigados a anexar aos respectivos relatórios o inteiro teor de todos os atos, deliberações e resoluções baixadas por esses órgãos deliberativos do Conselho, referentes ao ano civil anterior (janeiro-dezembro).

Art. 2.º — Ficam, igualmente, os Diretórios Regionais obrigados a fazer a remessa imediata, à Secretaria-Geral do Conselho, de cópia, na íntegra, de todas as resoluções e demais deliberações previstas no artigo anterior.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1955, ano XX do Instituto. — Conferido e numerado: *Nilo Bernardes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Elmano Cardim*, Presidente.

RESOLUÇÃO N.º 464, DE 8 DE JULHO DE 1955

Associa-se oficialmente à celebração do 1.º centenário da elevação de Macapá à categoria de cidade, tomando o CNG parte efetiva nessas comemorações.

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições:

Considerando que, em setembro de 1956, será comemorado o 1.º centenário da elevação de Macapá à categoria de cidade;

Considerando que essa efeméride deverá ser festivamente comemorada;

Considerando que o Diretório Regional de Geografia pretende, com programa próprio, que será oportunamente elaborado, contribuir para o maior brilho das solenidades;

Considerando que o centenário oferece ensejo para que sejam apresentados e divulgados trabalhos sobre o Amapá ou o município de Macapá;

Considerando que um dos meios indispensáveis para o completo conhecimento da geo-

grafia pátria é a publicação de cartas minuciosas dos municípios brasileiros,

RESOLVE:

Art. 1.º — Associar-se ao 1.º centenário da elevação de Macapá à categoria de cidade, fazendo o CNG tomar parte efetiva nessas comemorações.

Art. 2.º — Recomendar à Secretaria-Geral que diligencie no sentido de ser elaborado e publicado um mapa daquele município, a fim de que seja apresentado por ocasião dos referidos festejos.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1955, ano XX do Instituto. — Conferido e numerado: *Nilo Bernardes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Elmano Cardim*, Presidente.

RESOLUÇÃO N.º 465, DE 8 DE JULHO DE 1955

Autoriza o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia a constituir uma Comissão Especial para estudar a região nordeste de Mato Grosso.

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições:

Considerando que está em tramitação no Congresso Nacional um projeto de lei que cria o parque indígena do Xingu;

Considerando que o estudo da região delimitada pelo parque, sob os seus diversos aspectos, constituiria um subsídio de inestimável valor aos senhores representantes do referido Congresso Nacional;

Considerando, mais, que é dos objetivos do Conselho Nacional de Geografia, promover trabalhos de cooperação geral para um conhecimento melhor e sistematizado do território pátrio, de acordo com o decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937, que o instituiu,

RESOLVE:

Art. 1.º Fica o Diretório Central autorizado a constituir uma Comissão Especial de cinco membros, para estudar, *in loco*, sob os diversos aspectos, a região do nordeste mato-grossense compreendido entre os paralelos — 9ºS e 15ºS e meridianos 51ºW Gr. e 56º W Gr.

Parágrafo único — A referida Comissão poderá ser constituída com elementos do CNG, e de outros serviços interessados tais como:

Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Museu Nacional, Divisão de Geologia e Mineralogia do Ministério da Agricultura e outros.

Art. 2.º — Os trabalhos da referida Comissão serão condensados em um circunstanciado relatório, que será encaminhado com os respectivos pareceres ao Congresso Nacional, por intermédio do senhor presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 3.º — É aceto o oferecimento do DRG de Mato Grosso no sentido de providenciar os meios para execução da missão imposta à Comissão designada.

Parágrafo único — Tão logo seja organizada a Comissão e esteja esta em condições de iniciar o seu trabalho, fará o seu presidente, com a antecedência necessária, comunicação ao DRG de Mato Grosso e ao governador daquele estado, a fim de que os mesmos providenciem os meios para cumprimento do art. 1.º desta resolução.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1955, ano XX do Instituto. — Conferido e numerado: *Nilo Bernardes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Elmano Cardim*, Presidente.

RESOLUÇÃO N.º 466, DE 8 DE JULHO DE 1955

Recomenda à Secretaria-Geral a elaboração de projeto de consolidação das resoluções da Assembléa Geral e do Diretório Central.

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições:

Considerando que nos 17 anos de existência do Conselho de Geografia, já foram aprovados

450 resoluções pela Assembléa Geral e 503 pelo Diretório Central;

Considerando que muitas daquelas resoluções interferem com outras anteriores, suplementa-

tando-as, modificando-as ou revogando-as de forma explícita ou implícita;

Considerando que a dispersão e o fracionamento daquelles atos deliberativos são capazes de gerar dúvidas, prejudiciais ao desenvolvimento dos serviços,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica a Secretaria-Geral incumbida da elaboração de projeto de consolidação das resoluções da Assembléa Geral e do Diretório Central, que objetivem medidas de caráter permanente, para apresentação à Assembléa Geral, em sua sessão ordinária de 1956.

Parágrafo único — Antes de ser apresentado à Assembléa Geral, o projeto deverá ser sub-

metido à apreciação do Diretório Central, que fará as alterações que julgar acertadas.

Art. 2.º — Aos servidores que forem incumbidos dos trabalhos de elaboração do projeto será concedida uma gratificação, a ser fixada pelo Diretório Central.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1955, ano XX do Instituto. — Conferido e numerado: *Nilo Bernardes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Elmano Cardim*, Presidente.

RESOLUÇÃO N.º 467, DE 8 DE JULHO DE 1955

Fixa vantagens dos delegados à XVI sessão ordinária da Assembléa Geral do CNG

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições:

Considerando o que dispõe o art. 55, do Regulamento da Assembléa Geral do Conselho, baixado com a sua resolução n.º 402, de 31 de outubro de 1952;

Considerando que na forma do parágrafo único do art. 1.º da resolução n.º 443, de 12 de julho de 1954, da Assembléa Geral, lhe cabe fixar, para a sessão ordinária do ano seguinte, as vantagens a serem atribuídas aos seus delegados,

RESOLVE

Art. 1.º — Fica fixada em Cr\$ 12 000,00 a quota de representação dos delegados à XVI sessão ordinária da Assembléa Geral.

Parágrafo único — O secretário-assistente da Assembléa fará jus, também, à quota de representação fixada neste artigo.

Art. 2.º — Aos delegados federais que integram a Comissão de Orçamento e Tomada de

Contas, será atribuída, a título de ajuda de custo, a importância de Cr\$ 3 000,00.

Art. 3.º — Os delegados regionais que integram a Comissão de Orçamento e Tomada de Contas farão jus à diária de Cr\$ 700,00, desde a data de instalação dos trabalhos da Comissão até o dia em que tiverem início as reuniões ordinárias da Assembléa Geral.

Art. 4.º — Fica delegada competência ao Diretório Central para, tendo em vista os recursos financeiros disponíveis, alterar a quantia fixada, de modo a equipará-la, no todo ou em parte, à estabelecida pela Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1955, ano XX do Instituto. — Conferido e numerado: *Nilo Bernardes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Elmano Cardim*, Presidente.

RESOLUÇÃO N.º 468, DE 8 DE JULHO DE 1955

Apela para o governo federal a fim de que seja criado um fundo cartográfico nacional de auxílio aos órgãos estaduais e federais que se dedicam aos levantamentos cartográficos.

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições:

Considerando que os órgãos estaduais e federais, que se dedicam aos trabalhos cartográficos de suas regiões, contribuem com seus levantamentos geográficos para melhor conhecimento do território nacional;

Considerando o entrosamento, já existente, de trabalhos fundamentais de controle, executados por serviços estaduais e federais;

Considerando que o conhecimento cartográfico do território nacional é um todo resultante do conhecimento parcial dos estados e territórios;

Considerando que a adoção dos métodos modernos e mais eficientes de levantamento se impõe na hora presente;

Considerando que a readaptação dos processos clássicos a esses métodos modernos requer maiores recursos;

Considerando que as verbas destinadas a esses trabalhos são sempre deficientes;

Considerando que a criação de um fundo cartográfico nacional trará maiores recursos

aos estados e territórios e, conseqüentemente, maior volume de trabalho;

Considerando que a criação desse fundo incentivará a criação de órgãos que se dediquem a levantamentos cartográficos em estados que atualmente não dispõem destes,

RESOLVE:

Art. 1.º — Apelar para o governo federal no sentido de que seja criado um fundo cartográfico nacional.

Art. 2.º — Delegar ao Diretório Central poderes para elaborar um anteprojeto de lei de criação de um fundo cartográfico nacional, o qual será encaminhado ao senhor presidente da República.

Parágrafo único — No anteprojeto serão estudados os meios necessários à formação desse fundo e o processo de sua distribuição aos órgãos cartográficos do país.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1955, ano XX do Instituto. — Conferido e numerado: *Nilo Bernardes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Elmano Cardim*, Presidente.

RESOLUÇÃO N.º 469, DE 8 DE JULHO DE 1955

Aprova atos dos Diretórios Regionais, baixados no período compreendido entre julho de 1954 e junho de 1955.

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições:

Considerando as atividades dos Diretórios Regionais de que não noticia os relatórios apresentados pelos delegados à XV sessão ordinária da Assembléa Geral;

Considerando o disposto na letra d do art. 43 do Regimento da Assembléa Geral, baixado com a sua resolução n.º 402, de 31 de outubro de 1952,

RESOLVE:

Artigo único — Ficam homologados os atos, deliberações e resoluções dos Diretórios Regionais, baixados no período de julho de 1954 a

junho de 1955, cujas ementas vão indicadas no relação anexa à presente resolução.

Parágrafo único — Ficam aprovados, em caráter excepcional, os atos que já tenham sido praticados com fundamento nas resoluções n.º 33, de 21 de setembro de 1954, do Diretório Regional do estado de Minas Gerais, e n.º 7, de 18 de fevereiro de 1955, do Diretório Regional do território do Amapá, ora revogadas.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1955, ano XXI do Instituto. — Conferido e numerado: *Nilo Bernardes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Elmano Carrim*, Presidente.

ANEXO A RESOLUÇÃO N.º 469

TERRITÓRIO DO AMAPÁ

Resolução n.º 5, de 18 de fevereiro de 1955.
Concede gratificação ao secretário do Diretório Regional e dá outras providências.

Resolução n.º 6, de 18 de fevereiro de 1955.
Aprova o plano de trabalho para o corrente ano (1955).

ESPIRITO SANTO

Resolução n.º 1, de 25 de janeiro de 1955.
Concede gratificação mensal de Cr\$ 1.000,00 ao secretário do Diretório Regional a partir de 1-1-55.

GOIÁS

Resolução n.º 24, de 30 de julho de 1954.
Envia congratulações pela criação dos órgãos integrantes da Universidade do Brasil Central.

Resolução n.º 25, de 30 de julho de 1954.
Reitera ao governo do estado o pedido feito da criação do Departamento de Geografia de Goiás.

Resolução n.º 27, de 30 de agosto de 1954.
Autoriza o pagamento de Cr\$ 6.000,00 de material de expediente, livros e impressos.

Resolução n.º 28, de 30 de agosto de 1954.
Aprova os trabalhos realizados no município de Arapuacema.

Resolução n.º 29, de 30 de agosto de 1954.
Formula agradecimentos ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo.

Resolução n.º 30, de 30 de dezembro de 1954.
Cria o serviço e o corpo de dactilógrafos do Diretório Regional.

Resolução n.º 1, de 24 de janeiro de 1955.
Faz um apêlo à CREA de Belo Horizonte para que tome providências para a instalação, em Goiânia, de um Conselho Regional de Arquitetura autônomo.

Resolução n.º 2, de 30 de março de 1955.
Autoriza a alteração do mapa do estado de Goiás, eliminando, na fronteira da Bahia, as serras não mencionadas e substituindo o termo por planalto e altiplano.

Resolução n.º 3, de 30 de abril de 1955.
Faz sugestão à Comissão Nacional incumbida da escolha do local para não se construir a nova capital do Brasil.

Resolução n.º 4, de 30 de abril de 1955.
Aprova contas relativas ao exercício de 1954.

Resolução n.º 5, de 30 de abril de 1955.

Autoriza despesas com aquisição de máquinas (de cópia heliográfica e material de uso).

Resolução n.º 6, de 2 de maio de 1955.

Formula votos de congratulações com o governador de Goiás pela assinatura de um decreto.

MINAS GERAIS

Resolução n.º 31, de 21 de setembro de 1954.
Propõe ao Diretório Central do CNG o preenchimento do quadro de consultores-técnicos do Diretório Regional de Minas Gerais.

Resolução n.º 35, de 28 de janeiro de 1955.
Concede gratificação ao secretário do Diretório Regional nos termos da resolução n.º 491, de 28 de dezembro de 1954, do Diretório Central do CNG.

Resolução n.º 36, de 18 de fevereiro de 1955.
Aprova as despesas efetuadas pelo Diretório Regional de Geografia durante o 2.º semestre de 1954.

RIO DE JANEIRO

Resolução n.º 131, de 25 de maio de 1955.
Encaminha o relatório das atividades do Diretório Regional referente ao ano de 1954, à consideração da XV sessão ordinária do CNG.

PARAIBA

Resolução n.º 22, de 2 de agosto de 1954.
Distribui verba de auxílio concedido pelo CNG ao Diretório Regional.

Resolução especial de 29 de maio de 1955.
Formula votos de regozijo pela passagem do 19.º aniversário do IBGE e do "Dia do Estatístico e do Geógrafo" e aplausos pela obra de brasilidade que a mesma instituição já realizou nos setores de estatística e geografia.

SANTA CATARINA

Resolução n.º 45, de 2 de março de 1955.
Autoriza a concessão de gratificação ao secretário do Diretório Regional de Geografia, para indenização de despesas de representação.

Resolução n.º 46, de 30 de junho de 1955.
Encaminha relatório do Diretório Regional ao Conselho Nacional de Geografia.

RESOLUÇÃO N.º 470, DE 8 DE JULHO DE 1955

Amplia a concessão a que se refere a resolução n.º 491, de 29-12-1954, do Diretório Central.

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições:

Considerando que pela resolução n.º 491, de 29 de dezembro de 1954, do Diretório Central, ficam os Diretórios Regionais autorizados a conceder a seu secretários a gratificação mensal de Cr\$ 1 000,00 (um mil cruzeiros);

Considerando que, por vezes, nos vários órgãos estaduais, dadas as suas possibilidades orçamentárias, não só os secretários colaboram sem remuneração com os Diretórios Regionais.

RESOLVE:

Art. 1.º — Ficam os Diretórios Regionais de Geografia, que ainda não deliberaram quanto à gratificação de mil cruzeiros (Cr\$ 1 000,00), atribuível aos seus secretários nos termos da

resolução n.º 491, de 29 de dezembro de 1954, autorizados a concedê-la ao seu secretário ou distribuí-la entre os auxiliares que colaborarem mais eficientemente com os órgãos regionais.

Art. 2.º — O pagamento da gratificação de que trata a presente resolução poderá ser feito a partir de janeiro de 1955.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1955, ano XX do Instituto. — Conferido e numerado: *Nilo Bernardes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Elmano Cardim*, Presidente.

RESOLUÇÃO N.º 471, DE 8 DE JULHO DE 1955

Regula a prestação de contas do auxílio financeiro concedido pela Secretaria-Geral do Conselho aos Diretórios Regionais.

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições:

Considerando que o Conselho Nacional de Geografia, como órgão de administração pública, está obviamente sujeito, no que concerne à aplicação dos seus recursos financeiros, ao Tribunal de Contas da União;

Considerando que, por força da resolução n.º 424, de 9 de julho da Assembléa Geral, a Secretaria-Geral do Conselho concede auxílio financeiro anual aos Diretórios Regionais de Geografia;

Considerando, ainda, o disposto no art. 3.º da resolução n.º 103, da Assembléa Geral, de 26 de julho de 1941, no tocante à aplicação de tais auxílios pelos Diretórios Regionais;

Considerando, finalmente, a legislação que disciplina a comprovação da aplicação dos dinheiros públicos, bem como as determinadas contidas na circular n.º 1, de 1953, da Presidência da República,

RESOLVE:

Art. 1.º — Os Diretórios Regionais deverão encaminhar à Secretaria-Geral do Conselho — juntamente com o pedido do auxílio de que

trata o art. 3.º da resolução n.º 424, da Assembléa Geral, a prestação de contas da aplicação do auxílio anteriormente recebido.

Art. 2.º — A comprovação a que se refere o artigo anterior, obedecerá às normas da legislação vigente, que constarão de instruções que a Secretaria-Geral providenciará.

Art. 3.º — A aplicação dos recursos decorrentes do auxílio concedido aos Diretórios Regionais observará o que a respeito dispõe o art. 3.º da resolução n.º 103, de 26 de julho de 1941, da Assembléa Geral, e mais o que dispõe a resolução n.º 491, de 29 de dezembro de 1954, do Diretório Central, ampliada pela resolução n.º 470, de 8 de julho da Assembléa Geral.

Parágrafo único — As despesas referidas na letra b do artigo 3.º da resolução n.º 103, só correrão à conta do auxílio, quando decorrerem da realização do programa a que se refere a resolução n.º 424, da Assembléa Geral.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1955, ano XX do Instituto. — Conferido e numerado: *Nilo Bernardes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Elmano Cardim*, Presidente.

RESOLUÇÃO N.º 472, DE 8 DE JULHO DE 1955

Atribui aos Diretórios Regionais o encargo de acompanhar as alterações nos quadros territoriais e administrativos das respectivas unidades federadas e das outras providências.

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições:

Considerando que o conhecimento exato da situação dos quadros da divisão territorial das unidades federadas do país, constitui matéria de real interesse para os trabalhos empreendidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Considerando que, em vários estados, a criação de municípios e distritos não obedece a qualquer norma sistemática, capaz de permitir uma correta e necessária caracterização das linhas perimétricas dessas unidades administrativas;

Considerando que, de acordo com a cláusula XIV da Convenção Nacional de Estatística, aprovada e ratificada pelo decreto n.º 1 022, de 11 de agosto de 1936, os governos federados assumiram, com o governo da União o soene compromisso de encaminhar providências legislativas ou administrativas que tenham por fim racionalizar a divisão dos respectivos territórios;

Considerando que tal compromisso visa, principalmente, à uniformidade de dados para a revisão do quadro territorial do país, à precisão e racionalidade dos limites municipais e distritais, e à definição exata da constituição

territorial das novas circunscrições administrativas criadas;

Considerando que aos Diretórios Regionais, como órgãos integrantes do Conselho, além do cumprimento das deliberações dos órgãos superiores da entidade, incumbe, ainda, tomar as medidas necessárias à coordenação e ao desenvolvimento dos serviços e atividades geográficas sob sua jurisdição;

Considerando, outrossim, os repetidos apelos formulados pela Assembléa Geral, em favor da sistematização da divisão territorial administrativa do país,

RESOLVE:

Art. 1.º — Recomendar aos Diretórios Regionais que acompanhem atentamente todos os projetos ou iniciativas de alterações dos quadros territoriais das unidades federadas em que tenham jurisdição e, outrossim, diligenciem junto aos poderes competentes no sentido da preservação do espírito contido nas normas de racionalização e sistematização da divisão territorial do país, preconizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Parágrafo único — De todas as ocorrências os Diretórios deverão dar imediato conhecimento à Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia, para que esta, mobilizando todos

os recursos de que puder dispor, se empenhe no sentido de resguardar o mencionado espírito.

Art. 2.º — Os Diretórios Regionais estabelecerão, com prioridade, o registro permanente da divisão territorial das unidades federadas correspondentes.

§ 1.º — Serão sistematicamente colhidos exemplares das leis que introduzirem quaisquer alterações no quadro da divisão territorial-administrativa dos respectivos estados ou territórios.

§ 2.º — Será igualmente coligida toda a documentação geográfica, cartográfica e histórica referente às suas circunscrições, de modo a permitir, em futuro próximo, o levantamento da evolução territorial de cada uma das unidades federadas do país.

Art. 3.º — Dos elementos atuais, relativos às alterações havidas na divisão territorial das respectivas unidades, os Diretórios Regionais farão remeter à Secretaria-Geral do Conselho, exemplares ou cópias, acompanhados das informações ou esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1955, ano XX do Instituto. — Conferido e numerado: *Nilo Bernardes*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Fábio de Macedo Soares Guimarães*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Elmano Cardim*, Presidente.



Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretaria (Avenida Beira-Mar, 436 — Edifício Iguaçu — Rio de Janeiro) que o atenderá pronta e satisfatoriamente.